

Edição 70

CIBER  **TEOLOGIA**
Revista de Teologia & Cultura

PÁTRIA AMADA IDOLATRADA, 200 ANOS

Artigos

Notas

Documentos



Edição 70

CIBER  **TEOLOGIA**
Revista de Teologia & Cultura

Ciberteologia – Revista de Teologia & Cultura.
São Paulo-SP, Brasil: Paulinas Editora.
Periodicidade quadrimestral – ISSN: 1809-2888
Licenciado sob uma Licença Creative Commons

Setembro / Dezembro de 2022

Este periódico está indexado na ATLA-Catholic Periodical and Literature Index® (CPLI®) [www: <http://www.atla.com>], um produto do American Theological Library Association: 300 S. Wacker Dr., Suite 2100, Chicago, IL 60606, USA. Email: atla@atla.com.
Indexado também pela LATINDEX

Diretoria

Diretora geral: Ágda França
Responsável da área: Vera Ivanise Bombonato

Redação

Editor científico: João Décio Passos
Revisão: Equipe Paulinas
Atualização do portal: Equipe Paulinas

Conselho Científico

PhD. Vera Ivanise Bombonato – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD. Pedro Fernández Castela – Universidad Pontificia Comillas – Espanha
PhD. Matthias Grenzer – Pontificia Universidade Católica de S. Paulo – PUC/SP
PhD. José María Vigil – Portal teológico Servicios Koinonía – Panamá
PhD. Antonio Francisco Lelo – Núcleo de Catequese Paulinas – NUCAP
PhD Francisco Aquino Junior FCF/UCP
PhD Wagner Sanchez Lopes – PUC/SP



Rua Dona Inácia Uchoa, 62
04110-020 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3500
<http://www.paulinas.com.br> – editora@paulinas.com.br

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2022

SUMÁRIO

EDITORIAL

Pátria amada idolatrada, 200 anos5

ARTIGOS

Pátria amada *idolatrada*: essência religiosa de uma noção política*11

JOÃO DÉCIO PASSOS

200 anos de Independência do Brasil: o processo de *inneclesiamiento* e o forjar da nação católica29

VALÉRIA APARECIDA ROCHA TORRES

“Dos filhos deste solo és mãe gentil, pátria amada Brasil”: o hino nacional brasileiro e a ideia de nação.....46

ANDREA GOMES BEDIN

Deus, pátria e família: a reinvenção do integralismo no governo Bolsonaro57

MARCELO CABRAL DE ARAÚJO

Por uma vida não colonizada69

LUIZ AUGUSTO DE PAULA SOUZA (TUTO)

Guerra santa, batalha espiritual e bode expiatório no discurso cristofascista80

GLAIR ALONSO ARRUDA

Neoconservadorismo e “cosmovisão cristã”: possíveis contribuições (new/neo)calvinistas ao cenário sociopolítico contemporâneo no Brasil98

SAMUEL ARAÚJO

Bolhas sociais: bolhas políticas.....120

MARIANA DE LIMA ALBERTINI

Liberdade para quem? Os 200 anos da “independência” do Brasil e a religião140

FÁBIO L. STERN

NOTAS

Notas biográficas de Cláudio Aury Affonso Hummes, O.F.M.....164

FERNANDO ALTEMEYER JUNIOR

A Palavra, o Profeta e o mundo que o afeta.....168

MÁRCIO OLIVEIRA ELIAS

RESENHA

A riqueza e a pobreza.....170

SOFIA STELLA OGAWA CASTILHO

SAÍDAS E FRONTEIRAS

Desiderio Desideravi: o olhar do Papa Francisco sobre a vida litúrgica cristã.....178

ANTÔNIO SAGRADO BOGAZ

DOCUMENTO

Mensagem da CNBB ao povo brasileiro sobre o momento atual.....184



EDITORIAL

PÁTRIA AMADA IDOLATRADA, 200 ANOS

O ano de 2022 celebra os 200 anos da nação brasileira. De modo inédito, porém politicamente compreensível, nasceu o país independente da Coroa portuguesa sob as mãos do próprio Príncipe que governava o Reino Unido de Portugal e Algarves. Nascemos de cima para baixo, como fruto de uma estratégia de preservação do poder por parte da monarquia aqui instalada desde a fuga da família real diante da invasão napoleônica em Portugal em 1808. Desde então, a Colônia nunca mais foi a mesma e, sob o comando da monarquia aqui instalada, foi adquirindo autonomia em relação à Coroa. O ano de 1822 foi, de fato, um ponto de chegada desse processo de independência que já envolvia toda a América espanhola. No caso do Brasil, poderia ser *ou pegar ou perder* para o regime monárquico aqui representado pelo Príncipe regente que se encontrava pressionado entre os movimentos de independência nacional e os decretos da corte constitucional portuguesa que visavam recolar o Brasil nas velhas regras da colônia. A condição de colônia havia sido superada com a vinda de D. João VI e, por conseguinte, com a abertura dos portos para o comércio das nações diretamente com o Brasil em 1808. Desde a retomada da monarquia e o retorno de Dom João a Portugal, as pressões pela recolonização econômica do Brasil foram intensificadas e empurraram o Príncipe para a independência de Portugal. Para além desse dado conjuntural restará sempre a pergunta pelos bastidores onde a independência foi, por certo, conversada entre família. O fato é que na cena pintada como heroica na margem do riacho Ipiranga em São Paulo o país nasceu pela decisão do Príncipe, longe da corte carioca, longe das ruas e longe do povo.

A saga Brasil se iniciava, assim, de modo original. Nascia um país sul americano com regime monárquico. Como todos os territórios colonizados no sul do planeta, o Brasil teve como desafio construir as condições de sobrevivência econômica e política, após os séculos de exploração colonial. Nenhuma nova nação sai incólume desse processo expropriador que marca as colonizações modernas. E, no caso de colônia de país subalterno ao Império inglês, como era Portugal, os processos de independência ainda se mostraram mais desafiantes. País independente procedente de um país dependente, pobre filho de pai endividado. Como as demais ex-colônias, o Brasil



carregou em sua história as heranças econômicas e políticas de terra explorada e dependente, apropriada por elites que se revezam no poder.

A história de dependência econômica marcou esses duzentos anos em suas diferentes fases ou conjunturas históricas. Não faltaram crises agudas, reflexas das crises mundiais, por um lado, e produzidas nacionalmente, por outro. A construção do país próspero e estável esteve como horizonte e urgência dos governos que se sucederam nesses duzentos anos. A pátria amada foi sonhada a cada momento como mito e como utopia que fosse capaz de traduzir-se em vida real, enquanto as contradições sociais jamais foram superadas com políticas reparadoras e com o protagonismo efetivo do povo.

Não faltaram, por conseguinte, regimes autoritários, também reflexos de modelos praticados no estrangeiro, tendenciais da América Latina e sempre contando com as elites nacionais, jamais dispostas ao sacrifício mínimo de seus privilégios. Desde a república, o país seguiu por esse percurso com raros momentos de emergência do povo no poder, quase sempre vigiado como suspeita de comunismo. A cada governo de intencionalidade popular, as elites encontram os meios narrativos e estratégicos de conclamar o povo à volta ao regime seguro para a pátria, para a família e para a religião. O povo não tem sido o sujeito efetivo dos projetos políticos; apenas uma ideia repetida pelos donos do poder econômico e político para obter apoio nos momentos eleitorais. Em nome do povo e com o povo os líderes populistas aparecem em um eterno retorno pelo continente latino-americano. O povo das ideologias populistas é sempre chamado a sustentar o poder salvador; é uma imagem de oprimidos que necessitam de redentores, de ameaçados que necessitam de segurança e de mercedores de um novo tempo que está por chegar pelas mãos do líder providente.

No caso do Brasil, o último governo se apresentou como salvador da pátria ameaçada e de modo original compôs um *modus operandi* que pairou sobre as regras básicas da democracia e dos direitos sociais e humanos. *Deus, pátria e família* tem sido o brado renitente das recaídas autoritárias e salvadoras da nação livre e cristã. O fascismo traduzido pelos *Camisas Verdes* do integralismo, foi o momento mais significativo de utilização dessa verdade política religiosamente fundamentada. O caminho de superação da crise significava retomar a nação cristã – católica, evidentemente – onde a família é o centro da vida social e não o Estado ou qualquer outra instância social. Sobre essa raiz transcendente assenta-se o Estado com suas instituições: a Pátria como sentimento comum que agrega a todos no mesmo espírito e funda a própria nação, a família como unidade social primordial, natural e fundada por Deus e, como fundamento primeiro, o próprio Deus. Na ligação direta com esses fundamentos os líderes autoritários buscam os modos autocráticos de exercer o poder. *Líder-promessa-povo* constitui o triple da regra de go-



verno desse viés em todos os cantos do planeta em seus mais variados modelos. Deus constitui o fundamento primeiro que tudo justifica. As crenças teocráticas jamais abandonaram o ocidente moderno, mesmo quando abandonou por razões teóricas ou práticas o Deus judaico-cristão.

De fato, elitismo e populismo escrevem juntos a mesma história dos donos do poder em nosso país. Ganhar o apoio popular é o segredo da democracia, assim como das ditaduras nos tempos modernos. As conjunturas e as estratégias se modificam e o princípio permanece. O poder vem do povo, ainda que o povo o delegue a um tirano. A diferença reside, assim, no papel das instituições democráticas que garante ao povo representações efetivas. O fundamento da democracia é sempre o parâmetro daqueles que rompem com suas regras instituídas e apresentam um novo regime exercido em nome do povo, no lugar do povo e diretamente ligado ao povo. Poderes republicanos, Constituição, Estado laico, Direitos iguais etc. tornam-se, no caso dos populismos, instituições relativas e de menor importância perante os líderes portadores de salvação para a pátria ameaçada. Antes e acima das velhas instituições, quase sempre desacreditadas, mais vale a promessa de mudança anunciada pelo líder portador de dons extraordinários para governar a nação em crise. Afinal, o governo que tem Deus como fundamento não terá necessidade alguma de contar com qualquer outra instância que seja mais legítima ou necessária. Perante esse fundamento supremo, todas as demais instituições se tornam, de fato, relativas e estão predispostas a serem desconsideradas ou despendidas.

Vale lembrar que o próprio nazismo contou com esses fundamentos supremos, sejam os de matriz ocultista estruturantes do mito ariano, sejam os de matriz cristã – obviamente desjudaizados – da Igreja nacional intentada por Hitler. Não foi diferente com os regimes autoritários contemporâneos de Franco na Espanha, de Salazar em Portugal e de Getúlio no Brasil. Não parece ser possível estabelecer um regime de governo autocrático sem Deus e sem o Povo. O líder faz a ligação direta como mediador escolhido entre a divindade e o povo. É sempre o portador direto de uma boa nova de libertação que o coloca como mediador exclusivo e autorizado entre os dois mundos, o transcendente absoluto e o imanente precário. E nessa condição o líder extraordinário encontra legitimidade e fôlego para governar, até que a história mostre em suas contradições ou em sua inevitável rotina a precariedade real desse propósito e, via de regra, as suas consequências catastróficas. É nessa linha que vale recordar a tipologia weberiana de dominação sugerida por Max Weber, na qual o líder carismático se legitima precisamente como possuidor de dons extraordinários. E esse encontra sua atuação em uma condição que, segundo o sociólogo, tem como marca o *entusiasmo*, a *indigência* e a *esperança*. A circularidade entre as promessas do líder as expectativas populares são construídas nessa triple postura que torna o líder um portador imprescindível da solução histórico-salvífica. A indigência expressa a crise real/construída que instaura



uma precariedade tal que exige soluções salvíficas com fundamentos absolutos capazes de realizar o promete. A esperança se faz na própria oferta de solução, certa por advir de uma fonte sagrada transcendente que jamais falha e que realiza por si mesma o que promete. A palavra o líder encarna essa realidade profética onde desaparece qualquer distância entre o *dito* e o *realizado*. O entusiasmo constitui a atitude de fé que agrega a todos em torno do líder e de sua promessa, para além de todas as evidências lógicas ou empíricas exigidas pelo pensamento racional. Não há o que questionar ou verificar no projeto do líder salvador da pátria. A filósofa Hannah Arendt constata precisamente essa atitude no líder totalitário: “A principal qualificação de um líder de massas é a sua infinita infalibilidade; jamais pode admitir que errou” (*Origens do totalitarismo*, p. 398).

As bolhas sociais hoje estruturadas virtualmente agregam de forma eficiente e ágil os membros de grupos políticos autoritários; terra de ninguém que legitima todas as formas de egocentrismo intolerante; grupo organizado sem endereço e com forte poder de mobilização e reprodução instantânea; comunidade vinculada pela lógica homofílica – amor ao igual – e comunidade autorreferenciada que se reproduz em suas próprias informações, consideradas por si mesmas verdadeiras. A semelhança comportamental com os regimes totalitários estudados Arendt é surpreendente:

[...] dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parece ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte (*Origens do totalitarismo*, p. 358).

Os grupos sociais e os governos de ultradireita têm ensaiado a volta de regimes autoritários/populistas que navegam sob a crise da democracia formal e das decepções por uma suposta corrupção estrutural desse regime. A única saída residiria, segundo afirmam, em um líder forte que tem sua autoridade diretamente vinculada ao sobrenatural. O governo brasileiro encenou esse script de forma caricata. Apresentou-se como comandado por um militar reformado enviado por Deus para salvar o país da perdição final: perdição econômica, política, cultural e religiosa. Com uma base religiosa (fundamentalista e tradicionalista), majoritariamente pentecostal e com uma equipe de governo de viés clerical navegou rompendo com o que pode em suas posturas e estratégias negacionistas, conspiracionistas e golpistas. As observações de Arendt se confirmam de modo exemplar, quando se verifica o apoio de suas bases. Para além de qualquer evidência empírica ou lógica o capitão reformado permanece infalível e eficiente; o único capaz de salvar o país e o modelo da ética e da eficiência. A denominação *mito*, a ele atribuída pelos



seguidores, não é um simples apelido ou metáfora. É, de fato, uma convicção sobre sua natureza política de viés sobrenatural, acima dos mortais comuns e dos líderes modernos que governam a partir de regras e de instituições. O mito não falha e não morre. Suas posturas são perfeitas e suas ações sempre eficazes. Os que dele discordam são nada mais que inimigos; inimigos dele próprio, da nação, da verdade e de Deus. Esses devem ser evitados e, de algum modo, eliminados. É por essa razão que Freud observava que todo mito historicizado é violento. O mito está acima dos desgastes do tempo e das datas previstas de governo. Por isso deverá também perpetuar-se no poder e já antecipa que qualquer outra solução constitui fraude. As eleições serão necessariamente fraudulentas porque o mito tem o direito (a missão sobrenatural) de permanecer exercendo sua missão no governo.

Chegamos aos 200 anos com uma tragédia política instalada no governo e no Estado brasileiro. A tragédia política foi escolhida pelo eleitor, uma vez já conhecida pelas promessas – não por qualquer projeto – do candidato inusitado e original. O retrocesso histórico vai muito além dos espectros ideológicos de esquerda e direita e, até mesmo, de modelos econômicos mais ou menos liberais. A questão central que se mostra é o próprio sentido e valor das instituições democráticas e dos valores humanitários que compuseram as civilizações pelos séculos e, de forma institucional, nos tempos modernos. Os valores da liberdade, dos direitos sociais, das ciências, das relações multilaterais entre as nações e da ética foram relativizados e desqualificados como coisa de comunistas e de “marxismo cultural”. Conquistas legais, instituições democráticas e direitos sociais supostamente definitivos e irreversíveis foram desconsideradas, relativizadas e, muitas vezes, submetidas ao deboche e ao intento de golpe. O que o Papa Francisco observou em sua última Encíclica social não poderia ser mais verdadeiro. A história dá sinais de retrocessos, os sonhos estão desfeitos em pedaços:

Reacendem-se conflitos anacrônicos que se consideravam superados, ressurgem nacionalismos fechados, exacerbados, ressentidos e agressivos. Em vários países, uma certa noção de unidade do povo e da nação, penetrada por diferentes ideologias, cria novas formas de egoísmo e de perda do sentido social mascaradas por uma suposta defesa dos interesses nacionais. Isto lembra-nos que «cada geração deve fazer suas lutas e as conquistas das gerações anteriores e levá-las a metas ainda mais altas. É o caminho. O bem, como aliás o amor, a justiça e a solidariedade não se alcançam duma vez para sempre; hão de ser conquistados cada dia. Não é possível contentar-se com o que já se obteve no passado nem instalar-se a gozá-lo como se esta situação nos levasse a ignorar que muitos dos nossos irmãos ainda sofrem situações de injustiça que nos interpelam a todos (*Fratelli tutti*, 11).



A história passa e tudo traga em suas rotinas implacáveis. A eficiência dos seres míticos mostra sua falácia. No entanto os adeptos permanecem com suas convicções políticas. Não será diferente nessa conjuntura nacional. Jair Messias Bolsonaro vai passar, o bolsonarismo ainda permanecerá. A história nos consola e nos interpela com os exemplos de fanatismos do passado. O resultado histórico dessa opção política que marcou o país ainda está por configurar de modo concreto. O futuro vai narrar com mais objetividade e com vergonha esses anos de retrocesso humanitário. O desafio da reconstrução política, ética, humana e social do país está posto a nossa frente, antes e acima das reconstruções sociais e econômicas. As lições políticas dessa conjuntura devem ser levadas a sério por todos os cidadãos de boa vontade, por todos os sujeitos éticos e, de modo direto, por aqueles que exercem uma função de liderança no mundo da política, da cultura e da ciência. Como relembra o Papa, “cada geração deve fazer suas as lutas e as conquistas das gerações anteriores e levá-las a metas ainda mais altas”.

O Brasil se encontra em um momento de retomada política e ética que exigirá de todos uma autêntica reconstrução. A educação política é urgente, como também é urgente uma retomada do senso de realidade que supere as negações cada vez mais legitimadas sobre os fatos históricos e os fatos científicos. A crise instalada no governo carrega um sentido de superação: como ponto de revelação das contradições sociais e culturais que desconhecíamos ou julgávamos politicamente impraticáveis. O governo Bolsonaro expôs a olho nu as percepções sociais e políticas conservadoras de uma parcela considerável de brasileiros. Os desafios de uma nação política autenticamente democrática e, evidentemente, de formação de consciências pautadas pela liberdade e amantes da democracia estão postos a todos os sujeitos responsáveis pelo bem comum e pelo Estado de direito. Há um Brasil a ser construído urgentemente.

Na saga do Brasil livre e justo, muitos brasileiros ofereceram sua contribuição. Nesse número faz-se a necessária memória de Dom Claudio Hummes, falecido em julho passado. Bispo em Santo André assumiu nos anos de chumbo a luta operária como missão evangélica em confronto direto com o regime militar. Nos últimos tempos tornou-se referência na defesa da Amazônia, das florestas e dos povos, em sintonia direta com a *Laudato Si'* do Papa Francisco. Dom Cláudio globalizou-se em suas posturas e ministérios e contribuiu com seu carisma franciscano na identidade do pontificado do Papa que deveria reformar a Igreja. Com o Papa Francisco ecoam para toda Igreja suas palavras carregadas de urgência e profecia: *Não se esqueça dos pobres!*

João Décio Passos

Editor



ARTIGOS

PÁTRIA AMADA IDOLATRADA: ESSÊNCIA RELIGIOSA DE UMA NOÇÃO POLÍTICA *

JOÃO DÉCIO PASSOS

Resumo: A pátria é uma entidade mítica carregada de forças políticas e religiosas. O uso desse sentimento transcendente desenhado com simbologias nacionais e reproduzido por meios pedagógicos e políticos acompanha a história nacional. A ligação Deus-Pátria fez parte dos projetos políticos autoritários que emergiram em tempos de crise. O lema do governo atual Deus, Pátria e Família expressa em novos moldes essa tradição consolidada na alma nacional.

Palavras-chave: Autoritarismo, Deus, Ideologia, Mito, Pátria, Política.

Abstract: The homeland is a mythical entity loaded with political and religious forces. The use of this transcendent feeling drawn with national symbologies and reproduced by pedagogical and political means accompanies national history. The God-Homeland connection was part of authoritarian political projects that emerged in times of crisis. The motto of the current government, God, Homeland and Family, expresses in new ways this tradition consolidated in the national soul.

Keywords: Authoritarianism, God, Ideology, Myth, Homeland, Politics.

Introdução

Ó pátria amada idolatrada, Salve! Salve! Refrão repetido de cor pelos brasileiros desde a infância, ao balbuciar o hino nacional. O refrão não mente sobre o significado profundo da noção de pátria: realidade mística que agrega o conjunto dos filhos iguais, amantes e servidores da mãe comum. Essa mãe transcendente e espiritual só pode ser “idolatrada” uma vez que se revela onipresente no solo, no povo, na nação e no Estado. A idolatria indica adoração de uma entidade

* Versão adaptada do capítulo III do livro *No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.



de natureza divina, embora, de fato, não o seja. A interjeição “salve”, é da família do termo *salus* (salvação e saúde) e já era usada como saudação no mundo latino antigo. O segundo refrão do Hino vem precisar a possível ambiguidade da idolatria. Não deixa dúvidas de que a pátria é “terra adorada”. A pátria deve ser não somente amada, mas também adorada pelos seus filhos.

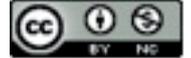
As analogias divinas sempre acompanharam a construção da ideia de pátria, desde o mundo antigo e, sobretudo, na ideia média. A noção foi sendo elaborada no decorrer do tempo como realidade transcendente agregadora de indivíduos, territórios e governantes. A pátria é a mãe comum tão visível quanto invisível, tão territorial quanto espiritual; mãe afetiva que exige comunhão e obediência dos filhos, sobretudo nos tempos de desagregação.

O refrão “pátria amada Brasil” foi assumido como logotipo do governo atual. Em princípio, nada mais que uma boa intuição de *marketing* de seu estratégico gabinete. A expressão calcada no inconsciente político nacional, sendo resgatada poderia, de fato, ser eficiente, uma vez que o marketing utiliza sempre desse expediente psicossocial na criação de marcas. Não se trata tão somente de um bordão criado para agregar adesão, mas da reminiscência de um arquétipo. A expressão resgatada aponta para uma imagem e uma ideia programática carregada de significado político-religioso. A história do Brasil testemunha o uso religioso dessa imagem política ou o uso político dessa imagem religiosa. De fato, pátria nunca foi uma noção meramente política. Ao contrário, seu potencial místico sempre serviu como suporte ideológico para os regimes de perfil autoritário que exigem símbolos fortes capazes de justificar suas posturas perante o conjunto da sociedade. A pátria unifica os dispersos e se impõe como imagem e valor para todos os filhos. É a mãe afetivamente forte, parceira de pais fortes e autoritários. Na lógica patriótica, desconsiderar a pátria é desconsiderar a origem sagrada comum, romper com a comunidade de pertença e se atirar no território estranho ou desgarrar-se como filho traidor da mãe primordial.

A reflexão será desenvolvida na sequência que expõe a noção de pátria como mito fundador, expressa em narrativas e simbologias sagradas, a relação entre Deus, pátria brasileira e regimes autoritários e a pátria utilizada na programática de Jair Messias Bolsonaro.

1. As imagens da pátria no mito fundador do Brasil

Os mitos fundadores narram as origens de alguma realidade histórica como forma de fundamentar no presente o que considera valor permanente. Quase sempre é uma narrativa construída sobre o começo, ou seja, sobre o fato inicial que desencadeou a existência de um personagem, de uma localidade, de um objeto, de uma instituição ou de um povo. Trata-se da estratégia idealizadora que eleva um fato a uma condição extraordinária e até sobrenatural como forma de



garantir sua permanência no presente sem grandes mudanças. O mito fundador não é, portanto, descrição histórica do começo, mas narração normativa que visa fundamentar o presente e dar a ele alguma direção. A lógica do mito é distinta da lógica racional que funciona pela lei da verificabilidade conceitual ou empírica. Ela se estabelece como narrativa que se impõe por força da linguagem extraordinária, dos símbolos e personagens utilizados. São narrativas caracterizadas pela perfeição que supera toda imperfeição: sagas e heróis são apresentados como modelos a serem seguidos. As sociedades arcaicas se estruturavam a partir dessas descrições em todas as suas práticas; viviam e pensavam com uma consciência mítica onde tudo se encaixava: a natureza, as sociedades tribais, as práticas produtivas, as regras morais e os ritos religiosos.

As sociedades atuais, embora diversificadas e plurais, adotam o expediente semelhante para muitos fatos históricos e para suas próprias instituições. A consciência mítica persiste misturada com a consciência histórica reproduzindo aquela lógica antiga; persiste na atitude mitificadora que confere às realidades históricas um fundamento transcendente, carregado de encantamento e de efeito mágico. As origens dos povos e nações costuma ser descritas nesse registro mítico do maravilhoso e do extraordinário, fazendo com que os fatos reais fiquem soterrados ou deformados.

As narrativas da descoberta e da formação do Brasil são carregadas dessa linguagem carregada de encantamentos, como explica Chauí (1996). A diferença do mito de origem narrado pelos mitos vivos e dos mitos fundadores reside no fato de o primeiro ser construído coletivamente por uma cultura e reproduzido em suas tradições e rituais como verdade/bondade de um *in illo tempore* que sustenta o presente (ELIADE, 1999, p. 89) e o segundo ser resultados de construções políticas com intencionalidade de criar sentimentos comuns e de exercer controles políticos. O mito de origem expressa a identidade dos povos em uma fase cultural pré-racional e constitui o fundamento da própria cultura e sociedade. O mito fundador tem o mesmo papel criador, porém pode ser construído por sujeitos políticos que idealizam e mistificam os fatos com objetivos de construir consensos. Podem também com o mesmo objetivo distorcer ou negar os fatos. Ele quer sempre ser um fato verdadeiro que encerra conteúdos capazes de orientar o presente de um determinado povo.

Os mitos fundadores utilizam das estratégias regulares do discurso ideológico: unificam o que é diverso e escondem os conflitos, idealizam o que é real e limitado, fragmentam e expurgam os outros como inimigos, cosmificam o que é histórico e, por conseguinte, legitimam a realidade presente (THOMPSON, 1995, p. 81). Surgem assim as narrativas e os símbolos que dão fundamento para a realidade social, cultural, religiosa ou política de um determinado grupo humano. A descrição dos fundadores de uma nação, de uma religião e até mesmo de uma



instituição moderna sofrem esse processo de construção idealizadora. O passado construído no presente adquire um status de perenidade (eternidade) como algo que por sua força própria e original orienta o presente como norma agregadora.

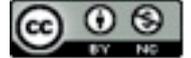
Os mitos fundadores são construídos/repetidos permanentemente a cada momento em que, por razões políticas, novos líderes se apresentam como legítimos e salvadores das crises (FINCHELSTEIN, 2015). Nesses momentos o passado é relido com a intenção de redirecionar o presente. As estratégias podem ser: negação, seleção e criação de fatos do passado. A negação visa substituir um mito fundador já construído ou um dado inoportuno por outro adequado à ideologia vigente. A seleção foca em um aspecto e o adota como universal com a mesma finalidade. E a construção busca os meios de justificar as posturas, criando o novo por meio de linguagens legitimadoras.

1.1 A politização do mito

Nos regimes mítico-políticos modernos as ciências foram utilizadas como linguagem legítima e persuasiva que visa impor as ideias para o conjunto da sociedade. As ciências se tornam paradoxalmente construtoras de novo mitos. O nazismo adotou essa estratégia de forma ostensiva e organizada. Adolfo Hitler mobilizou uma frente de cientistas dedicados a demonstrar cientificamente a superioridade da raça ariana e a racionalidade do projeto do terceiro Reich (INGRAO, 2015). A ciência nazista agregou os defensores da ideologia da raça pura em torno de um fundamento seguro e inquestionável que destruía conclusões científicas consensuais na comunidade científica e edificava novas conclusões como verdadeiras. O mito usurpou o lugar da ciência.

Os mitos fundadores da política são construções ideológicas que visam justificar posições e projetos de determinados governos. As identidades nacionais e culturais contam em variadas medidas com esses expedientes da mente humana que opera com a força das imagens e com o encantamento com as narrativas fantásticas, que obtém adesão aos símbolos e aos enredos dos heróis. A construção dos fundamentos seguros e permanentes para sustentar e orientar a vida presente

As reconstruções míticas acontecem, portanto, como linguagem da persuasão e da moralização. Os regimes todos o fazem em alguma medida ao idealizarem os atos de seus líderes. Contudo, a autêntica ciência tem um papel fundamental ao estabelecer os fatos e as interpretações por ela elaboradas como parâmetro que regula as mistificações. As ciências suportam os heróis, mas não suportam a negação e as deformações da história. Elas colocam os mitos no



seu lugar cultural e hermenêutico e buscam decodificá-los em seus significados, mas negam que sejam assumidos como históricos ou factuais e que se apresentem em personagens e promessas messiânicas de cunho religioso ou político. Nesse sentido, as ciências serão sempre uma antítese das mistificações.

1.2 O mito da pátria

A pátria é antes de tudo um mito, para o bem ou para o mal das verdades histórica e política. Trata-se de uma entidade construída para agregar e fundamentar as nações e povos em torno de uma condição comum e dogmática de uma igualdade transcendente. Da pátria emanam os valores comuns de um povo e nela os seus membros se agregam no mesmo sentimento de pertença. É uma mãe que acolhe e alimenta os seus filhos com sua fortaleza e benevolência. A pátria é ambígua como todo mito; pode agregar na direção de um projeto humanitário e pode manipular como uma ideia-força que aliena e massifica os cidadãos. Por ser mito, a pátria conta sempre com imagens belas (de natureza, de lugares e de pessoas), com enredos magníficos (grandes descobertas, coincidências e milagres) e com heróis (personagens fora do comum, gênios, guerreiros, desbravadores etc.). Também por ser mito, a pátria é feita de reforços religiosos, por discursos que enfatizam sua grandeza e importância por se tratar de uma entidade desejada por Deus para um determinado povo. Nessa perspectiva, pertencer a uma pátria é pertencer a um projeto de Deus. Os integralistas e integristas se pautavam por essa teologia patriótica que conclamava o retorno da velha aliança entre Estado e Igreja.

Na construção histórica do Brasil a noção de pátria ocupou um lugar central, mais do que a noção de povo, por exemplo. A simbólica familiar mãe-filhos, sacralizada pela imagem Deus-natureza, foi dominante de forma coerente com os rumos históricos de formação da nação onde o povo não exerceu efetivamente o protagonismo como sujeito político. A pátria é, de fato, a mãe providente que dispensa os protagonistas políticos e, *a fortiori*, os filhos rebeldes que queiram assumir o poder. A pátria de alguns é entendida como a pátria de Deus, a mão sagrada provedora que agrega todos os filhos, os pobres e os ricos.

1.3 A origem providencial do Brasil

A imagem de pátria brasileira foi construída com elementos disponíveis nas narrativas de formação da nação e do povo que foram sendo elaboradas no decorrer da história. Nasce de imagens e de conceitos acumulados como fatos e verdades que ensinam o que é o Brasil. A



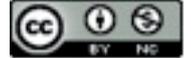
pátria é uma síntese dos elementos que enaltecem as origens e a formação do povo, da nação e dos governos; ela está em formação permanente, na medida em que novos elementos são acrescentados a essas matrizes mais arcaicas e estáveis no imaginário social do povo. A descoberta da nova terra pelos portugueses fornece os primeiros elementos que vão compondo esse imaginário. A sacralização fez parte desse processo: nascemos como terra abençoada por Deus e jamais podemos fugir dessa graça original.

A “descoberta” do Brasil se insere numa saga quase miraculosa bem sintonizada com a mística política das origens de Portugal. O Reino foi concebido como resultado da providência divina. Dom Afonso Henriques foi conduzido por Deus na batalha de Ourique na qual venceu os reis mouros e estabeleceu a nova nação. Portugal nasceu como vitória de Deus sobre os inimigos islâmicos. Sobre esse mito fundador os portugueses constituíram-se como monarquia teocrática e como nação destinada a expandir em nome de Deus (AZZI, 2001, p. 182-194). A tomada de posse das terras do novo mundo se insere nesse imaginário da dominação de novos territórios para Deus e sob sua providência. Portugal é um projeto de expansão católica desde o ato miraculoso da gloriosa batalha até as terras longínquas do novo mundo. Além dos mares, novos territórios eram uma espécie de presente de Deus para seu povo lusitano, povo eleito desde as origens, conduzido pelo poder do rei consagrado e protetor da fé católica. Portanto, a chegada ao Brasil não poderia ser por acaso, explica Pero Vaz de Caminha em sua famosa Carta. A providência divina prepara a nova terra que confirmava a imagem do paraíso perdido em sua exuberância natural e por seus habitantes pacíficos. Sérgio Buarque de Holanda expôs em sua obra antológica essas raízes míticas do Brasil; raízes que se perpetuaram ao longo da história escondendo, evidentemente, as razões econômicas da conquista (1994).

O Brasil nasceu como uma terra providenciada por Deus, antes mesmo que se constituísse como nação e como Estado. A terra de Santa Cruz jamais saiu da imagem do imaginário nacional. No marco da grande cruz plantada na primeira missa a nova terra nascia como bebê puro, congregando índios e portugueses, destinada a ser cristã e sempre protegida por Deus: “País tropical, abençoado por Deus e bonito por natureza”, cantava Jorge Ben em plena ditadura.

2. As imagens sagradas da pátria

Como toda entidade transcendente, a pátria se expressa sobretudo por meio de linguagens simbólicas. As imagens, os símbolos e os personagens que compõem a ideia de uma mãe comum, posicionada como fonte alimentadora da nação, do povo e do Estado, ocupam o lugar



da narrativa racional, marcada pelas regras do jogo político-administrativo impessoal, pela condução autônoma dos sujeitos e pela institucionalização na forma de norma. A ideia de pátria captura e elabora o que está na região do sentimento coletivo, o que sustenta com sua força todo os arranjos ideológicos e institucionais do povo que se compreende como nação e se edifica no Estado monárquico e republicano. Embora na ordem histórica se deva pensar em uma circularidade que cria e integra de forma concomitante as noções de pátria, nação e Estado, na ordem da lógica do poder, a noção de pátria vem em primeiro lugar: fonte de onde advém o vigor, a unidade e a finalidade da vida do povo, unificado como nação e organizado como Estado. Por essa razão, nos momentos de crise das regras e do funcionamento dos regimes capitaneado pelo aparelho do Estado, o retorno à pátria se mostra como movimento necessário para reconstruir a unidade perdida e redirecionar os governos e, até mesmo, refazer o regime e o próprio Estado. Se o Estado é racional e objetivo, a nação é a definição da pertença comum, a pátria é o sentimento sagrado fontal e unificador das demais entidades sociopolíticas.

A linguagem que narra a pátria e a transmite a cada geração, bebe de fontes primordiais sagradas e, por essa razão, tem sua gramática estruturada em simbologias por meio das narrativas das origens, dos ícones e imagens, das músicas e dos rituais.

As origens sagradas da terra narram as belezas naturais, os lugares demarcados por atos religiosos, os produtos oferecidos pela terra, tudo é dádiva divina para os filhos que ali habitam. Nos ícones a pátria fala por meios das imagens idealizadas quando o artista deixa seus sentimentos e desejos fluírem sem controles realistas, profissão de fé que busca expressar-se por meio da beleza. As imagens encenam as origens e os heróis, cria o que pretende ensinar como exemplo a ser contemplado para ser seguido. Essa função catequética das imagens patrióticas se encontra regularmente nas pinturas, nos monumentos, nos edifícios e ilustrações dos livros didáticos.

No tocante às músicas, não é apenas o hino nacional que canta a pátria brasileira em termos de sacralidade, mas outras canções populares seguem essa mesma pauta. De fato, todos os Hinos oficiais existem para cantar a unidade nacional por meio de imagens e ideias que celebram as origens da nação. O “gigante pela própria natureza” nasceu como nação nas “margens plácidas” pelo “brado retumbante” de Dom Pedro. A liberdade brilhou no céu da pátria e fez nascer o país de um grito de guerra. As metáforas continuam desenhando as imagens da mãe gentil que está sendo esboçada, quando Portugal perdera a maternidade nacional nos movimentos separatistas que pipocavam pelo território afora. O hino nacional encena a busca urgente da unidade territorial ameaçada, a construção do sentimento nacional e a conclamação ao futuro de uma grande nação no novo mundo.



Várias canções populares exaltaram a pátria por variados vieses ideológicos e contribuíram com a reprodução da ideia de uma pátria abençoada que agrega os filhos de distintas raças. A Aquarela do Brasil de Ary Barroso posiciona-se, por certo, no topo dessa perspectiva em pleno Estado novo que lança mão de estratégias unificadoras da nação com o apoio do Catolicismo. “Ó Brasil do meu amor, terra de Nosso Senhor”, repete o refrão após descrever a natureza dadivosa e as diferenças culturais que compõem a nação. A pátria catada em prosa e verso marcou presença em canções folclóricas, em canções explicitamente políticas, em músicas sacras e em músicas de protesto de compositores da MPB. Nos anos mais duros da ditadura explodia o sucesso musical nacionalista “Eu te amo meu Brasil, meu coração é verdade, amarelo, branco azul anil”. E Chico Buarque cantava em tom contrário: “Num tempo, página infeliz da nossa história, passagem desbotada na memória das nossas novas gerações, dormia a nossa pátria mãe tão distraída sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações”.

A pátria é feita para ser amada, celebrada e idolatrada e não tanto compreendida. Os rituais ensinam a compreender amando, ou na, formulação agostiniana, ensinam amar para compreender. As datas comemorativas fazem memória à pátria por meio das paradas e dos desfiles, das salvas de canhões e das quadrilhas da fumaça; colocam em público os símbolos e os governantes e envolve a multidão por meio de cantos e aplausos. O dia da pátria realiza de modo concreto essa dinâmica refundadora das origens comuns.

Essas linguagens próprias das expressões sagradas ensinam, atualizam e realizam o sentimento da nação comum que um dia foi conquista pela força exemplar de grandes heróis. Tratar-se-ia de uma religião implícita, de ritos secularizados etc. Contudo, a natureza sagrada e a dinâmica sacralizadora dessa ação permanente recebem, por essa razão, o reforço dos discursos religiosos, de modo regular das religiões hegemônicas ou que buscam esse patamar. A pátria é quase sempre revestida de um manto teológico que a liga naturalmente a Deus. No caso do Ocidente, as grandes excitações patrióticas contaram com o apoio das religiões de matriz cristã, aquelas oficiais, quando existiam, as hegemônicas ou, ainda, a de uma espécie de espírito cristão ou de uma religião culturalizada, como no caso dos EUA. A ligação *Deus-pátria-nação-estado-governo* tem uma história longa no ocidente e se mostra mais ou menos visível, a depender das conjunturas, mas, sobretudo, como espírito e prática dos governos autoritários que renascem periodicamente.

3. Deus e pátria brasileira

Deus e pátria compõem o mito fundante do governo atual. Ainda que os ânimos dispensem essa categoria analítica explicativa dos regimes políticos, certamente pelo frescor do cadáver,



não resta dúvidas de que o mito foi construído e permanece vivo em suas redes de apoio. A denominação *mito* atribuída a Jair Bolsonaro não é apenas um atributo construído por fanáticos de suas redes sociais; designa, de fato, a natureza de sua liderança, marcada por traços religiosos desde que se apresentou como salvador infalível de uma grande crise, lançando mão de discursos explicitamente religiosos e aliando-se a lideranças religiosas de matrizes confessionais distintas, porém convergidas na ideia do poder de Deus. O mito opera com a pátria (Brasil acima de tudo) e com Deus (acima de todos). A lógica do poder instaurada por seu governo é fundada no poder “acima de...”, como bem expressa seu lema de campanha. A conexão Deus-pátria se mostra explícita nos discursos e nos atos. O Brasil é uma pátria religiosa; teríamos uma “religião brasileira” que está sendo destruída pela mídia. O território da pátria liga Deus, o fundamento maior, com o conjunto do povo que constitui a nação; é o território destinado a agregar o que está disperso e, no caso do Brasil atual, possui uma religião.

Essa operação deve ser da idade da pedra: o poder se justifica com um fundamento, poder autoritário necessita de um fundamento superior que lhe confira legitimidade. O mesmo espírito unificador, a pátria, representa a mesma fé do povo que reconhece a ligação direta do seu governante com Deus. Conexões teocráticas que se configuraram em diferentes modelos no decorrer da história. Uma entidade mítica só pode brotar de um Mito maior. Em termos ocidentais, sem Deus a pátria sucumbe em sua autossuficiência mítica e pode dissolver-se nas contradições dos regimes que a ostentam e se rotinizar nos símbolos do poder e mesmo do Estado. Um Deus conhecido de todos nomina de forma segura e indelével o sentimento da mão transcendente comum. O lema de raízes fascistas, formulado como lema do movimento integralista e retomado pelo governo bolsonarista faz a síntese da realidade sociopolítica anterior à nação e ao Estado: *Deus, Pátria, Família*.

A pátria é anterior e superior à nação, ao povo e ao Estado; dela brota a comunhão fundante dos demais elementos que compõem uma identidade nacional. As urgências de afirmação ou retomada do espírito patriótico pedem sempre um cimento capaz de assegurar sua unidade, de forma eficaz e normativa, sem os riscos da rotinização e da dispersão promovida pelos dissidentes, filhos rebeldes, inimigos do povo etc.

A conexão teocrática Deus-pátria tem sua história nacional. Há que ressaltar os mais de três séculos do regime do padroado em que o governo monárquico exercia uma missão indissociável do político com o religioso, concretamente como responsável direto não somente por dilatação e preservação da fé católica como também como administrador do aparelho eclesiástico local. A ideia de uma nação católica acompanhou a maior parte de nossa história como teocracia

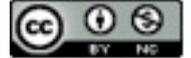


explícita. O regime do padroado sintetizou no mesmo sistema as regras teocráticas da fase pré e pós-reforma gregoriana: embora tendo o poder papal como sua fonte primeira, os monarcas detinham autonomia como ungido para governar em nome de Deus e, por conseguinte, governar a Igreja. O pequeno intervalo da república laica não apagou, certamente, essa memória teocrática que retorna com novas estratégias já na década de vinte e se estende durante o regime autoritário de Getúlio Vargas nos anos 1930.

Entretanto, na dieta laica da República a Igreja jamais esteve, de fato, fora dos interesses políticos do Estado. Ao contrário deteve o controle da educação, da saúde e das obras assistenciais. Os resquícios do aparelho do padroado resistiam na prática e mentalidade das lideranças. Um fato emblemático que vale ser mencionado foi a escolha do bispo de Cuiabá Dom Francisco Aquino Correia como governador do Mato Grosso como solução de conflitos entre os partidos locais que levava a queda do governo eleito. O bispo-político escreve uma Carta sobre o *Patriotismo cristão* (1922), na qual transparece uma visão original de teocracia adaptada à República: “Tal é o patriotismo cristão, que não separa o amor à Pátria do amor à Deus”, afirma o bispo. Esse patriotismo afirmado pelo prelado político tem as seguintes características: a) cultiva a fraternidade universal, mas privilegia a pátria nacional onde o Senhor nos fez nascer a quem devemos o tributo filial; b) dele nasce o civismo e os deveres para com o Estado; c) faz de cada cidadão um responsável pelo patrimônio nacional; d) que leva a respeitar as autoridades instituídas como representantes de Deus; e) leva a observar as leis públicas como emanadas da própria soberania divina; f) e nos obriga a trabalhar e a orar pela pátria (AZZI, 1994, p. 44).

A convicção de que a pátria brasileira era católica por desígnio divino desde as suas origens e o governo, mesmo republicano, não poderia dispensar essa verdade orientou as ações do episcopado nos anos seguintes. A afirmação da catolicidade da nação era uma tarefa a que deveriam dedicar-se o governo e a Igreja. Tratava-se de um projeto de salvação do Brasil dos perigos iminentes do ateísmo com a emergência de movimentos socialistas e anarquistas que se expandiam no meio operário. Para ambos os poderes não se tratava de retomar o modelo do padroado, mas de estabelecer um *modus operandi* que mantendo as autonomias produzisse as condições para um projeto de restauração nacional por meio da fé católica.

A Igreja Católica já avançava havia décadas em um projeto de restauração que visava dar maior vigor interno ao clero, aos religiosos e ao laicato no sentido de uma Igreja mais ativa e estruturada e com presenças social e política capazes de influenciar os rumos da política, segundo os parâmetros da doutrina católica. Nesse sentido, a restauração católica contava com alguns rumos claros: a) autonomia da Igreja perante a República como poder legítimo que se autorregulava com suas



normas próprias; b) missão espiritual e moral da Igreja na educação do povo e na formação de um caráter nacional católico, sobretudo por meio da educação e da imprensa; c) presença social e política junto ao operariado, às instituições de ensino e nos processos eleitorais; d) celebração de acordos com o governo federal e com os poderes locais, na busca dos mecanismos capazes de contribuir com implantação de uma moralidade católica. Para tanto, contava com prelados politicamente estratégicos, capazes de se relacionar propositivamente com os governos, com a força do laicato organizado por meio da chamada Ação Católica e com a força de intelectuais, clérigos e leigos, que atuavam como formuladores dessa visão (AZZI, 1994).

A convergência entre os poderes era de interesse comum para os objetivos de ambos. O Estado oferecia as condições de concretização dos objetivos catolicizadores da Igreja e a Igreja reforçava o intuito de unidade nacional pretendido pelo Estado. Riolando Azzi resgata dois discursos de lideranças das duas instituições que merecem ser reproduzidos pelo caráter emblemático que configuram (AZZI, 1994, p. 33). Em 1924, no governo de Artur Bernardes, durante um banquete oferecido aos bispos brasileiros para selar a aliança entre a Igreja e o Estado, pronunciaram o Ministro das Relações Exteriores Félix Pacheco e o Cardeal Arcoverde do Rio de Janeiro.

Na conclusão de seu discurso, disse o Ministro:

O Brasil precisa do concurso de todas as forças vivas da nacionalidade para se refazer na disciplina, no respeito da autoridade, na prática das virtudes, na obediência às leis, na lealdade aos deveres públicos, no trabalho útil e na independência responsável e sem ódios. Entre essas forças vivas a que aludo, e indispensáveis ao trabalho urgente de reconstrução geral do país, nenhum maior do que a Igreja.

Em resposta, afirma o Cardeal:

A comunhão de vistas entre os chefes temporais e os chefes espirituais, a nossa colaboração sempre bem aceita, tantas vezes reclamada, para o engrandecimento da pátria comum; a união de sentimentos, passando da superfície de cortesias para uma camada mais íntima e mais profunda, são indícios alvissareiros do dia de amanhã.

Esses discursos poderiam ser definidos como fundadores da neocristandade que se configurou desde então no Brasil em um arranjo, ao que parecia bastante natural, ao menos sob três aspectos: 1º A pátria católica subsistia como espírito fundante que abrigava em seu seio o Estado laico. Este se colocava como serviço daquela e buscava os meios legais e políticos de concretizá-la cada vez mais em suas políticas públicas; 2º A pátria católica resgatada e afirmada contribuía



com a construção da unidade moral e política da nação fragmentada social e politicamente; 3º A aliança entre os poderes autônomos da Igreja e do Estado era a estratégia necessária para a realização dessa missão comum.

Nesse projeto, tornam-se naturais os símbolos católicos assumidos publicamente, como a estátua do Cristo redentor no alto do Corcovado (1931) e, meses antes, em ato religioso com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Núncio Apostólico a proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, homologando politicamente o decreto de Pio XI de 16 de julho de 1929. A ideia de uma nação católica é retomada com força pelas autoridades políticas e eclesiásticas, bem como pelos intelectuais de viés moderado e conservador. Nesse período os Congressos Eucarísticos são celebrados como momentos de manifestação pública da fé católica e de defesa da pureza católica da pátria. Procissões, sermões e cantos exaltavam Cristo e a pátria como realidades naturalmente implicadas e como identidade capaz de enfrentar os inimigos da fé, da família e da moralidade. Os ecos dessa perspectiva teológico-política ecoaram por décadas nas celebrações católicas em Cantos eucarísticos como esse:

*Glória a Jesus na hóstia santa
Que se consagra sobre o altar
E aos nossos olhos se levanta
Para o Brasil abençoar*

*Que o Santo Sacramento
Que é o próprio Cristo Jesus
Seja adorado e seja amado
Nesta terra de Santa Cruz
Seja adorado e seja amado
Nesta terra de Santa Cruz*

A pátria religiosa estava marcada não por uma teologia política genérica capaz de lhe assegurar um fundamento religiosos explícito em nome de Deus, mas, agora, católica com suas marcas distintivas, a devoção mariana e a adoração eucarística. A construção de uma nação católica conectava o Brasil às suas origens, assegurava a unidade social e política no presente e projetava a nação do futuro. Os grandes inimigos a serem vencidos eram a o liberalismo, nefasto defensor da laicidade e do ateísmo e o comunismo que rondava nos meios operários e colocava em risco a fé, a família e a liberdade. Nesse movimento, além das catequeses e liturgias patrióticas, desenvolvia-se uma teologia política que vinculava *Deus-Pátria-Igreja-Autoritarismo* pela reflexão de pensadores conservadores e pela ação militante de grupos integristas.



4. Pátria, Igreja e regime autoritário

Uma tríade renitente na história política ocidental. A afinidade entre poder de Deus e poder autoritário é natural e estratégica. Poder forte necessita de poder absoluto como sua fonte e imagem de governo. Poder autoritário encontra no consenso religioso que regularmente antecede o consenso político o meio de sua execução e perpetuação (HOBSBAWM, 2016, p. 92-100). A teologia política da pátria católica costurava ideias sociais extraídas da Doutrina Social da Igreja e do pensamento de Tomás de Aquino, desde onde se desenhava um projeto político conservador e, em muitos casos, antidemocrático. O universo católico tradicionalista fornecia matéria prima para a construção dessa identidade teológico-política de traços pré-modernos. Os integralistas, antiliberais e anticomunistas, afirmavam essas duas fontes, como referências de suas posições, embora tenham padecido do inevitável drama hermenêutico que caracteriza toda leitura. O princípio essencialista escolástico que ensina a estabilidade da realidade e as verdades eternas, não subsistiu como perspectiva unânime de leitura de ambas as fontes do ponto de vista de seu ensinamento político. As experiências nazifascistas levaram católicos munidos dos ensinamentos sociais da Igreja a tomarem posições críticas em relação ao autoritarismo e a ditadura franquista provocou revisões de posturas no grande neotomista Jacque Maritain, inspirador do pensamento católico, em favor do estado democrático. Por essa razão, as tendências integralista/integrista e liberal vão demarcar o pensamento político católico como correntes que se tornam cada vez mais distintas e, até mesmo, antagônicas a partir da década de quarenta.

O centro Dom Vital fundado pelo convertido Jackson de Figueiredo havia sido o centro irradiador do tradicionalismo católico desde sua fundação em 1922. E não se tratava de um tradicionalismo meramente religioso, mas, ao contrário, de um pensamento integrista que vinculava catolicismo e regime autoritário. Em nome de princípios religiosos católicos visava resgatar a ordem e a autoridade na sociedade brasileira, o que implicava ruptura com a democracia, sinônimo de demagogia, e enfrentamento dos liberais e dos comunistas (AZZI, 1994, 115-124). A sintonia com o momento histórico de emergência de movimentos autoritários na Europa e de retomada do tomismo dentro da Igreja Católica é nítida na gestão do Centro por parte de Jakson que morre em 1928. De fato, se na Europa o fascismo trilhava caminhos religiosos sincréticos, por aqui a marca católica era inseparável do projeto autoritário.

O movimento integralista foi o caudatário político dessa perspectiva e angariou uma grande frente de militantes destinados a salvar o Brasil da ruína final. No documento de que marcou o nascimento do movimento integralista em 7 de outubro de 1932, conhecido como *Manifesto de Outubro*, Plínio Salgado, lançava as bases de um projeto político descendente



direto do fascismo italiano, tendo como tripé Deus-pátria-família. Rezavam os princípios: Deus que dirige o destino dos povos, pátria nosso lar e família, início e fim de tudo (GONÇALVES-NETO, 2020, p. 14-15). Com essa bandeira, o movimento se inseriu na política nacional com diferentes estratégias, por meio da Ação Integralista Brasileira. O tripé Deus-pátria-família sintetizava o espírito e o propósito do movimento e sua autodesignação “integralista”, como unidade maior capaz de instaurar o Estado integral unificador das divergências. O projeto era parte do movimento mais geral que o Ocidente forjara como saída perante a crise econômica que assolava o mundo e, por conseguinte, a crise dos governos democráticos e o avanço concomitante do regime socialista. Portanto, aquele tripé traduzia-se politicamente em outro crise-salvação-autoritarismo. O integralismo lançou as bases de um projeto político-religioso autoritário que subsiste na consciência política das elites nacionais e retorna como solução nos momentos de crise por meio de líderes salvadores da pátria.

5. A pátria amada do messias Bolsonaro

A tríade Deus-pátria-família reaparece no movimento de “eterno retorno” da ultradireita (KAHHAT, 2019) nos dias de hoje aparentemente sem retoques políticos. A pílula salvadora da crise é repetida na sua literalidade e com todos os componentes religioso-autoritários que traz em sua química original, bem calibrada pelo integralismo e utilizada como mola propulsora do golpe militar de 1964. É bem verdade que em nossa conjuntura trata-se de um retorno criativo, não só pelas estratégias tecnológicas de que dispõem nas redes virtuais, mas também pelo conteúdo que oferece: Deus, pátria e família se mostram, agora, como realidades descatholicizadas e inseridas em um novo contexto político-religioso marcadamente plural e no âmbito do regime democrático. É nessa nova moldura político-cultural que a nova trindade unificadora da nação tem sido resgatada, excitada e comunicada como graça redentora. Neofascismo, neointegralismo, neocristandade, neoteocracia? O fato é que o prefixo *neo* tornou-se importante para compreender as novas dinâmicas em curso. A pátria amada posicionada acima de tudo reaparece inserida na velha gramática *crise-salvação-líder*, mas como resultado de uma conjunção de forças diferenciadas e, até recentemente, díspares e politicamente irreconciliáveis. Ao que parece, o protagonista central dessa conexão teocrática são os denominados evangélicos, com mais precisão, os pentecostais, tendência cristã que se expande desde o início do século passado pelo planeta, tornando-se hegemônica em muitos contextos socioeclesiais.

É, de fato, dessa matriz cristã que se podem inferir os pressupostos hermenêuticos e políticos para entender o que se passa com a pátria cristã do governo atual em termos de fundamentação dos discursos de viés teocrático, das alianças políticas das elites eclesiais com o governo e das



acomodação dos diferentes grupos religiosos no mesmo governo: 1º A fundamentação dos discursos se dá pela leitura fundamentalista exercitada como: a) uso da Bíblia em sua literalidade com a finalidade de identificar as profecias na realidade presente e aplicar de modo inalterado o que está escrito; b) consciência de um tempo contínuo que se distende do evento narrado na Bíblia aos eventos atuais; c) seleção de passagens isoladas dos livros bíblicos como unidades autônomas de significado que dispensam correlações e inserções contextuais mais amplas; d) convivência de sujeitos intérpretes distintos, relacionados e consensuados pela convicção de uma autoridade inquestionável do texto bíblico. 2º A aliança com confissões evangélicas específicas que ocupam cargos no primeiro e nos demais escalões do governo concretizam uma barganha de interesses políticos entre as partes que exigem: a) afirmações e gestos regulares do mandatário maior que confirmem sua aliança, tais como pelo jargão do “terrivelmente evangélico” ou pela frequência ativa em cultos das diversas denominações; b) distribuição de cargos nas funções do governo e do próprio aparelho estatal; c) apoio incondicional das igrejas aliadas aos discursos, gestos e decisões do Presidente. 3º Convivência por uma espécie de “tolerância estratégica” de tradições religiosas distintas sob uma clara hegemonia dos pentecostais: a) tradição pentecostal representada por igrejas diversas e por tendências oriundas de igrejas cristãs históricas; b) tradicionalismo católico de matriz integrista com suas velhas visões teocráticas; c) cosmovisões conservadoras de cunho esotérico-cristão dos discípulos de Olavo de Carvalho; d) Outros grupos de matriz espírita que insistem na ideia tradicional de uma pátria eleita por Deus (XAVIER, s/d).

Nesse contexto complexo, porém simplificado pelos interesses de sustentação do governo, o velho tripé encontra sua significação e sua operacionalidade. Uma inevitável generalidade religiosa parece ressignificar cada um dos elementos para possibilitar a composição efetiva do governo: a) um Deus transconfessional professado pelo líder que, consciente ou não, estrategicamente ou não, mantém uma ambiguidade confessional, ao se declarar católico e ser batizado por um pastor pentecostal no Rio Jordão. Com um pé em cada canoa e, ao mesmo tempo, declarando-se olavista fiel, Bolsonaro configura uma cosmovisão religiosa nitidamente eclética que carrega elementos distintos do pentecostalismo, do marianismo católico e do esoterismo negacionista olavista (ROCHA, 2021); b) uma pátria religiosa, configurada por uma “religião brasileira”, por um sentimento comum de salvação urgente dos inimigos da esquerda; c) a família tradicional é afirmada como modelo a ser retomado com urgência como enfrentamento dos novos modelos instituídos de união homoafetiva, embora o tradicional seja ressignificado, na medida em que a regra moral tradicional da indissolubilidade de origem evangélica não seja adotada. Vale lembrar que o próprio presidente se encontra na terceira união matrimonial.



O Deus todo poderoso acima de todos fundamenta a pátria, o líder e seu governo (PASSOS, 2021). A pátria oferece o sentimento religioso comum sem ser vinculada a uma confessionalidade específica. A marca “terrivelmente evangélica” compõe as estratégias de governo, mas não o conteúdo da pátria, antes de tudo verde-amarela, onde a ala militar se sente bem à vontade. Como se pode observar a olho nu desde que foi instalado, trata-se de um sistema sem organicidade teórica, sem um projeto definido, mas de uma confluência de interesses que vai buscando os modos de se concretizar, na medida do jogo de forças e da troca de interesses dos grupos religiosos e políticos que o compõem. A estadia de Deus no governo está longe de um regime teocrático orgânico e articulado, mas constitui, ao que parece, a justificativa para uma aliança bancada pelas elites econômica e política ciosas de seus privilégios e sempre inseguras do que consideram ameaça para seus interesses.

A unidade cimentada pelos novos Deus, pátria e família, se dá como novo modo de fundamentar o projeto autoritário e pode ser entendido como sua imagem e semelhança (*Deus imago regis*). A força de coesão dos três fundamentos será certamente correlata e proporcional à força de coesão das alianças que compõem o governo. Nesse equilíbrio frágil, a unidade dos fundamentos mostrará suas diversidades internas quando as diversidades que compõem o governo vierem a baixo, seja pelos desgastes históricos inerentes a todo projeto e a todo líder salvador, seja pelos conflitos de interesse que precipitam as ruínas dos poderes pretensamente fortes. Há que acrescentar que o *éthos* evangélico da autonomia confessional sustenta, de fato, as dinâmicas internas de cada Igreja, assim como, no caso das igrejas pentecostais, o *éthos* da intolerância para com outras confissões definem suas identidades isoladas e opostas a resto do mundo decadente. Essas duas práticas marcantes se encontram hoje entre parêntese no governo, uma vez que as igrejas convivem na mesma arena com objetivos imediatos a serem alcançados e que do ponto de vista das normas de conduta da laicidade deve, no mínimo, conter a intolerância.

Considerações finais

O conceito de pátria expressa a pertença comum que inclui a terra natal, as origens comuns, a unidade nacional, as estruturas políticas cimentadas no sentimento comum e projetadas em imagens ideais da grande família. É nesse nível integrador, sentimental e projetivo que se pode localizar a pátria com entidade imaginada, como fonte de comunhão das demais dimensões e instituições nacionais e como entidade transcendente de natureza religiosa. Nesse sentido, a pátria transcende e fundamenta o que constitui a vida comum de um povo animada e organizada no tempo e no espaço. A pátria subsiste como ligação do passado e do presente, dos sentimentos com os ordenamentos racionais, dos conflitos de classe e das diferenças culturais.



Esse grau de abrangência e integração confere à pátria uma natureza própria como condição comum transcendental a tudo o mais que constitui a vida coletiva organizada de um determinado povo. Nessa condição, eleva-se como mito fundante, como mãe simbólica, como família fontal e como ideal de vida comum deseja e perfeita. A imagem viabiliza a operação das utopias retrospectivas (TOURAINE, 1999, p. 47) que visam projetar o futuro a partir do passado no desenho da solução das crises.

Por essa razão, a história da política revela uma ligação entre as divindades e as pátrias. Entre a nação e Deus, a pátria posiciona-se como entidade de comunhão transcendente que expressa as origens e as finalidades do povo e agrega por meio de sentimentos comuns que constroem fidelidade. Com efeito, a identificação líder-pátria realizada pelos regimes autoritários, não somente recorre à teologia política medieval (KANTOROWICZ, 1998) que identificava o reino com o corpo do rei em afinidade imediata com a eclesiologia do corpo místico (Cristo como cabeça da Igreja), mas reduz a pátria às dimensões do projeto político salvador ali desenhado e disposto a romper com todos os empecilhos que impeçam sua concretização, mesmo aqueles instituídos na objetividade do Estado.

As aproximações entre pátria e religião não são, portanto, coincidências ou parte integrante das estratégias legitimadoras dos poderes autocompreendidos como enviados por Deus. Elas revelam a relação de constituição mútua entre os poderes de Deus e os poderes dos líderes. Essa equação simples compõe ao que parece a própria formulação da imagem da pátria, fonte que sustenta a pertença comum da mesma nação, do mesmo povo e do mesmo aparelho governamental. Mas, é na forma explícita que essa fonte é retomada e reconstruída pelos regimes autoritários no decorrer da história. Na gramática teológica dos poderes fortes e absolutos, Deus e líder se relacionam como causa primeira e causa segunda de um projeto salvador e, por conseguinte, a pátria é privatizada no projeto do líder; resgatar e domesticar a pátria significa, desde então, apresentar-se como portador de um projeto que historiciza o mito do sentimento comum no tempo e no espaço e exercer um controle sobre seu dom, bem como administrar seu conteúdo imagético agregador.

Referências

- AZZI, Riolando. *A neocristandade: um projeto restaurador*. São Paulo: Paulus, 1994.
- _____. *Razão e fé: o discurso da dominação colonial*. São Paulo: Paulinas, 2001.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundante e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1996.



- ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FINCHELSTEIN, Federico. *El mito del fascismo: de Freud a Borges*: Buenos Aires: Capital Intelectual, 2015.
- GONÇALVES, L. Pereira; NETO, O. Caldeira. *O fascismo em camisas verdes: do integrista ao neointegrista*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.
- HOBBSBAWN, Eric. *Nações e nacionalismos: desde 1780 – Programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2016.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Visão do paraíso: os motivos endêmicos no descobrimento e colonização do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1994.
- INGRAO, Christian. *Crer & destruir: os intelectuais na máquina de guerra da SS nazista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.
- KAHHAT, Farid. *El eterno retorno: la derecha radical en el mundo contemporâneo*. Lima: Crítica, 2019.
- KANTOROWICZ, Ernst. H. *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- PASSOS, J. Décio. *No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- ROCHA, João C. de Castro. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.
- THOMPSON. John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- XAVIER, Francisco C. *Pátria do Evangelho*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial e Gráfico da Federação Espírita Brasileira, s/d.



200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: O PROCESSO DE *INNECLESIAMENTO* E O FORJAR DA NAÇÃO CATÓLICA

VALÉRIA APARECIDA ROCHA TORRES

Resumo: O presente artigo é resultado do início da pesquisa sobre as relações entre Igreja Católica e Estado na formação dos municípios brasileiros após a independência. Essas relações são frutos de um processo de *inneclesiamento* da vida social, ou seja, a vida em torno de Igreja – material e espiritualmente – que representa a construção do *éthos* católico na construção material e simbólica da memória, da história, das práticas costumeiras que em conjunto de associação expressam o *éthos* católico brasileiro referenciado na presente pesquisa como patrimônio cultural imaterial passível de ser inventariado.

Palavras-chave: *Inneclesiamento*, Igreja Católica, Estado, Memória, História.

Abstract: This article is the result of the beginning of the research on the relationship between the Catholic Church and the State in the formation of Brazilian municipalities after independence. These relationships are the result of a process of *inneclesiamento* of social life, that is, life around the Church – materially and spiritually – that represents the construction of the Catholic ethos in the material and symbolic construction of memory, history, customary practices that in association set express the Brazilian Catholic ethos referenced in this research as intangible cultural heritage that can be inventoried.

Keywords: *Inneclesiamento*, Catholic Church, State, Memory, History.

Introdução

Comemorar 200 anos de Independência do Brasil é um momento oportuno e especial para a reflexão historiográfica e da Ciência da Religião, principalmente no que diz respeito às múltiplas dimensões das relações entre Igreja Católica e o Estado Brasileiro, pois é impossível abordar o processo de construção do Estado Nacional no Brasil sem produzir uma análise a respeito do papel da Igreja Católica neste processo, não somente em relação à institucionalidade deste



relacionamento, mas fundamentalmente na inerente presença da Igreja Católica no cotidiano da sociedade brasileira desde o período colonial.

A cientista política Maria Lúcia Montes em seu trabalho *Figuras do Sagrado entre o público e privado na religiosidade brasileira*¹ identifica e reconhece o etos católico como a mistura por meio da qual a Igreja Católica construiu práticas religiosas fundamentais na expressão da vida pública graças a seus vínculos com o Estado, essas práticas religiosas que ordenam o comportamento social, desde o período colonial, legitimam as relações poder, dominação e principalmente formularam um conjunto de repertórios culturais que se expressam na estética, no ideal moral e na vida comum.

Essa relação se institucionalizou na Constituição de 1824 cujo texto declara que a religião oficial da recente nação era o catolicismo formalizando legalmente o espaço político que a religião ocupou na dinâmica da formação do país independente.

Constituição Política do Império do Brasil, elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.03.1824.

DOM PEDRO PRIMEIRO, POR GRAÇA DE DEOS, e Unanime Acclamação dos Povos, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brazil : Fazemos saber a todos os Nossos Subditos, que tendo-Nos requeridos o Povos deste Imperio, juntos em Camaras, que Nós quanto antes jurassemos e fizessemos jurar o Projecto de Constituição, que haviamos offerecido ás suas observações para serem depois presentes á nova Assembléa Constituinte mostrando o grande desejo, que tinham, de que elle se observasse já como Constituição do Imperio, por lhes merecer a mais plena approvação, e delle esperarem a sua individual, e geral felicidade Politica: Nós Jurámos o sobredito Projecto para o observarmos e fazermos observar, como Constituição, que dora em diante fica sendo deste Imperio a qual é do theor seguinte:

CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL.

EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Politica de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admite com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se opponha á sua Independencia.

.....
¹ MONTES, Maria Lúcia. *Figuras do Sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma. 2012.



Art. 2. O seu territorio é dividido em Provincias na fórma em que actualmente se acha, as quaes poderão ser subdivididas, como pedir o bem do Estado.

Art. 3. O seu Governo é Monarchico Hereditario, Constitucional, e Representativo.

Art. 4. A Dynastia Imperante é a do Senhor Dom Pedro I actual Imperador, e Defensor Perpetuo do Brazil.

Art. 5. A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Imperio. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem fórma alguma exterior do Templo.²

A afirmação categórica de que a Igreja Católica Apostólica Romana continuaria a ser oficial a religião do império vem acompanhada com a circunscrição e delimitação do espaço físico/político para outras formas de expressão religiosa no Brasil, o catolicismo pelo exposto no artigo 5 tem a prerrogativa constitucional de ocupação na vida pública. No entanto, esta prerrogativa não é representa vontade política que se expressa no processo da luta pela independência, está é consolidação e a permanência da continuidade das tradicionais relações coloniais.

Por isso, a prerrogativa da organização do espaço e da vida pública delegada e consolidada à Igreja Católica na Constituição de 1824 necessita neste momento de reflexão acerca de 200 anos de independência uma análise da Ciência da Religião e da Historiografia sobre uma questão crucial que se coloca na vida contemporânea no Brasil quais os limites das relações entre Igrejas e Estado no Brasil? Qual o lugar das religiões no espaço público brasileiro?

Sob nosso ponto de vista é importante categorizar e conceituar a relação entre Estado e Igreja como um longo processo de *inneclesiamento* da sociedade brasileira desde o período colonial, que se consolida como característica do país independente e se estende como elemento fundamental na formação social do país e pode ser uma importante chave de leitura para a compreensão do lugar das religiões e da religiosidade na vida pública e política no Brasil.

O processo de *inneclesiamento* é um conceito desenvolvido pelo historiador francês Michel Lauwers³ em seu trabalho *O Nascimento do Cemitério: lugares sagrados e terra dos mortos no ocidente medieval*. Neste livro, sua tese central é demonstrar que, entre a Antiguidade Tardia e a Alta Idade Média, no ocidente europeu, principalmente a porção setentrional da Europa, construiu-se a um processo de organização territorial coordenado pela Igreja Católica a partir de três elementos fundamentais: *o local de culto, a zona funerária e o hábitat*.

.....
² BRASIL, Constituição Política do Império do Brazil (de 25 de março de 1824).

³ LAUWERS, Michel. *O nascimento dos cemitérios: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente Medieval*. Campinas(SP): Editora Unicamp. 2015.



A palavra *inneclesiamento*, portanto, remete a territorialização do espaço físico, o *locus* onde a Igreja constrói o edifício eclesial, mas ao mesmo tempo o conceito designa a formação da sociedade espiritual que se constituiu pelo conjunto de cristãos, no caso nos primeiros séculos de história do Brasil, uma comunidade cristã orientada pela direção espiritual do catolicismo.

Os homens da Idade Média não representavam o espaço de modo “homogêneo”, na forma de áreas ou superfícies – concepção espacial que é nossa hoje. O espaço que eles percebiam era, pelo contrário “descontínuo e heterogêneo, naquilo em que ele estava polarizado em cada lugar”, como escreveu Alain Guerreau. Tal é exatamente a imagem que transparece do tratado fundador de Hincmar de Reims: o enraizamento eclesial supunha o estabelecimento de lugares rituais (as igrejas, rodeadas por seu circuito de sepulturas), a presença de populações instaladas na vizinhança imediata desses lugares e a organização de uma área de coleta (aquela de dizimo) definida de acordo com a distribuição dos edifícios culturais. O espaço estruturado definido pelo arcebispo de Reims se apresentava como uma rede de lugares que polarizavam a organização social.⁴

Mantendo toda distância possível entre o mundo europeu e a vida colonial na América, sem nos esquecermos de que fomos colonizados por um país da Europa Setentrional, o conceito de *inneclesiamento* pode ser manejado para ajudar a compreender os processos pelos quais a Igreja Católica gradativa e cotidianamente tornou-se referência na produção de modelos de e para a organização da vida social, estruturando a construção do *éthos católico* como elemento cultural que representa e expressa o conjunto de valores de uma sociedade.

Na discussão antropológica recente, os aspectos morais (e estéticos) de uma dada cultura, os elementos valorativos, foram resumidos no termo “*éthos*”, enquanto aspectos cognitivos, existenciais foram designados pelo termo “visão de mundo”. O *éthos* de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético, e sua disposição é a atitude subjacente em relação a ele mesmo e ao seu mundo que a vida reflete. A visão de mundo que esse povo tem é o quadro que elabora das coisas como elas são na simples realidade, seu conceito de natureza, de si mesmo, da sociedade. Esse quadro contém suas ideias mais abrangentes sobre a ordem. A crença religiosa e o ritual confrontam-se e confirmam-se mutuamente; o *éthos* torna-se intelectualmente razoável porque é levado a representar um tipo de vida implícito o estado de coisas

.....
⁴ LAUWERS, op. cit., p. 56.



real que a visão de mundo descreve, e a visão de mundo tornam-se emocionalmente aceitável por se apresentar como imagem de um verdadeiro estado de coisas do qual esse tipo de vida é expressa autêntica.⁵

Sendo assim, trabalhamos o conceito de *inneclesiamento* do ponto de vista da história comparada, pois esse processo no Brasil se deu de forma similar aos das narrativas de Lauwers em relação ao caso da Europa Ocidental. Aqui no Brasil, a Igreja Católica foi também uma instituição que, durante o século XIX,⁶ teve importância estratégica para a legitimidade do poder de Estado atuando como seu braço burocrático e político do Estado ao mesmo tempo em que cumpria o complexo papel referência espiritual acomodando a vida social.

Nesse sentido o trabalho de Maria Lúcia Montes (1992) também é importante referência na abordagem sobre o papel da religiosidade no Brasil para além das fronteiras do modelo de dominação/controle. De acordo com a autora, o *éthos* religioso brasileiro se consuma a partir da produção de uma Igreja Católica que incorpora e se acomoda perante outros sistemas de crenças com o qual se defronta no Brasil. Essa consumação, para a autora, se expressa por meio da festa.

Mas esse catolicismo, cujo etos barroco aqui se reinventa, na distância da metrópole, a organização corporativa dos ofícios ou das devoções e a lassidão que a natureza dos trópicos e o convívio com índios e negros escravos propiciam, é também o que escande no plano do sagrado a vida pública por meio da festa, forma imprescindível de legitimação do poder e de incorporação desses diferentes estoques étnicos e culturais que aqui se confrontam e aos poucos se fundem, num Brasil em formação.⁷

Por todo o exposto nesta introdução nossa proposta é apresentar parte de uma pesquisa que estamos desenvolvendo sobre as experiências históricas na formação de um município brasileiro na segunda metade do século XIX. O processo *inneclesiamento* pode ser identificado e documentalmente investigado na conformação de formação dos povoamentos, vilas e municípios brasileiros ao longo do século XIX, o estudo fez parte de nossa investigação que teve início na pesquisa de doutorado e continua como parte de um projeto de trabalho de pesquisa do levantamento do patrimônio histórico imaterial do município.

.....
⁵ GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008. p. 93.

⁶ Essa importância da Igreja Católica é desde o período colonial sem dúvida nenhuma, mas nosso recorte temporal é o século XIX, a partir da independência do Brasil.

⁷ Ibidem, p. 51.



O caso analisado não se restringe somente à história local, mas como pesquisa no campo da micro-história permite que seus resultados possibilitem a produção de resultados que possam abrir a interlocução com outras pesquisas que no mesmo sentido componham um projeto de maior amplitude para estudo da História do Brasil e especificamente o papel das religiões e da religiosidade na formação social, política, cultural e econômica do país.

1. *Inneclesiando* a vida: a organização do espaço espiritual e territorial na experiência histórica de formação dos municípios brasileiros.

Como qualquer outro município brasileiro de Espírito Santo do Pinhal desenvolveu-se em torno dos marcos, símbolos e representações católicas como é possível afirmar pela carta de doação de terras doadas ao patrimônio o Espírito Santo em 27 de dezembro de 1849. A doação de terras foi feita por Romualdo de Souza Brito com o claro objetivo de que, a partir de seu ato um povoado fosse reconhecido como tal pelas autoridades provinciais, leia-se o Bispo da Província de São Paulo.

De acordo com a História oficial do município o ato de doação 40 alqueires ao Espírito Santo legitimando a existência do povoamento é a prova material de fé e devoção de Romualdo de Souza Brito e sua esposa Tereza Maria de Jesus, que com fé e devoção apaziguaram um conflito de terras que se estendia na região desde a primeira década do século XIX.

A ocupação das terras onde se localiza Espírito Santo do Pinhal começou por volta do final do século XVIII, provavelmente, a partir do fluxo de expansão bandeirante pelo interior da Província de São Paulo. No entanto, meados do século XIX, a questão da posse e propriedade de terras era um problema grave, principalmente no contexto de um país recém-independente que havia há menos de uma década 1849 se apaziguado após um período de inúmeras convulsões sociais do Período Regencial (1831-1840).⁸

Além disso, naquele contexto o debate do parlamento brasileiro se desenvolvia em torno de duas grandes questões: o fim do tráfico de escravos e a aprovação da Lei de Terras⁹ ambas as questões que foram pelo menos legalmente resolvidas em 1850. Sendo assim, em função das terras devolutas, os conflitos eram constantes e a ocupação de terras era feita por posseiros –

.....

⁸ TORRES, Valéria Aparecida Rocha. *Justiniano José da Rocha e memória do Período Regencial*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1998.

⁹ No Segundo Reinado, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras, por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades. Fonte: Agência Senado Federal.



migrantes, como era o caso de Romualdo de Souza Brito – que, itinerantes, buscavam melhores condições de vida para si e suas famílias.

No entanto, a região do rio Mogí-Guassú e Eleutério era dominada por mata exuberante e caracterizada por uma topografia muito acidentada, o que dificultava e muito a entrada de povoadores. Foi somente no final do século XVIII e início do século XIX que gente vinda de Mogí-Guassú e Ouro Fino começaram a se apossear destas terras. A entrada simultânea de paulistas por um lado e mineiros por outra, na região do Eleutério, gerou uma série de conflitos, tanto entre os posseiros como também entre as autoridades de Mogi Mirim e Ouro Fino.¹⁰

Em Espírito Santo do Pinhal, o conflito que deu origem ao município foi longo e envolveu inúmeras forças políticas, tudo começou quando, por volta de 1820, quando Floriano Pires Cardoso adquiriu a Fazenda do Pinhal, situada na freguesia de Mogi Guaçu, de Antonio Carlos Azevedo que, por sua vez, havia conseguido a fazenda por meio de posse.

Assim, durante a primeira metade do século XIX, a Fazenda do Pinhal foi assunto de demanda judicial, entre os herdeiros dos Pires Cardoso, dos Azevedo e, posteriormente, de outros condôminos que ali se estabeleceram entre eles Romualdo de Souza Brito e sua família. Quando o litígio entre as famílias Pires Cardoso e Azevedo, em função dos limites de demarcação do território, tornou-se um caso de difícil solução, Romualdo de Souza Brito tomou a decisão de doar – no dia 27 de dezembro de 1849 – 40 alqueires da área do conflito para a formação do patrimônio do Divino Espírito Santo.

Saibam quantos este publico instrumento de escriptura publica de duação de terras virim que no Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil e oitocentos e quarenta e nove: Vigésimo oitavo da Independência e do Império do Brasil. Aos vinte sete dias do mes de Dezembro do dito anno, Nesta Freguesia de Sam João da Boa Vista termo da Cidade de Mogi Mirim Setima Commarca a Imperial Cidade e Provincia de São Paulo. Em casas de morada de Romoaldo de Souza Brito onde eu escrevam de pas e Tabelião de notas fui vindo, para passar a prezente escriptura e ahi estavam presentes o dito Romoaldo de Souza Brito e sua mulher Dona Thereza Maria de Jesus, ambos de mim reconhecidos pelos proprios de trato e dou fé, e moradores no Destrito de Mogi guassú, e por elles outorgantes marido e mulher foi dito perante

.....
¹⁰ MARTINS, Roberto Vasconcelos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal*. Ribeirão Preto: Edição do Autor, 1986. p. 52.



duas testemunhas abaixo assignados que elles outorgantes sam senhores e legitimo possuidores de duas partes de terra de colturas na Fazenda denominada o Pinhal Cabeceiras do Ribeirão dos Porcos no Destrito da Freguesia de Mogi guassú, de cuja duas partes fazem duação de quarenta alqueires de terras para servir de Patrimonio da Capella do Divino Espirito Santo que se intenta fundar no dito lugar.¹¹

Portanto, o contexto histórico em relação às questões de posse, propriedade de terras na formação de povoados no Brasil do século XIX eram problemas de altíssimo grau de complexidade como negócio de Estado, como acesso ao direito à terra que, obviamente se desdobra no processo de organização das classes sociais tendo em vista que a condição do exercício da cidadania no Império era ser proprietário de terras e de escravos.

Art. 93. Os que não podem votar nas Assembléas Primarias de Parochia, não podem ser Membros, nem votar na nomeação de alguma Autoridade electiva Nacional, ou local.

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se.

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fôrma dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

*III. Os que não professarem a Religião do Estado*¹² (grifos nossos)

Doar terras à Igreja era um ato que, além de expressar um gesto devocional a determinado santo ou ao Divino Espirito Santo, como é o caso analisado, envolvia outras questões, uma delas é o pragmatismo do ato da doação de terras para o patrimônio da Igreja Católica no século XIX, pois cabia à Igreja, por meio de seus representantes, homologar o aceite da doação e desse ato

¹¹ Trecho da Carta de Doação de Terras ao Patrimônio do Espirito Santo. *Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Juridica da Comarca de São João da Boa Vista*. L. 4ª a. f. 32.

¹² BRASIL, *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824).



dependia o início ou não da legitimidade da existência do povoamento, portanto, o papel da Igreja era muito mais que orientar a vida espiritual, era arbitrar na legitimidade da posse e da propriedade de terras e, por conseguinte legitimar o exercício da cidadania.

Somente após os párocos locais emitirem seus pareceres sobre a licitude da doação, a mesmo poderia ser reconhecido pelo Estado. Assim, cabia ao pároco do povoamento mais próximo, no caso aqui apresentado, o vigário de São João da Boa Vista,¹³ aceitar ou não a doação. O aceite significava curar a capela erigida em louvor ao Divino Espírito Santo. Isso aconteceu somente em 1856, quando o Bispo de São Paulo declarou curada a capela do Divino Espírito Santo do Pinhal e a partir daí oficializou as divisas territoriais do povoamento.

É interessante notar que, neste processo que se desenrola durante sete anos, não há nenhuma interferência de poderes civis e foram as provisões eclesiásticas que informaram e fundamentaram a legislação civil. Sendo assim, no dia 13 de fevereiro de 1850, alguns meses após a doação de terras feita ao patrimônio do Divino Espírito Santo em cartório na cidade de Mogi Mirim,¹⁴ o Bispo de São Paulo emitiu uma provisão para ereção da Capela do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores. “Atendendo as solicitações dos moradores, o então Bispo de São Paulo, concedeu provisão dando licença para a ereção da Capela do Divino Espírito Santo aos 13.02.1850.”¹⁵

Já no ano de 1853, o povoado recebeu a provisão para ereção e fundação do primeiro cemitério ao lado da Capela do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores. Essa provisão também foi dada pelo bispo de São Paulo, no entanto, a autorização para curar a capela foi uma questão mais complicada, pois esta dependia diretamente do padre do município mais próximo, que era São João da Boa Vista, como citamos anteriormente. Por questões de limites territoriais, o padre José Mariano da Silva Macaé fez uma enorme oposição para curar a capela de Pinhal, a ponto de recusar-se a fornecer as informações determinadas pelo bispo de São Paulo.

.....

¹³ São João da Boa Vista é um município próximo a Espírito Santo do Pinhal que oficializou a sua existência como povoada um pouco antes de Pinhal. Na verdade, a doação de terras ao patrimônio de São João foi feita por Antonio Machado, às vésperas do dia de São João. Assim, na década de 1838, a Capela foi Curada e reconhecida pelo padre João José Vieira Ramalho e, em 1838, o povoado foi reconhecido pela Igreja. Mas a ocupação de seu território é praticamente simultânea a de Espírito Santo do Pinhal, por volta de 1820. Por isso, o pároco de São João da Boa Vista, que era o mais próximo de Espírito Santo do Pinhal, a princípio, nega-se a emitir um parecer favorável ao pleito de Romualdo de Souza Brito, pois os interesses territoriais conflitavam.

¹⁴ Mogi Mirim e Mogi Guaçu são cidades próximas que se tornaram freguesias e vilas antes de Espírito Santo do Pinhal e São João da Boa Vista, e a esses dois jovens povoados respondiam. No entanto, nesse processo de ocupação territorial, o que podemos observar é uma gestão bipartida entre as autoridades civis e eclesiásticas, em que os párocos são paroquiais e não pertencem a nenhuma ordem religiosa.

¹⁵ Provisão da ereção da Capela do Divino Espírito Santo, freguesia de Mogi Guaçu. Arquivo da Cúria de São Paulo. In: MARTINS, Roberto Vasconcelos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal*. Ribeirão Preto: Edição do Autor, 1986.



Assim, a consagração de uma igreja, provida com o estabelecimento de um cemitério delimitado e protegido sob pena de sanções espirituais, manifestava o casamento de Cristo de sua “santa Igreja” Essa união mística se concretizava pela edificação de “casas” sobre toda a face da terra, sendo o nome das Igrejas dado a essas casas materiais que remetiam à assembleia de fiéis.¹⁶

Essa resistência provocou uma reação dos moradores do pequeno povoado, que começou uma série de apelações ao bispo de São Paulo pedindo e solicitando ao Bispo para que a Capela fosse curada. Foi somente no ano de 1855 que o novo Vigário do Município de São João da Boa Vista, o Padre Joaquim Feliciano de Amorim Siga, deu o seu parecer favorável à pretensão da população de Pinhal a reconhecer a capela do divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores.

Nesse mesmo ano, também o Vigário de Mogi Mirim, cidade sobre a qual o povoado estava sob jurisdição, o Padre José Maria Cardoso de Vasconcelos, atestou também que a capela do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal tinha plenas condições para celebração do Santo Sacrifício da missa.

Existe uma série de documentos como petições dos moradores do povoado e provisões emitidas pelo bispado da Província de São Paulo que foram gerados ao longo desta questão da legitimação da capela e do povoado que nos fez indagar se não poderíamos denominá-lo de *inneclesiamento*, não somente pelo fato desse assentamento de pessoas se constituírem em torno de uma Igreja, mas pela ação da própria Igreja que se constituía agente da legitimação.

O documento final sobre esta questão acabou sendo elaborado pelo mesmo vigário de São João da Boa Vista, que se recusou a reconhecer a capela, mudando de ideia em 1856, quando assumiu a paróquia de Mogi Guaçu. Além dele, o seu substituto na Vila de São João da Boa Vista, o padre José Valeriano de Souza, também manifesta o seu apoio fornecendo informações sobre as divisas entre São João da Boa Vista e a capela de Espírito Santo do Pinhal.

Mas ainda a questão não estava totalmente resolvida, pois havia em trâmite, na cúria de São Paulo, uma solicitação do Procurador da Capela do Espírito Santo do Pinhal, o senhor Carlos Amauri da Luz, pedindo pressa no sentido das providências para tornar a capela curada. A provisão definitiva veio do Bispo de São Paulo, no dia 2 de abril de 1856, quando a capela Espírito Santo do Pinhal foi declarada curada e também foram fornecidas as suas divisas territoriais. Em março de 1860, a capela foi elevada a freguesia pela lei nº 3 do Governo provincial de São Paulo e Dessa forma, os padres representam agentes de legitimação.

.....
¹⁶ LAUWERS, Michel, op. cit., p. 25.



LEI N. 3, DE 24 DE MARÇO DE 1860

José Joaquim Fernandes Torres, do Conselho de Sua Magestade. O Imperador, Senador do Imperio, e Presidente da Provincia de S. Paulo etc. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléa Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Lei seguinte:

Art. 1º – Fica creada uma freguezia no bairro do Paiolino, pertencente ao municipio de Taubaté.

Art. 2º – As suas divisas serão com a cidade da Parahybuna, e villas de S. Luiz e Caçapava, as actualmente existentes, e com a estolla da cidade de Taubaté terá a seguinte divisa : a estrada das Guarirobas desde que sahe do municipio de S. Luiz até ao ponto em que mais se aproxima da casa de morada da fazenda do capitão Francisco Gomes de Araujo, e d’ahi em linha recta ao alto do morro do Quilombo, seguindo a linha divisória até ao alto do morro do Samambaia, indo sempre pelos cumes dos morros intermediarios, e pelos altos da cordilheira de Samambaia até encontrar com o municipio de Caçapava.

Art. 3º – Fica igualmente elevada á cathegoria de freguezia a capella curada do Espirito Santo do Pinhal, do municipio de Mogymirim, por enquanto com as divisas do curato (grifos nossos).

Art. 4º – O Governo Provincial, ouvindo a camara respectiva, marcar-lhe-ha as divisas com as freguezias de Mogy-guassú, e S. João da Boa Vista.

Art. 5º – Revogadas as disposições em contrario. Mando portanto a todas as Auctoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e façam cumprir tão inteiramente como n’ella se contém. O Secretario desta Provincia a faça imprimir publicar e correr. Dada no Palacio do Governo de S. Paulo aos vinte e quatro dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta.

(L. S.) JOSÉ JOAQUIM FERNANDES TORRES.

Carta de Lei pela qual Vossa Excellencia manda executar o decreto da Assembléa Legislativa Provincial, que houve por bem sancionar, creando uma freguezia no bairro do Paiolino, do municipio de Taubaté, e marcando suas divisas; e bem assim elevando a cathegoria de freguezia a capella do Espirito Santo do Pinhal, do municipio de Mogy-mirim, na fôrma acima declarada.

Para Vossa Excellencia ver

Antonio Dias de Toledo e Aguiar a fez.



Publicada na Secretaria do Governo de S. Paulo aos vinte e quatro dias do mez de Março de mil oito centos e sessenta.

João Carlos da Silva Telles.

Antonio Dias de Toledo e Aguiar.¹⁷

Além da leitura do processo e da forma como as narrativas são encaminhadas, é possível compreender que, para aquelas pessoas, a demarcação do território material era tão importante quanto à do território espiritual. Portanto, alinhando nossa análise com a de Michel Lauwers, articula-se a Igreja ao habitat no momento em que se enraízam os corpos dos defuntos fiéis a Igreja, tornando-se um paradigma em torno do qual a vida irá se desenrolar material e espiritualmente.

A formação de Espírito Santo do Pinhal não é um episódio isolado no contexto da formação dos municípios paulistas e brasileiros a partir de meados do século XIX, Nilson Ghirardello,¹⁸ em seu livro *À beira da linha: formações urbanas do noroeste paulista*, aponta que dezenas de municípios paulistas foram fundados em torno de doações de terras a patrimônios religiosos. O autor também indica que, no final do século XIX, gradativamente, em função do processo de secularização, essas denominações foram abandonadas.

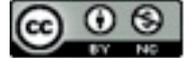
Contam-se às dezenas as cidades fundadas na província de São Paulo entre 1850 e 1889, sendo que em sua esmagadora maioria, patrimônios religiosos. Atestam os nomes dessas futuras cidades sempre precedidos por qualificações sacras, vindas dos padroeiros e padroeiras, gradativamente abandonadas em favor da denominação final, quase sempre ligada a fatores geográficos, frequentemente a cursos d'água.¹⁹

Porém, a questão que colocamos em relação a essa prática caminha em sentido totalmente diverso, pelo fato de que essas cidades não abandonaram suas qualificações sacras e, mesmo aquelas que o fizeram, não abandonaram a vida que se construiu em torno desse processo que estamos denominando de *inneclesiamento*. Precisamos, assim, avaliar a profundidade e a extensão que a vida em torno da Eclésia legou à formação da sociedade brasileira.

.....
¹⁷ Registrada nesta Secretaria do Governo de S. Paulo no livro 4º de Leis a fl. 247 v. em 24 de março de 1860. Arquivo da Alesp. Assembleia Legislativa de São Paulo. Acesso em: 30/07/2022, in: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1860/lei-3-24.03.1860.html>.

¹⁸ GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Available from SciELO Book.

¹⁹ GHIRARDELLO, 2022, p. 128.



2. O processo de *inneclesiamento* e o *éthos* católico

Em torno da Matriz do Divino Espírito Santo, por volta de 1860, uma nova leva de migrantes chegou à região, oriundos do sul de Minas Gerais. Estes começaram a desenvolver a cafeicultura comercial. Os mineiros formaram a elite econômica que controlou a política local de 1870 e até o final da Primeira República. São eles que se autoproclamaram de portugueses, tornaram-se importantes cafeicultores e também mantiveram uma postura, apesar de liberais, estritamente ligada ao processo de *inneclesiamento*.

Com esses cafeicultores, chegou um número considerável de escravos trazidos de Minas para trabalhar na lavoura de café. Não sabemos precisar ao certo esse número por falta de documentos, mas existe o registro de um censo encomendado por um fazendeiro local em 1886²⁰ que registrava a presença de mil escravos no município, um número bastante alto num contexto às portas da abolição, após a abolição da escravidão os ex-escravos fundaram a Irmandade de São Benedito e ocuparam o bairro determinado a eles que se constituiu em torno da Igreja que tem santo como seu padroeiro.

Ainda em relação à formação social do município, no final do século XIX, temos a entrada de um grande contingente de imigrantes italianos – expulsos de seu país em função da Unificação Italiana (1815-1871) – trazidos como opção de substituição para a mão de obra escrava. Porém, essa “opção” é oriunda de um projeto político que envolveu o país numa longa discussão política sobre modelos de governo, regime de trabalho e modelos de sociedade que se almejavam após o final da escravidão.

Esse debate, que se acirrou em meados do século XIX, obviamente, assentava-se em princípios liberais focados no trabalho livre, no modelo de progresso pautado no branqueamento da raça e na idealização do trabalhador livre europeu como redentor e promotor do “novo” Brasil.

Assim a opção foi clara. O branco, europeu, apto ao trabalho livre e católico, que correspondia ao modelo do projeto liberal de branqueamento da raça quando a escravidão, do ponto

.....
²⁰ Censo encomendado pelo Comendador João Elisário de Carvalho Montenegro, português vindo de Lousã, que adquiriu a fazenda de Nova Lousã, em 1867, e tornou-se, até o final do século XIX, um dos maiores produtores de café de Espírito Santo do Pinhal. O Comendador Montenegro, como era conhecido, também foi um precursor de experiências de trabalho livre no Brasil. Por volta de 1869, trouxe de Lousã, em Portugal, 29 colonos para trabalhar em sua fazenda. Montenegro foi um abolicionista ferrenho, tanto ele quanto o seu irmão Daniel de Carvalho Montenegro, o vigário Montenegro. O censo encomendado por Montenegro além de ter por objetivo levantar informações relevantes para investimentos na cidade, desejava obter o número exato de escravos, pois os números são precisos e levantam quantidade de mulheres, homens, crianças (lembrando que a Lei do Ventre Livre já havia sido aprovada) inclusive filhos de escravas que haviam sido renunciados pelos seus senhores. O censo encomendado pelo Comendador Montenegro é um importante documento referente à escravidão no município, porém como toda a documentação histórica no Brasil, os documentos estão dispersos e sem o cuidado necessário para que se transformem em fonte permanente de pesquisa.



de vista político-econômico, chegou ao seu limite, foi estudado pela historiadora Célia Maria Marinho de Azevedo em seu livro *Onda negra medo branco: o negro no imaginário das elites no século XIX*.²¹

Numa palavra, a raça inferior negra, embora escravizada teria determinado a má evolução ou a não evolução dos brasileiros brancos. E assim despido da imagem de vítima, que estava então sendo construída pelos abolicionistas, o negro passa a incorporar a de opressor de toda uma sociedade. Finalizando Pereira Barreto propunha políticas para assegurar condições favoráveis à imigração europeia tais como a separação da Igreja do Estado, a grande naturalização, o casamento civil, a secularização dos cemitérios, a elegibilidade de não católicos. Sem isso e mais o controle severo sobre os negros não se conseguiria garantir a simpatia da Europa e atrair uma grande corrente migratória e, conseqüentemente, seria absolutamente impossível resolver a questão do trabalho.²²

Neste cenário que se consolida a formação do município de Espírito Santo do Pinhal, os imigrantes italianos, que vieram atender as novas demandas da mão de obra do país, chegaram a Espírito Santo do Pinhal e formaram o Bairro de Santa Luiza, que atualmente abriga um Santuário em louvor à santa. Uma parte desses imigrantes formou a classe média urbana, enquanto outra parte se constituiu em pequenos produtores de café geograficamente localizados no Bairro Rural de Santa Luzia.

No espaço físico da cidade de Pinhal grupos étnicos diversos – entre eles: italianos, espanhóis, negros e seus respectivos descendentes –, buscaram estabelecer-se. Para tanto, construíram identidades, criaram laços e alianças e delimitaram espaços sociais. Entretanto, entre a convivência e sua aceitação como iguais no espaço urbano, muita distância ainda deveria ser percorrida e, muitas pontes teriam de ser transpostas. A convivência aparentemente igual não condizia com a realidade de exclusão imposta à maioria desses grupos e de seus descendentes em Pinhal. O período Pós-Abolição vai ser marcado pela forma conflituosa como se deu a introdução desses grupos nos espaços físicos, sociais e políticos na cidade.²³

.....
²¹ AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elite do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.

²² Ibidem, p. 69-70.

²³ TAMASO, Renata M. *Homens de cor, pretos e coloreads: a construção de espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros e suas representações em Espírito Santo do Pinhal/SP (1890-1930)*. Assis (SP), 2005. Tese (Doutorado). Unesp.



Sem dúvida alguma, a estruturação e formação da sociedade pinhalense não foi isenta de conflitos sociais, políticos e econômicos, desde a doação de terras vinculadas ao início do povoamento que esteve envolto às disputas entre os povoadores e suas contendas com a Igreja, depois com o desenvolvimento da cafeeicultura e com a chegada de um contingente expressivo de escravos (apesar dos poucos registros, sabe-se que não há escravidão sem coerção física e moral) e, posteriormente com chegada de imigrantes italianos após a abolição da escravidão. Os conflitos passaram também, portanto, pelo controle da história e da memória local.

Os imigrantes italianos esmagadoramente católicos chegaram para cumprir inúmeras funções e, entre elas, a de consolidar as bases de uma sociedade branca, europeia e católica, controlada pela elite econômica cafeeicultora e liberal que considerava, desde a metade do século XIX, que o Brasil só entraria na modernidade pela via de sua europeização. Dessa forma, como já abordamos anteriormente, a questão não era romper com a religião, mas readequar o seu papel no interior deste projeto político.

Assim, podemos afirmar que temos uma segunda fase do processo de *inneclesiamento* a partir da produção da memória histórica que se constrói em Espírito Santo do Pinhal, como uma memória religiosa que permeia o imaginário coletivo da população de Espírito Santo do Pinhal: o ato de fé de Romualdo de Souza Brito e sua esposa, que, por devoção ao Espírito Santo, doaram as terras para apaziguar os conflitos resultados da demanda em torno das terras, narrativa que ganhou expressão como veremos a partir do início da Primeira República.

Escrevemos um artigo sobre essa memória católica *Preservar e permanecer: o ethos religioso e a memória histórica católica de Espírito Santo do Pinhal (SP)*.²⁴ Este artigo propõe abordar a produção da memória da origem católica do município de Espírito Santo do Pinhal (SP), como um modelo de análise sobre as condições sociais que possibilitaram a construção da memória da Igreja Católica no Brasil.

A memória da origem católica do município de Espírito Santo do Pinhal ao mesmo tempo em que está vinculada ao ideário da cidade produzido pela elite cafeeicultora que comandava o município durante o Império e continuou a comandá-la após a República. No entanto, mesmo após a separação entre Estado e Igreja com a proclamação da República, os símbolos religiosos legitimam e são legitimados por essa memória como a devoção do Divino Espírito Santo e a benevolência cristã do proprietário doador das terras, reforçando a

.....
²⁴ TORRES, Valéria Aparecida Rocha. *Preservar e Permanecer: o ethos religioso e a memória histórica católica de Espírito Santo do Pinhal (SP)*. In: *Anais do VI Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades*. ANPUH. História das Religiões, Literatura, Conceitos e Identidades. Rio de Janeiro, 2016. p. 449-468.



inspiração do Divino Espírito Santo que abençoa o ato do proprietário de terras e de escravos, bem como poder apaziguador da Igreja.

Esse processo histórico de produção de memória histórica genealogicamente ligada ao catolicismo também está intrinsecamente ligado ao *éthos* católico forjando no processo de *inneclesiamento* da cultura imaterial, por isso nos alinhamos ao antropólogo Clifford Geertz citado anteriormente quando apresenta que os aspectos morais e estéticos de uma dada cultura, seus elementos valorativos, podem ser resumidos sob a denominação de *éthos*, dessa forma acreditamos que a produção da memória histórica e todos os empreendimentos que ela envolve é um dos fios condutores com os quais tecemos o *éthos* religioso brasileiro.

Considerações finais

As questões apresentadas neste artigo como foi indicado na introdução são resultados do início de uma pesquisa, portanto, são preliminares e como tais sujeitas a revisões futuras. No entanto, alguns elementos aqui apresentados possibilitam refletir sobre ações institucionais que alicerçaram as relações Estado e Igreja no Brasil para além de meros instrumentos burocráticos como, por exemplo, as cartas de doação de terras ao patrimônio de Igreja, que representa, entre outros documentos o processo de *inneclesiamento* como elemento crucial na construção social das experiências históricas na formação do Brasil independente.

Em nossa percepção o processo de *inneclesiamento* é longo e complexo que se expressa nas opções de incentivo migratório, nas referências mortuárias, na memória cotidiana, nas práticas costumeiras e principalmente da configuração do papel da religião e da religiosidade na vida pública como negócios de Estado e a *posteriori* como patrimônio da cultura imaterial de uma sociedade.

Referências

- AZEVEDO, Célia Maria Marinho. *Onda negra, medo Branco: o negro no imaginário da elite do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GHIRARDELLO, Nilson. *À beira da linha: formações urbanas da Noroeste Paulista* [online]. São Paulo: Editora Unesp, 2002. 235 p. ISBN 85-7139-392-3. Available from SciELO Book.
- LAUWERS, Michel. *O nascimento dos cemitérios: lugares sagrados e terra dos mortos no Ocidente medieval*. Campinas(SP): Editora Unicamp, 2015.
- MARTINS, Roberto Vasconcelos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal*. Ribeirão Preto: Edição do Autor, 1986.



- MONTES, Maria Lúcia. *Figuras do sagrado: entre o público e o privado na religiosidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma. 2012.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2008.
- TAMASO, Renata M. *Homens de cor, pretos e coloreds: a construção de espaços de sociabilidade dos afro-brasileiros e suas representações em Espírito Santo do Pinhal/SP (1890-1930)*. Assis (SP): Unesp, 2005. Tese (Doutorado).
- TORRES, Valéria Aparecida Rocha. Preservar e permanecer: o *éthos* religioso e a memória histórica católica de Espírito Santo do Pinhal (SP). In: *Anais do VI Encontro do GT Nacional de História das Religiões e das Religiosidades*. ANPUH. História das Religiões, Literatura, Conceitos e Identidades. Rio de Janeiro, 2016. p. 449-468.
- TORRES, Valéria Aparecida Rocha; ROCHA, Valéria Aparecida. *Justiniano José da Rocha e memória do Período Regencial*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, 1998.

Fontes documentais impressas

- BRASIL. *Constituição Política do Império do Brazil* (de 25 de março de 1824).
- COLEÇÕES LEIS DA PROVÍNCIA DE SÃO PAULO. Arquivo da Alesp. Assembleia Legislativa de São Paulo.

Dados da autora

Doutora em Ciência da Religião pela PUC-SP. Professora Titular do Curso de Licenciatura em História da Unipinhal.

Recebido em: 03/08/2022
Aprovado em: 08/08/2022



“DOS FILHOS DESTE SOLO ÉS MÃE GENTIL, PÁTRIA AMADA BRASIL”: O HINO NACIONAL BRASILEIRO E A IDEIA DE NAÇÃO

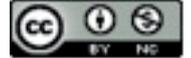
ANDREA GOMES BEDIN

Resumo: Dentre os vários símbolos nacionais, o hino brasileiro se destaca. Num momento em que a nação passa por um flagelo de sua frágil democracia, o resgate do valor de nosso hino se faz cada vez mais presente. Tal resgate se atem, necessariamente, ao longo processo histórico de sua construção, marcado por disputas políticas e interesses de classes, num momento fulcral de nossa história: a Proclamação da República, em 1889. Nesse contexto, ganhou força a ideia de uma nova Pátria, com a exaltação de antigos mitos e símbolos, tais como Tiradentes e Bandeira, entre outros, com especial destaque para o hino. A partir disso, esse artigo se propõe a uma análise histórica do contexto de produção do hino e as circunstâncias sociais, políticas e econômicas que o envolveram, bem como a construção da ideia de Nação, intimamente associada a interesses de classe.

Palavras-chave: Hino, República, Pátria, Símbolos, História.

Abstract: Among the various national symbols, the Brazilian anthem stands out. At a time when the nation is experiencing a scourge of its fragile democracy, the rescue of the value of our anthem is increasingly present. Such a rescue is bound, necessarily, to the long historical process of its construction, marked by political disputes and class interests, at a pivotal moment in our history: the Proclamation of the Republic, in 1889. In this context, the idea of a new Fatherland gained strength. , with the exaltation of ancient myths and symbols, such as Tiradentes and Bandeira, among others, with special emphasis on the anthem. From this, this article proposes a historical analysis of the context of production of the anthem and the social, political and economic circumstances that involved it, as well as the construction of the idea of Nation, closely associated with class interests.

Keywords: Anthem, Republic, Fatherland, Symbols, History.



1. Um pouco de história...

A construção do hino nacional brasileiro, enquanto um símbolo pátrio, levou tempo e história. Tempo, ao longo do qual desmembraram-se letra e música de cujo louvor à monarquia, um novo tempo com a República pretendeu desvincular, e história, cujo substrato sociopolítico forneceu o tom, período a período, da memória a ser resgatada e louvada.

O hino nacional propriamente dito, tal qual o conhecemos hoje, resultou, segundo apontamentos,¹ de uma série de desdobramentos de outros hinos anteriormente existentes, afinados com o momento histórico e suas circunstâncias sociais e políticas. Daí que o hino monárquico, o primeiro a figurar no panteão dos hinos pátrios, consistiu em promover um discurso de louvor à figura de Pedro I e ao sistema monárquico.

De acordo com Carvalho (2003), se por um lado a população assistiu “bestializada” ao surgimento da República, por outro, entretanto, fez “valer sua vontade²” no tocante ao hino nacional, em estreito vínculo com a tradição.

Recorde-se que, à época da Proclamação, os republicanos não tinham sequer um hino próprio que lhes conferisse identidade; antes, recorriam à Marselhesa, cantada em praticamente todas as manifestações, não somente no Brasil, mas em boa parte dos países que haviam aderido a revoluções na época, assumido como o hino da “liberdade”. Na França, de modo contrário ao que ocorreu no Brasil, empregou-se o hino para louvar o fim da Monarquia e exaltar a liberdade do novo regime. Segundo Carvalho (2003, p. 124), “[...] Se na França tentava-se fazer da Marselhesa o hino da pátria e não da revolução, em outros países ela ainda representava um grito de guerra e de revolta. [...] Para os republicanos brasileiros, ela era o próprio espírito da revolução”.

Em todo esse processo se deu o que poderíamos chamar de um certo “abrasileiramento do hino francês”, no sentido de que este pudesse ajustar-se às necessidades do país. Tal fato rendeu, antes da Proclamação da República, um concurso³ de composição daquela que viria a ser a nova música do hino, agora sim, nacional brasileiro.

Contudo, após a proclamação, no dia 22 de novembro de 1889, teve início um novo concurso para, de acordo com Carvalho (2003), “musicar” o texto, cuja letra pertencia a Medeiros

.....
¹ Mais detalhes em CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p.122-126; PEREIRA, A. R. S. Hino nacional brasileiro: que história é esta? *Revista do IEB*, p. 21-42.

² Aqui me refiro não à vontade popular *strictu sensu*, mas a uma manutenção da tradição à qual o povo estava acostumado; daí sua intervenção significativa, certamente a única, no tocante à implantação do novo regime (cf. Carvalho, 2003).

³ Mais detalhes sobre os concursos realizados, os nomes envolvidos e as circunstâncias de cada etapa, consultar em CARVALHO, J. M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*, p. 124-128.



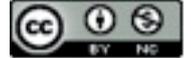
e Albuquerque. Ocorre que, segundo o autor (idem, p. 124,125), um episódio mudou o rumo dos acontecimentos:

[...] O major Serzedelo Correia preparara uma manifestação militar a Deodoro no dia 15 de janeiro de 1890, como fim não declarado de promover por aclamação os membros do governo provisório. Povo e tropas da Marinha ajuntaram-se em frente ao palácio do Itamaraty. Proclamados Deodoro generalíssimo, Wandelkolk, vice-almirante, e o ministro da Guerra, Benjamin Constant, general-de-brigada, as bandas tocaram a Marselhesa e marchas militares, sem despertar o entusiasmo da pequena multidão que se aglomerava em frente ao palácio. [...] Não se sabe se preparado de antemão ou espontâneo, veio o pedido para que fosse tocado o velho hino de Francisco Manuel da Silva. Serzedelo levou o apelo a Benjamin, este consultou Deodoro. Decidiu-se na hora que fosse tocado o hino e que ele continuasse como hino nacional.

Diante do ocorrido, e da clara e inequívoca aceitação (seguida de forte vibração) do velho hino pela população e por um grupo de militares que haviam participado da Guerra do Paraguai (1864-1870), observou-se não haver reação negativa à decisão (pelo menos provisória) de manter o hino monárquico. O fato da guerra do Paraguai encontrar-se em seu último ano colaborou significativamente para exaltar o espírito patriótico da população, excitada pela quase certa vitória de seu país.

O então considerado hino nacional, de Francisco Manuel, celebrava um momento histórico importante, uma comemoração de caráter antilusitano: tendo a música de autoria de Francisco Manuel e a letra de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva, o hino demonstrava um caráter liberal e nacional que ficou patente através de quatro elementos: o *antilusitanismo*, com uma crítica aguda aos portugueses: “[...] Homens bárbaros, gerados, De sangue judaico, e mouro, desenganaí-vos: a pátria, já não é vosso tesouro” (PEREIRA, 1995, p. 23-24); a *fidelidade monárquica*, em defesa da monarquia constitucional, “[...] uma prudente regência, um monarca brasileiro nos prometem venturoso o porvir mais lisonjeiro” (ibid.); o *ideal republicano* (não propriamente por oposição à monarquia, mas sim em prol da soberania popular), “[...] Novas Gerações sustentem no povo a soberania; seja isto a divisa delas, como o foi d’abril ao dia” (ibid.); e, por fim, a *ideia de império*, da unidade nacional, “[...] Da Pátria o grito: Eis se desata; desde o Amazonas, até o Prata” (ibid.).⁴

.....
⁴ Neste artigo não nos deteremos na análise pura das muitas letras e autores que fizeram parte da história do hino ou dos hinos brasileiros. Nosso foco reside na relação entre o hino e a ideia de nação e/ou identidade nacional, no contexto do regime republicano.



Entretanto, com a Proclamação da República permanecia a necessidade de escolha de um hino que exaltasse e reconhecesse o novo regime. Do que era possível observar por meio da reação popular mediante o hino monárquico, e dada à necessidade da composição de um novo hino face às circunstâncias que o momento histórico impunha, importava despertar um certo entusiasmo nas almas, no contexto do novo regime, para o qual os ânimos se encontravam em franca anomia. Era notório que a força da Monarquia, bem como de seus símbolos, ainda se mostrava determinante no cotidiano popular. Como fazê-lo? Como conclamar os cidadãos para um “despertamento cívico”?

É importante ressaltar que a busca por um hino nacional, de fato, que viesse a representar a nação, nasceu enquanto ideário do novo regime, sob os auspícios de Deodoro da Fonseca (1889-1891), então presidente. Urgia escolher um hino que a pátria pudesse chamar de seu, e que, uma vez identificado com o ideário republicano, pudesse lhe conferir um sentido cívico, pátrio; que, de caráter simbólico, pudesse representar a história e os valores brasileiros, tão necessários num momento de afirmação de nossa nacionalidade.

Ao final de todo esse longo processo de idas e vindas, avanços e recuos envolvendo os concursos, acrescentou-se ao hino de Francisco Manuel (feito por ocasião da abdicação de D. Pedro I, em 1831, e já bem consagrado e aceito por todos) a letra de Osório Duque Estrada, até porque a letra original encontrava-se em desuso, encerrando a celeuma que, por tanto tempo, envolvera o assunto.

2. A construção do hino e a pátria: uma relação histórica necessária

Quando se discute a respeito do hino nacional republicano, o que primeiramente emerge é a ideia de nação, dadas as circunstâncias do período histórico em que foi elaborado. Nesse sentido, antes de adentrarmos os detalhes históricos, importa esclarecer acerca do significado da ideia de nação. De acordo com Cunha (2010, p. 445): “O termo nação, de origem latina, *nationis* significa ‘agrupamentos de seres, geralmente fixos num território, ligados por origem, tradições, costumes comuns e, em geral, por uma língua”.

Quando o assunto é “nação”, cujo sentido se vincule à ideia de pátria, a história nos mostra que o desenvolvimento de um “imaginário nacionalista” na mentalidade popular se revelou um longo e complicado processo, considerado de longa duração na história do país. Construído paulatinamente, à guisa de interesses de classe, necessitou de um tempo de maturação necessário para o seu estabelecimento.



Segundo Carvalho⁵ (2003), o uso do termo é algo mais recente e tem como premissa a necessidade da existência, de fato, de um Estado nação. Nesse ponto o autor situa a gênese das primeiras formas de “Estado” ainda em fins da Idade Média, seguida de gradativa solidificação ao longo da Idade Moderna (séculos XVI e XVII), com a consolidação dos Estados nacionais absolutistas. Nesse tempo, sob o cetro do monarca, arregimentou-se um processo de submissão consciente, onde cada parte da sociedade deveria cumprir sua missão, para o bom andamento do corpo. Nessa época, na conhecida *sociedade barroca*, prevalecia a ideia de *corpo místico*, tendo como liderança o soberano absolutista, sob a égide de uma atmosfera religiosa latente.

Contudo, com o avanço do processo histórico e as mudanças dele decorrentes nas “sociedades”, muito do que se discutiu a respeito de nação vinha (e em alguns contextos ainda vem) relacionado a um certo “sentimento cívico” que, segundo Smith (2006), não estaria atrelado ao termo nação, mas sim ao termo nacionalismo. O termo, que designa um sentimento de orgulho pelo país, ufanismo, civismo, patriotismo, estaria, então, mais de acordo com a necessidade de se promover, no coletivo, um estímulo ao sentimento pátrio, ao despertar de uma comoção pelos valores identitários, um encontro com as raízes. Neste sentido, não haveria nação sem nacionalismo.

O “despertamento de um sentimento nacional”, cognominado “nacionalismo”, é que seria, de acordo com Real (2013), o “embrião” responsável pelo surgimento da nação. Do ponto de vista político, para o autor (*idem*, p. 32-33), o nacionalismo propõe

[...] a valorização e o respeito pelas tradições nacionais, a busca de uma educação voltada para o civismo, o trabalho e a moral. Pode-se também compreendê-lo como um retorno a história e a preparação para o futuro, através da formação do cidadão obediente a ordem patriótica e trabalhadora.

No contexto brasileiro, o processo de consolidação do Estado-nação se deu com o Império, e com ele a emergência de se definir um novo perfil para definir a nação brasileira, no intuito de lhe conferir uma feição característica, uma identidade própria que pudesse vir alinhada com as balizas sociais comuns ao século XIX. Daí resultou, inclusive, a criação do IHGB, em 1838, por exemplo. Contudo, a construção dessa identidade foi gradual, e se fez a reboque das muitas oscilações políticas e econômicas pelas quais passou o jovem país.

Anos mais tarde, com o advento da República, a necessidade de reafirmação da identidade nacional se revelou mais flagrante, não somente pelo contexto internacional de intensa solidi-

.....
⁵ São muitos os autores que discutem acerca da gênese e significado aplicado do termo “nação”. Mais detalhes, consultar REAL, E. A. S. O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009). *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História*, p. 31-33.



ficação dos Estados nacionais, muitos já em franco processo de avanço no contexto europeu e mesmo da América Latina, mas, sobretudo, pela urgência interna de se modernizar a jovem República, vinculando sua imagem ao progresso civilizatório,⁶ na clara intenção de, se não igualá-lo, pelo menos aproximá-lo das avançadas nações europeias e norte-americanas.

No bojo de todas essas mudanças consideradas urgentes para a afirmação da nova ordem, emergiu a força dos símbolos pátrios como elementos aglutinadores fundamentais de todo esse processo. Dentre os muitos existentes, o hino nacional assumiu relevância significativa, na medida em que se intentava, através dele, resgatar o tão almejado sentimento cívico-nacional numa população ainda arraigada aos valores tradicionais da Monarquia.

É fato que esse foi um processo bem difícil, pois permanecia a dúvida de como seria possível manter (a despeito de todas as mudanças trazidas pelos concursos) um hino que ainda se encontrava ligado à Monarquia, para a jovem república. Assim, se mostrou imperativo vincular o hino a uma nova identidade, desvinculando-o da figura do imperador deposto (D. Pedro II), reelaborando uma nova letra, de viés republicano. De acordo com Pereira (1995, p. 42), “[...] A execução do hino, com nova letra, deveria, da mesma forma, passar por modificações, ajustando-se aos anseios ufanistas e patrióticos da geração de intelectuais que viveu nas primeiras décadas republicanas”.

Outrossim, quando se consagrou o novo hino ao regime republicano, buscou-se aliar seu conteúdo ao caráter popular, posto que a República, como o próprio nome diz, *res pública*, “coisa pública”, do povo, fora proclamada em nome de um bem maior coletivo, em nome do povo, além da Armada Nacional e do Exército, tendo como líder a figura de Deodoro da Fonseca (1995). Com isso, o general praticamente “assumia” a responsabilidade na execução das aspirações populares, tarefa nada fácil pois, o então “chefe da nação” agora se tornara um dos heróis fundadores da República Brasileira e, com grandes poderes, certamente viriam grandes responsabilidades.

3. Identidade nacional: movimento popular ou das elites?

O hino nacional brasileiro, oficializado pela Lei nº 5.765, de 1º de setembro de 1971, publicado no Diário Oficial, de 2 de setembro de 1971, não resta dúvida, resultou de um projeto de Nação, inventado pelas elites. De acordo com REAL (2013, p. 38-39), neste projeto

.....
⁶ É fundamental recordarmos que o Brasil foi, dos países americanos, o último a abolir a escravidão africana (13/05/1888). Por essa razão, a busca pela mudança de sua imagem, na visão de muitos intelectuais do período, “manchada pelos males da escravidão”, se tornou imperativa, pois somente assim o Brasil poderia tornar-se, de fato, um país civilizado. Não à toa, intensificou-se a vinda de imigrantes europeus e asiáticos para o trabalho nas fazendas de café, antes mesmo do fim da escravidão, na clara tentativa de branqueamento da população.



[...] os grupos dominantes remetem-se ao passado para criar uma ideia de pertencimento a algo maior. Neste sentido, as “novas tradições” são impostas por estes grupos que definem quais são as características culturais que representam todo o país, no caso do Brasil, o futebol, o samba e o carnaval [...] Em suma, o governo objetiva educar as crianças, para que no futuro, represente e tenha orgulho de seu país.

Tal educação cívica coube às escolas que se incumbiram de repassar e reforçar a importância dos símbolos nacionais para as novas gerações, fortalecendo o caráter e sentimentos cívicos, com conseqüente respeito às Instituições e fidelização dos cidadãos em relação ao Estado.

Recorde-se que a letra do hino, de caráter erudito, representou, por excelência, o projeto das elites quanto aos novos tempos. A intelectualidade encontrou, nos tempos da gênese republicana, o combustível para o discurso do processo civilizatório que teve como marca o lema positivista “ordem e progresso”, além das muitas riquezas brasileiras (expressas nas cores da bandeira e no próprio hino), consubstanciados na ideia de uma nova nação, livre e engajada num processo de crescimento.

Vale acrescentar que, ao longo do século XIX, a disciplina história, muito em voga nesse período, ainda apresentava um caráter muito fechado, se comparada a outras disciplinas tais como a Filosofia, a Sociologia etc. Boa parte das discussões sobre o tema nação se restringiam a um núcleo de intelectuais da área, um círculo de pessoas mais habilitadas, restrito às elites. Daí não podermos afirmar a existência, entre a população, de um ideário de nação e tampouco de uma identidade nacional. Contudo, a despeito de todo esse espaço restrito para as discussões no campo da história, a escrita da história⁷ se manteve sendo, segundo Moreno (2014, p. 23), “[...] protagonista na construção da lógica e da legitimação das narrativas da nação”.

O século XIX foi, por excelência, o grande celeiro destas narrativas do Estado-nação, e, em muitos países, assistiu-se a narrativas que buscaram valorizar um passado de glórias e conquistas (No caso do Brasil, foram nossas riquezas que estiveram em evidência). Tais discursos, notabilizaram, ao longo de séculos de história, a unidade da nação como uma espécie de ser coletivo, a despeito de quaisquer formas de opressão existentes, infortúnios e/ou traições (2014).

.....
⁷ A título de informação, o século XVII foi, por excelência, o espaço da disciplina história que orientou monarcas quanto ao modo de condução de seus reinos e se tornou, enquanto “mestra da vida”, o grande farol na escuridão. Assim, apostar nas narrativas históricas significava apostar em uma orientação assertiva, que aprendia com os erros e acertos do passado lições valiosas para o sucesso do futuro.



De fato, o “discurso histórico” auxiliou sobremaneira nas formas de representação da nação, conferindo-lhes sustentação necessária.

O século XIX foi marcado por avanços significativos, como no campo das ciências naturais e humanas, por exemplo; em contrapartida, em função das muitas mudanças de que foi portador, “assistiu” ao processo de industrialização que, tendo sido pioneiro na Inglaterra a partir da segunda metade do século XVIII, avançou sobremaneira nas nações europeias (algumas se tornaram unificadas ao final do século), desencadeando novas transformações, tais como a urbanização, a secularização, as lutas pela democracia constitucional etc. Diante de tais fatos, valores e costumes até então preservados pela tradição, passaram a ser questionados. Para MORENO (2014, p. 12), “[...] um olhar mais atento perceberá que a *nação*, como discurso identitário e organização sociopolítica que se impõe gradativamente no século XIX, está imbricada com o desenraizamento cultural e a aceleração das transformações sociais”.

Daí se apreende que a nação se tornou uma espécie de pilar num mundo moderno repleto de incertezas. Essa nova modernidade gestada no XIX trazia um redemoinho de mudanças e terminava por anunciar uma nova ordem. De modo geral, as nações que foram se consolidando ao longo do século, por efeito das ações das elites sobre o Estado, procuraram “amalgamar a unidade política a uma unidade nacional” (2014).

Participe desse mesmo contexto, a jovem República Brasileira⁸ (cuja marca era o selo da tradição, os persistentes símbolos e costumes do Império) e a intelectualidade que lhe conferia “sentido”, imbuíram-se da responsabilidade de tentar engajar o novo regime a uma nova imagem, e despertar, se possível, o engajamento popular. Como fazê-lo? Moreno (2014), afirma que, para Hobsbawm (1990), a solidificação de um Estado administrativo moderno não poderia prescindir de influenciar e mobilizar seus cidadãos. Haveria que se desenvolver um elemento identitário nacional que pudesse, de alguma forma, refletir simbolicamente uma identidade social aos cidadãos.

Nos parece coerente afirmar que os símbolos cívico-nacionais agiram enquanto elos de todo esse processo. No caso do hino brasileiro, buscou-se despertar um sentimento cívico-social na população. Constantemente ensinado, ouvido e cantado nos espaços escolares e outros espaços afins nos quais a necessidade iminente do chamamento popular às raízes históricas de sua pátria se fez necessário, o hino promoveu forte exaltação ufanista de nossa terra, com elogios à nossa geografia, ao território, à natureza e à nossa brava gente!!!

.....

⁸ Aqui me refiro ao aparelho de Estado Republicano do qual a intelectualidade fazia parte.



*Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heroico o brado retumbante
E o sol da liberdade, em raios fúlgidos
Brilhou no céu da Pátria nesse instante*

*Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte
Em teu seio, ó liberdade
Desafia o nosso peito a própria morte!⁹ (grifo meu)*

Assim, a formação de uma identidade nacional, considerado um processo ainda em construção, fez uso intenso dos símbolos. Importava que, a cada situação em que a reprodução do hino se fizesse necessária, ele fosse entoado. Era imperativo reafirmá-lo, ressignificá-lo, inculcando os valores nele presentes nas mentes e corações. Com isso, buscar-se-ia coesão social. De acordo com Moreno (2014, p. 25-26): “[...] Este processo de retroalimentação faz com que o passado não seja assim ‘tão passado’, pois a própria nação torna-se um sistema de representação cultural ligado a interesses dos grupos sociais, nos jogos, confrontos e conciliações de poder na sociedade”.

Por fim, a despeito de todas as mudanças, avanços e recuos, ocorridos na esteira do tempo histórico, novas fontes identitárias surgem no hodierno e as representações das identidades nacionais se mantêm sendo reiteradas no presente (MORENO, 2014).

Enquanto um processo em construção, é natural que nem sempre determinado grupo com cultura e valores comuns reconheça-se como tal. Não obstante se mantém a tarefa de, com o substrato do discurso histórico, fundamentar as representações da nação, incorporando-as ao imaginário social. Daí decorre a continuidade da identidade nacional como forma de identificação coletiva, com a qual o hino nacional se espelha.

Pelo ou através do hino nacional brasileiro a ideia de Pátria, se ainda não encontrou porto seguro, com efeito permanece a caminho, evocando maturação e consolidação da memória nacional, fundamental para a manutenção e/ou efusão de uma atitude de fidelidade dos cidadãos para com sua Pátria.

.....
⁹ Disponível em: <https://22brasil.com/hino-nacional-brasileiro-entenda-linha-a-linha/>. Acesso em: 10/08/2022.



Considerações finais

Instrumentos poderosos de propaganda da imagem dos Estados Nacionais, os hinos permanecem sendo um dos grandes veículos de comunicação simbólico com as massas. Ao longo da história, governos e governantes apostaram na composição de letras com forte apelo ao sentimento pátrio e aos valores da nação, na intenção de exaltar os ânimos e provocar um despertar para o civismo.

Na história do mundo abundam exemplos de lideranças que apostaram num forte apelo aos hinos nacionais como caminho para fundamentar ideologias de massa, nem sempre de resultados profícuos para suas populações.

No caso brasileiro, encontramos um apelo diferenciado, na medida em que as raízes do país, de fato, por um bom tempo pareciam estar adormecidas, posto que nos encontrávamos mais filhos de Portugal, do que do Brasil. Contudo, a soma de grandes mudanças ocorridas em solo brasileiro, de origem externa e, sobretudo interna, fez surgir a necessidade de buscarmos nossa verdadeira essência, aquilo que nos tornaria mais do que o “Império do Brasil”, mas uma República. Esse jovem país, nascido entre trancos e barrancos, mesmo que ainda entranhado às agruras do Império, buscou emancipar-se e anunciar um novo tempo de liberdade, mesmo que, num primeiro momento artificialmente produzida por elites cujos interesses ainda se mantinham (posto que com a República poucas foram as mudanças que de fato ocorreram).

Mesmo assim, uma jovem nação “nasceu” e, com ela, a necessidade de reafirmação dos novos tempos. Nosso hino percorreu esse intrincado labirinto de dificuldades até chegar à identidade de sua letra, extremamente representativa daquilo que, a despeito de qualquer violação exterior e interesses de classes, ainda somos. Prosseguimos na luta por um real despertar cívico, por meio do qual, do Oiapoque ao Chuí, encontremos cidadãos que honrem nossa Pátria amada, nossos bosques, nossa vida, nossos valores, nossa gente.

Este ainda se mantém sendo um longo caminho, construído tijolo a tijolo, na busca por um fortalecimento de nossa ainda frágil democracia. Nosso hino permanece sendo uma grande referência, pois nele se encontram incrustados nossos mais caros valores e, acima de tudo, nossas raízes genuínas.

Referências

CARVALHO, José M. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.



CUNHA, Antonio G. da. *Dicionário etimológica da Língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Lexicon, 2010.

HINO NACIONAL BRASILEIRO. Disponível em <https://22brasil.com/hino-nacional-brasileiro-entenda-linha-a-linha/>. Acesso em: 10/08/2022.

MORENO, Jean C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: RODRIGUES, C. C.; LUCA, Tr.; GUIMARÃES, V (org). *Identidades brasileiras: composições e recomposições [online]*. São Paulo: Editora Unesp/Cultura Acadêmica, 2014. p. 7-29. Desafios Contemporâneos collection. ISBN 978-85-7983-515-5. Available from SciELO Books.

PEREIRA, Avelino R. S. Hino nacional brasileiro: que história é esta? *Revista do IEB*, n. 38, p. 21-42, jul. 1995. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/71352>. Acesso em: 07/08/2022.

REAL, Edson A. S. O Nacionalismo na educação brasileira: a construção de uma pátria (1838-2009). *Temporalidades: Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História*, UFMG, vol. 5, n. 1, p. 29-40, jan./abr. 2013.

SMITH, Anthony D. *Nacionalismo*. Lisboa: Teorema, 2006.

Dados da autora

Doutora em História Social pela PUC-SP. E-mail: andribedin@yahoo.com.br/andribedin@hotmail.com.

Recebido em: 10/08/2022

Aprovado em: 24/08/2022



DEUS, PÁTRIA E FAMÍLIA: A REINVENÇÃO DO INTEGRALISMO NO GOVERNO BOLSONARO

MARCELO CABRAL DE ARAÚJO

*“Quando penso no futuro,
não esqueço meu passado”
(Paulinho da Viola)*

Resumo: Entender o governo do presidente Jair Messias Bolsonaro como sendo uma releitura histórica malsucedida de um movimento político/social ocorrido no Brasil na primeira metade do século XX, o integralismo, é a base fundamental para analisarmos alguns alicerces e colunas ideológicas que sustentam o governo em questão. Esclarecer o que é o integralismo, suas influências e alcance no nível nacional até os dias de hoje constitui assim uma interpretação fundamental para o entendimento do ponto em questão que é o pressuposto da ideia de o governo Bolsonaro ser uma releitura ou reinvenção do movimento integralista do século passado orquestrado por Plínio Salgado.

Palavras-chaves: Integralismo, Manifesto de Outubro, Deus, Pátria, Família, Neointegralismo, Governo Bolsonaro.

Abstract: Understanding the government of President Jair Messias Bolsonaro as na unsuccessful historical reinterpretation of a political/social movement that took place in Brazil in the first Half of the 20th century, integralismo, is the fundamental basis for iunderstanding some foundations and ideological pillars that support the government in question. Clarifying what integralismo is, its influences and reach at the national level to this day constitutes a fundamental analysis for understanding the point in question, which is the presupposition of the idea of the Bolsonaro government being a re-reading or reinvention of the integralista movement of last century orchestrated by Plínio Salgado.



Keywords: Integralism, October Manifesto, God, Homeland, Family, Neo-Integralism, the Bolsonaro Government.

Introdução

O governo do presidente Jair Messias Bolsonaro vem apresentando em seu discurso e motivação ideológica uma velha prática do século XX de nosso país: o integralismo. Sendo o governo Bolsonaro uma espécie de ornitorrinco (alegoria essa usada em um diferente contexto pelo sociólogo Francisco de Oliveira) o estranho animal dotado de bico de pato – considerado ao mesmo tempo réptil, pássaro e mamífero, o discurso bolsonarista é confundindo muitas vezes desde neoliberal, conservador, populista, ou seja, na tentativa de aglutinar diversos setores da sociedade brasileira, o bolsonarismo, movimento iniciado com a figura de Jair Messias Bolsonaro, chamado de Mito por seus seguidores, tenta *arrebanhar* a população em um discurso do qual mais se aproxima do integralismo, e porque não entender e definir esse governo como a espécie de uma reinvenção do integralismo.

Com bases conservadores e um discurso Cristão atendendo assim ao apelo de setores da Igreja Católica como os carismáticos (Canção Nova), bem como de evangélicos onde um dos seus principais apoiadores são o Pastor Silas Malafaia, Bispo Macedo entre outros, a retórica bolsonarista atinge uma camada da população conservadora em valores. Ressalta-nos atenção a forma que o governo atual pode também ser entendido como um discurso conservador liberal, ou seja, conservador nos costumes (Canção Nova, Igreja Universal do Reino de Deus, Assembleia de Deus, setores da Maçonaria e Espiritismo) e neoliberal na economia, haja visto que o atual ministro da economia é uma figura expoente do neoliberalismo, Paulo Guedes.

Sem dúvida alguma, o discurso bolsonarista é paradoxal, mas como zona de conforto repousa na ideia de Deus, Pátria e Família, ancorado no patriotismo, no verde-amarelismo, no cristianismo e na família. Dessa forma, podemos entender o lema *Deus, Pátria e Família* como uma fala situada historicamente no *Manifesto* de 07 de outubro de 1932, onde são criadas as bases de um movimento de cunho e inspiração fascista: o integralismo.

Será então feita uma análise desse discurso e um paralelismo com o governo do atual presidente, onde o objetivo é estabelecer pontos em comum do Integralismo de Plínio Salgado com a figura do presidente Bolsonaro. Em sua declaração à nação, publicada no dia 9 de setembro de 2021, o presidente Jair Bolsonaro assina o documento com a expressão *Deus, Pátria, Família*, que é o lema da Ação integralista Brasileira (AIB), movimento com inspiração no fascismo italiano, fundado em 1932 por Plínio Salgado.



1. O integralismo

De inspiração e influência do fascismo, o integralismo é um movimento ideológico brasileiro de extrema direita calcando-se em valores cívicos e morais com discurso que teve a pretensão de alcançar as camadas populares. Elaborado por diferentes intelectuais e religiosos como Plínio Salgado, Miguel Reale, Gustavo Barroso, Helder Câmara, entre outros, pretendeu-se que com um discurso patriótico, civil militar, alcançar diversos setores da sociedade brasileira como assim o fez.

O documento fundante do integralismo fora *Manifesto*, de 7 de outubro de 1932:

Composto por dez capítulos, o documento é a certidão de nascimento do integralismo brasileiro. No *Manifesto*, os integralistas faziam elogios à autoridade, críticas aos partidos políticos e defendiam o princípio de autoridade. Ademais, denunciavam uma conspiração contra o Brasil e propunham um programa social para defender a família conservadora, bem como um Estado de tipo fascista, o Estado Integral (GONÇALVES, 2020, p. 14, grifo nosso).

Dessa forma e com todo constructo de uma ideologia nazifascista o integralismo é um movimento da extrema direita brasileira preocupada basicamente com a criação de um Estado que defendesse a Pátria, a Família e valores morais.

Toda ideologia para se legitimar precisa de um interlocutor que possa ser validada. Dessa forma, o Integralismo tem basicamente dois inimigos em comum: Comunismo e Liberalismo. Ideologias do século XX que eram conflitantes no aspecto econômico e social tinham um apelo em comum, o materialismo.

Quando predomina o materialismo, também predomina o orgulho, a vaidade, rebeldia, a discórdia, a indisciplina, razão pela qual as civilizações desabam, as Pátrias sucumbem, a sociedade apodrece na confusão desmoralizadora dos costumes: e a vida se torna insuportável para os que estão no Poder, acastelados no governo ou na riqueza (SALGADO, 1933, p. 22).

Dessa forma, com toda ideologia criada, desde hinos, uniformes, símbolos (Sigma), os integralistas ou *galinhas verdes* como assim eram chamados pelos comunistas, formaram um movimento *tropical* com bases sólidas inspiradas pelo nazifascismo, recebendo apoio político e financeiro do ditador italiano nazista Mussolini.



O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentando em princípios unificadores: “Deus, Pátria e Família” era o lema do movimento (FAUSTO, 2010, p. 353).

A aceitação por parte de integrantes da sociedade brasileira, as ideias integralistas podem ser entendidas como um sentimento de reciprocidade de valores e vida cívica pregadas em sua maior parte por um discurso religioso cristão, haja visto que entre os integralistas figuram ba-luartes da Igreja Católica e Protestante.

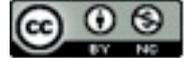
Esse fora um movimento que ecoou no século XX alcançando o século XXI sendo arquitado por forças conservadores e partidos políticos como o antigo Prona, PR agora Partido Liberal “PL” (partido atual do presidente Bolsonaro) e, também o PRTB, partido esse do atual vice-presidente da República, Hamilton Mourão. Dessa forma, ideias integralistas constituem o governo Bolsonaro sendo bases de um discurso conservador e populista.

2. Gênese de uma fala

As ideias integralistas constituidoras de um discurso inflamado religioso e conservador foram o calcanhar de Aquiles para a construção de um ideário que se diz pretensamente como uma possibilidade diferente do comunismo ou liberalismo. Como uma ideia salvadora da pátria, o integralismo construiu um discurso através de seus ideólogos como seu fundador Plínio Salgado que tinha como colunas a religião, a moral e a Pátria.

A ligação religiosa passava a ser um dos principais sustentáculos do movimento integralista. O lema “Deus, pátria e família” se encaixava perfeitamente nos princípios da doutrina, conforme expresso no *Manifesto*: Deus (que dirige o destino dos povos), pátria (nosso lar) e família (início de tudo). O documento foi aberto com a expressão “Deus dirige o destino dos povos”, o que deixava clara a importância da questão religiosa e espiritualista no discurso e imaginário integralista, assim como o caráter messiânico no movimento em torno da imagem de Plínio Salgado (GONÇALVES, 2020, p. 15, grifo do autor).

Assim, amparado no universo e apelo religioso, trabalhando com ideários coletivos e messiânicos, o integralismo foi o responsável por um discurso de extrema direita no século XX e que



chega até os dias de hoje, no governo Bolsonaro, através de ideólogos como Olavo de Carvalho e outros, constituindo assim um discurso perverso que não respeita as minorias, é eugenista, discriminatório e totalitário.

O discurso proferido no Teatro Municipal em 7 de outubro de 1932 é entendido como o *florescer* de uma ideologia de extrema direita nascente no maior estado da federação. Com o apoio da oligarquia paulista, de intelectuais e sindicatos, Plínio Salgado leva e propaga suas ideias para o público brasileiro.

Na abertura começa dirigindo seu discurso à nação brasileira, em um discurso aberto captando assim em seu *rebanho* inúmeros setores da sociedade. Assim como o Nazismo, o Integralismo é constituído por herói nacional, simbolismo, vestimenta e palavra de ordem Anauê que em tupi quer dizer “você é meu irmão”.

Com o movimento literário romântico do século XIX que tinha como pressuposto a religiosidade, a exaltação da natureza e da liberdade, figura do índio ou indianismo, sentimentalismo, nacionalismo e brasileirismo, percebemos que o integralismo não fora algo tão original, pois é fortemente enraizado na primeira fase do romantismo brasileiro do século XIX sendo o resultado de uma literatura materializada em uma ideologia tratando-se assim o integralismo de um movimento social e político puramente romântico.

Com essa chave percebemos que o discurso de Plínio Salgado *Deus, Pátria e Família* é uma compilação de fragmentos inerentes a sociedade frutos de uma época e que oportunamente foram reunidos pelo ideólogo integralista na tentativa de formar um movimento que nada tinha de inovador, apenas uma releitura política de um movimento literato e de ideologias fascistas próprias da primeira metade do século XX.

Assim como o Integralismo, porque também não o nazifascismo também não fora influenciado pelo ideário romântico? Se prestarmos a atenção, a chave integralista é a mesma dos movimentos europeus do século XX. Assim, o integralismo, o nazifascismo não passam de uma inspiração romântica política pelo poder com a junção de diversos elementos culturais.

Dividido em dez capítulos, o *Manifesto* de 1932 começa com uma exortação à nação brasileira convocando diferentes setores da sociedade ao engajamento político (BARBUY, 2007). Com um discurso onde são criadas concepções de mundo um tanto quanto religiosas e esotéricas assim como o nazismo, trata-se de um discurso universalista enaltecendo os valores de Deus, Pátria e Família no decorrer dos capítulos. Serão aqui apontados elementos estruturantes do discurso, pois são colunas do integralismo além da exemplificação de ideias que são construídas ao longo do *Manifesto*.

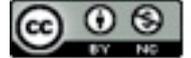


3. Deus, pátria e família

Em seu *Manifesto*, no primeiro tópico, começa invocando o nome de Deus dizendo que o Eterno dirige o destino de todos os povos (BARBUY, 2007). A máxima luterana onde se diz que “O trabalho dignifica o homem”, repousa no versículo bíblico onde “trabalho é algo bom, feito por Deus e dado ao homem ainda antes da queda” (BÍBLIA, Gênesis 2,15). Com o discurso moralista enaltecendo a função do trabalho, de forma inconsciente ou não, retoma uma ideia sociológica onde a vida das pessoas em sociedade é algo orgânico, ou seja, uma pessoa depende da outra para o mecanismo sociedade funcionar. Uma espécie de solidariedade orgânica, conceito esse desenvolvido pelo sociólogo francês em sua obra *Divisão Social do Trabalho* (DURKHEIM, 1983). Com o discurso da importância de todos os cidadãos na vida social, o *Manifesto* defende a harmonia entre os diferentes setores da sociedade. Dessa forma é descrita a “Concepção do Universo e do Homem”, ressaltando assim que o trabalho é um sacrifício em favor da família, da pátria e da sociedade (BARBUY, 2007).

Defendendo a união entre toda população brasileira e avesso a qualquer tipo de desordem e contenda, o *Manifesto* invoca a coesão de toda sociedade na busca de uma construção de nação próspera e rica. Podemos perceber aí um discurso conservador que não respeita os diferentes setores econômicos excluídos do seio da riqueza no Brasil vitimados pela desigualdade. O *Manifesto* é contrário a qualquer revolução ou levante defendendo assim uma união na “marra” entre toda população sendo oprimida ou opressora, pois a mola que os liga é a união da pátria em prol de uma nação próspera em e quiçá feliz (BARBUY, 2007). A partir de um conceito positivista *Ordem e progresso* a nação para prosperar deveria estar organizada, coesa e harmônica. Augusto Comte que em 1835 sistematizou o positivismo transformando em teoria sociológica (COMTE, 1983). Um tema discutido há tempos pelos políticos “tupiniquins” é a questão da municipalização política, onde a política nacional seria organizada desde os representantes locais eleito pela população até a figura do Chefe de Nação.

Evocando a ideia de Pátria, o *Manifesto* defende que os compatriotas devem delegar ao chefe da nação todo o poder político, social e soberano no intensão que o provedor estatal organize através de uma hierarquia política e social a administração da pátria sem o uso de qualquer inquietação e manifestação contrária da população. É delegado ao chefe da nação todo poder e autoridade com o fim de administrar a pátria (BARBUY, 2007). Ora, esse pensamento se assemelha ao pensamento do filósofo contratualista inglês do século XVII Thomas Hobbes (1979) que defende a garantia da vida na renúncia da liberdade, pois dessa forma o chefe da nação garantiria a vida.



O patriotismo e a eliminação do estrangeirismo da cultura brasileira são pontos tocados pelos integralistas. A defesa de uma pátria multiétnica, plural em culturas, diversa em suas regiões, é a defesa concreta que se realiza no *Manifesto*, uma vez que elementos de outra cultura como o comunismo e o liberalismo devem ser *extirpados* da cultura nacional (BARBUY, 2007). A valorização da pátria e a expressão social e cultural manifestada pelos brasileiros é ponto alto no integralismo que com o exercício patriótico pode defender a soberania do Brasil.

Ama com fé e orgulho a terra em que nasceste. Criança! Jamais verás país nenhum como este. Olha que céu, que mar, que floresta! A natureza aqui perpetuamente em festa é um seio de mãe a transbordar carinhos [...] imita na grandeza a terra em que nascente (BILAC, 1904 apud CHAUI, 2007, p. 4)

A transformação social consolidada pela preservação da cultura é uma das colunas do movimento integralista, pois o resgate de uma unidade cultural nacional é ponto alto de um ideário revestido pelo folclore, mitos e lendas constituidores de um pensamento forjado na primeira metade do século XX. Nesse período um escritor que se sobressai é Monteiro Lobato que através de suas histórias reverenciam a cultura brasileira com contos populares contados em *Sítio do Pica-Pau Amarelo*, onde uma série de histórias revelam a riqueza do folclore nacional como por exemplo Saci-Pererê, Boi Tatá, Cuca, Tio Barnabé, entre outros. Assim, a influência de cultura estrangeira seria o mal para o Brasil, por isso a exaltação da cultura nacional descrita por Lobato e outros autores.

Com críticas contundentes a partidos políticos e uma perspectiva de posição autoritária, o *Manifesto* defende uma Pátria unida, harmônica, onde não deve existir classes sociais. Todos os brasileiros devem ser construtores de um ideal coletivo e patriótico (BARBUY, 2007). As cores verde e amarelo são a expressão máxima de um patriotismo exibido pelas cores da bandeira e externalizados para a população como por exemplo nos dias de hoje em práticas e atletas desde a fórmula 1 com Ayrton Senna, a ginasta Rebeca Andrade e o futebol com seu ícone maior mundial e brasileiro, Pelé. Interessa-nos aqui entender como o esporte é o símbolo da identidade nacional quando muitas vezes é evocado em crises políticas como saída de fuga de escândalos, *tapando o sol com a peneira* em nome da Pátria.

1958, quando a seleção brasileira de Futebol ganhou a Copa do Mundo, músicas populares afirmavam que a copa o mundo é nossa porque *com brasileiro não há quem possa*, e o brasileiro era descrito como *bom no couro e bom no samba*. A celebração consagrava o tripé da imagem de excelência brasileira: café, carnaval e futebol (Chauí, 2007, p. 10, grifo nosso).



Atividades coletivas como a prática de qualquer esporte são inúmeras vezes a expressão de um inconsciente coletivo representado pela vitória e o levante da bandeira brasileira reverenciando assim a pátria. Dessa forma podemos entender o esporte como marca social e produto de uma nação que se tem como resultado a valorização da pátria. Interessa-nos entender que na maioria das vezes o *espírito coletivo* é utilizado como mecanismo de controle de toda uma população. Traços genuínos da cultura brasileira, como o folclore, o futebol, a culinária, nos são reveladores da construção de uma identidade nacional *sui generis* que pode ser utilizada inúmeras vezes em um discurso totalitário, assim como faz o atual presidente do Brasil.

Defendendo uma Revolução em Marcha, o *Manifesto* descreve a importância de uma pureza política no Brasil. Longe de tramas e conspirações, o Brasil deve seguir uno, indivisível e ficar longe do mal que assolou a primeira metade do século XX, o comunismo russo e o liberalismo democrático. No discurso integralista é defendido um puritanismo onde na verdade no âmbito político esse conceito é abolido, pois como já afirmou o pensador florentino *política é a arte de conciliar interesses* (MAQUIAVEL, 2010).

Sem dúvida alguma, em uma posição pura, não se faz política em nenhum lugar do planeta, pois como “*o homem é um animal político*” como já afirmava Aristóteles (2006, p. 23), o tempo todo tramas são feitas para a articulações de diferentes ideias em prol um determinado governo. Se isentar desse cenário é colocar-se em uma posição de pretensa *superioridade* e uma *pureza* onde não se pode ser contaminado por esse mundo. Mundo interessante é que esse mesmo documento redigido nos anos 1930 aplica-se de forma literal ao governo Bolsonaro, quando este se proclama, e é venerado por seus seguidores como *mito*, paladino da justiça, da moral e dos bons costumes, executor de Deus na construção da família e pátria brasileira.

Criticar o comunismo e o liberalismo econômico é a forma como se valida o integralismo. A defesa da propriedade privada como bem inalienável do trabalhador, além da cooperação, ou seja, de uma *solidariedade do tipo orgânica* (DURKHEIM, 1983), é uma posição da AIB, como forma de alcançar diversos setores da população brasileira. Atacar veementemente seus *ditos adversários* e colocar-se em uma posição de *nova escolha*, ou como o sociólogo inglês chamou a social-democracia de *terceira via* (GYDDENS, 2001). É a sugestão de se colocar como nova possibilidade de cultura, pensamento e diferentes valores na tentativa de *organizar* o Brasil e livrar de qualquer ameaça estrangeira segundo acreditam os integralistas.

A instituição família é outra coluna do integralismo. Segundo os integralistas, a família precede o Estado. É através da família, da propriedade privada que a nação se constitui e dessa forma, com a valorização do coletivo, da vida em sociedades amparada pelas famílias, é o ponto



moral de grande amplitude nas ideias integralistas, pois assim, o trabalhador que como entende o pai do integralismo é revestido de uma *vocação* inata para o desempenho de sua função na sociedade a fim de colaborar com a vida coletiva, sendo um órgão de funcionamento na série de todo organismo maior que é a própria sociedade (BARBUY, 2007).

A construção de uma nação a partir das famílias, essas sendo a base da sociedade, acontece pois o Estado integralista deve ser uno e indivisível. Esse Estado deve ser livre de qualquer divisão partidária ou política, livre assim de correntes ideológicas externas como o comunismo e o liberalismo. Além disso, deve essa nação ser a portadora da esperança para as pessoas de todas as idades mostrando sim a possibilidade de uma construção de um projeto coletivo maior que é a ideia de Pátria (BARBUY, 2007). Podemos sim perceber que o Estado Integralista segue sim um modelo fascista ancorado no autoritarismo, não respeitando as diferenças sentenciadas pela vida em sociedade, mas sim, formar um processo de *homogeneização* das pessoas, não levando em consideração suas particularidades, mas sim, um tipo de Estado na alegoria de *um trator*, que passaria por cima de tudo e todos para alcançar seu arado, ou seja, plantar na cabeça das pessoas como um apelo ao coletivismo, renúncia de liberdade e autoritarismo fazendo com que o patriota seja um sujeito de sorte. Sem dúvida alguma, o Estado Integralista possui todas as características descritas por Hobbes (1979) em *Leviatã*.

Os integralistas acreditaram que o seu movimento estivesse em uma marcha rumo ao alcance do Estado almejado sustentado pela ideia de *Deus, pátria e família*, quando na verdade esse elefante branco integralista sempre esteve condenado ao próprio fracasso e esse movimento que acreditou ser uma marcha é na verdade um movimento retrógado ao Brasil. Tal expressão pode ser afirmada devida aos índices de pobreza, inflação, desigualdades, políticas públicas mal distribuídas por parte do governo Bolsonaro, este bastião das hostes dos integralistas.

4. Em nome de Deus, pátria e família à lá bolsonaro

As três colunas que sustentam o Integralismo são enunciadas no título acima, quando Bolsonaro em seu discurso proferido em 09 de setembro de 2021 evoca o lema de ordem da AIB, compactua e torna explícito seus ideais para o que Plínio Salgado desenvolvera no século XX.

Segundo seus apoiadores, a figura do presidente Bolsonaro é reconhecida como mito. Ora, sem dúvida alguma, essa imagem mítica constrói todo discurso totalitário a utilizada para uma melhor forma de controle e manipulação social. Ao longo da história vários ditadores se fizeram de tal imagem para melhor orquestrar o próprio povo. Desde Getúlio Vargas, Stálin, Mussolini, Hitler, entre outros, utilizaram esse subterfúgio com a intenção de ser um grande *pai* de sua nação.



Ao falarmos em mito, nós o tomamos não apenas no sentido etimológico de narração pública de feitos lendários da comunidade (isto é, no sentido grego da palavra *mythos*), mas também no sentido antropológico, no qual essa narrativa é a solução imaginária para tensões, conflitos e contradições que não encontram caminhos para serem resolvidos no nível da realidade [...] Nesse sentido, falamos em mito também na acepção psicanalítica, ou seja, como impulso à repetição de algo imaginário, que cria um bloqueio à percepção da realidade e impede lidar com ela (CHAUÍ, 2007, p. 49).

Nesse sentido, o apelo ao mito é um bloqueio da própria sociedade de questões insurgentes do país. A política negacionista onde não se acredita na vacina, na devastação da Amazônia, na pobreza da população onde dados revelam que hoje no Brasil 14 milhões de pessoas passam fome, na inflação, ou seja, o bloqueio da percepção da realidade e o impedimento de lidar com tais problemas é um movimento ocorrido como uma consequência da figura mítica ostentada por um fascista, neointegralista, Jair Messias Bolsonaro.

O ideal integralista, nascido em um mundo de grandes transformações e conflitos, se apresenta na atualidade marcada pelo ressurgimento da intolerância. Mesmo em um contexto como o da pandemia de Covid-19, manifestações integralistas associam o vírus à ideologia comunista. Passado quase um século do *Manifesto de outubro*, a mensagem antidemocrática, de inspiração fascista e autoritária, se mostra, infelizmente, cada vez mais atual no Brasil (GONÇALVES, 2020, p. 200).

Sendo o governo Bolsonaro constituído de figuras folclóricas e antidemocráticas que tem como mentor intelectual Olavo de Carvalho, ministros ligados à Igreja evangélica como Damares, afrodescendentes que negam a própria história colocando-se assim como a figura de *capitão do mato*, como o presidente da Fundação Cultural Palmares, Sérgio Camargo, um ator global que atenta contra a própria classe artística, Mário Frias, um ministro da educação ligado ao segmento evangélico que teve sua própria titulação acadêmica questionada, Milton Ribeiro, enfim, assim como o folclore compõe o cenário do Integralismo com suas lendas e costumes, o governo Bolsonaro segue a risca esse modelo sendo composto a partir do chefe de governo, ministros, secretários compondo um quadro de figuras folclóricas políticas.

Composto ainda como uma espécie de triunvirato romano, o governo Bolsonaro que também é dirigido informalmente, mas explícito pelas grandes mídias como sendo também governado pelos próprios filhos 01, 02 e 03, Flávio (PL), 39 anos, o vereador Carlos (PL), 38, o deputado federal Eduardo (PL), 36. Além de começarem com o próprio número 0 em sua intitulação informal, revelam a pobreza política de um governo totalitário marcado por diversos



escândalos e polêmicas mostrando assim a ingerência do Brasil por parte de um pseudogoverno que tem como base a ornitorrínica forma de se concretizar politicamente.

Considerações finais

Fica claro que o governo Bolsonaro é uma reinvenção integralista de organização política. Muito mais pobre e desorganizada do que a original, a gestão Bolsonaro tem suas bases veladas em uma forma de governo populista, autoritário e antidemocrático. Um circo com picadeiro montado onde a figura do palhaço como assim associado seu nome ao palhaço Bozo, o presidente da República tupiniquim encontra-se cada vez mais isolado politicamente fazendo alianças e liberando verbas para parlamentares a fim de se perpetuar no poder.

Rechaçado no exterior por diversos chefes de Estado de diferentes países, Bolsonaro busca apoio em regimes autoritários como o caso de países árabes onde fez uma incursão política. Sem partido político, Jair Messias tentou uma articulação nacional e a criação de um partido político de extrema direita. Com o insucesso, tenta uma articulação com o chamado “centrão” para formar uma base de apoio e tentar sua reeleição em 2022.

Tentando ser uma reinvenção do integralismo, uma espécie de neointegralismo em tempos digitais, o atual governo nacional consegue disseminar suas ideias e um pseudopatriotismo (onde tem como política governamental a privatização de setores públicos) através das mídias sociais utilizando-se de ferramentas como *fake news*, propagando o ódio, preconceito e discriminação com o intuito de agradar um setor expressivo da população que se encanta com as *palhaçadas* de um presidente que é o dono de um picadeiro chamado de *mito*.

Paradoxal por excelência, o atual modelo de gestão pública do Brasil é confuso, polêmico, o que nos parece ser uma forma de obter holofotes o tempo todo e estar sempre na mídia. Ora, todo palhaço que faz sucesso tem suas piadas e palhaçadas aplaudidas por uma plateia. Uma grande parte da população ainda aplaude *o palhaço Bozo*, mas outra parte significativa não concorda mais com o show e tenta deixar o circo montado para assim assistir outro espetáculo que potencialmente se iniciará no próximo ano, *alea jacta est*.

Referências

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BARBUY, Victor. 85 anos do Manifesto de Outubro. Integralismo, 2007. Disponível em: <https://www.integralismo.org.br/doutrina/85-anos-do-manifesto-de-outubro/>. Acesso em: 20/11/2021.



- BÍBLIA DE JERUSALÉM. *Gênesis*. São Paulo: Paulus, 2002. p. 33.
- CHAUÍ, Marilena. *Brasil mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- COMTE, Auguste. *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1983.
- DURKHIEM, Émile. *Grandes cientistas sociais*. São Paulo: Ática, 1983.
- GYDDENS, Anthony. *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GONÇALVES, Leandro Pereira. *O fascismo em camisas verdes: do integralismo ao neointegralismo*. Rio de Janeiro: FGV, 2020.
- FAUSTO, Bóris. *História do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Abril Cultura, 1979.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe e escritos políticos*. São Paulo: Folha de São Paulo, 2010.
- SALGADO, Plínio. *O que é integralismo*. São Paulo: Américas, 1933.

Dados do autor

Mestre e doutorando em Ciência da Religião pela PUC-SP.

Recebido em 03/06/2022

Aprovado em 04/07/2022



POR UMA VIDA NÃO COLONIZADA

LUIZ AUGUSTO DE PAULA SOUZA (TUTO)

Resumo: Embora o Brasil deixe de ser colônia de Portugal, a lógica da exploração colonial seguiu operando, a independência foi usada como estratégia de poder da oligarquia-colonial. Essa estratégia amplia seu poder apropriando-se da deposição da monarquia, instituindo a república sem “republicanizar” o país. Neste artigo, os sentidos e os valores da cultura retrógrada, violenta e autoritária que marcam a colonialidade são colocados em análise a partir do campo da linguagem. Foca-se nos usos da linguagem para manipular e falsear a verdade, na história e nas disputas e conflitos que abalam o Brasil no presente.

Palavras-chave: Colonialidade, Decolonialidade, Linguagem, Subjetividade.

Abstract: Although Brazil ceased to be a colony of Portugal, the logic of colonial exploitation continued to operate, and independence was used as a power strategy of the colonial oligarchy. This strategy extended its power by appropriating the deposition of the monarchy, instituting the republic without “republicanising” the country. In this article, the meanings and values of the backward, violent and authoritarian culture that mark coloniality are put under analysis from the field of language. It focuses on the uses of language to manipulate and falsify the truth, history and the disputes and conflicts that shake Brazil in the present.

Keywords: Coloniality, Decoloniality, Language, Subjectivity.

Em 2022 o Brasil completou duzentos anos de independência jurídico-política. Duzentos anos desde que deixou formalmente de ser colônia de Portugal, que saiu da condição de Reino Unido para a de país independente. Separar-se do império português é marco importante da história brasileira, em que pesem os custos e as concessões à coroa portuguesa e ao regime monárquico que se seguiu. Porém, o mais tristemente relevante dessa história foi a colonialidade que herdamos do período colonial e de seu depois, uma vez que ele seguiu operando também após a independência.

A colonialidade, de forma bem geral e em acordo com Ballestrin (2013), pode ser entendida como a permanência e a propagação – porquê essencial à reprodução do capitalismo – do



pensamento e da lógica coloniais após o término formal da administração colonial europeia sobre a África e a América Latina; um pensamento e uma lógica que se atualizam nas relações dominantes de poder, de saber e de subjetivação.

A colonialidade vem do passado e permanece no Brasil independente, invade o presente como uma permanência renitente e dominante na mentalidade e nas práticas contemporâneas, nas relações sociais, econômicas e políticas, na institucionalidade, nas normas, no sistema de justiça, nas formas de conhecimento, nos usos e enunciados do português-brasileiro, e nas relações de poder do chamado norte global em relação ao sul do planeta, hemisfério no qual a colonização predominou e a colonialidade persevera.

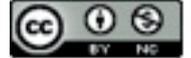
O espírito colonial não foi superado pela independência formal da condição de colônia portuguesa, ao contrário, a independência brasileira se fez também para manter e fazer durar a hegemonia da estratégia colonial. Aliás, como continua frequente na política brasileira, o processo de independência foi costurado por cima, em arranjo da oligarquia colonial nativa com as elites portuguesa e inglesa, nada de transformação social e emancipação popular.

Os não poucos movimentos populares independentistas, antiescravagistas e por outros direitos sociais básicos foram usados, manipulados e dirigidos pela oligarquia nascida da *plantation*, do sistema de produção criado pelas nações colonizadoras europeias, assentado no latifúndio, na monocultura, na mão de obra escravizada e no atendimento ao mercado europeu.

Essa lógica produtiva e de dominação colonial usou a participação popular, sobretudo negra e cabocla, na luta independentista (inclusive para neutralizar e expulsar tropas portuguesas do território nacional), mas não se comprometeu com suas demandas e expectativas, além disso a silenciou e a tornou invisível na simbologia e na história oficial da independência (SCHWARCZ, 2019). Como diz o provérbio africano: até que os leões tenham seus próprios historiadores, as histórias de caça continuarão glorificando o caçador.

Após a independência em 1822, foram necessárias ainda mais de seis décadas para se abolir a escravatura (1888) e instituir a primeira experiência republicana (1889) na *terra brasilis*. Experiência, como sempre, urdida por cima e, no caso, realizada por meio de golpe de Estado. Haddad (2022, p. 13) faz uma ótima síntese desse processo. Embora a citação fique longa, vale a pena acompanhá-lo:

[...] por ocasião da proclamação da República, o Estado patrimonial mudou de mãos, sem se republicanizar. [...] Sob as bênçãos do Exército, houve importante troca de comando, da monarquia constitucional para uma “oligarquia absoluta” [...]



E isso aconteceu em consequência e por causa da abolição da escravatura, oficializada em 13 de maio de 1888. [...] Ainda que pouco expressivo, o movimento [“republicanos de última hora” ou “republicanos de 14 de maio”] composto por fazendeiros escravagistas, entrou em ação no dia seguinte à abolição e, somando-se a outros grupos antimonarquistas, insurgiu-se decisivamente contra a Coroa, até consumir o golpe de 15 de novembro de 1889, ocasião em que os militares assumiram o comando do Estado patrimonial apenas para, quatro anos depois, repassá-lo aos cafeicultores a título de “indenização” [pela abolição da escravatura] (colchetes meus).

Na sequência, Haddad (2022, p. 13) dá a medida da atualização reiterada dessa lógica na história do Brasil independente. Continuemos com ele:

[...] a história se repete: sempre que o voto popular tenta promover uma alternância real de poder, rompendo o pacto oligárquico-patrimonial original, os militares são chamados a fazer valer o “acordado” [...]. Enganam-se, portanto, aqueles que afirmam que não houve indenização pela abolição da escravatura. O comando do Estado patrimonial foi a contrapartida exigida pelos senhores. E os negros, num certo sentido, pagam indenização aos senhores até nossos dias, na forma de exclusão social, política e econômica; uma história que só muito recentemente começou a mudar e contra o que Bolsonaro representa uma reação.

A reação mais recente aos movimentos de mudança em relação ao pacto oligárquico-colonial, conjuga uma sequência de processos e eventos em nível da política institucional, cuja síntese parece ser mais bem representada pela associação da chamada operação lava-jato com o golpe de Estado de 2016, com o governo ilegítimo de Michel Temer e com a eleição e o exercício do mandato de extrema-direita, regressivo e autoritário de Jair Messias Bolsonaro na presidência da República.

A face até aqui mais nefasta da reação mencionada por Haddad (2022) parece ser mesmo a de Bolsonaro, que dá rosto a um governo, literalmente, de terra e de vida arrasadas. Para ficar apenas em alguns dos exemplos mais eloquentes e fartamente documentados: destruição acelerada da Amazônia e de outros biomas (ver, por exemplo, dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE); genocídio indígena (processos contra Bolsonaro foram acolhidos e tramitam na Corte Internacional de Justiça); negacionismo, ataques e desinvestimento nas áreas da saúde, educação, ciência e tecnologia (verificável em medidas do governo e no orçamento federal, assim como em farto material publicado pela mídia nacional e internacional); segundo



Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado Federal e pesquisa do Faculdade de Saúde Pública da USP e do Instituto CONECTAS, responsabilidade direta por percentual significativo das mortes pela COVID-19; ameaças e ataques à democracia, ao estado de direito, às minorias (também facilmente verificáveis em medidas do governo Bolsonaro e em publicações da imprensa nacional e internacional); aumento expressivo da fome, do desemprego e do desalento (ver pesquisas do IBGE e também informações compiladas e veiculadas pela imprensa).

Uma verdadeira catástrofe! Vista pelo lado da tradição e da lógica oligárquico-colonial, a “ópera brasileira” é bufa e bruta. O brevíssimo e incompleto panorama que se acabou de traçar mostra – segundo qualquer parâmetro civilizatório – o quanto é violenta, cruel e inacreditável a história de nosso país. No Brasil de ontem e de hoje predomina a exceção, o arbítrio, a bizarrice e a tristeza; essa última como aquilo que diminui a potência de agir e de existir, ao menos para os negros, os indígenas, o conjunto dos trabalhadores e os não tacanhos.

A ópera bufa brasileira tem, ao menos, dois movimentos. Um deles caracterizado por um coro de contentes, cujo contentamento atual vem de um gozo de inspiração fascista: massificação do regozijo pela ignorância; do ódio e da aniquilação das diferenças e dos diferentes; do submetimento e fanatismo em relação à liderança autoritária, governamental e/ou religiosa. O outro movimento de nossa ópera bufa mistura lamento, perplexidade, indignação e, felizmente, também resistência e construção de alternativas aos destinos tristes.

Se a herança oligárquica-colonial atravessa a vida brasileira de ponta a ponta ela, certamente, não a esgota, a contraface daquilo que é francamente obscuro na história e na atualidade brasileira continua pulsando nos movimentos populares, por terra, teto, emprego, justiça, respeito e emancipação. São movimentos de sem-terra, sem-teto, negros, indígenas, mulheres, LGBTQIA+, defensores do meio-ambiente e de outros segmentos subalternizados. A pulsação, portanto, é a da política como liberdade de pensar por si mesmo e de enfrentar as vicissitudes da verdade das condições estruturais e conjunturais de nossa sociedade; o que pulsa é, nessa medida, um desejo ainda não realizado de fazer do país uma Nação.

A pulsação da vida no Brasil também sempre esteve presente nas artes e está presente na ciência e na vida intelectual. Criações e construções histórico-sociais que iluminam o caminho e permitem confiar que, mesmo em face de tantas mazelas, o Brasil seja também um país que viceja, que resiste à tristeza e constrói perspectivas de futuro.

Significa dizer que não sucumbir ao espírito oligárquico-colonial passa por repensar e reconquistar a vida a cada dia, mantendo o impulso e o vigor criativos das iniciativas pessoais e grupais que geram alternativas políticas, econômicas, culturais, educacionais e existenciais solidárias, a



partir do nível local e abrindo caminhos cognitivos e relacionais para os mundos que querem nascer, embora ainda se esbocem ou se engendrem de maneira minoritária ou não-dominante.

Se é assim, a tensão e o combate incessante entre forças antagônicas, digamos assim, oligárquico-coloniais, de um lado, e decoloniais (definidas a seguir), de outro, é o que define a brasilidade; o que nos constitui não é, evidentemente, uma cordialidade onírica, nem uma suposta “democracia racial”, mas o combate em face das contradições e dos antagonismos de classe que, por aqui, foram moldados *na e pela* escravidão, como forma de vida subalternizada, e pelo racismo estrutural que daí derivou.

Sem entrar nos meandros dos estudos latino-americanos do grupo Modernidade, Colonialidade e Decolonialidade (MCD), a decolonialidade será entendida aqui, sinteticamente, como perspectiva crítica a conceitos e padrões impostos aos povos subalternizados, especialmente da América Latina, desde o início da colonização capitalista europeia até os dias de hoje. Nessa medida, a decolonialidade implicará também e por consequência outras duas dimensões: 1) uma crítica à modernidade, ao capitalismo, à lógica eurocêntrica e, a partir de meados do século XX, também ao imperialismo norte-americano. Perspectivas cuja lógica e estratégia foram a exploração e o silenciamento dos povos subalternizados, suas culturas, modos de vida e epistemologias; 2) busca da emancipação desses povos, por meio da desconstrução da hegemonia epistêmica eurocêntrica e imperialista, e das lutas antirracista, indígena, feminista, etc.

Claro que as forças oligárquico-coloniais são dominantes, mas as práticas e os desejos emancipatórios que se opõem à iniquidade e ao poder das elites oligárquicas são também poderosos, não sucumbem e (re)inventam a cada dia projetos de futuro, colocando-se em ação para que eles se tornem realidade.

Parafraseando Darcy Ribeiro, os movimentos decoloniais foram derrotados muitas vezes pelas forças oligárquico-coloniais, mas essas derrotas são, paradoxalmente, suas vitórias: sob nenhuma hipótese prefeririam estar ao lado dos vencedores. As tensões e o combate manifestam-se em muitas latitudes da vida nacional. As disputas de sentidos, valores e perspectivas políticas, econômicas e sociais que aí tem lugar apontam para a centralidade da dimensão simbólica na arquitetura da correlação de forças que trouxe o Brasil até aqui.

Naturalmente, muitas perspectivas da independência brasileira precisam ser interrogadas e analisadas, inclusive para desfazer mitos da oficialidade e fortalecer lutas emancipatórias: independências ainda por conquistar. Não há como tratar de todas aqui, nem competência para tanto, a ideia – para além do rápido panorama já traçado – é trabalhar agora num recorte bem específico, mas de todo relevante ao contexto histórico que o Brasil e o mundo atravessam.



Trata-se de examinar algumas questões no campo da linguagem e de como elas operam para significar e criar ou alimentar os vetores das disputas e dos conflitos políticos e sociais com os quais nos debatemos. Senão vejamos.

É no plano da relação ao outro que a carne faz-se verbo (DOLTO, 1999) e vice-versa, simultânea e reciprocamente. O humano produz-se como tal na relação com o outro, sua condição não é natural ou, mais precisamente, sua condição biológica é sobredeterminada pela cultura, que configura, pode-se dizer, uma segunda natureza humana, operando diretamente na constituição das formas de vida e das políticas de existência no campo social e na história.

A codificação genética mais flexível do animal da espécie humana, que poderia sugerir uma certa desvantagem adaptativa, acabou gerando um diferencial evolutivo, no qual a linguagem simbólica foi desfecho decisivo. Haddad (2022) sugere que o processo evolutivo da espécie humana é, em verdade, revolutivo, uma vez que opera por transformações das formas de vida anteriores, e altera ou pode alterar radicalmente os sentidos e as práticas humanas, e isso acontece, justamente, em função da natureza humana converter-se, no processo evolutivo, em cultura e, a partir daí, fazer com que a evolução seja sobredeterminada por um caráter revolutivo.

A linguagem, nesse sentido, define a natureza humana na medida em que sobredetermina a condição biológica e faz do nosso corpo uma trama biopsíquica e social, um complexo biológico cuja sintaxe é psíquica e simbólica, é cultura. A condição cultural da natureza humana é construída na relação ao outro (humano ou não), numa processualidade que opera *na e por conta* da linguagem, instaurando uma semiose ilimitada e capaz de constituir cada humano nos sentidos que enredam o plano pessoal, coletivo, social e histórico.

Segundo a psicanálise, nascemos em “estado de desamparo”, todo indivíduo da espécie humana está fadado ao perecimento físico e psíquico se não for desejado e cuidado por um outro, como condição para ser acolhido e cuidado ao nascer e por um bom período de tempo. Em verdade, mesmo depois de crescidos, continuamos enredados ao outro, não apenas para sobreviver, mas para viver.

Se é assim, para alcançar a condição de sujeito é preciso ser desejado, porque é isso que produzirá nossa condição desejante, permitindo que se possa desejar o outro, legitimá-lo como sujeito. Significa dizer: para desejar é preciso ser desejado, e esta é a condição de possibilidade para fazer parte do(s) mundo(s) que fazemos estando juntos.

O outro primordial, aquele que primeiro nos deseja é a mãe ou quem cumpre a função materna, e ela, por sua vez, abre a relação a um terceiro (o pai ou função paterna), a partir do qual o



limite e a negociação, a mediação ao desejo começa a ser incorporada pela criança, instaurando o que a psicanálise chama de lei simbólica, cujos desdobramentos e acréscimos de complexidade dão forma à vida social de cada um de nós.

Tudo isso é bastante conhecido, mas ajuda a introduzir e situar a questão que será tratada a seguir.

Os sentidos do que está em jogo nos contextos sociais resultam das maneiras pelas quais são sentidas/vividas, significadas e se expressam as experiências pessoais e coletivas. Resulta, portanto, de como produzimos o *comum*, de como comunicamos ou habitamos o *comum*, cada um consigo mesmo e com o outro. Comunicação aqui pensada como função e potência da linguagem, no sentido de um desejo inevitável, aquele de se comunicar com um outro e de por ele ser acolhido (DOLTO, 1999).

Essa condição singular da espécie humana, cuja natureza, como se viu, é simultaneamente biológica e cultural, faz com que os seres humanos sejam afetados pelo outro (todos os outros) e o afetem para além do plano sensório/motor e da imediaticidade das experiências. Os afetos humanos conquistaram a fabulação e a razão, o imaginário e a capacidade de pensar sobre si e em relação ao mundo (SOUZA, 2007).

Certamente, essa posição exige um certo deslocamento em relação a pensar a linguagem apenas por sua condição representacional. Esse deslocamento precisa colocar em evidência, digamos assim, a dimensão intensiva da linguagem, ou seja, sua função de criação e de elaboração das experiências, das subjetividades e da cultura (*idem*).

A linguagem, em sua condição inventiva e elaborativa, imanta o corpo humano ao longo da vida, dá a ele sentidos e contornos simbólicos. Parafraseando uma ideia de Barthes (1986), ao gesticular ou tocar o outro há palavras nas pontas dos dedos, assim como, ao falar ou escrever, a carne se insinua por entre as palavras, há dedos nas extremidades das palavras.

Em razão do momento pelo qual passa o mundo contemporâneo, é necessário – porque urgente – pensar certas distorções dos usos da linguagem no campo social. O caráter agônico de nosso tempo parece produzir efeitos de adoecimento no corpo das pessoas e também nas políticas de existência social e institucional, por várias razões, entre as quais se destaca uma espécie de deterioração dos usos da linguagem, que faz com que se acentue fragilidades e se potencialize formas de manipulação da palavra para fazer a mediação e a negociação com o real; para criar e estabilizar a vida social e seus acordos civilizatórios; para enunciar a verdade.

A fragilização dos sentidos e dos cuidados com a verdade, com as pactuações civilizatórias e os critérios mais rigorosos que – para além do senso-comum – a construíram ao longo da



história humana, parecem ser a estratégia mais usual e efetiva para desestabilizar, relativizar, falsificar e mesmo demolir conquistas sociais e políticas, e avanços civilizatórios.

Mas o que é a verdade? Essa pergunta é, certamente, muitíssimo complexa, não tem formulação totalizadora, apenas aproximações éticas e políticas com as quais a civilização edifica sentidos e enunciados orientadores da vida em sociedade. Não seria possível avançar essa discussão conceitual no âmbito deste artigo, deverá bastar uma rápida síntese de como ela será pensada. A verdade não é a crença, nem a palavra de ordem ou o dogma, nem a tradição, nem a interpretação dominante ou a mais difundida pelo senso comum, ou pelo bom-senso.

Segundo Kothe (2022), a liberdade é a essência da verdade, mas o sentido de liberdade aqui é o de ser livre para encarar às múltiplas determinações do objeto que se quer pensar e, ao mesmo tempo, ser livre para permitir que o objeto mostre sua multiplicidade, mesmo aquilo que o sujeito gostaria de não ver. E o autor arremata:

A liberdade é a luta contra as coações, a busca de ampliação de horizontes, a vitória contra a tirania. A razão é uma fábrica de racionalizações, mas também é a instância em que se pode decifrar a razão de ser delas. É preciso coragem para pensar, repensar fundamentos. [...] A coação que quer impedir a liberdade busca impedir que se pense a verdade (op. cit., s/p).

Para superar a enorme crise atual de sentidos e valores – que busca impedir que se pense a verdade – parece necessário rearticular o poder da palavra para (na posteridade de Sigmund Freud) recordar, repetir e elaborar.

Difícil recusar as evidências de que a revolução informacional ampliou, de forma sem precedentes, possibilidades de conexão com o outro e com o mundo. A prosa do mundo ganhou escala e ficou cada vez mais rumorosa.

Ao lado de avanços tecnológicos relevantes e de, entre outros, ganhos de acesso à cultura, à informação, às pessoas, uma espécie de contraface inevitável se impôs: ampliou-se também as chances de isolamento social, de comportamentos antissociais, de desconexão com a realidade, de fomento à perversidade, à alucinações que buscam se naturalizar e alçar à condição de realidade, sobretudo por encontrarem ressonância e difusão nas redes sociais e nos aplicativos de mensagens instantâneas, mesmo quando isso acontece para contestá-las ou ridicularizá-las, uma vez que a lógica algorítmica as difunde e abre os espaços para que sejam embaralhadas no fluxo de mensagens que se recebe incessantemente.



Para ficar apenas em alguns exemplos, assiste-se a reducionismos e mistificações de apelos das chamadas notícias falsas, dos esquemas de autoajuda e de fundamentalismos religiosos, chegando à excitação extrema da polarização política, com exploração massiva e abertamente manipulada, numa das formas da chamada guerra híbrida, que se realiza por meio do uso de *big data*, de algoritmos sofisticados e de inteligência artificial.

Na política, há inúmeras evidências de que eleições foram manipuladas com o uso de redes sociais, de algoritmos e de *big data* (*Brexit* inglês, eleição de Donald Trump nos EUA e de Jair Messias Bolsonaro no Brasil, são exemplos eloquentes); há evidências abundantes de que tendências e grupos políticos construíram e constroem narrativas fantasiosas e factoides grosseiros – que ganham escala inédita nos meios digitais – para embaralhar os códigos de compreensão do senso-comum.

Movimentos neonazistas e neofascistas prosperam na *web* e querem fazer crer em revisionismos delirantes: negam ou reinterpretam de forma canhestra conhecimentos científicos, filosóficos, religiosos; negam fatos e acontecimentos históricos como o holocausto e a ditadura brasileira de 1964; negam o caráter totalitário dos governos que apoiam, e demonizam seus inimigos reais ou imaginários. De novo, catástrofe! Vale dizer: em ambientes desse tipo, a mentira, a falsificação, a fraude e os casuísmos são compulsivos e ferozes.

O transbordamento da virulência desses comportamentos e posições – do mundo virtual ao presencial – foi rápido, intenso e os resultados materiais são alarmantes, entre outros: intensificação da destruição do meio ambiente, ampliação da violência contra minorias, aumento da brutalidade e da letalidade policial em alguns países, perseguições políticas e culturais, e governos e/ou líderes políticos, religiosos e empresariais naturalizando e instigando o “delírio coletivo”, muitas vezes sob a forma de teorias da conspiração, que recusam a diferença e a alteridade em nome de autoverdades totalitárias.

Autoverdades subvertem a verdade e, via de regra, são ditas como um absoluto, ao qual aderem contingentes de seguidores assombrados pela ameaça imaginária de desestruturação resultante da ação de inimigos supostamente mortais. Terror *fake*, mas muito efetivo para desqualificar ou demonizar o outro, qualquer outro sobre o qual recaia a suspeita de flertar, compactuar ou sucumbir a um suposto mal, por mais que o “mal” seja ambíguo, confuso e intercambiável no discurso perverso da autoverdade totalitária.

Para quem não se alinha a essa horda, a ameaça costuma ser concreta e dela também emerge o medo, associado ao desencanto e à angústia crescentes. No caso brasileiro, Eliane Brumm escreveu, em coluna no jornal *El país* de 02/08/2019, que estamos “doentes de Brasil”. Estamos



doentes do horror encarnado, por exemplo e também pelo presidente brasileiro, cuja conduta, em função do caráter emblemático e poderoso do “lugar” institucional e simbólico que ocupa, tem sido capaz de desterritorializar e adoecer as instituições e muita gente país afora.

Segundo Brum (2019, *s/p*), apoiada na análise do psicanalista Rinaldo Voltolini, a autoverdade de Bolsonaro é a amputação da palavra em seu sentido pleno. Ela refere Voltolini:

O que é a guerra? A guerra acontece quando a palavra, como mediadora, se extinguiu. Isso acontece entre duas pessoas, entre países. Sem a mediação da palavra, se passa diretamente ao ato violento. [...] Narrar a história é sempre o primeiro ato de dominação. Não é por acaso que Bolsonaro quer adulterar a história. [...] Não é que estamos vivendo o mal-estar na civilização. Isso sempre houve. A questão é que, para ter mal-estar é preciso civilização. E hoje, o que está em jogo, é a própria civilização. Isso não é da ordem do mal-estar, mas da ordem do horror.

A saída proposta por Brum, o antídoto à autoverdade totalitária é a reconquista coletiva e política da palavra como mediadora das relações humanas. Isso corresponderia a uma espécie de reconquista da civilização, uma vez que é ela a ameaçada.

Estamos destinados à linguagem tanto para afirmar quanto para negar a vida. Certamente, aquilo que chamamos de autoverdade totalitária é também linguagem, mas rebaixada, efetuada para negar a vida, para falsificá-la, substituindo o mundo pela representação que lhe convém a cada momento.

Do ponto de vista aqui enunciado, reconquistar a palavra para mediação do jogo social, como quer Brum, só será possível se a linguagem for reativada em sua potência de afirmação da vida. A linguagem que afirma a vida é justamente aquela que está a serviço da alteridade, da relação ao outro, diante do qual é necessário ter coragem para ser livre e pensar a verdade.

Quem sabe esse seja um bom começo de conversa para usar o bicentenário da independência do Brasil como ocasião para fazer o que sugere Jamil Chade em artigo publicado alusivamente como carta ao atual presidente de Portugal, Marcelo Rebelo Sousa, na qual o missivista pede que o líder português avalie a vinda ao Brasil em 07 de setembro de 2022, por ocasião dos festejos do bicentenário da independência brasileira. Chade (2022, *s/p*) sugere

[...] um exame de consciência, uma busca por reconhecimentos mútuos de fracassos e êxitos. E, acima de tudo, para que tenhamos a coragem de traçar caminhos para levar “novos mundos ao mundo” [...]. Neste caso, esse caminho seria o de levar a



independência aos milhões de brasileiros que continuam escravizados pela fome, estuprados pela miséria, açoitados pela ausência de estado e cegos pela frustração de não encontrar “na linha fria do horizonte” os “beijos merecidos da Verdade” [...].

Para tanto não é a palavra afirmativa e solidária que se precisa reconquistar e reativar em face da fragilidade das relações humanas em momento tão agônico? Esse não é um esforço também necessário para se conquistar, de fato, uma vida não colonizada?

Referências

- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online], n. 11, p. 89-117, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-33522013000200004>. Acesso em: 26/06/2022. Epub 10 jul. 2013.
- BARTHES, R. *Fragments do discurso amoroso*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BRUM, E. Doente de Brasil, *Jornal El país – Brasil*, 02/08/2019.
- CHADE, J. Carta ao presidente de Portugal: ajude-nos a resgatar nossa independência. *Portal UOL*, 07/08/2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/08/07/carta-ao-presidente-de-portugal-ajude-nos-a-resgatar-nossa-independencia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 26/06/2022.
- DOLTO, F. *Tudo é linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ESPINOSA, B. *Ética*. São Paulo: Abril (Pensadores), 1989.
- HADDAD, F. *O terceiro excluído: contribuição para uma antropologia dialética*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.
- KOTHE, F. R. Verdade, mentira e liberdade. *A terra é redonda*. [acessado em 28/07/2022]. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/verdade-mentira-e-liberdade/>. Acesso em: 28/07/2022.
- SOUZA, L. A. P. Voz, corpo, linguagem. *Sala Preta: Revista de Artes Cênicas*, São Paulo, Departamento de Artes Cênicas da Escola de Comunicação e Artes da USP, n. 7, p. 33-38, 2007.
- SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

Dados do autor

Doutor em Psicologia Clínica e professor titular da PUC-SP.

Recebido em 12/08/2022
Aprovado em 16/08/2022



GUERRA SANTA, BATALHA ESPIRITUAL E BODE EXPIATÓRIO NO DISCURSO CRISTOFASCISTA

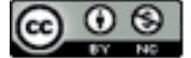
GLAIR ALONSO ARRUDA

Resumo: As manchetes de jornal estão cada vez mais recheadas de textos bíblicos manipulados inescrupulosamente para fundamentar o uso da religião nos projetos políticos de poder autoritário. O presente artigo defende o posicionamento de teólogos e cientistas da religião não somente na análise e elucidação dos processos sociais em que se faz uso político da religião, como na confrontação das incoerências internas dos discursos públicos cristofascistas, alicerçados em uma hermenêutica aleatória dos documentos religiosos originários. Para tanto, o estudo dialoga com a Teologia e a Ciência da Religião associando a categoria teológica do cristofascismo, de acordo com Fabio Py, e o conceito antropológico de bode expiatório, conforme René Girard, sobre os conceitos de guerra santa, batalha espiritual e a luta entre o bem e o mal na esfera política, tomando como eixo a defesa de uma pauta de costumes que escolhe como vítima as minorias sociais.

Palavras-chave: Cristofascismo, Violência, Pauta de Costumes, Batalha Espiritual, Bode Expiatório.

Abstract: Newspaper headlines are increasingly filled with biblical texts unscrupulously manipulated to support the use of religion in political projects of authoritarian power. This article defends the position of theologians and scientists of religion not only in the analysis and elucidation of the social processes in which the political use of religion is made, but also in the confrontation of the internal incoherences of the Christ-fascist public discourses, based on a random hermeneutics of the original religious documents. Therefore, the study dialogues with Theology and Religion Science associating the theological category of Christofascism, according to Fabio Py, and the anthropological concept of scapegoat, according to René Girard, on the concepts of holy war, spiritual battle and the struggle between good and evil in the political sphere, taking as its axis the defense of an agenda of customs that chooses social minorities as its victim.

Keywords: Christofascism, Violence, Customs, Spiritual Battle, Scapegoating.



Introdução

*“Amor e ódio constituem os dois principais elementos
a partir dos quais se constroem as relações humanas”*

(Winnicott)

Religiões, como todos os empreendimentos humanos, fazem aflorar as emoções e expressões mais profundas que nos ligam à subjetividade, ao outro, à natureza, ao universo imanente e ao transcendente. Mas religiões também despertam os sentimentos de ódio e causam episódios que a história gostaria, se possível fosse, de apagar da memória humana em sua trajetória sobre a terra. Episódios caracterizados, em muitas ocasiões, pela violência de massa contra uma vítima escolhida como a causa dos males da sociedade e que, portanto, “merece” ser sacrificada. Se por um lado a massa escolhe suas vítimas, por outro também escolhe seus salvadores. A associação entre a expectativa de um messias e uma autodeclaração de escolha divina para curar os sofrimentos sociais é a mistura que faz surgir o fenômeno que tem sido chamado nos círculos científicos de estudo da religião como *crstofascismo*. Quando falamos em *crstofascismo*, não falamos da religiosidade, essa expressão autêntica da fé, com suas crenças, seus rituais e manifestações que caracterizam o exercício de uma identidade religiosa. Falamos do uso da religião como instrumento para exercer o poder político manipulando um imaginário religioso da população em torno de uma figura que se autoproclama um enviado de Deus, ou seja, que reivindica o poder divino, para exercer sua governança. O *crstofascista* não precisa ser necessariamente um religioso autêntico, desde que se cerque dos elementos simbólicos, de pessoas que representam a religião e dos discursos de efeito atrelados às expectativas populares de um messias salvador da pátria, última esperança de uma população desapontada com a situação social e política e a corrupção percebida continuamente nas suas lideranças.

O *crstofascismo*, tema amplamente desenvolvido pelo teólogo Fábio Py a partir do termo cunhado pela teóloga Dorothee Sölle no contexto dos anos 1970-80 em referência aos movimentos neonazistas nos EUA, se distingue pela apropriação de uma teologia fundamentalista, por um governo autoritário, e que resulta em práticas de desprezo pelos pobres, de defesa da família idealizada cristã, de contrariedade em relação às políticas de esquerda em relação aos setores ditos minoritários. Para Py, a argumentação dessa lógica fundamentalista sustenta-se na ideia de família como sua base social e hermenêutica, construindo uma teologia do poder autoritário que pratica o ódio aos diferentes, às minorias e aos pobres (PY, 2019). Valor da família e ódio ao diferente se equilibram num jogo de forças antagônicas que despertam, se visto pelo olhar da psicanálise winnicottiana, todo o bem e o mal que residem na subjetividade humana:



Parti do pressuposto, o qual tenho consciência de que nem todos consideram correto, de que todo o bem e o mal encontrados no mundo das relações humanas serão encontrados no âmago do ser humano. Levo esse pressuposto mais longe afirmando que no bebê existe amor e ódio com plena intensidade humana (WINNICOTT, 2012, p. 93).

O cristofascismo vai se utilizar dessa capacidade para a crueldade instintual ao contrapor amor e ódio fazendo uso, para isso, da mais poderosa fonte de legitimação de práticas e discursos políticos, sociais, econômicos e culturais de todos os tempos: a religião. O discurso evangélico atrelado ao poder político corresponde a uma expressão teológica que, dentre os muitos ramos da teologia, segundo Fábio Py, se apropria das teologias populares para sustentar o atual poder político do Brasil, e opera uma simplificação das questões e problemas da fé moldada por um corte fundamentalista, além de ser “alimentada pelas grandes corporações evangélicas orgânicas no atual governo” (PY, 2022, s/p).

Se a base para a argumentação cristofascista está na ideia de família, a chamada “pauta de costumes” tem um peso fundamental na condução dos discursos e práticas para sua sustentação. Nossa intenção neste artigo é demonstrar como a pauta de costumes cristofascista elege temas caros ao público religioso conservador, particularmente evangélico, que se destaca como cristofascista justamente pelas contradições teológicas que não são verificadas nem questionadas, mas adotadas pelos seguidores ainda que contrariem na totalidade a veracidade dos fatos ou os princípios de interpretação dos textos sagrados. Na realidade, prescindem dos textos sagrados, uma vez que os recriam e interpretam segundo seus próprios interesses. O resultado desse processo é que, na defesa da família e ataque aos supostos perigos que a ameaçam, a escolha de uma vítima para direcionar o ódio faz transformar o cenário político em uma luta do bem contra o mal. A vítima, eleita um “bode expiatório”, deve ser eliminada para garantir o bem da sociedade geral, tomando como referência a teoria de René Girard (2004; 2012).

1. A noção de “guerra santa” e a eliminação do mal

Para despertar a agressividade interna que faz aflorar o ódio ao diferentes, o cristofascismo se utiliza das referências históricas e dos documentos religiosos que remetem à guerra, e em especial, às batalhas realizadas em nome dos deuses. A teologia cristã precisa fazer malabarismos lógicos e teológicos para resolver a questão da guerra e da violência humana, quando esta é endossada, autorizada ou até mesmo aplicada pela divindade, que é apresentada, especialmente no Antigo Testamento, como um Deus Todo-Poderoso que odeia o mal e não admite a injustiça,



ainda que para isso seja preciso causar a eliminação do injusto. Mais manobras ainda precisarão ser feitas para driblar as conclusões irrefletidas sobre o tema da guerra, proferidas em público por pastores e líderes, responsáveis por explicitar as razões bíblicas para as aparentes (ou não) incoerências ou contradições inerentes ao sistema de crenças cristão.¹ As regras de interpretação da Bíblia, conquista da ciência hermenêutica do último século, precisam ser ignoradas para que seja possível justificar um governo neo-teocrático, tomando emprestado a expressão de João Décio Passos em seu mais recente livro (2021) e, em última instância, cristofascista.

O conceito de “guerra justa” pode ser remontado às “guerras santas” do Antigo Testamento ou antes ainda, ao ensinamento ético grego e romano. No séc. IV, o conceito foi cristianizado por Agostinho. No séc. XIII, Tomás de Aquino o colocou numa estrutura sistemática; foi desenvolvido um pouco mais por Francisco de Vitória no séc. XVI, e aprovado pela maioria dos reformadores. Esse mesmo conceito de “guerra justa” é usado até hoje pela maioria dos pensadores católicos romanos e protestantes. O teólogo anglicano britânico John Stott (1921-2011) informa no livro *Os cristãos e os desafios contemporâneos* (2014) que a tradição da guerra justa geralmente é expressa por meio de sete condições, que têm de ser cumpridas para que uma guerra possa ser considerada justa:

São elas: declaração formal, último recurso, justa causa, intenção correta, meios proporcionais, imunidade dos não combatentes e expectativa razoável. Contudo, há uma sobreposição desses sete critérios e acho mais útil reduzi-los a três, os quais se relacionam ao início, à condução e ao fim de uma guerra. Como então, podemos julgar se uma Guerra é justa ou não? Em primeiro lugar, *a causa deve ser justa*. [...] Em segundo lugar, significa que *deve ser controlada*. [...] Em terceiro lugar, *seu resultado deve ser previsível* (STOTT, 2014, p. 113, grifos do autor).

Em suma, para a teologia de Stott, uma “guerra justa” é aquela que tem uma causa justa, por meios controlados, com uma expectativa razoável de sucesso. A questão que exige malabarismos, entretanto, emerge quando a teoria se encontra com a realidade:

Contudo, a teoria da “guerra justa” é apenas uma tradição. Ela pode ser recomendada pelas Escrituras? Alguns tentam fazê-lo com base nas guerras comandadas e dirigidas por Javé no AT. Mas esse é um procedimento precário, uma vez que essas foram

.....
¹ Segundo Weber, o papel do sacerdote, sociologicamente falando, é o do “desenvolvimento de um sistema racional do pensamento religioso e, o que é particularmente importante para nós, o desenvolvimento de uma “ética” sistematizada e especificamente religiosa” (WEBER, 2015, p. 294).



expressamente sancionadas e nenhuma nação pode reivindicar hoje que desfruta da posição privilegiada de Israel como uma “nação santa”, povo da aliança especial de Deus, uma teocracia única (STOTT, 2014, p. 115).

Colocada no contexto histórico-cultural, a concepção religiosa da guerra na Antiguidade era desenvolvida a partir dos deuses da terra, de forma que os deslocamentos e conquistas eram, de fato, uma guerra entre deuses, os deuses locais. Nas disputas territoriais, seja para conquista da terra ou para defesa dela, cada povo reivindicava o auxílio do deus daquela terra. Mas o Deus de Israel não é um Deus local – para a religião abraâmica, é o único Deus de todos os povos e de toda parte: Deus chama Abraão na Mesopotâmia, orienta José no Egito, vocaciona Moisés no deserto de Madiã e conduz o povo durante a travessia do deserto e assim por diante. Durante esse percurso desenvolve-se em Israel a concepção de um Deus único – surge o monoteísmo, que avança do deus local da *pólis* de Jerusalém para os traços universalistas de onipotência entrelaçados ao destino de todos os povos (WEBER, 2015, p. 291) – um Deus que acompanha o seu povo escolhido por onde ele andar. A passagem bíblica que antecede a descrição da batalha em Jericó é emblemática ao tocar no ponto nevrálgico com a pergunta que indaga: afinal, “de que lado Deus está?”:

Estando Josué já perto de Jericó, olhou para cima e viu um homem de pé, empunhando uma espada. Aproximou-se dele e perguntou-lhe: “Você é por nós, ou por nossos inimigos?” “Nem uma coisa nem outra”, respondeu ele. “Venho na qualidade de comandante do exército do Senhor”. Então Josué prostrou-se, rosto em terra, em sinal de respeito, e lhe perguntou: “Que mensagem o meu senhor tem para o seu servo?” O comandante do exército do Senhor respondeu: “Tire as sandálias dos pés, pois o lugar em que você está é santo”. E Josué as tirou (Js 5,13-15, NTLH).

A Nova Tradução da Bíblia na Linguagem de Hoje (NTLH) torna explícita a ideia de que a guerra não pertence a Deus: é coisa de humanos, não é santa; mas Deus é Santo, e o reconhecimento de sua presença, ainda que dentro dos conflitos humanos, deve envolver uma atitude de contrição diante da santidade da vida e do Deus doador da vida. A vida humana é sagrada, o sangue humano não deve ser derramado pois simboliza a vida (Gn 9,4-6; Lv 17,11; Dt 12,23), e especialmente o sangue inocente (1Sm 25,31; 1Rs 2,5,31-34).

Stott defende, como toda ortodoxia, que, uma vez que Deus é justo, “o mal deve ser punido (como merece ser), então a punição deve ser administrada pelo Estado e seus oficiais, e não por indivíduos que queiram fazer justiça pelas próprias mãos” (STOTT, 2014, p. 117).



Repercutindo o Antigo Testamento, o autor cita Romanos 13,1-7, para argumentar que o papel do Estado é estritamente limitado e controlado, como agente de Deus para atuar apenas sobre aqueles do povo que violam as leis, com a mínima força necessária para levá-los à justiça e com uma punição limitada na proporção do mal que fizeram: “todos os três – o povo, a força e a punição – devem ser cuidadosamente controlados” (STOTT, 2014, p. 117). O texto bíblico é um exemplo de texto que não pode ser tirado do contexto, sob o risco de produzir interpretações literais e errôneas. O que antecede o texto de Romanos 13 reverbera a fala de Jesus no sermão do Monte em Mateus 5: amar os inimigos e servir a eles (Rm 12,14-21). O argumento que sucede o mesmo texto afirma novamente a característica do amor, que nunca prejudica outra pessoa (Rm 13,8-10).

“Pois, se vocês fazem o mal e são castigados, qual é o merecimento de suportarem com paciência o castigo? Mas, se vocês sofrerem por fazerem o bem, e suportam esse sofrimento com paciência, Deus os abençoará por causa disso, pois foi para isso que ele os chamou. O próprio Cristo sofreu por vocês e deixou o exemplo, para que sigam os seus passos. Ele não cometeu nenhum pecado, e nunca disse uma só mentira. Quando insultado, não respondeu com insultos. Quando sofreu, não ameaçou, mas pôs a sua esperança em Deus, o justo Juiz” (1Pd 2,21-23)

A afirmação teológica que subjaz é de que o mal é uma prerrogativa de Deus: a razão pela qual a ira, a vingança e a retribuição são proibidas aos cristãos não é que elas sejam, em si mesmas, reações erradas ao mal, mas que elas são prerrogativas de Deus, não humanas (STOTT, 2012, p. 116)

Saindo da teologia, vemos na sociologia a expressão “guerra dos deuses” utilizada por Weber para identificar o politeísmo de valores e o conflito das crenças e deuses na sociedade moderna e no desenvolvimento do monoteísmo judaico (WEBER, 2015, p. 291). Em uma aplicação dessa expressão pelo sociólogo Michael Löwy (2000), os contornos do campo religioso latino-americano nos dias atuais assumiu características de uma “guerra dos deuses”, um cenário caracterizado pelo conflito social e político que transita desde as posturas mais fundamentalistas até as mais progressistas, e que toma como vítima de sua teologia do poder autoritário as demais religiões, especialmente as de matriz afro; as etnias, especialmente e não por coincidência, de origem afro e indígenas; as populações LGBTQIA+, ou seja, uma política que constrói uma governança dos corpos e das vidas baseada nos discursos de uma tradição ultraconservadora cristã (PY, 2019, s.n).



Se a interpretação bíblica fosse feita com honestidade, seguindo as normas básicas da mais simples hermenêutica cristã que ensina a ler o Antigo Testamento sob as luzes do Novo Testamento e interpretar um texto dentro do contexto geral, seria impossível defender teologicamente o uso justificado da violência, muito menos colocar o discurso da violência ou armamentista na boca de Jesus. A não violência de Jesus, declarada, vivida e relatada em diversas situações pelos autores bíblicos (p. ex., Is 53,7; Mt 5,38-48; Lc 6,27-36; 23,34) deveria acionar a reflexão teológica para argumentar e corrigir os erros do discurso pretensamente religioso.² Isso acaba não acontecendo porque, no discurso cristofascista, a verdade não precisa ser verificada, é verdade pelo simples fato de ser proferida pelo líder carismático, o que dispensa qualquer questionamento ou verificação (PASSOS, 2021, p. 166). Para Passos, será sempre inútil cobrar racionalidade dos seguidores de algum mito encarnado na história (2021, p. 166).

2. Da “guerra santa” à batalha espiritual

Uma outra face da guerra santa é aquela que transporta a agressividade para uma dimensão espiritual, fundamentada nos textos bíblicos que colocam o conflito humano como uma luta cósmica contra os “espíritos do mal” (Ef 2,2). É a chamada “batalha espiritual”, conceito que gerou diversos movimentos dentro do cristianismo católico e evangélico desde os anos 1980, especialmente nas vertentes de teor pentecostal. O conceito de batalha espiritual desencadeou práticas de maior misticismo no cristianismo, que enfatizavam repreender ou expulsar demônios responsáveis pelos males das mais diversas áreas da vida, identificando essas entidades, implícita ou explicitamente, aos orixás das religiões afro. As ideias de uma batalha espiritual cósmica fizeram movimentar a agressividade dos fiéis, direcionada a entidades espirituais e abstratas que se manifestavam em elementos concretos do cotidiano, num processo de empoderamento característico do pentecostalismo para fortalecer os fiéis nas dificuldades frente aos problemas sociais, econômicos, morais. Fundamentados no texto de Efésios, os crentes são ensinados de que a batalha não é contra “carne e sangue”, ou seja, contra pessoas, mas contra nos poderes

.....

² Na época das eleições presidenciais de 2018, o então deputado e candidato Jair Bolsonaro afirmou que Jesus usaria arma de fogo, se já existisse naquele tempo. No debate realizado pela Rede TV!, o candidato disse à também candidata Marina Silva (Rede), a frase “leia o Livro de Paulo”, explicando depois que se referia ao texto, erroneamente atribuído a Paulo, que na Bíblia tem “aquela passagem” em que “Paulo” fala para vender as capas e comprar espadas. “É que naquele tempo não tinha arma de fogo, senão com certeza seria ponto 50 e fuzil” (DA REDAÇÃO YAHOO, 2018). Quatro anos depois, o já presidente, auxiliado pelos apoiadores, que desta vez citam diretamente da Bíblia o texto de Lucas 22,36, repete como “piada” que “Jesus não comprou pistola porque não tinha naquele tempo”. Sim, ao fazer a leitura literal do texto, coloca na boca de Jesus o discurso do ódio e da violência. Pouco importa se, no mesmo capítulo de Lucas, o texto bíblico relata a prisão de Jesus e a reação do discípulo que corta a orelha de um dos presentes; Jesus repreende o discípulo e cura o homem ferido (DA REDAÇÃO UOL, 2022).



que atuam no mundo atual, que exigem o uso de armas espirituais para defesa e ataque, como o escudo da fé e a espada do Espírito, a Palavra de Deus (Ef 6,12-18). Nas últimas décadas do séc. XX tornou-se muito comum nos círculos evangélicos as vigílias de oração, a intercessão pela conversão ou cura de pessoas queridas, e outras práticas de oração ou de exorcismo sob o título de batalha espiritual. Segundo Weber, mesmo no cristianismo, a concepção de um deus universal poderoso não eliminou as antigas ideias mágicas da ação religiosa que, se empregar as fórmulas adequadas das orações, súplicas, ofertas e sacrifícios pessoais, pode mobilizar uma “coação dos deuses” para o afastamento do mal ou a obtenção de vantagens externas (WEBER, 2015, p. 292-293).

Direcionada a “demônios”, enquanto entidade espiritual, genérica, abstrata, sem rosto, a batalha espiritual começou a procurar um alvo mais concreto a quem dirigir a agressividade.³ As religiões afro se tornaram o alvo principal desde então, causando episódios de violência como fruto da intolerância religiosa que vinha sendo fomentada, à revelia dos textos bíblicos, que não poderiam ser mais claros no sentido de uma postura de paz que une raças, povos e nações (Ef 2,14-17; 6,15), e onde o mal deve ser vencido pela retribuição do bem, o amor ao inimigo, a vingança a critério de Deus e não pelas próprias mãos:

Não retribuam a ninguém mal por mal. Procurem fazer o que é correto aos olhos de todos. Façam todo possível para viver em paz com todos. Amados, nunca procurem vingar-se, mas deixem com Deus a ira, pois está escrito: “Minha é a vingança; eu retribuirei”, diz o Senhor. Pelo contrário: “Se o seu inimigo tiver fome, dê-lhe de comer; se tiver sede, dê-lhe de beber. Fazendo isso, você amontoará brasas vivas sobre a cabeça dele”. Não se deixem vencer pelo mal, mas vençam o mal com o bem (Rm 12,17-21)

Outro desdobramento da ideia de batalha espiritual em busca de alvos concretos se desenvolveu, em tempos de polarização, na área da política.⁴ As campanhas políticas assumiram um

.....
³ Em julho de 2022, assumindo uma posição mais ativa na campanha recém-lançada para a reeleição de Bolsonaro tendo em vista o público evangélico e particularmente o feminino, a primeira-dama Michelle Bolsonaro divulgou imagens de vigílias de oração realizadas no Palácio do Planalto com um grupo de intercessores e discursou em uma Igreja evangélica explicando o ritual que consagrava o lugar ao “Senhor Jesus” em oposição, segundo ela, à consagração aos demônios que teria sido feita nos governos anteriores (TURTELLI, 2022).

⁴ Uma nova face do cristofascismo à brasileira apareceu às vésperas das eleições para presidente no ano de 2022. Com o decreto que flexibilizou a venda, a posse e o porte de armas, os chamados CACs (projeto que modifica a legislação sobre o uso de armas por caçadores, atiradores e colecionadores), a guerra santa adquiriu um novo rosto, desta vez como uma guerra do bem contra o mal (VOGAS, 2022).



tom de luta do bem contra o mal, não mais o exercício da democracia que coloca em cena os atores políticos e seus projetos de governo, mas pessoas, de “carne e sangue” que representam o mal e, portanto, precisam ser eliminadas, por meio das eleições ou, concreta e literalmente, presas e até mortas.⁵

A batalha espiritual deixou de ser um conceito aplicado à dimensão espiritual para adquirir contornos mais concretos no ambiente político com a ascensão de mais evangélicos, principalmente pentecostais e neopentecostais (embora os evangélicos tradicionais também tenham forte presença no espaço público), com a ênfase na ampliação do armamento para a população comum. A ênfase na individualidade e na justiça pelas próprias mãos está no cerne dessas posturas nas quais a autoridade das instituições como a Igreja ou o Estado para definir e aplicar a justiça e suas sanções, é deslocada para as mãos do próprio fiel, que se torna então sujeito de suas próprias escolhas. Justifica-se assim aumentar o acesso da população às armas com a finalidade de defesa da família, uma vez que o Estado não garante a segurança da população. O item armamentista se torna um dos principais na pauta de costumes, também defendido à revelia de fundamentação bíblica ou teológica, o que caracteriza o viés cristofascista.⁶

Nos anos 1980 o papa João Paulo II já havia se pronunciado firmemente sobre a questão armamentista. Para ele, o que está em cena é antes de tudo uma crise ética:

Desejaria acrescentar um último considerando: a produção e a posse de armamentos são a consequência de uma crise ética que rói a sociedade em todas as suas dimensões – política, social e econômica. A paz, repeti-o várias vezes, é o resultado do respeito dos princípios éticos. O verdadeiro desarmamento, o que há de garantir a paz entre os povos, não se conseguirá senão com a resolução desta crise ética (JOÃO PAULO II, 1982).

De acordo com Stott, Jesus designou aos seus seguidores um papel ativo na pacificação (STOTT, 2014, p. 138), invertendo a ordem dos fatores onde a luta é, sim, a promoção de uma militância pela paz.

.....
⁵ No mês de julho de 2022, foi amplamente divulgada pelos veículos de informação a morte de Marcelo Arruda, um policial civil assassinado durante a festa de seu aniversário de 50 anos pelo policial militar Jorge Guarinho, por ter escolhido como tema da festa a eleição de Lula para presidente. O conflito se transformou em tragédia, expondo o nível de rivalidade entre os opositos (VIEIRA, 2022).

⁶ A pauta do armamento confirma a definição do discurso pelo caráter cristofascista. O ex-ministro da educação e ministro evangélico presbiteriano Milton Ribeiro protagonizou um episódio bizarro, para dizer o mínimo. Armado, tentou desativar sua arma dentro da maleta com a qual iria viajar sem despertar a atenção, causando um disparo acidental em pleno aeroporto de Brasília. A justificativa foi “excesso de zelo”, enquanto a questão de por qual motivo um pastor evangélico deveria andar armado sequer foi considerada (PORTELA, 2022).



3. Da batalha espiritual ao bode expiatório

Guerras e batalhas pressupõem a identificação de um inimigo. Se no Antigo Testamento o inimigo era identificado no povo que ocupava o território disputado; no Novo Testamento o inimigo estava localizado nos poderes espirituais, nas esferas celestiais; agora, no pentecostalismo da batalha espiritual, o inimigo se identifica como todo tipo de demônio instalado nos objetos, religiões ou pessoas que obstaculizavam o progresso do crente. E no caso do cristofascismo, o inimigo está representado na vítima escolhida como catalizadora dos discursos de ódio. A primeira vítima que nos vem à mente é política: o partido, o candidato oponente, a ideologia, o comunismo e assim por diante. Mas é possível ir um pouco mais fundo, pois, antes de chegar à esfera política, a vítima do cristofascismo precisa estar situada na esfera da moralidade; é preciso convencer as massas de que uma pessoa ou grupo representa ameaça aos valores considerados caros por uma população que resgata do tradicionalismo os *flashes* de um imaginário idealizado, embora não necessariamente praticado na realidade. É o imaginário de uma família idealizada, composta de marido/mulher/filhos, por exemplo. O inimigo é identificado como o grupo da população que não se identifica com o modelo binário de sexualidade, expondo toda a população LGBTIQA+ como alvo dos ataques homofóbicos. Contraditoriamente, não são considerados como ameaça à “família tradicional” os outros modelos familiares como, dentre muitos outros exemplos, a família monoparental, em que mulheres criam sozinhas seus filhos e que constitui enorme parcela da população brasileira.⁷ Não parece representar ameaça à “família tradicional” o adultério, ou ainda o fato de homens abandonarem suas mulheres ou não reconhecerem seus filhos negando-lhes a paternidade no registro de nascimento; ou famílias reconstituídas, resultado de diversos casamentos e divórcios, que distribuem os filhos compartilhando a guarda entre os progenitores e seus novos cônjuges.⁸ Para Lacerda (2019, p. 18), o eixo de gravidade do novo conservadorismo brasileiro é a atuação da direita cristã baseada na ideia de que a família – e não o Estado – é a resposta para toda ordem de disfunções sociais, o que provoca uma ação/reação política cada

.....
⁷ As famílias brasileiras estão cada vez mais configuradas por mães que criam seus filhos sozinhas. As mães solteiras representavam, em 2015, 11,6 milhões, ou 26,8% das famílias com filhos, contra 3,6% dos pais solteiros. Dados de 1995 até 2015 sobre as desigualdades de gênero e raça e divulgadas em março de 2017 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) podem ser conferidos em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 11/08/2022.

⁸ Se a defesa da família tradicional reivindica sustentação bíblica, pouca referência pode ser encontrada, pelo menos nos evangelhos, pois que não há citação qualquer de Jesus nos quatro evangelhos que mencione a homossexualidade, enquanto, por outro lado, os três evangelhos sinóticos relatam a desaprovação de Jesus quanto ao adultério ou ao divórcio, dirigida para os religiosos que buscavam sustentação nas escrituras para a prática do divórcio, o que se justifica pela situação de vulnerabilidade social das mulheres dado o contexto social da época (Mt 5,31-32; Mt 19,1-12; Mc 10,1-12; Lc 16,18).



vez mais radicalizada dirigida aos movimentos feministas, LGBTIQA+ e todas as nuances que se afastam do modelo da chamada família tradicional.

Além da família “ideal”, outros itens compõem uma “pauta de costumes” que guia, no Brasil, os discursos adotados pela bancada evangélica e as vertentes mais conservadoras do catolicismo que apoiam eleições de partidos e candidatos de direita e extrema direita, como a compra e o uso de armas, por exemplo, sob a justificativa de defesa da família contra ataques de bandidos; o aborto, sob a justificativa de proteção à vida; o ensino domiciliar, ou “escola sem partido”, sob a justificativa de proteger as crianças de temas ligados à educação sexual, ou a chamada “ideologia de gênero”, e assim por diante. Com a ênfase de tom moralista que acaba desembocando em parcelas específicas da sociedade, fica muito fácil colocar como alvo as chamadas minorias, grupos de maior vulnerabilidade dentro do conjunto da sociedade.⁹ A questão da batalha entre o bem e o mal, portanto, ganha características que podem ser compreendidas pela categoria de “bode expiatório”, conforme preconizada por René Girard (1923-2015).

Segundo Girard, o bode expiatório é o resultado da violência coletiva instigada pelo desejo mimético. A teoria fundamenta-se na tendência humana básica para a imitação do outro. O desejo mimético acontece quando um indivíduo demonstra predileção por algum objeto, despertando em outro o interesse pelo mesmo objeto. O objeto não tem valor em si mesmo, pois o que causa o desejo mimético não é *o que* o outro tem, mas o desejo de *ser* o outro: “se os objetos que desejamos sempre pertencem ao próximo, é o próximo, evidentemente, que os torna desejáveis” (GIRARD, 2012, p. 28). O desejo mimético torna-se mais forte quanto mais o objeto estiver fora do alcance, dando início a uma rivalidade que já não mais necessita do objeto inicial fonte do desejo, mas a própria rivalidade recíproca que fomenta o círculo vicioso do conflito gerado entre os dois. Para Girard, “aniquilar o outro é garantir sua própria subsistência” (GIRARD, 2012, p. 28). Girard explica que crises desencadeadas, ou por circunstâncias externas como epidemias, ou por causas internas como agitações políticas ou conflitos religiosos, despertam grandes perseguições coletivas, que ele identifica como “estereótipos da perseguição”:

.....
⁹ Durante videoconferência com padres e deputados da Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana em 21 de maio de 2021, o presidente Jair Bolsonaro afirmou que “não se pode inverter tudo”, e, portanto, “quem tem que fazer valer a sua vontade é a maioria”. Em 15 de julho de 2022, ele reforça a declaração, afirmando que não se deve ceder às minorias: “Outro dia falei que a mãe quer que o Joãozinho continue Joãozinho. ‘Ah declaração homofóbica’. Meu Deus do céu. Para onde nós iremos cedendo às minorias? As leis existem, no meu entender, para proteger as maiorias” (ROCHA, 2022).



As perseguições que nos interessam se desenvolvem de preferência em períodos de crise que provocam o enfraquecimento de instituições normais e favorecem a formação de multidões, isto é, de ajuntamentos populares espontâneos, suscetíveis de substituir instituições enfraquecidas ou de exercer uma pressão decisiva sobre elas. [...] A derrocada das instituições apaga ou mistura as diferenças hierárquicas e funcionais, conferindo a todas as coisas um aspecto simultaneamente monótono e monstruoso (GIRARD, 2004, p. 21).

E sendo uma crise social, as relações humanas se desagregam e a tendência é encontrar nos aspectos sociais e morais (como crimes contra pessoas, crimes sexuais ou crimes religiosos, especialmente nos que configuram uma transgressão de tabus), a atribuição de uma explicação para as causas da crise social:

Todos esses crimes parecem fundamentais. Eles lesam os próprios fundamentos da ordem cultural, as diferenças familiares e hierárquicas sem as quais não haveria ordem social. Na esfera da ação individual, eles correspondem, portanto, às consequências globais de uma epidemia de peste ou qualquer outro desastre comparável. Eles não se contentam em enfraquecer o laço social, mas o destroem completamente. Os perseguidores acabam sempre por se convencer de que um pequeno número de indivíduos ou até mesmo um só pode tornar-se extremamente nocivo para toda a sociedade, apesar de sua relativa fraqueza (GIRARD, 2004, p. 25).

Todo esse mecanismo mimético tem como produto a violência generalizada contra uma vítima substituta: o bode expiatório¹⁰ – um indivíduo ou uma minoria, sobre a qual se procura descarregar a energia e saciar, ainda que temporariamente, a sede por restaurar a organização social. Ao unir toda a sociedade em uma causa comum, contra uma vítima comum, a paz é restaurada no plano coletivo, e a sociedade se vê novamente harmonizada enquanto grupo:

Assim, essa vítima substitui efetivamente todos aqueles que um pouco antes se opunham uns aos outros em mil escândalos pulverizados aqui e ali, e que agora se encontram todos reunidos contra um alvo único. Como ninguém, na comunidade, possui outro inimigo além dela, uma vez que essa vítima tenha sido perseguida, expulsa, aniquilada, a multidão irá se encontrar livre de qualquer hostilidade, privada

.....
¹⁰ O termo refere-se ao ritual de expiação (Lv 16,21) que consistia em expulsar para o deserto um bode que simbolicamente carregava todos os pecados da nação. O ritual realizava o processo de substituição concreto e transparente que realizava a transferência da hostilidade sobre a vítima animal.



de inimigo. Só restava um, e ele foi descartado. Pelo menos provisoriamente, essa comunidade não sente mais nem ódio nem ressentimento por ninguém: ela se sente *purificada* de todas suas fragmentações (GIRARD, 2012, p. 64, grifo do autor).

Para conseguir convencer as massas da legitimidade da ação violenta, é preciso “demonizar aquele que ele deseja transformar em vítima” (GIRARD, 2012, p. 90). Segundo Hanna Arendt, a propaganda nazista foi suficientemente engenhosa para persuadir a massa para os perigos do domínio judaico:

Isso deu às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem, não somente restaurando a dignidade que antes lhes advinha da sua função na sociedade, como também criando uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa (ARENDRT, 2012, p. 492).

Identificar (ou até mesmo criar) um inimigo faz parte da construção de um líder totalitário, que assume para si a função de restaurar o equilíbrio fragilizado na sociedade, defendendo-a da perseguição e de todos os males que a ameaçam e oferecendo-lhe a oportunidade de tomar em suas mãos o rumo correto, o retorno a uma estabilidade e uma dignidade anteriormente perdida. No discurso cristofascista, é o eleito por Deus que trará a libertação à sociedade. É nesse âmbito que o cristofascismo tem condições de mostrar sua força mais destrutiva. Quando o discurso cristofascista se apresenta como a solução para os problemas morais de uma sociedade decadente, para o resgate dos valores alinhados com padrões conservadores, para a libertação da sociedade ameaçada pela rivalidade, incita a população à participação ativa por meio da violência em massa, dos linchamentos, e nos tempos atuais, dos “cancelamentos” nos ambientes virtuais das redes sociais. Poderíamos questionar que tipo de liberdade está sendo ameaçada. Liberdade de quê ou de quem? Liberdade religiosa? De ideologias opostas? Que forças ameaçam a liberdade quando se tem o aparato militar atrás de si?¹¹

.....
¹¹ No discurso de Michelle Bolsonaro por ocasião do lançamento da campanha para a reeleição para presidente em julho de 2022, a primeira-dama afirma que não há um projeto de poder, mas um “projeto de libertação”, expandindo o slogan da campanha que elegeu Bolsonaro “a verdade vos libertará” em uma aproximação ainda maior ao público evangélico-pentecostal (PODER 360, 2022). Essa expressão, no entanto, desperta nos diversos grupos religiosos e políticos significados diferentes. Para os evangélicos tradicionais (de imigração ou de missão, segundo designação do IBGE – CENSO de 2010), o termo está mais ligado à salvação da alma, liberdade do pecado, o Reino de Deus em oposição ao “mundo”; para os evangélicos pentecostais e neopentecostais, como no caso de Michelle, o termo pode ser entendido com referência à batalha espiritual, a guerra do bem contra o mal, entre Deus e o Diabo, os filhos da luz e os filhos das trevas; para o então presidente Jair Bolsonaro, o termo está mais ligado à liberdade para uma atuação política religiosa e à economia neoliberal, algo que aparece nos discursos tomando como oponente o comunismo, o que quer que isso represente. De forma concreta, o discurso da reeleição propagado em 2022 identifica o adversário político (Lula e o PT) e os partidos ligados a ele, como o inimigo a ser aniquilado.



A falta da fundamentação nos textos religiosos permite que os discursos, apesar de acalorados e emotivos, sejam vazios de significado. Na análise antropológica de Girard sobre os textos bíblicos, o cristianismo desenvolvido nos evangelhos mostrara que “o motor das violências coletivas são as rivalidades miméticas”:

Representar a violência coletiva de modo exato, como fazem os Evangelhos, significa recusar-lhe o valor religioso positivo que os mitos lhe atribuem, significa contemplá-la em seu horror puramente humano, moralmente culpado, significa libertar-se da ilusão mítica que transforma a violência em ação louvável, sagrada, porque útil à comunidade (GIRARD, 2012, p. 20).

Citando como exemplo o episódio bíblico da mulher adúltera que havia sido trazida para ser apedrejada (Jo 8,1-7), Girard afirma que o relato demonstra que Jesus utiliza de um mimetismo ao contrário, ou seja, desarticula o desejo mimético que faria com que a multidão imitasse a primeira pedra lançada contra a mulher e que levaria a término o apedrejamento:

Salvar a mulher adúltera da lapidação, como faz Jesus, impedir um arrebatamento mimético no sentido da violência é desencadear outra, em sentido inverso: uma escalada não violenta. Quando um primeiro indivíduo recusa-se a lapidar a mulher adúltera, ele arrasta um segundo à mesma renúncia, e assim por diante. Finalmente, é todo o grupo, guiado por Jesus, que abandona a lapidação (GIRARD, 2012, p. 92).

Girard conclui que para favorecer a violência coletiva é preciso reforçar seu inconsciente, fazendo crer na monstruosidade da vítima e legitimando sua aniquilação. Por outro lado, para desencorajar essa mesma violência, é preciso lançar-lhe luz, ou seja, confrontá-la com toda a sua verdade, em toda a sua crueldade, como faz Jesus diante dos algozes da mulher. Segundo o autor, se Jesus não tivesse convencido a multidão, seria impossível evitar a cólera deles, e ele próprio correria o risco de ser lapidado junto com a vítima, algo que vem a acontecer posteriormente nos relatos da crucificação (GIRARD, 2012, p. 96). Elucidando a inocência da vítima, o mecanismo vitimário pode ser neutralizado, assim como na cruz a vítima inocente expõe o escândalo do assassinato de um inocente, e assim inocenta todas as vítimas do bode expiatório.

Considerações finais

O termo “cristofascismo” tem sido empregado nos últimos anos para identificar a teologia de poder autoritário que se utiliza da religião para alçar ao governo um indivíduo que se



autoproclama como eleito, escolhido por Deus. O discurso religioso do cristofascismo tem como sustentação a chamada “pauta de costumes”, um conjunto de temas que defende valores ultraconservadores cristãos, alinhavados em uma hermenêutica duvidosa dos documentos religiosos originários, e que resulta na vitimização de minorias sociais. A falta de reflexão das massas religiosas explica-se pelo carisma do líder autoritário, que, ao reivindicar autoridade divina e messiânica, dispensa a verificação da autenticidade e coerência do discurso.

Como o cristofascismo toma como eixo para sua argumentação a ideia de família tradicional, é na questão moral que ele coloca as ênfases de um discurso de ódio e violência, que tem origem não na religião em si, mas na própria subjetividade humana. No percurso deste estudo, procuramos entender como a rivalidade intrínseca ao conceito de guerra santa que busca a eliminação do mal desafia a teologia do Antigo Testamento; em seguida, observamos a transposição do conceito de guerra santa para o de batalha espiritual no contexto do pentecostalismo e neopentecostalismo das últimas décadas; e por fim, procuramos perceber como a batalha espiritual dispara a busca de um inimigo que, como bode expiatório, alivia a carga de agressividade dirigindo a violência contra uma minoria que representa, apesar de sua fragilidade, uma ameaça assustadora à harmonia da sociedade. No discurso cristofascista escolhem-se, portanto, textos bíblicos que sustentem uma versão emocional, militarizada e bélica do cristianismo, desprezando aqueles que promovem uma visão pacifista.

Diante de tantas declarações públicas que, sem nenhuma confrontação, se utilizam de textos bíblicos numa hermenêutica no mínimo duvidosa, questionamos: é legítimo ao estudioso da religião, seja no campo da ciência da religião ou da teologia, inserir-se no debate sobre os conteúdos discursivos em nome da religião, quando esta se utiliza de textos bíblicos para desenvolver um projeto de poder político autoritário? Se o cientista da religião assume uma postura epistemológica que se abstém de exercer juízo de valor quanto às questões últimas da religião (PASSOS; USARSKI, 2013, p. 20), por outro lado tem muito a oferecer à sociedade de sua época lançando luz sobre o uso político da religião, e, mais do que observar ou demonstrar passivamente os processos coletivos, alertar para as incoerências que desencadeiam ondas de violência que continuam fazendo suas vítimas em nome de Deus.

O rigor científico, tão defendido na academia por meio de instrumentos que garantam um código de ética de pesquisa e de análises bem como uma leitura imparcial das posturas religiosas, não pode impedir que vozes lúcidas no campo religioso denunciem o mau uso das religiões feitos pelos discursos políticos que invertem o significado das afirmações dos documentos religiosos. O confronto corajoso das incoerências internas dos discursos públicos pode



ser um caminho para desarticular as armadilhas do cristofascismo, unindo teólogos e cientistas da religião para, ao contrário de fazer apologia da religião, desmistificar o bem e o mal que residem, não nas prerrogativas transcendentais da religião, mas no âmago do ser humano (WINNICOTT, 2012, p. 93). Para tanto, porém, é preciso a apropriação dos termos, das linguagens, das interpretações tanto dos documentos originários da religião quanto das expressões religiosas adotadas pelos grupos que reivindicam o poder em nome de Deus. Todos conhecemos o poder da palavra falada e escrita, e seus efeitos perniciosos quando esta é usada para finalidades escusas. A edição de um texto feita intencionalmente sem parcialidade pode, por exemplo, expor o autor da fala a interpretações errôneas pelos leitores, recurso muito utilizado no caso de veículos de imprensa comprometidos com causas próprias ou ideologias. Os atores políticos que usam das redes sociais para defender seus argumentos usam dessa justificativa para rejeitar as mídias oficiais, que no seu entender distorcem e comprometem seu discurso em favor de pontos de vista divergentes. Por esse motivo, a não ser que teólogos e cientistas da religião ousem corajosamente desmascarar os discursos desviantes alicerçados na religião, o uso político dos conteúdos religiosos desatrelado de parâmetros hermenêuticos pode trazer consequências ainda mais graves para uma população já tão inescrupulosamente enganada.

Referências

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- BÍBLIA SAGRADA. *Nova Tradução na Linguagem de Hoje* (NTLH). Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2001.
- DA REDAÇÃO UOL. Bolsonaro diz que Jesus “não comprou pistola porque não tinha na época”. *Notícias Uol*, 16 jun. 2022. Disponível em: https://cultura.uol.com.br/noticias/49925_bolsonaro-diz-que-jesus-nao-comprou-pistola-porque-nao-tinha-na-epoca.html. Acesso em: 31/07/2022.
- DA REDAÇÃO YAHOO. Bolsonaro diz que Bíblia prega o armamento. *Yahoo Notícias*, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/bolsonaro-diz-que-biblia-prega-o-armamento-124826281.html>. Acesso em: 31/07/2022.
- GIRARD, René. *Eu via Satanás cair como um relâmpago*. São Paulo: Paz e Terra, 2012.
- GIRARD, René. *O bode expiatório*. São Paulo: Paulus, 2004.
- JOÃO PAULO II. *Mensagem do Papa João Paulo II à II Sessão Especial das Nações Unidas para o Desarmamento*. Vaticano, 07 jun. 1982. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/messages/pont_messages/1982/documents/hf_jp-ii_mes_19820607_d disarmo-onu.html. Acesso em: 30/07/2022.



- LACERDA, Marina Basso. *O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a a Bolsonaro*. Porto Alegre, RS: Zouk, 2019.
- LÖWY, M. *A guerra dos deuses: religião e política na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- PASSOS, João Décio. *No lugar de Deus: ensaios (neo)teocráticos*. São Paulo: Paulinas, 2021.
- PASSOS, João Décio; USARSKI, Frank. *Compêndio de Ciência da Religião*. São Paulo: Paulinas/Paulus: 2013.
- PY, Fábio. Cristologia cristofascista de Bolsonaro. *Revista IHU online*, Instituto Humanitas Unisinos, jun. 2019.
- PY, Fábio. *Pandemia cristofascista*. São Paulo: Recriar, 2022 (*e-book*). Disponível em: https://www.academia.edu/43426020/Pandemia_cristofascista. Acesso em: 12/08/2022.
- PODER 360. Leia e assista ao discurso de Michelle na convenção do PL. *Poder 360*. 24 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/eleicoes/leia-e-assista-ao-discurso-de-michelle-na-convencao-do-pl/>. Acesso em: 14/08/2022.
- PORTELA, Michelle. *Milton Ribeiro: disparo acidental com arma de fogo fere uma pessoa*. *Correio Brasiliense*, 25 abr. 2022. Disponível em <https://www.correiobrasiliense.com.br/politica/2022/04/5003195-milton-ribeiro-disparo-acidental-com-arma-de-fogo-fere-uma-pessoa.html>. Acesso em: 14/08/2022.
- ROCHA, Lucas. Bolsonaro reforça declaração LGBTfóbica: “Minorias têm que se adequar”. *Revista Forum*, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/politica/2022/7/15/bolsonaro-refora-declaracao-lgbtfobica-minorias-tm-que-se-adequar-120260.html>. Acesso em: 14/08/2022.
- STOTT, John. *Os cristãos e os desafios contemporâneos*. Viçosa, MG: Ultimato, 2014.
- TURTELLI, Camila. Michelle Bolsonaro fala sobre planalto e demônios. *UOL*, 07 ago. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2022/08/07/a-evangelicos-michelle-diz-que-planalto-ja-foi-consagrado-a-demonios.htm> Acesso em: 14/08/2022.
- VIEIRA, Ezequiel. Justiça nega *habeas corpus* para bolsonarista que matou Marcelo Arruda. *DCM*, 13 ago. 2022. Disponível em: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/justica-nega-habeas-corpus-para-bolsonarista-que-assassinou-marcelo-arruda/> Acesso em: 14/08/2022.
- VOGAS, Vitor. O que disse Bolsonaro na Marcha para Jesus, em Vitória. *ES360*, 23 jul. 2022. Disponível em: <https://es360.com.br/o-que-disse-bolsonaro-na-marcha-para-jesus-em-vitoria/>. Acesso em: 31/07/2022.
- WEBER, Marx. *Economia e Sociedade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.
- WINNICOTT, D.W. *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.



Dados da autora

Doutora em Ciência da Religião (PUC-SP), autora da Coleção de Ensino Religioso *Crescer com alegria e fé*, publicada pela Editora FTD.

Recebido em 15/08/22
Aprovado em 22/08/22



NEOCONSERVADORISMO E “COSMOVISÃO CRISTÃ”: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES (NEW/NEO)CALVINISTAS AO CENÁRIO SOCIOPOLÍTICO CONTEMPORÂNEO NO BRASIL

SAMUEL ARAÚJO

Resumo: O artigo analisa a presença e influência dos evangélicos de orientação calvinista no governo de Bolsonaro. A reflexão resgata a presença histórica dos calvinistas na política, distinguindo as tendências conservadoras e progressistas. Introduce o conceito de neocalvinismo, tendência supraconfessional que se identifica com pautas fundamentalistas, e afirma sua afinidade com o neoconservadorismo atuante no governo atual.

Palavras-chave: Neoconservadorismo, Neocalvinismo, Política, Governo Bolsonarista.

Abstract: The article analyses the presence and influence of Calvinist-oriented evangelicals in Bolsonaro’s government. The reflection recalls the historical presence of Calvinists in politics, distinguishing conservative and progressive tendencies. It introduces the concept of neo-Calvinism, a supra-confessional trend that identifies itself with fundamentalist agendas, and affirms its affinity with the neoconservatism active in the present government.

Keywords: Neoconservatism, Neo-Calvinism, Politics, Bolsonarist Government.

Introdução

O calvinismo já é um velho conhecido das ciências sociais e fazendo menção à clássica análise *weberiana* um título mais jocoso e provocativo ao que se segue poderia ser: o *éthos* (new/o) calvinista e o “espírito” neoconservador.¹ Por neoconservadorismo, refiro-me a um novo tipo de coalizão política entre diversos grupos cristãos e setores de direita reagindo aos avanços sociais promovidos pelos movimentos feministas, LGBTs+ e os governos de esquerda que surgiram na América Latina nos últimos anos.² Durante o pronunciamento de posse do presidente

¹ Cf. WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

² MACHADO, Maria das Dores Campos, 2020, pos., 1948 (edição *kindle*).



Jair Bolsonaro, em 1 de janeiro de 2019, é possível ver os acenos à base conservadora e cristã e suas pautas:

Vamos unir o povo, *valorizar a família*, respeitar as religiões e *nossa tradição judaico-cristã*, combater a *ideologia de gênero*, *conservando* os nossos valores. O Brasil voltará a ser um país livre das amarras ideológicas.³

Esse trecho ecoa os motes do cristianismo conservador de “defender a família”, os “valores cristãos” e de uma “educação sem partido”. E essa nova configuração conservadora, que tem na eleição de Bolsonaro um clímax, já vinha se desenvolvendo nas últimas décadas com o protagonismo da chamada “bancada evangélica”, que ainda no pleito de 2014 elegeu o congresso mais conservador desde 1964.⁴

O papel decisivo dos evangélicos se deve às novas disposições religiosas no Brasil, com o declínio do catolicismo e o crescimento do segmento evangélico, em especial pentecostal.⁵ Além disso, a grande exposição midiática de líderes pentecostais e neopentecostais, como o pastor Silas Malafaia, o pastor e deputado federal (atualmente pelo Republicanos) Marco Feliciano, o bispo Edir Macedo, o missionário R. R. Soares e o apóstolo Valdemiro, por exemplo, acabam por consolidar a visibilidade de pentecostais e neopentecostais.

Este texto, contudo, quer apontar outro segmento evangélico importante no neoconservadorismo: o calvinismo. Em artigo para o *The Intercept Brasil*, o teólogo e ativista Ronilson Pacheco, em 4 de fevereiro de 2020, relembra a presença calvinista no governo Bolsonaro,⁶ tanto os que ainda fazem parte atualmente quanto os que já saíram. Para citar alguns: o pastor e ex-ministro da educação Milton Ribeiro, que deixa o governo por conta de um suposto caso de corrupção em março de 2022, o pastor e ministro do Supremo Tribunal Federal Advogado-Geral da União André Mendonça (tendo sido também Ministro da Justiça e Advogado-Geral da União antes de ser indicado por Jair Bolsonaro ao STF⁷) e o pastor Guilherme de Carvalho, que foi diretor de promoção e educação em direitos humanos (entre julho de 2019 e março de 2020). Os dois primeiros, pastores da Igreja Presbiteriana do Brasil; e o terceiro, pastor da Igreja

.....
³ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml?origin=folha> (grifos meus). Acesso em: 27/06/2021.

⁴ DIP, Andrea, 2019, p. 49.

⁵ MACHADO, Maria das Dores Campos, 2020, pos., 1968 (edição *kindle*).

⁶ Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/04/evangelicos-calvinistas-bolsonaro/>. Acesso em: 27/06/2021.

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/bolsonaro-indica-andre-mendonca-seu-ministro-terrivelmente-evangelico-para-vaga-no-supremo.shtml>. Acesso em: 24/07/2021.



Esperança (uma Igreja independente) e fundador do *L'Abri Brasil*, organização calvinista que busca fornecer formação religiosa, intelectual e moral.

Assim, o que se segue é a tentativa de primeiro, apresentar um itinerário dos calvinismos presentes no Brasil, suas origens, recepção e desenvolvimento; segundo, sua influência sobre outras tradições cristãs, como a pentecostal; e, terceiro, articular algumas estratégias oriundas da tradição calvinista na construção das novas configurações conservadoras, o chamado neoconservadorismo.

1. Os calvinismos e suas trajetórias no Brasil

O calvinismo remonta à Reforma Protestante do século XVI, especificamente com *Jean Calvin*, mais popularmente conhecido em sua versão aportuguesada como João Calvino (1509-1564). Calvino participou dos movimentos de reforma nas cidades de Basileia, Estrasburgo e de modo mais delongado e incisivo em Genebra.⁸ Foi um dos reformadores mais importantes e tem sido alvo de análises e críticas dos mais diversos ângulos e línguas possíveis nos últimos quatro séculos.⁹

A partir de Genebra as ideias de Calvino se alastraram por todo o território europeu.¹⁰ E, então, após sua morte uma longa tradição, chamada calvinismo, vem se desenvolvendo. O calvinismo chega na América do Norte no século XVII por meio dos colonos ingleses.¹¹ A tradição calvinista que desembarca na Nova Inglaterra é puritana. Essa vertente do calvinismo teve origem na Inglaterra, por ocasião das controvérsias sobre a qualidade, por assim dizer, da reforma da Igreja Inglesa. Os puritanos ficaram conhecidos assim por quererem *purificar* mais a Igreja anglicana de seus *romanismos* e essa tradição se desenvolve no escolasticismo protestante de Teodoro Beza (1519-1605) e William Perkins (1558-1602), com sua ênfase doutrinária e método dedutivo e especulativo de fazer teologia.¹² Isso culmina na Assembleia de *Westminster* e os documentos ali produzidos, tais como a confissão de fé e os catecismos,¹³ que são o espírito e a alma do puritanismo.

.....
⁸ CAIRNS, Earle Edwin, 2008, p. 281-282.

⁹ BIÉLER, André, 2012, p. 31.

¹⁰ REID, W, Stanford, 2014, p. 46.

¹¹ CAIRNS, Earle Edwin, 2008, p. 347.

¹² Cf. TENDAL, R. K. A modificação puritana da teologia de Calvino. 2014. In: REID, W. Stanford (org.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.

¹³ *Ibid.*, p. 222.



O calvinismo adentra o Brasil¹⁴ quando a coroa portuguesa, recém-chegada por conta do avanço napoleônico na Europa, instala o tratado de comércio e navegação (1810) e abre o Brasil à imigração.¹⁵ Esse foi o chamado protestantismo de imigração, no qual ingleses e alemães praticavam seu protestantismo discretamente. Por ocasião da constituição de 1824 e o crescente clima de “liberdade” religiosa o protestantismo de imigração foi dando lugar ao protestantismo de missão.¹⁶

A tradição calvinista se solidifica no Brasil – e tem todo o seu desenvolvimento até os dias atuais – com a fundação da Igreja Presbiteriana do Brasil em 1862, pelo missionário norte-americano Ashbel G. Simonton, que viveu nas terras brasileiras de 1859 até sua morte em 1867.¹⁷ Em certo sentido, falar de calvinismo no Brasil é (quase) o mesmo que falar de presbiterianismo. É através das denominações presbiterianas (majoritariamente), suas cisões, suas pautas e suas estratégias que o calvinismo é difundido e preservado no Brasil, pelo menos até o início do século XXI quando a situação muda um pouco de cenário, como ficará claro adiante.

Para a articulação do calvinismo com o neoconservadorismo, considero útil propor quatro tipos de calvinismos: o calvinismo tradicional em suas expressões mais conservadoras ou mais progressistas, o neocalvinismo e o *new calvinism*. O que se segue agora é a tentativa de evidenciar essas tipologias e como essas diferentes vertentes calvinistas se relacionam.

1.1 Calvinismos tradicionais

O histórico de cismas do presbiterianismo traz à tona duas “forças” calvinistas: uma conservadora, com tendências ao dogmatismo e sectarismo; outra mais orientada ao avanço, contextualização e reconsideração.¹⁸ A plantação inicial da Igreja Presbiteriana do Brasil (IPB), posteriormente desdobrou numa série de dissensões, as quais destacamos como amostra: a Igreja Presbiteriana Independente do Brasil (IPIB), a Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil (IPCB) e a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU).

.....
¹⁴ Antes disso houve pelo menos duas oportunidades de implantação do calvinismo no Brasil, respectivamente nos séculos XVI com os franceses no Rio de Janeiro e XVII com os holandeses no Nordeste, mas essas tentativas não frutificaram. Cf. MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984; BICALHO, Maria Fernanda B. *A França Antártica, o corso, a conquista e a “peçonha luterana”*. História (São Paulo) [online]. 2008, v. 27, n. 1. p. 29-50. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-90742008000100004>. Acesso em: 28 07/2021. SCHALKWIJK, Francisco Leonardo. *Índios evangélicos no Brasil holandês*. São Paulo: Fides Reformata, v. 2, n. 1, 1997.

¹⁵ MENDONÇA, Antônio Gouvêa, 1984, p. 20.

¹⁶ Ibid., p. 21.

¹⁷ Ibid., p. 81.

¹⁸ GOUVÊA, Ricardo Quadros, 2013, p. 8-9.



A IPIB surgiu em 1903 devido às divergências sobre os rumos educacionais e questões envolvendo a maçonaria.¹⁹ A IPCB nasce na década de 1940 a partir da IPIB por razões doutrinárias envolvendo um embate de interpretações sobre as “penas eternas” e os liberalismos e conservadorismos teológicos.²⁰ Por fim, o nascimento da IPU se deve a discordância de setores da IPB a respeito do envolvimento e apoio de membros e pastores à ditadura militar²¹ e a tendência, por parte dos que acabaram, por fim, fundando a IPU na década de 1970, ao ecumenismo e diálogo inter-religioso.²²

Embora, tendências conservadoras e progressistas existam em todas essas denominações presbiterianas, percebe-se uma ênfase conservadora na IPB e IPCB e mais progressista na IPIB e IPU.²³ Essas últimas ordenam mulheres ao pastorado, enquanto aquelas não, por exemplo. No atual contexto social e político, esse embate entre um calvinismo mais alinhado com o neoconservadorismo é visto, por exemplo, nos pastores calvinistas já citados que fazem ou fizeram parte do atual governo e o coletivo *Resistência Reformada*, formado por pastores, pastoras e membros de igrejas de orientação calvinista, que fazem, em certa medida, ativismo e oposição à conjuntura neoconservadora.²⁴

Durante o século XX, especialmente a segunda metade, a visibilidade dos evangélicos esteve mais sobre pentecostais e neopentecostais, devido ao crescimento dessas vertentes.²⁵ Quando e como o calvinismo expande sua influência sobre outros setores evangélicos e colaboram na articulação de um neoconservadorismo? Para responder isso, precisamos nos focar em duas expressões específicas do calvinismo: o neocalvinismo e o *new calvinism*.

1.2 *New calvinism*

Em 2009 o *new calvinism* apareceu na lista das ideias mais influentes da revista *Times*.²⁶ No mesmo ano o *The New York Times* fez uma reportagem sobre Mark Driscoll, o influente pastor

.....
¹⁹ PEREIRA, Eduardo Carlos, 2011, pos. 214 (edição *kindle*).

²⁰ COSTA, Flávio Antônio Alves da, 2007, p. 156.

²¹ SOUZA, Silas Luiz de, 2014, p. 23-24.

²² Cf. <http://ipu.org.br/about-us/>.

²³ Ao menos inicialmente, pois hoje há disputas internas dentro de todas essas denominações presbiterianas, que envolvem projetos ora mais conservadores, ora mais progressistas, teológica e liturgicamente, entre outras questões.

²⁴ Cf. <http://resistenciareformada.blog.br/institucional/>.

²⁵ SOUZA, Silas Luiz de, 2014, p. 23.

²⁶ Disponível em: http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1884779_1884782_1884760,00.html. Acesso em: 29/06/2021.



– à época líder da *Mars Hill Church in Seattle* – que era um dos nomes centrais do *new calvinism*, com suas roupas casuais, linguagem agressiva e estratégia midiática.²⁷ Juntamente com Driscoll, John Piper – um batista calvinista – e outros como Paul Washer – mais um batista calvinista – *viralizaram* não apenas nos EUA, mas também no Brasil.

O termo *viralizar* é específico, pois como ressalta Lima, o principal meio de propagação desse novo calvinismo foi a internet.²⁸ Não foi diferente no Brasil: o vídeo “Pregação Chocante”, de Paul Washer, foi postado em inúmeras contas no YouTube, com milhões de visualizações. Vinícius Musselman Pimentel, criador de um dos maiores blogs de teologia calvinistas do Brasil, o “Voltemos ao Evangelho”, em 2008, relata que foi a partir do contato com esse vídeo e outros materiais, vindos do *new calvinism*, que a ideia do blog surgiu.²⁹ Uma rede enorme de blogs, sites, grupos em redes sociais e canais no YouTube pulularam a partir de meados dos anos 2000. Blogs, como “Voltemos ao Evangelho”, “O Tempora! O Mores!” e “Monergismo”, por exemplo, se tornaram centros que reuniam traduções de pastores americanos do *new calvinism*, como Piper e Driscoll, e forneciam uma miríade de links para outros blogs e sites brasileiros.³⁰

Assim, o *new calvinism* é um movimento de ressurgimento do calvinismo entre jovens e ao contrário do calvinismo brasileiro com sua ênfase presbiteriana, o *new calvinism* é não denominacional.³¹ Na verdade, é uma junção de batistas, presbiterianos e igrejas independentes. E se diferenciando do estilo mais sisudo dos calvinismos tradicionais, é um movimento jovem, que enfatiza a celebração (com muita música pop e rock), o prazer e a alegria. John Piper chama sua própria teologia de “hedonismo cristão”.³² Isso está em seus livros, sermões na internet, tanto nos EUA quanto aqui no Brasil.³³ Augustus Nicodemus, um pastor presbiteriano brasileiro, em seu blog (O Tempora! O Mores!), relata em uma postagem de 2011 sua visita à igreja de

.....
²⁷ Disponível em: <https://www.nytimes.com/2009/01/11/magazine/11punk-t.html> Acesso em: 29/06/2021.

²⁸ LIMA, Leandro Antonio, 2009, p. 17.

²⁹ Entrevista disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1BARYxbllm4> (acesso em 29/06/2021).

³⁰ Alguns sites e blogs calvinistas: <http://www.monergismo.net.br>; <http://monergismo.com/novo/>; <https://voltemosaoevangelho.com/blog/>; <http://tempora-mores.blogspot.com>; <http://renatovargens.blogspot.com>; <https://resistenciaprotestante.blogspot.com>; <https://www.internautascristaos.com>; <https://pos-darwinista.blogspot.com>; <http://coramdeocomentario.blogspot.com>; <https://bibliotecaevangelica.blogspot.com>; <http://doutrinacalvinista.blogspot.com>; <http://normabraga.blogspot.com>; <http://normabraga.com.br>; <https://doisdedosdeteologia.com> (além do conhecido canal no YouTube).

³¹ LIMA, Leandro Antonio, 2009, p. 18.

³² Cf. PIPER, John. *Em busca de Deus: a plenitude da alegria cristã*. São Paulo: Shedd, 2008.

³³ Cf. <https://www.desiringgod.org/messages/the-happiness-of-god?lang=pt>. Acesso em: 29/06/2021)



Mark Driscoll: sua percepção é a de um ambiente mais informal, uso de tecnologia, decoração moderna e música pop contemporânea.³⁴

Não é o objetivo deste texto uma caracterização exaustiva do *new calvinism*, apenas ressaltar sua existência, importância e anuência entre jovens nas últimas duas décadas. Esse movimento teve fortes reverberações no Brasil e trouxe o calvinismo à baila. A influência do *new calvinism* foi grande entre evangélicos brasileiros: a adesão ao calvinismo se fez perceber nas Assembleias de Deus, por exemplo. Isso fica evidente a partir da publicação de calvinistas pela CPAD³⁵ (Casa Publicadora das Assembleias de Deus), pelas discussões doutrinárias envolvendo questões oriundas do calvinismo, como predestinação,³⁶ e pela própria reação contra a *calvinização* dos pentecostais.³⁷

1.3 Neocalvinismo

O neocalvinismo foi um movimento de renovação espiritual e cultural, que ocorreu na Holanda, tomando partes dos séculos XIX e XX, e tendo como figuras centrais pelo menos três nomes: Guillaume Groen van Prinsterer (1801-1876), Abraham Kuyper (1837-1920) e Herman Dooyeweerd (1894-1977). O calvinismo chegou nos países baixos pelo envolvimento pessoal do próprio Calvino com reformadores dessa região.³⁸ A tradição calvinista então se desenvolve,³⁹ mas entra em declínio no século XVIII, devido ao Iluminismo e seus ideais de separação entre Igreja e Estado.⁴⁰

.....
³⁴ Disponível em: <http://tempora-mores.blogspot.com/2011/04/um-culto-em-mars-hill-church.html> Acesso em: 29/06/2021.

³⁵ John Piper e John MacArthur, entre outros, são exemplos de autores calvinistas publicados pela CPAD.

³⁶ Cf. <http://www.cpadnews.com.br/blog/silasdaniel/o-cristi%C2%BD0-e-o-mundo/94/sobre-meu-artigo-em-defesa-do-arminianismo.html>. Acesso em: 29/06/2021.

³⁷ O surgimento de publicações sobre arminianismo e a própria elaboração da declaração de fé das Assembleias de Deus, em 2016, são exemplos dessa reação. Sobre a declaração de fé das ADs veja: <https://assembleia.org.br/wp-content/uploads/2017/07/declaracao-de-fe-das-assembleias-de-deus.pdf>. Confira também o livro de Walter McAlister, que é fruto de anos de reflexão prévia e propagação do calvinismo entre pentecostais: MCALISTER, Walter. *O pentecostal reformado*. São Paulo: Vida Nova, 2018.

³⁸ GODFREY, W. Robert, 2014, p. 95.

³⁹ É na Holanda que ocorre o Sínodo de Dort (1618-1619), marco importante no desenvolvimento da tradição calvinista e intensa controvérsia sobre a doutrina da salvação. Sobre esse acontecimento histórico e seus desdobramentos, uma abordagem calvinista: DE JONG, Peter Y (ed.). *Crisis in the reformed churches: essays in commemoration of the great Synod of Dort 1618-1619*. Granville, Reformed fellowship, Inc., 2008; para uma perspectiva remonstrante ou arminiana: LEITE, Eduardo Silva. *O sínodo de Dort: uma história das controvérsias entre a teologia arminiana e calvinista*. São Paulo: Reflexão, 2016; veja também: NOBBS, Douglas. *Teocracia e tolerância: um estudo das controvérsias no calvinismo holandês de 1600 a 1650*. São Caetano do Sul: Bvbooks, 2017.

⁴⁰ Ibid., p. 115.



Van Prinsterer surge nesse ambiente de conflitos e participa dos protestos internos da Igreja Reformada Holandesa, que levou à cisão, denominado *Afscheiding*, resultando na Igreja Cristã Reformada da Holanda.⁴¹ Acreditando que a Revolução Francesa era a maior ameaça que a Igreja e a sociedade holandesa enfrentavam, funda o Partido Antirrevolucionário e luta para que a Igreja voltasse à vitalidade de outrora.⁴²

Abraham Kuyper foi pastor, teólogo, filósofo, político e educador. Como um continuador da obra de Van Prinsterer, liderou o Partido Antirrevolucionário e chegou a ser Primeiro-Ministro da Holanda de 1901 até 1905.⁴³ Kuyper também fundou a Universidade Livre de Amsterdã⁴⁴ e exerceu inúmeras outras funções e atividades. Conforme suas famosas *Stone Lectures on Calvinism*, palestras proferidas na Universidade de Pinceton em 1898, entendia o calvinismo como um “sistema de vida”, uma cosmovisão.⁴⁵ Kuyper acreditava que o calvinismo poderia ser “a única, decisiva, lícita e consistente defesa das nações protestantes contra o usurpador e esmagador Modernismo”.⁴⁶ Assim, o neocalvinismo – nome não utilizado por Kuyper – era um ímpeto de reforma e interpretação da vida, baseada na tradição calvinista frente às demandas de seu próprio tempo. Utilizando-se do ferramental calvinista os crentes poderiam se envolver e responder à todas as esferas da sociedade.

Apesar dos esforços e contribuições de van Prinsterer e Kuyper, foi apenas com Dooyeweerd que houve o desenvolvimento de um sistema teórico de biocosmovisão calvinista exaustivo.⁴⁷ Dooyeweerd desenvolve a sua *filosofia da Ideia Cosmonômica* e em sua *magnum opus* declara, ele mesmo, que era fruto da vida e obra de van Prinsterer, Kuyper e o movimento de renovação que os acompanhou.⁴⁸

O pensamento desses autores e a abrangência de suas ações é grande demais para ser explicado e desenvolvido aqui. Nosso ponto é que o neocalvinismo se propôs a interagir e contribuir com todos os âmbitos da sociedade a partir de uma cosmovisão cristã sistematicamente elaborada, buscando uma intelectualidade sólida e rica.

.....

⁴¹ OLIVEIRA, Fabiano de Almeida, 2006, p. 76.

⁴² GODFREY, W. Robert, 2014, p. 117.

⁴³ JURITY, Maria Angélica de Farias, 2021, p. 53.

⁴⁴ Ibid., p. 53.

⁴⁵ KUYPER, Abraham, p. 20.

⁴⁶ Ibid., p. 20.

⁴⁷ OLIVEIRA, Fabiano de Almeida, 2006, p. 77.

⁴⁸ DOOYEWEERD, Herman, 1984, p. 523.



1.4 Versão brasileira

O neocalvinismo que chegou ao Brasil não veio diretamente da Holanda, assim como os calvinismos tradicionais e o *new calvinism* todos eles vieram dos EUA. À exceção do calvinismo tradicional de viés mais progressista, que bebeu ao longo de seu desenvolvimento no Brasil, tanto da Europa com Barth, Brunner, Tillich, Moltmann e muitos outros, quanto das teologias latino-americanas de Rubem Alves, Gutiérrez, os irmãos Boff, Padilla e ainda tantos mais, além dos movimentos que cercaram e decorreram desses pensadores,⁴⁹ os calvinismos – tradicional conservador, neocalvinismo e *new calvinism* – são essencialmente influenciados primeiramente, pelo puritanismo e depois pelo fundamentalismo teológico norte-americanos.

A tradição calvinista norte-americana é de origem puritana e, por isso, já carregava a rigidez do escolasticismo protestante. O que ganha novo fôlego com o movimento fundamentalista, que surge na virada do século XIX para o XX, em reação à teologia liberal e outros “modernismos”, afirmando a *inerrância* do texto bíblico e a centralidade e literalidade dos dogmas cristãos da divindade de Jesus e seu nascimento virginal, sua morte e ressurreição e segunda vinda.⁵⁰

Os missionários calvinistas que evangelizaram o Brasil eram inicialmente apenas puritanos, mas a partir de meados do século XX, também fundamentalistas, oriundos da região mais conservadora dos EUA, conhecida como “cinturão da Bíblia”.⁵¹ Assim, o calvinismo tradicional conservador brasileiro teve muita influência do puritanismo e fundamentalismo, com sua rigidez doutrinária e moral, sua abordagem dedutiva e literalista da Bíblia e teologia e seu espírito político combativo.

O neocalvinismo chega no Brasil através dos escritos de Francis Schaeffer (1912-1984), um pastor e teólogo calvinista norte-americano. Seu contato com o neocalvinismo se dá por meio de Cornelius Van Til (1895-1987), nascido na Holanda, mas radicado nos Estados Unidos. A teologia apologética de Van Til, uma releitura do neocalvinismo holandês, influencia o cenário religioso e político fundamentalista norte-americano, especialmente a partir de Schaeffer e Gary North (1842), que são responsáveis por duas alas: o calvinismo reformista de Shaeffer e o calvinismo

.....
⁴⁹ Para a introdução e aprofundamento: MONDIN, Batista. *Os grandes teólogos do século vinte*. São Paulo: Teológica, 2003; BINGEMER, Maria Clara. *Teologia latino-americana: raízes e ramos*. Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2017; AQUINO, M.; ROSADO-NUNES, M (orgs.). *Feminist Intercultural Theology: Latina Explorations for a just World*. Maryknoll, NY: Orbis Books, 2007; CAPPELLETTI, Paulo. *Encontro das teologias latino-americanas: análise histórico-teológica da teologia da missão integral versus teologia da libertação*. Santo André, SP: Academia Cristã; Londrina, PR: Descoberta, 2019.

⁵⁰ SILVA, Elizete da., 2021, p. 239.

⁵¹ Ibid., p. 241.



reconstrucionista de North.⁵² Schaeffer começa a ser traduzido no Brasil no início dos anos 2000 pela ABU (Aliança Bíblica Universitária) e posteriormente, em 2008, pela fundação do *L'Abri Brasil*, através do já citado Guilherme de Carvalho.⁵³ O *L'Abri* é uma instituição que combina estudos e vivência comunitária fundada pelo próprio Schaeffer em 1955 e posteriormente exportada para outros lugares.

Quase que concomitantemente, as palestras de Kuyper sobre calvinismo são publicadas também. E assim, seguiu-se a fundação de outras instituições de divulgação do neocalvinismo, como a AKET (Associação Kuyper para Estudos Transdisciplinares) e diversas publicações de expoentes neocalvinistas, como Dooyeweerd, e temáticas neocalvinistas.

O livro de Darrow L. Miller, *Disciplinando nações: o poder da verdade para transformar culturas*, uma versão já neopentecostalizada do neocalvinismo, foi trazido ao Brasil no início dos anos 2000 pela JOCUM, instituição missionária de atividades globais. O livro já era popular em outras partes do mundo e reverberou aqui também, ganhando uma nova edição em 2020, agora pela editora *Monergismo*, uma das maiores divulgadoras do neocalvinismo no Brasil. A CPAD (Casa Publicadora das Assembleias de Deus) também nos anos 2000 começou a publicar muitos calvinistas e neocalvinistas – influenciada pela onda do *new calvinism*, citado anteriormente – com destaque para Nancy Pearcey, discípula de Schaeffer e seu livro *Verdade Absoluta: libertando o cristianismo de cativo cultural*.

Não é possível, no escopo deste texto, delinear as muitas nuances de diversos autores e tradições calvinistas. Mas, o quadro que se apresenta é o seguinte: o calvinismo tradicional (em suas expressões mais conservadoras e/ou progressistas) já estava presente desde o século XIX no Brasil e o neocalvinismo chega no fim do século XX. Com o surgimento do *new calvinism* no início do século XXI e por causa de sua influência, os outros calvinismos começam a ganhar espaço e visibilidade no Brasil como nunca. O *new calvinism* abre caminho para o neocalvinismo e o calvinismo tradicional conservador. E ainda outras expressões como o reconstrucionismo teonômico de Gary North e outros, que entende que a lei do Antigo Testamento deveria ser aplicada civilmente hoje. Assim, em sua versão brasileira atual, o calvinismo é uma junção dessas diversas correntes calvinistas, que se popularizaram no rastro do *new calvinism*.

Tendo sido exposto esse itinerário dos calvinismos, o que se busca a seguir é demonstrar a articulação de alguns conceitos calvinistas – mais propriamente neocalvinistas, mas que são em última instância resultado dessa confluência brasileira – com a ascensão neoconservadora no Brasil.

.....
⁵² SOUZA, Andréa Silveira de, 2017, p. 52.

⁵³ JURITY, Maria Angélica de Farias, 2021, p. 106.



2. Estratégias

Michel Foucault vai argumentar que certos discursos “dão lugar a certas organizações de conceitos, a certos reagrupamentos de objetos, a certos tipos de enunciação, que formam, segundo seu grau de coerência, de rigor e estabilidade, temas ou teorias”.⁵⁴ A esses aglutinamentos discursivos Foucault dá o nome de “estratégias”. Dito de outro modo: as estratégias são “maneiras reguladas [...] de utilizar possibilidades discursivas”.⁵⁵

Os conceitos, temas ou teorias expostas a seguir, extraídas, em geral da tradição neocalvinistas, mas relidas a partir das lentes confluentes no Brasil, funcionam como estratégias na articulação do neoconservadorismo, ou seja, essas estratégias discursivas, reguladas e utilizadas de determinada maneira, dão sustentação à operação de novos conservadorismos no Brasil.

2.1 Cosmovisão cristã

O conceito de cosmovisão cristã⁵⁶ é o cerne do neocalvinismo e de sua agência pública. Em certo sentido, os conceitos que virão depois são *elementos* de uma cosmovisão cristã. O conceito de cosmovisão é fruto da tradição intelectual alemã dos séculos XVIII e XIX.⁵⁷ O termo alemão *weltanschauung* (*welt* = mundo/*anschauung* = percepção) aparece na obra de Kant,⁵⁸ mas o conceito de cosmovisão como concepção total de realidade é fruto de desenvolvimentos posteriores.

A apropriação cristã aconteceu por meio de James Orr⁵⁹ e Abraham Kuyper,⁶⁰ que usa também os termos “biocosmovisão”⁶¹ e “sistemas de vida”.⁶² Darrow Miller, que escreveu um dos mais populares livros sobre a missão da Igreja, conceitua cosmovisão como “um conjunto de premissas, mantidas consciente ou inconscientemente, com base na fé, sobre a composição

.....
⁵⁴ FOUCAULT, Michel., 2020, p. 76.

⁵⁵ Ibid., p. 82.

⁵⁶ Como citado anteriormente, a reação de outros segmentos evangélicos contra o crescimento do calvinismo, redundou em publicações que antagonizassem diretamente o calvinismo ou abordasse os mesmos temas, mas em outras perspectivas. Nesse sentido, um caso interessante são as publicações sobre cosmovisão cristã a partir de outra tradição, que não o calvinismo. Cf. COUTO, Vinicius (org.). *Cosmovisão cristã: reflexões éticas contemporâneas a partir da teologia arminio-wesleyana*. São Paulo: Reflexão, 2019.

⁵⁷ SOUZA, Rodolfo Amorim Carlos de, 2006, p. 41.

⁵⁸ Cf. KANT, Immanuel. *Crítica da faculdade de julgar*. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2017; KANT, Immanuel. *Kritik der urteilskraft*. Leipzig: Felix Meiner, 1922.

⁵⁹ Cf. ORR, James. *The Christian View of God and the World*. Grand Rapids: Kregel Publications, 1989.

⁶⁰ Cf. KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.

⁶¹ KUYPER, Abraham, 2003, p. 198.

⁶² Ibid., p. 20.



básica do mundo e sobre como o mundo funciona”.⁶³ Assim, uma cosmovisão cristã seria um forma específica de ver e compreender a vida e todos os aspectos da existência. A cosmovisão cristã deveria ser, então, o sistema pelo qual o cristão interpreta e se relaciona em todos os aspectos da vida; seria a estratégia discursiva por meio da qual tudo é visto, lido, recebido, filtrado; é a lente pela qual se enxerga toda a realidade.

2.2 Mandatos espiritual/social/cultural

O sistema filosófico de Herman Dooyeweerd – quem organizou sistematicamente o conceito de cosmovisão cristã – é conhecido como filosofia da *ideia de Lei* ou *ideia cosmonômica*.⁶⁴ Para Dooyeweerd tudo foi criado por Deus e, portanto, há uma ordem, uma estrutura na Criação ao mesmo tempo que um potencial que deve ser desenvolvido. Desse modo, todo o desenvolvimento científico e cultural, por exemplo, só acontece porque havia potencial na Criação. Daí vem a ideia de *mandato*.

Foi uma ordem do próprio Deus, conforme o neocalvinismo, que o potencial da Criação fosse desenvolvido. A partir do relato do Gênesis, precisamente no primeiro e segundo capítulos, se constituem três obrigações da humanidade: para com Deus (espiritual), para com seu semelhante (social) e para com todo o restante da Criação (cultural);⁶⁵ esses seriam os mandatos, os quais o social e o cultural nos importam mais.

A cultura, na tradição neocalvinista, é o resultado da interação da humanidade com a Criação, diante de Deus.⁶⁶ Toda e qualquer manipulação humana da natureza é cultura. E todo e qualquer desenvolvimento, invenção, forma de vida etc., que resulte dessa manipulação humana, só acontece dados os potenciais e a ordem existentes na Criação. Assim, ciência, artes, política, tecnologia e tudo o mais é o resultado da humanidade cumprindo os mandatos. Em suma, cumprir ou não os mandatos não estão na esfera da possibilidade. Inevitavelmente, serão obedecidos, pois fazem parte da ordem e da estrutura da Criação.

Então, chegamos numa formulação clássica dentro das tradições calvinistas: criação, queda e redenção. É verdade, conforme a teologia calvinista, que toda a humanidade fará interação com Deus, com seu próximo e com a natureza, invariavelmente. Contudo, essa relação se dá de

.....
⁶³ MILLER, Darrow L., 2020, p. 54.

⁶⁴ OLIVEIRA, Fabiano de Almeida, 2006, p. 84.

⁶⁵ PEARCEY, Nancy, 2006, p. 51.

⁶⁶ VAN TIL, Henry R., 2010, p. 32.



modo diferenciado no período inicial (criação), após a entrada do pecado original, corrompendo a humanidade (queda) e depois da redenção, por meio de Jesus Cristo.⁶⁷

Uma é a arte feita antes da queda, no estágio de pureza inicial; outra, é a feita após a queda e a corrupção humana. De igual modo, todas as outras atividades e relações humanas foram afetadas pela queda: a ciência, a política, a educação etc.

2.3 Efeitos noéticos do pecado: epistemologia reformada

A palavra *noético* vem do grego νοῦς (*nous*), que significa “mente”.⁶⁸ A ideia de efeito *noético* do pecado remonta à obra clássica de Calvino e se refere aos efeitos que o pecado ou a queda teriam sobre a capacidade cognitiva da humanidade. Calvino argumenta que a razão foi “debilidada” pela queda.⁶⁹ Um texto recente do pastor calvinista Igor Miguel, publicado no blog da editora Ultimato, exemplifica o uso desse dogma:

O intelectual cristão não adere a jogos filosóficos cativos de ídolos culturais. Não importa quão fascinante ou elegante sejam os pensamentos de Kant, Hegel, Marx ou Foucault. Apesar de eventuais momentos de verdade, todas essas tradições intelectuais já nasceram obsoletas diante da sabedoria que jorra torrencialmente da revelação de Deus em Jesus Cristo e que foi entesourada pela Igreja de Cristo em sua longa tradição de reflexão, confissões, escritos e mestres. Historicamente, a Igreja Cristã é um *depositum fidei*, um contexto de sabedoria comunitária, lugar de obra do Espírito Santo. Por isso é essencial insistir que a intelectualidade cristã não pode ser mera reprodução de outras intelectualidades, há uma economia cognitiva que corresponde ao próprio cristianismo, sua tradição canônica, teológica e espiritual.⁷⁰

Dado os efeitos do pecado sobre a razão, qualquer tradição intelectual que não surja a partir da relação redentora por meio de Jesus, segundo o cristianismo e a cosmovisão cristã como compreendida na tradição neocalvinista, produz conhecimento débil. O máximo que intelectuais não cristãos conseguem produzir são “momentos de verdade”.

.....
⁶⁷ DOOYEWEERD, Herman, 2015, p. 43.

⁶⁸ LIDDELL, H. G., SCOTT, R., JONES, H. S., & MCKENZIE, R., 1996, p. 1180.

⁶⁹ CALVIN, Jean, 2008, p. 252 (II.II.12).

⁷⁰ Disponível em: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/por-que-precisamos-de-intelectuais-cristaos> (acesso em 13/07/2021).



2.4 Estrutura e direção

A ideia de *estrutura* e *direção* está diretamente ligada ao *mandato cultural*: a estrutura é a própria noção de Criação e seus potenciais; a direção é o rumo que se dá ou o uso que se faz da estrutura. A sexualidade, por exemplo, faz parte da estrutura *criacional* da realidade. A direção que se dá a sexualidade pode ser em obediência à Lei divina ou em rebeldia. Há, portanto, uma “cosmovisão sexual cristã”.⁷¹ As estruturas criacionais são, assim, *normatizadoras* da realidade.⁷²

Dooyeweerd descreve a realidade sendo composta por diferentes *modos, modalidades* ou *aspectos modais*.⁷³ Os aspectos da realidade seriam: numérico, espacial, cinemático, físico, biótico, físico-sensitivo, lógico, histórico-cultural, do signo, social, econômico, estético, jurídico, ético e pístico (confiança, fé).⁷⁴ No horizonte temporal, ou seja, na experiência cotidiana e concreta, esses aspectos são percebidos, experimentados, vivenciados de modo integral.⁷⁵ A atitude teórica seria apenas a abstração antitética dos aspectos lógicos oposto aos aspectos não lógicos.⁷⁶ As ciências são, portanto, uma abstração de algum aspecto modal não lógico da realidade, fazendo uso do aspecto lógico. Mas, nenhuma ciência é livre para existir fora da estrutura estabelecida por Deus.

Retomando o exemplo sobre sexualidade, Sandlin argumenta que

Os modernistas, em guerra com a cosmovisão sexual cristã, não raro veem o sexo como um aspecto a cultura, não da criação. O sexo é uma realidade engenhada; é possível criar sexos como se criam *videogames* ou tortas de pecá. O termo “gênero” é empregado para denotar uma espécie de sexualidade que cada um de nós cria e muda quase à vontade. Somos artistas sexuais, provando “a maleabilidade ilimitada da sexualidade humana”. Desde o primeiro pecado de rebelião da humanidade contra a ordem divina, homens e mulheres atacam os limites da criação e desejam destruí-los. “Gênero como construção sexual” é uma dessas tentativas marcantes. A homossexualidade, as feministas militantes e a cirurgia de “mudança” de sexo são exemplos da

.....
⁷¹ SANDLIN, P. Andrew, 2017, p. 66.

⁷² FONTES, Filipe Costa, 2014, p. 69.

⁷³ Para uma discussão extensiva: DOOYEWEERD, Herman. *A new critique of theoretical thought – volume II: The general theory of modal spheres*. Jordan Station, Ontário: Paideia Press, 1984.

⁷⁴ DOOYEWEERD, Herman, 2015, p. 256.

⁷⁵ DOOYEWEERD, Herman, 2010, p. 54.

⁷⁶ Ibid., p. 54.



cosmovisão sexual anticristã. Rod Dreher está certíssimo, portanto, ao afirmar que o casamento gay não é apenas uma revolução social, mas também cosmológica. É a tentativa de reverter e reengendrar a criação de Deus.⁷⁷

Esse tipo de crítica à ciência e à cultura, como podendo ser fruto de obediência ou desobediência a Deus, é comum no neocalvinismo. A principal obra de Dooyeweerd, *The new critique of theoretical thought*, é uma grande crítica à tradição intelectual do Ocidente, e como fica claro na citação de Sandlin, há uma forte crítica às ciências sociais,⁷⁸ o que levará a busca por redimi-las, como será pontuado mais adiante.

2.5 Esferas de soberania

A partir da ideia de Criação e da soberania de Deus, por ser criador, Kuyper (depois Dooyeweerd) vai argumentar a existência de esferas sociais e/ou culturais, como a família, a arte, as ciências e assim por diante.⁷⁹ Essas esferas têm legitimidade própria e devem funcionar pelas leis da Criação, ou seja, nenhuma esfera deve dominar outra, embora sejam interdependentes.⁸⁰ Kuyper desenvolve essas ideias no contexto político, contra a Revolução Francesa,⁸¹ que fala da soberania popular, contra a Escola Alemã, que preconiza a soberania do Estado.⁸² Assim, há a soberania do Estado, a soberania da sociedade e a soberania da Igreja; nenhuma deve interferir na legitimidade e autoridade da outra e todas estão sob Deus.⁸³

Dooyeweerd aplicará mais fortemente a soberania das esferas às ciências, a partir da percepção de que nenhum dos aspectos modais da realidade deve se sobrepor aos outros.⁸⁴ A absolutização de algum aspecto modal sobre os outros é considerado idolatria, da mesma forma quando o Estado se sobrepõe à sociedade e à Igreja, em Kuyper.

Em 2016, o pastor e teólogo Franklin Ferreira publicou um livro sobre o papel do Estado, da Igreja e outras esferas da sociedade civil, como a família, por exemplo. Para Ferreira, seguindo

.....
⁷⁷ SANDLIN, P. Andrew, 2017, p. 68-89.

⁷⁸ Como introdução veja: DOOYEWEERD, Herman. A ascensão do pensamento social. In: DOOYEWEERD, Herman. *Raízes da cultura ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

⁷⁹ KUYPER, Abraham, 2003, p. 98.

⁸⁰ Ibid., p. 98.

⁸¹ Ibid., p. 95.

⁸² Ibid., p. 96.

⁸³ Ibid., p. 86.

⁸⁴ DOOYEWEERD, Herman, 2015, p. 60.



a tradição neocalvinista, o Estado não deve interferir nas outras esferas, como a Igreja e todas as esferas existem e coexistem sob a autoridade máxima de Deus.⁸⁵ Outro autor neocalvinista muito popular contrapõe a cosmovisão cristã de Estado, única não ideológica,⁸⁶ às opções do socialismo, liberalismo, conservadorismo etc.⁸⁷ Em 2017, o livro de Ferreira foi apresentado ao então Deputado Federal Jair Bolsonaro, que agradeceu, teceu elogios e recomendou a obra.⁸⁸

2.6 Redimindo a cultura

A tríade *Criação, Queda e Redenção* da cosmovisão cristã, segundo o calvinismo, entende que tudo o que existe e/ou pode vir a existir, assim acontece pelo desenvolvimento do potencial da Criação, conforme o mandato cultural. Mas, após a Queda, esse desenvolvimento ocorre em rebeldia a Deus. Assim, a Redenção não seria apenas a salvação da alma ou das penas eternas, mas implicaria no desenvolvimento adequado dos potenciais da Criação; no uso adequado e obediente de todas as esferas da realidade.

Plantinga Jr., por exemplo, diz que

[...] os cristãos reformados⁸⁹ têm em grande conta a redenção, porque observam a imensidão da queda. Se todas as coisas foram criadas boas e todas as coisas foram corrompidas, então tudo deve ser redimido. Deus não se contenta somente com a salvação de almas; Deus quer salvar os corpos também. Deus não se contenta em salvar seres humanos em suas atividades individuais; Deus quer salvar sistemas sociais e estruturas econômicas também.⁹⁰

Redimir a cultura, nesse sentido, é fazer com que todos os aspectos da Criação funcionem de acordo com a lei divina e da forma como foram idealizadas por Deus no princípio. Há certa controvérsia no uso do termo *redimir*, alguns preferem o termo *reforma*,⁹¹ mas o sentido é basicamente o mesmo, variando apenas a “gradação” da redenção, ou seja, o quão puro algo

.....
⁸⁵ FERREIRA, Franklin, 2016, p. 203.

⁸⁶ KOYZIS, David T., 2014, p. 260.

⁸⁷ Cf. KOYZIS, David T. *Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas*. São Paulo: Vida Nova, 2014.

⁸⁸ Disponível em: <https://www.facebook.com/ProfFranklinFerreira/videos/contra-a-idolatria/1743775005696240/>. Acesso em: 13/07/2021.

⁸⁹ Termo usado para se referir à tradição calvinista.

⁹⁰ PLANTINGA JR., Cornelius, 2007, p. 100.

⁹¹ Sobre isso, confira: CAMPOS JR., Héber Carlos de. *Amando a Deus no mundo: por uma cosmovisão reformada*. São José dos Campos, SP: Fiel, 2019, p. 337-342.



pode ser antes da volta de Cristo e instauração dos novos Céus e Terra, e o *como* a influência cristã se dá sobre as esferas culturais.

Falar em cosmovisão cristã, dessa forma, é falar em economia cristã, arte cristã, política cristã, ciência cristã, educação, cristã etc. Daí a série de livros de Vern Poythress, por exemplo, que está em processo de tradução e publicação pela Editora Monergismo, no Brasil: redimindo a matemática, redimindo a ciência, redimindo a filosofia, redimindo a sociologia etc. Redimir a cultura significa depurá-la de qualquer desobediência e buscar fazer com que todas as esferas sociais e todos os campos de conhecimento sejam “cultivados” de acordo com os padrões de Deus.

3. (New/o)calvinismos e neoconservadorismo

Alguns aspectos da relação dos (neo)conservadorismos com os calvinismos já estão evidenciados: a presença de calvinistas no governo de Jair Bolsonaro e sua proximidade com esses ainda enquanto deputado; o histórico de proximidade entre regimes reacionários e autoritários, como o militar, e calvinistas, o que acabou resultando em cismas, inclusive; e o discurso sistemático e intelectualizado sobre envolvimento cultural, social e político, que influencia outros setores evangélicos, como o pentecostal. Mas, no pouco espaço que nos resta há algo ainda a dizer, especialmente sobre esse último ponto.

O discurso de cosmovisão cristã do neocalvinismo incentiva à ação cristã nas diversas esferas da sociedade através da ideia de mandato cultural e social. Essa ação cristã pode vir a desconsiderar a contribuição de outras religiões e/ou pessoas, que não sejam concordantes com os pressupostos cristãos, através do conceito de efeitos *noéticos* do pecado. Pelo uso de concepções como *estrutura e direção* e *soberania de esferas* essa ação cristã também pode se tornar normatizadora e impositiva. Por fim, redimir a cultura, pode levar a uma mentalidade colonizadora e *cristianizadora* da sociedade.⁹²

Além disso, através da influência do *new calvinism* outros calvinismos mais reacionários e sectários, como o reconstrucionismo teomista, acabam entrando na corrente discursiva dos calvinismos no Brasil. Por exemplo, em um texto publicado no blog *Monergismo*, em 2010, R. C. Sproul Jr., defendendo que todo calvinista é teomista, diz:

[...] Não dê ouvidos àqueles que não entendem coisa alguma de teonomia ou de reconstrução. Aqueles de esquerda (teológica ou politicamente) gostam de retratar os

.....
⁹² Coloco no campo da possibilidade porque entendo o potencial positivo dessa tradição religiosa. A questão é a regulação estratégica do discurso.



teonomistas e reconstrucionistas, herdeiros dos puritanos, como se fossem “jihadistas evangélicos” do inferno que desejam impor um regime fascista calvinista sobre o resto do mundo. Isso é uma calúnia sem par! Os teonomistas, bem como o resto de nós cristãos, querem ver justiça no âmbito político. Eles querem ver as nações serem disciplinadas. Eles querem que o reino se manifeste. Eles querem ver todo joelho se dobrar e toda língua confessar que Jesus Cristo é Senhor. E quem é que, estando em Seu reino, poderia desejar outra coisa?⁹³

A fala de Sproul demonstra como setores do calvinismo se articulam com a chamada direita e ainda que negue o suposto teor “fascista” do reconstrucionismo, a linguagem de “disciplinar nações” e fazer com que todos se dobrem num contexto de um discurso politizado, pode carregar teor autocrático. Esse e outros discursos calvinistas têm percorrido setores evangélicos no Brasil através de blogs e sites desde meados dos anos 2000.

A Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), a qual traz a ministra Damares Alves como uma das fundadoras,⁹⁴ carrega o discurso da cosmovisão cristã,⁹⁵ o qual a própria ministra ecoa inúmeras vezes, e tem no quadro de conselheiros o presbiteriano Augustus Nicodemus.⁹⁶ Parece evidente, assim a articulação de aspectos discursivos dos calvinismos com o neoconservadorismo.

Considerações finais

Em suma, os calvinismos e os autores esboçados aqui têm nuances e complexidades que um texto como este é incapaz de expressar. A questão que me parece central é que a partir do itinerário dos calvinismos brasileiros nos últimos anos, o histórico de certos segmentos calvinistas e sua anuência ao regime militar e aspectos do discurso de cosmovisão cristã, é possível perceber a formação de um regime discursivo estratégico que serve às coalizões políticas neoconservadoras.

Há trabalhos e pesquisas sobre esses calvinismos, mas ainda são poucos. É preciso trabalho de campo e observação mais ponderada para conclusões mais sólidas. Contudo, me parece claro que nos novos tipos de operações conservadoras os calvinismos têm papel importante, talvez até mais que outros segmentos evangélicos como pentecostais e neopentecostais.

.....
⁹³ Disponível em: <http://monergismo.com/novo/teologia/que-e-reconstrucionismo-e-teonomia/>. Acesso em: 27/06/2021.

⁹⁴ Cf. <https://apublica.org/2019/06/associacao-de-juristas-evangelicos-fundada-por-damares-alves-amplia-lobby-no-governo/>. Acesso em: 27/07/2021.

⁹⁵ Disponível em: <https://anajure.org.br/o-direito-e-a-cosmovisao-crista/>. Acesso em: 27/07/2021.

⁹⁶ Cf. <https://anajure.org.br/conselho-diretivo-nacional/>. Acesso em: 27/07/2021.

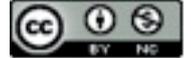


Especialmente o neocalvinismo carrega o ímpeto de envolvimento e influência na sociedade e uma articulação intelectual sistemática a partir da cosmovisão cristã, isso se populariza com a influência do *new calvinism* e juntamente outras correntes calvinistas acabam entrando nessa correnteza e discursos mais rígidos como o reconstrucionismo teonomista aparecem e se misturam. O calvinismo brasileiro hoje é uma amalgama dessas correntes e está presente no cenário público e em posições de poder no Estado.

A ressurgência calvinista é mais profunda do que se poderia pensar e talvez mais duradoura do que se imaginaria. Por isso, é preciso olhar com mais cuidado e atenção para essa tradição, estudar suas nuances e complexidades e os impactos que podem ter no cenário social, sejam positivos ou negativos.

Referências

- BIÉLER, André. *O pensamento econômico e social de Calvino*. São Paulo: Cultura Cristã, 2012.
- CAIRNS, Earle Edwin. *O cristianismo através dos séculos: uma história da Igreja cristã*. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- CALVIN, Jean. *A instituição da religião cristã, Tomo I, Livros I e II*. São Paulo: Editora Unesp, 2008.
- COSTA, Flávio Antônio Alves da. *A Igreja Presbiteriana Conservadora do Brasil: uma questão doutrinária*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, 2007.
- DIP, Andrea. *Em nome de quem? A bancada evangélica e seu projeto de poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.
- DOOYEWEERD, Herman. *A new critique of theoretical thought: the necessary presuppositions of philosophy – volume I*. Jordan Station, Ontario: Paideia Press, 1984.
- DOOYEWEERD, Herman. *No crepúsculo do pensamento ocidental: estudos sobre a pretensa autonomia do pensamento filosófico*. São Paulo: Hagnos, 2010.
- DOOYEWEERD, Herman. *Raízes da cultura ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.
- FERREIRA, Franklin. *Contra a idolatria do Estado: o papel do cristão na política*. São Paulo: Vida Nova, 2016.
- FONTES, Filipe Costa. Missão integral ou neocalvinismo: em busca de uma visão mais ampla da missão da Igreja. *Fides Reformata: Revista do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper*, v. 19, n. 1, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2020.



- GODFREY, W. Robert. *Calvino e o calvinismo nos Países baixos*. In: REID, W. Stanford (org.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- GOUVÊA, Ricardo Quadros. *O lado bom do calvinismo*. São Paulo: Fonte Editorial, 2013.
- JURITY, Maria Angélica de Farias. *Neocalvinismo holandês: (re)construindo o itinerário*. São Paulo, Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, 2021.
- KOYZIS, David T. *Visões & ilusões políticas: uma análise e crítica cristã das ideologias contemporâneas*. São Paulo: Vida Nova, 2014.
- KUYPER, Abraham. *Calvinismo*. São Paulo: Cultura Cristã, 2003.
- LIDDELL, H. G.; SCOTT, R.; JONES, H. S.; MCKENZIE, R. *A Greek-English lexicon*. Oxford: Clarendon Press, 1996.
- LIMA, Leandro Antonio. *Uma análise do chamado “novo calvinismo”, de seu relacionamento com o calvinismo e de seu potencial para o diálogo com a contemporaneidade*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, 2009.
- MACHADO, Maria das Dores Campos. *O neoconservadorismo cristão no Brasil e na Colômbia*. In: BIROLI, Flávia; MACHADO, Maria das Dores Campos; VAGGIONE, Juan Marco. *Gênero, neoconservadorismo e democracia*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- MENDONÇA, Antônio Gouvêa. *O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1984.
- MILLER, Darrow L. *Disciplinando nações: o poder da verdade para transformar culturas*. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2020.
- OLIVEIRA, Fabiano de Almeida. *Philosophando Coram Deo: uma apresentação panorâmica da vida, pensamento e antecedentes intelectuais de Herman Dooyeweerd*. *Fides Reformata: Revista do Centro Presbiteriano de Pós-Graduação Andrew Jumper*, v. 11, n. 2, 2006.
- PEARCEY, Nancy. *Verdade absoluta: libertando o cristianismo de seu cativeiro cultural*. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.
- PEREIRA, Eduardo Carlos. *As origens da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil*. São Paulo: Pendão Real, 2011.
- PLANTINGA JR., Cornelius. *O crente no mundo de Deus*. São Paulo: Cultura Cristã, 2007.
- REID, W. Stanford. *A propagação do calvinismo no século 16*. In: REID, W. Stanford (org.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- SANDLIN, P. Andrew. *A cosmovisão sexual cristã: a ordem de Deus na era do caos sexual*. Brasília, DF: Editora Monergismo, 2017.



- SILVA, Elizete da. Fundamentalismo cristão na perspectiva protestante. In: CHEVITARESE, André Leonardo; CAVALCANTI, Juliana B.; DUSILEK, Sérgio; MARIA, Tayná Louise de (orgs.). *Fundamentalismo religioso cristão: olhares transdisciplinares*. Rio de Janeiro: Kliné, 2021.
- SOUZA, Andréa Silveira de. *O legado fundamentalista do Seminário Teológico de Westminster: reformistas x reconstrucionistas no espaço público americano*. Minas Gerais, Juiz de Fora: Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Tese de Doutorado em Ciência da Religião, 2017.
- SOUZA, Rodolfo Amorim Carlos de. Cosmovisão: evolução do conceito e aplicação cristã. In: CARVALHO, Guilherme Vilela Ribeiro de; CUNHA, Maurício José Silva; LEITE, Cláudio Antônio Cardoso (org.). *Cosmovisão cristã e transformação*. Viçosa, MG: Ultimato, 2006.
- SOUZA, Silas Luiz de. IPB apoia a gloriosa revolução. In: O protestantismo e o regime militar no Brasil: perspectivas. *Mnemosine: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)*, vol. 5, n. especial, 2014.
- TENDAL, R. K. A modificação puritana da teologia de Calvino. 2014. In: REID, W. Stanford (org.). *Calvino e sua influência no mundo ocidental*. São Paulo: Cultura Cristã, 2014.
- VAN TIL, Henry R. *O conceito calvinista de cultura*. São Paulo: Cultura Cristã, 2010.

Fontes da internet

- Discurso de posse do presidente Jair Bolsonaro em janeiro de 2019: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/leia-a-integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-cerimonia-de-posse-no-congresso.shtml?origin=folha>.
- Calvinistas no governo: <https://theintercept.com/2020/02/04/evangelicos-calvinistas-bolsonaro/>.
- Indicação do calvinista André Mendonça ao STF por Jair Bolsonaro: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/07/bolsonaro-indica-andre-mendonca-seu-ministro-terrivelmente-evangelico-para-vaga-no-supremo.shtml>.
- Site da Igreja Presbiteriana Unida do Brasil: <http://ipu.org.br/about-us/>.
- Site do coletivo reformado/calvinista que faz oposição ao bolsonarismo: <http://resistenciareformada.blog.br/institucional/>.
- Artigo da revista *Time* sobre o *new calvinism* em 2009: http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1884779_1884782_1884760,00.html
- Artigo do *The New York Times* sobre o pastor calvinista Mark Driscoll, em 2009: <https://www.nytimes.com/2009/01/11/magazine/11punk-t.html>.
- Entrevista com Vinícius Musselman Pimentel, fundador do blog “Voltemos ao Evangelho”: <https://www.youtube.com/watch?v=1BARYxbllm4>.
- Texto do pastor John Piper sobre o “hedonismo cristão”: <https://www.desiringgod.org/messages/the-happiness-of-god?lang=pt>.



Avaliação de Mark Driscoll e sua Igreja por Augusturs Nicodemus: <http://tempora-mores.blogspot.com/2011/04/um-culto-em-mars-hill-church.html>.

Controvérsia sobre calvinismo nas ADs: <http://www.cpadnews.com.br/blog/silasdaniel/o-cristi%C3%A7%C3%A3o-e-o-mundo/94/sobre-meu-artigo-em-defesa-do-arminianismo.html>.

Texto do pastor Igor Miguel sobre intelectualidade cristã: <https://www.ultimato.com.br/conteudo/por-que-precisamos-de-intelectuais-cristaos>.

Recomendação do então deputado Jair Bolsonaro ao livro do pastor Franklin Ferreira: <https://www.facebook.com/ProfFranklinFerreira/videos/contra-a-idolatria/1743775005696240/>.

Artigo sobre calvinismo reconstrucionista teomista, publicado no blog da Monergismo em 2010: <http://monergismo.com/novo/teologia/que-e-reconstrucionismo-e-teonomia/>.

Reportagem da Pública sobre a Anajure: <https://apublica.org/2019/06/associacao-de-juristas-evangelicos-fundada-por-dameres-alves-amplia-lobby-no-governo/>.

Site da Anajure: <https://anajure.org.br/conselho-diretivo-nacional/>.

Dados do autor

Mestre e doutorando em Ciência da Religião pela PUC-SP.

Recebido em 13/08/2022

Aprovado em 18/08/2022



BOLHAS SOCIAIS: BOLHAS POLÍTICAS

MARIANA DE LIMA ALBERTINI

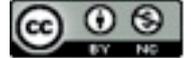
Resumo: A internet e os recursos digitais fazem parte do cotidiano das pessoas: as ferramentas de busca *online* e as redes sociais vêm aumentando seu percentual de adesão com o passar do tempo. Ao logar-se em *sites*, em redes sociais, ou fazer uma busca na internet, os usuários estão sujeitos à ação dos algoritmos ou dos filtros bolhas, mecanismos de *feedback* engendrados por empresas de tecnologia, com o intuito de sugerir aos usuários conteúdos que vão ao encontro de suas preferências. Na contemporaneidade, esse mecanismo tem sido usado também na área da política e da religião, criando bolhas coletivas, que podem ser observadas na retórica das interações sociais.

Abstract: The internet and digital tools are part of people's daily lives. Online search tools and social networks have increased their percentage of adherence over time. When logging into websites, search engines or social networks, users are subjected to the action of algorithms or bubbles, feedback mechanisms engendered by technology companies, in order to suggest to users content that suits their needs. Nowadays, this mechanism has also been used in the area of politics and religion, creating collective bubbles, which can be observed in the rhetoric of social interactions.

Introdução

As “bolhas sociais” são como espaços em que os usuários são “engaiolados”, confinados à exposição de mensagens repetitivas; nessa “gaiola” ou “bolha”, para usar o termo consagrado, os usuários de tecnologias, como as de redes sociais e de mecanismos de busca, acabam invariavelmente submetidos a experiências que são, de forma personalizada, selecionadas por algoritmos – filtros criados por analistas de sistemas computacionais.

Os algoritmos se alimentam dos próprios dados fornecidos pelos usuários, ou seja, há uma métrica por trás de atitudes que parecem simples, como realizar uma pesquisa e clicar em um *link*, por exemplo, de um produto vendido em um supermercado *online*. Para cada usuário ativo no mundo virtual, forma-se uma complexa teia de dados que mostra seus interesses, e que



é alimentada com alguns assuntos, em detrimento de outros, que acabam restringidos por não trazer satisfação às buscas do usuário.

Esse mecanismo vem sendo usado nas mais diversas áreas, incluindo a política e, também, a religião. À medida que navegamos pela internet, alimentamos os algoritmos, engrenagens dos filtros bolhas, e recebemos, como *feedbacks*, conteúdos que reforçam nossos gostos, interesses, opiniões e, também, crenças.

1. O *marketing* político tradicional

No campo da política, uma poderosa máquina de comunicação, engendrada para propósitos comerciais, tem sido usada, atualmente, não somente nos períodos que imediatamente antecedem as eleições municipais, estaduais e federais, mas como meios de propagar informações no dia a dia, mantendo contato corriqueiro com os interlocutores e alcançando as massas.

No Brasil, os estudos de comunicação datam dos anos 1970, sem, contudo, oferecer análises entre mídia e política. Segundo Biroli e Miguel (2013), a produção científica focalizando mídia e política foi inaugurada na eleição presidencial brasileira de 1989, começando a constituir-se como um campo interdisciplinar. Antes disso, a política figurava como corpo secundário de uma área mais ampla, a sociologia da comunicação.

Em 1990, a ascensão de Fernando Collor de Mello à presidência da república brasileira fomentou esse ramo acadêmico e impactou a produção de conhecimento sobre o poder das narrativas midiáticas na política:

Como foi possível que um político de segundo time, governador de um estado periférico, filiado a um partido sem qualquer estrutura coligado a outros dois igualmente desimportantes, tenha chegado à presidência da República? (BIROLI; MIGUEL, 2013, p. 78).

Realizada após 29 anos sem eleições diretas para presidente, a eleição de Fernando Collor pode ser considerada um “acontecimento detonador de um *boom* imediato e posterior de reflexões sobre o enlace mídia e política” (AZEVEDO; RUBIM, 1997, p. 192). É possível dizer que esta circunstância eleitoral trouxe à tona uma tendência de vincular política e mídia, conformando:

[...] um campo de estudos sobre comunicação e política no país, perpassado por olhares sintonizados com esta nova circunstância de sociabilidade acentuatadamente midiaticizada (AZEVEDO; RUBIM, 1997, p. 192).



A mídia esteve, então, fortemente presente naquele processo eleitoral brasileiro. Após as eleições de 1989, um novo paradigma havia surgido, tendo como base os meios de comunicação, os quais usariam o *marketing* político, ou seja, estratégias midiáticas para comunicação com a massa, no caso, o eleitorado, com o intuito de vender uma imagem de renovação, mesmo que pautada nos tradicionais padrões oligárquicos.

Pode-se afirmar que entender os valores do público-alvo, com o propósito de chegar-se a ele e de cativá-lo, é a base de qualquer campanha de *marketing*. O chamado *marketing* político é uma vertente do *marketing*, que vem ganhando destaque ao longo dos anos, principalmente em ambientes digitais, como as redes sociais, na internet. Uma campanha política que utilize esse tipo de *marketing* visa, ao lançar mão de determinadas estratégias, alcançar o eleitorado, um público-alvo bastante abrangente e diverso em suas características culturais, sociais, raciais, econômicas e de gênero.

Fernando Collor foi prefeito de Maceió (AL), de 1979 a 1982, deputado federal, de 1982 a 1986, e governador de Alagoas, de 1987 a 1989. Os profissionais de *marketing*, que cuidavam de sua imagem, lançaram mão de um forte *marketing* político entre os anos de 1987 e 1989, quando da intenção de alçar Fernando Collor à presidência da república. É neste contexto da política brasileira que se insere o conceito de *marketing* pessoal, que pode ser entendido como um conjunto de técnicas, estrategicamente utilizadas para enaltecer qualidades individuais como imprescindíveis para alcançar determinado objetivo:

O processo encetado por um indivíduo, envolvendo a concepção, planejamento, e execução de ações que contribuiriam para: a formação profissional e pessoal do indivíduo (*produto*), a atribuição de um valor justo e compatível com o posicionamento de mercado que se queira adquirir (*preço*), a execução de ações promocionais de valorização pessoal (*promoção*), que o colocariam no lugar certo na hora certa (*distribuição*) (OLIVEIRA NETO, 1999, p. 23, grifos meus).

No caso de Fernando Collor, é possível afirmar que o apelo a uma narrativa construída pelo *marketing* pessoal já havia se iniciado em seu mandato como governador de Alagoas (1987-1989). Em 1987, o então governador de Alagoas protagonizou investidas midiáticas que o apresentavam – homem heterossexual, casado, branco – como um “caçador de marajás” (*produto*), por isso mesmo merecedor de votos (*preço*), o que era alardeado por revistas e jornais impressos e também televisionados (*promoção*), que o apresentavam, ao público consumidor dessas publicações, como um tipo de herói, messias, salvador, ou, de forma mais prática, como um eficiente solucionador de problemas (*distribuição*).



Os anos subsequentes à eleição de Collor, que culminaram em seu *impeachment*, foram repletos de narrativas midiáticas que se transformaram em base de uma variedade de estudos, os quais contribuíram para o delineamento da área acadêmica de mídia e política.

Para Fernando Collor, em 1992, o jogo narrativo virou contra ele a tal ponto que sofreu o *impeachment*, uma vez que o roteiro não pôde ser conduzido apenas por um personagem isolado. A mesma máquina a quem aprovou erguê-lo como salvador de um povo foi também a sua ruína.

Se nos anos 1990, as agências de notícias que atuavam por meio das mídias impressas, do rádio e da televisão davam o tom das informações, o advento e a evolução da internet revolucionaram não somente a distribuição da informação, mas a própria forma como ela é construída.

2. A informação na era da internet

O desenvolvimento do que hoje chamamos de internet data da Guerra Fria (1947-1991); a ferramenta foi criada com fins militares pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos – Advanced Research Projects Agency (ARPA) – para tornar mais fácil e rápida a troca de informações entre militares, cientistas e autoridades estadunidenses que estivessem geograficamente distantes. Naquele período, a ferramenta recebia o nome de Arpanet, em alusão à sigla, em inglês, de sua agência criadora. Surgia, portanto, um instrumento que viabilizava a prática de estratégias utilizadas em guerra no que tangia à distribuição de informação (DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019).

Após o período da Guerra Fria, estendeu-se o uso da Arpanet a cientistas; mais tarde, a rede chegou a algumas universidades dos Estados Unidos, as quais, sucessivamente, passaram para as faculdades de outros países, permitindo que diversos pesquisadores tivessem acesso a ela. Isso foi possível, já na década de 1990, por meio do desenvolvimento, pelo cientista britânico, Tim Berners-Lee, de um *browser*, ou seja, um navegador, chamado de *World Wide Web* (www), ou rede mundial de computadores.¹ Na década de 1990, surgiram também novos *browsers*, como o Internet Explorer e o Netscape, entre outros, popularizando o uso da internet pelo mundo.

No Brasil, até o início da década de 1990, o acesso à internet era disponível apenas a alguns órgãos governamentais, a professores, estudantes e funcionários de algumas universidades e instituições de pesquisa. Já em 1992, a rede mundial de computadores serviu de meio e comunicação entre jornalistas e organizações não-governamentais (ONGs) que participaram

.....
¹ *World Wide Web*, também conhecida como *Web* ou *www* se refere à rede de alcance mundial, também conhecida como *Web* ou *WWW*, a interface gráfica da internet. Sobre o desenvolvimento da internet, ver CASTELLS, 2003, p. 18, e DEMENTSHUK; HENRIQUES, 2019.



da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – Eco-92 (BRASIL, 2009).

Em maio de 1995, a World Wide Web foi apresentada ao público brasileiro final (o “usuário”), quando da inauguração, pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel), do serviço de acesso discado à internet. Naquele ano, a Embratel era uma empresa de economia mista e de controle estatal (FELIPE, 2005, p. 22); e para que o serviço oferecido pela empresa não se configurasse como monopólio, o Ministério das Comunicações concedeu concorrência ao setor, permitindo a criação de diferentes provedores de internet.

Em 2019, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 82,7% dos domicílios nacionais possuíam acesso à internet. A pesquisa mostra que, em 2019, o telefone celular foi a ferramenta primordial utilizada para conectar-se à internet, encontrado em 99,5% dos domicílios com acesso à rede mundial de computadores (BRASIL, 2021).

A cultura advinda do uso da internet, também conhecida como “cultura digital” pode ser definida por um conjunto de práticas, costumes e formas de interação social, as quais são realizadas a partir dos recursos da tecnologia digital, como a internet e as tecnologias de informação e comunicação (TICS).

As TICS viabilizam a existência do chamado ciberespaço, que, segundo LÉVY (2010), não se atém à lógica do espaço físico, mas envolve extensões difíceis de serem demarcadas. É no ciberespaço que ocorre a socialização, que:

[...] então rompe com as barreiras físicas de tempo e de espaço, e, à nossa frente, descortina-se um novo espaço de comunicação, advindo do movimento interacional, com possibilidades de desenvolvimento social nas dimensões econômica, política e cultural (DIAS; GOMES; COELHO, 2018, p. 142).

Para Kozinets (2014), pesquisador de base metodológica netnográfica, o ciberespaço:

[...] não é realmente um lugar ou um texto; ela também não é pública ou privada. Ela tampouco é um único tipo de interação social, mas muitos tipos: bate-papos, postagens, comentários em *blogs*, partilhas de clipes de som e vídeos e conversas telefônicas compartilhadas por meio de protocolos VOIP² (KOZINETTS, 2014, p. 134).

.....
² VOIP: *Voice over Internet Protocol* (telefonia em banda larga; conversação humana usando a internet ou outra rede de computadores baseada em protocolos da internet). Anatel, Serviços de voz – IP/VOIP.



A socialização que acontece no ciberespaço fez surgir a interatividade em rede, o que influenciou a forma de se relacionar na sociedade. O pesquisador também afirma que o conceito de comunidade pode ser aplicado no ambiente *online*:

Comunidades online são comunidades; não há mais espaço para discutir este tema. Elas nos ensinam sobre linguagens reais, significados reais, causas reais, culturas reais. Esses grupos sociais têm uma existência “real” para seus participantes, e assim têm efeitos importantes em muitos aspectos do comportamento (KOZINETTS, 1998, p. 366; grifo meu).

É possível encontrar inúmeras comunidades no ambiente virtual: pessoas que, *a priori*, não se conhecem pessoalmente, mas que se reúnem para jogar cartas *online*, formar um grupo de apoio a uma causa, ou clubes de leitura, por exemplo. Nesse sentido, a internet acabou facilitando que as pessoas expandam seus interesses e interajam com grande número de pares.

Dessa forma, comunidade virtual pode ser definida como um agrupamento humano que surge no ciberespaço, através da comunicação mediada pelas redes de computadores (RECUEIRO, 2001). Esses grupos se formam, na internet, em torno de interesses que lhes são comuns; os seus participantes atuam em conjunto, compartilhando não somente esses interesses, mas também valores, interagindo por meio de mensagens que revelam gostos, posturas e crenças, apoiando-se mutuamente.

Desde a popularização da internet para o usuário final, em meados dos anos 1990, a internet está em constante evolução; os conteúdos não são consumidos de forma centralizada, oferecidos apenas por grandes *sites* (que também estão em constante modificação), mas as iniciativas individuais também ganharam força, com a tendência de colaboração entre os internautas e a constante troca de informações: o ambiente *online* oferece dinamismo e os próprios usuários colaboram para a criação e organização do conteúdo. O usuário da internet passa, então, a ser mais que um usuário, pois se comporta como agente criador e transformador (CASTELLS, 2000, p. 52). Essa “nova” fase da internet recebe algumas nomenclaturas, como Web 2.0, Hypernet, Active Web, Read/Write Web.

É claro que a evolução da internet não se deu apenas em razão das modificações tecnológicas: esse contexto não está descolado de cenários de transformação social, econômica, cultural e política, mas é também influenciado por eles. A essa dinâmica social chama-se “sociedade da informação”:

A dinâmica contemporânea caracterizada pela revolução da microeletrônica, o uso intensivo das tecnologias de comunicação, o acesso à informação em tempo real e pela



popularização da realidade virtual sinaliza uma estreita relação com o crescimento econômico a partir de inovações tecnológicas, e estabelece a formação e uso das redes sociais como um novo padrão para relacionamentos entre indivíduo de uma sociedade, em diferentes espacialidades. Essa dinâmica tem caracterizado a sociedade da informação. A expressão “sociedade da informação” ou sociedade informacional [...] passou a ser utilizada para se transmitir o conteúdo específico do novo paradigma econômico-tecnológico da informação cuja estrutura e dinâmica são impactadas pela infraestrutura de informação (CEZAR; SUAIDEN, 2017, p. 19).

Nas últimas três décadas, a internet facilitou a comunicação ao oferecer espaços nos quais variados tipos de comunicação são possíveis: a “comunicação muitos-para-muitos, um-para-um e um-para-muitos” (SUDBRACK, 2019, p. 39), em que grande quantidade de indivíduos atuam não somente na disseminação de conteúdos, mas também como produtores, criadores de conteúdo.

É justamente no contexto de uma sociedade da informação, que os efeitos dos algoritmos dos aplicativos tecnológicos, como os mecanismos de busca na rede e as redes sociais, podem ser percebidos pelos usuários.

3. As bolhas sociais na internet

O conceito de bolha social se refere a um fenômeno de limitação de espaço (no caso da internet, de informações). A própria figura da bolha remete à essa demarcação, que é produzida por sistemas de algoritmos, também conhecidos como filtros bolhas, que se constituem de regras matemáticas, de programações informáticas pré-estabelecidas nas redes sociais ou nos mecanismos de busca, com a finalidade de determinar conteúdos e páginas que devem ser preferencialmente exibidas na linha do tempo de um usuário (quando em redes sociais, como o Instagram e o Facebook, por exemplo) ou em seus mecanismos de buscas na Web.

Os filtros bolhas podem ser descritos, então, como um tipo de personalização dos conteúdos de navegação *online* (MAGRANI, 2014). É criado de forma personalizada para cada usuário, de acordo com um algoritmo seletivo, que escolhe conteúdos que se baseiam em pesquisas anteriores; isso garante que tal usuário se alimente de assuntos de seu interesse e, quanto mais numerosos forem os acessos do usuário a determinados assuntos, maior será o *feedback* que receberá do sistema algorítmico.

Podemos dizer que o filtro bolha já é uma característica consagrada da Web, que apresenta, como resultado de buscas, apenas o que é “relevante” para o usuário. Como pano de fundo



para a existência desses tipos de filtro está o interesse de apresentação de publicidade que gere consumo para cada tipo de usuário. Provavelmente, um usuário, cujas pesquisas, em *sites* de busca na internet, apresente perfil de buscas a livros científicos e a filmes de terror, por exemplo, receberá como *feedback*, sem que possa controlar isso, anúncios de jogos *online* ou canais de *streaming* com o tema de terror, além de promoções e lançamentos de editoras de livros científicos. Da mesma forma, alguém que se interesse por maquiagem e busque esse tema na internet, certamente visualizará novidades do mundo cosmético, bem como sugestões de seguir páginas de maquiadores nas redes sociais. Quanto mais afinada a plataforma estiver com o perfil do usuário, mais publicidade focalizada naquele consumidor específico haverá e, portanto, maior aderência do consumidor às publicidades, o que resulta em lucro para a plataforma.

Nas redes sociais, como o Facebook, por exemplo, que é a plataforma de redes sociais mais utilizada globalmente (segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2015, que mostrou que 83% dos brasileiros com acesso à internet estão cadastrados no *site*³), o usuário está constantemente compartilhando suas informações com as empresas:

O uso dos dados pessoais sempre esteve descrito nos Termos de Utilização e na Política de Dados – para quem tivesse paciência de lê-los. Mas a extensão e as consequências desse uso só começaram a vir à tona com o escândalo da empresa Cambridge Analytica, que mostrou como dados de usuários do Facebook foram usados na segmentação de anúncios para a campanha eleitoral de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos (RUDNITZKI; OLIVEIRA, 2019).

Há a facilidade de conexão à rede por meio de diversos dispositivos. Não somente os *smartphones*, *tablets* e computadores são ferramentas de acesso, mas também podemos elencar, nesse rol, televisões, geladeiras⁴ e tecnologias vestíveis, como óculos e relógios especiais.

O *feedback* gerado pelos algoritmos com base na interatividade do usuário na rede “nos dá a falsa sensação de interatividade com o mundo, quando, na verdade, interagimos apenas com o nosso mundo” (PAOLUCCI; LOPES; FERREIRA, 2019). E o “nosso mundo”, pelas lentes das redes sociais, dos algoritmos, pode conter ilusões e *fake news*.

.....
³ BRASIL: Presidência da República, Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa brasileira de mídia 2015: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. Brasília: Secom, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/secom/pt-br>. Acesso em: 6 dez. 2021.

⁴ Geladeira com Wifi no Brasil. *Tecmundo*. Disponível em: <https://www.tecmundo.com.br/produto/149982-samsung-lanca-geladeiras-wifi-brasil-veja-precos.htm#:~:text=A%20Samsung%20lan%C3%A7ou%20no%20Brasil,real%20na%20tela%20do%20celular>. Acesso em: 6 dez. 2021.



Segundo Ferrari (2018), uma frase postada nas redes ou enviada a grupos de WhatsApp, por exemplo, que não corresponda a eventos que podem ser comprovados, pode ser considerada *fake*, só que ela raramente aparece de forma simples e isolada, mas, sim, enfeitada por “um aglomerado de subtextos, suposições, fatos óbvios e uma cadeia de meios digitais citando uns aos outros”:

No Brasil, um estudo da Universidade de São Paulo (USP) mostra algumas características das *fake news*: utilizam-se *sites* registrados com domínio .com ou .org (sem o .br), o que dificulta a localização, pois não possuem a mesma transparência que os domínios registrados no Brasil. Não trazem qualquer identificação dos seus administradores, corpo editorial ou expediente. As notícias normalmente são opinativas e publicadas sem assinatura. Os *sites* ou *blogs* possuem logomarcas e nomes muito parecidos com *sites* jornalísticos tradicionais, o que confunde o leitor. A interface gráfica é poluída e, na maioria das vezes, imita um grande *site* de notícias com novas reportagens a cada minuto. Nota-se a presença de muitas propagandas (*ads* do Google), entre outros macetes que ajudam a enganar o leitor (FERRARI, 2018, p. 126).

4. As bolhas sociais: o uso na política

O monitoramento do comportamento do eleitor já ocorre há muito tempo, no Brasil e no mundo, e tem sido objeto de estudo acadêmico:

Há pelo menos 60 anos, estudiosos têm dedicado esforços à compreensão dos processos eleitorais. Considerando o comparecimento em sistemas de voto não compulsório, a opção por um candidato em detrimento a outro, traduzida como direção do voto, ou as consequências das informações vinculadas no julgamento feito ao votar, as pesquisas feitas com eleitores são fundamentais para compreender a recepção de candidaturas e de mensagens disseminadas durante campanhas (SILVA; STABILE, 2016, p. 300).

Segundo alguns estudos (MCALLISTER; STUHLAR, 1991; MUTZ, 1998, KISS; SIMONOVITS, 2014), métodos tradicionais de acompanhar o comportamento do eleitor já existem desde o final dos anos 1950, entre eles, o mais tradicional seriam as pesquisas por meio de instrumentos como os questionários, visando entender como os eleitores recebem a mensagem de determinado candidato e qual o grau de simpatia que esse candidato ganha do eleitorado.



No que se refere aos modernos usos de algoritmos para monitoramento do eleitorado:

Não é possível buscar [...] causalidade e nem mesmo correlações diretas entre os resultados de pesquisa divulgados por mídias tradicionais e a decisão do voto, tendo por objeto apenas a análise quantitativa de arenas de debate público *online*, como as páginas oficiais no Facebook. No entanto, fica a necessidade de entender como os indivíduos que são expostos a tais informações reagem a elas, dentro do *framework* que a literatura experimental já traçou (SILVA; STABILE, 2016, p. 307).

Entretanto, por meio das redes sociais é possível entender a visão que o eleitor constrói sobre um determinado candidato:

Honesto/desonesto, trabalhador, confiável, brincalhão, sério, “gente como a gente”? Mais ainda, quais desses atributos estão negativamente associados com o eleitorado? Eventualmente, ter um candidato muito sério/sisudo pode ser associado negativamente a um candidato, enquanto aquele que é “gente como a gente” pode funcionar melhor (SILVA; STABILE, 2016, p. 308).

Há estratégia envolvida para capturar informação do eleitor, a qual “utiliza dados espontâneos associados a cada candidato nas mídias” e “estuda os comentários feitos nas interações das publicações feitas pelos diferentes candidatos”:

Por exemplo, um vídeo de um candidato bebendo cerveja, veiculado para passar uma imagem mais popular, foi bem ou mal avaliado? Quais foram as críticas feitas a ele? (SILVA; STABILE, 2016, p. 308).

Entretanto, se, por um lado, os profissionais que trabalham com *marketing* político podem esbarrar em certas barreiras práticas para acessar as informações algorítmicas e, por isso, acabam lançando mão de ferramentas como a mera observação do engajamento dos usuários (*likes*, comentários e compartilhamentos) e de instrumentos de pesquisa tradicionais (como os questionários), por outro lado, a própria formação de “bolhas”, resultado presumido dos filtros bolhas, facilita a disseminação de informações de *marketing* político para públicos específicos, uma vez que a interação mediada na internet atua aproximando quem pensa e vive parecido, e afastando os discordantes.

Outro ponto de vista pode ser citado, o de Giuliano Da Empoli, cientista político francês, ex-secretário da cultura da cidade de Florença, na Itália, e conselheiro político do ex-primeiro-ministro



italiano Matteo Renzi,⁵ que, em seu livro *Os Engenheiros do Caos: como as Fake News, as Teorias da Conspiração e os Algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições* (2020), apresenta aos leitores algumas características de “fazer política” na contemporaneidade, em uma sociedade da informação.

O autor pretende, em seu texto, refletir sobre como se dá a influência das redes sociais nas eleições, bem como qual o papel dessas redes para que líderes improváveis fossem eleitos ao redor do mundo na última década.

No início deste artigo, pontuou-se o poder midiático tradicional na eleição de Fernando Collor à presidência do Brasil, em 1989. Entretanto, nos dias atuais, em que a internet faz parte do dia a dia das pessoas, não como uma mera ferramenta ou um repositório de informações, mas como espaço de socialização, vivência e compartilhamento de crenças, como essa ferramenta é utilizada para alcançar uma população eleitoral tão diversa, sem ter de, obrigatoriamente, afinar o discurso a narrativas moderadas?

Segundo Da Empoli (2019), a ascensão de líderes populistas⁶ nas últimas décadas – Donald Trump, nos Estados Unidos; Boris Johnson, no Reino Unido; Matteo Salvini, na Itália; Jair Bolsonaro, no Brasil – deve-se majoritariamente ao uso de algoritmos e de dados que estão cada vez mais precisos e fornecem informações exatas dos usuários, principalmente das redes sociais, como Facebook, Instagram e Twitter.

É nas redes sociais que as preferências, opiniões, gostos, medos das pessoas são mensurados, por meio da análise de dados fornecidos gratuita e espontaneamente pelos próprios usuários. O autor nomeia os responsáveis por não somente analisar, mas arquitetar o uso desses dados, na política, como “engenheiros do caos” (termo que dá título ao livro em questão), responsáveis por migrar a lógica de grandes corporações como a do Facebook e, principalmente, a do Google, para o uso na política. *Spin doctors* – “consultores políticos [...] que se ocupam [...] em identificar a direção [...] a favor de um candidato” (DA EMPOLI, 2019, p. 18) – têm a seu favor, na contemporaneidade, os filtros bolhas criados originalmente para as redes sociais.

Então, se no campo do consumo material, o usuário costuma receber uma avalanche de publicidades que dialoga diretamente com suas necessidades físicas e emocionais, esse mesmo

⁵ Dados da biografia de Giuliano Da Empoli segundo informações da quarta capa do livro *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*, 2019.

⁶ Termo utilizada pelo autor em sua obra. Ver, por exemplo, p. 16 da obra supracitada.



esquema, ao ser usado pelo *marketing* político, produz o que poderia ser chamado de consumo ideológico, que dialoga intimamente com os valores e as crenças do usuário.

Conforme já mencionado, as redes sociais funcionam destacando, constantemente, o que faz gerar mais engajamento, ou seja, conteúdos que suscitam fortes emoções nos indivíduos; dessa forma, essa é uma das causas de as *fake news* (notícias falsas) ou as práticas sensacionalistas e as polêmicas acabarem tendo mais compartilhamento do que a correção dessas notícias e até mesmo do que notícias “verdadeiras”, que não gerem prazer ou ódio, por exemplo, nas pessoas, acabando por não se traduzir em números de engajamento.

Uma vez que as notícias que causam comoção são as que engajam, fica a lição de que trabalhar sentimentos como o ódio, a raiva, a indignação das pessoas gera mais comentários, mais curtidas (os *likes*), inúmeros compartilhamentos, muitas vezes, a ponto de “viralizarem” (quando ocorre um número bastante elevado de compartilhamentos, o que pode se dar em nível nacional e até mesmo global), ou seja, são essas ações que se traduzem em números de engajamento.

Então, se os líderes populistas, bem respaldados pelos “engenheiros do caos”, sabem exatamente o que está sendo discutido nas redes sociais de determinados grupos e comunidades, ou sabem qual é a opinião das pessoas em relação a determinados assuntos, eles podem, seguramente, investir nesse tipo de engajamento, “falando a mesma língua” das pessoas que os ouvem, com mensagens que elas querem ouvir, mesmo que o conteúdo que engaje não seja a melhor saída para a resolução de problemas daquela população. Pode-se dizer que os discursos não visam o fazer política em prol da sociedade, mas a narrativa se constrói para ser consumida de forma agradável e em concordância com o interlocutor, sem priorizar o que seria mais útil para a sociedade no momento em que se propaga determinado discurso.

Segundo Da Empoli (2019), ao se fazer política da forma tradicional, sem se utilizar dos algoritmos, há poucos meios de fragmentar uma mensagem, adaptando-a, com o intuito de atrair grupos diversos, ou seja, um maior número de eleitores. No *marketing* político tradicional, a forma clássica de se atrair um grande número de eleitores é a adoção de uma posição mais moderada, que proporcione a conversão de um maior número de pessoas àquela ideia ou àquele ponto de vista. A novidade do *marketing* político atual está justamente na superação desse “entrave”, pois, com os filtros-bolhas utilizados nas redes sociais, é possível segmentar uma notícia ou uma opinião de acordo com os diversos públicos, caminhando ao encontro dos mais variados anseios, desejos e até mesmo temores, sem precisar, para isso, refrear o discurso, ajustando-o em direção ao centro, mais moderado.



Nesse novo molde, é possível alcançar os extremos, com conforto, pois a mensagem encontrará não somente a concordância do interlocutor, mas também eco, o que retroalimenta a roda dos algoritmos, alcançando cada vez mais pessoas, vinculando-as a determinadas comunidades de interesse e fortalecendo determinados posicionamentos.

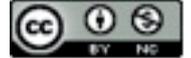
Uma comunicação de massa, ainda segundo Da Empoli (2019), que atinja toda a população de forma igualitária, vem se tornando cada vez menos usual, o que concorre para a dificuldade de um entendimento coletivo a respeito de alguns assuntos, uma vez que a versão de mundo oferecida aos usuários das redes sociais é personalizada, alimentando a densidade das bolhas. O autor cita, como exemplo desse cenário, algumas campanhas, nas quais usaram-se algoritmos de dados que levaram à influência do eleitorado, como é o caso do “Movimento 5 Estrelas”, na Itália, criado pelo comediante e político italiano, Beppe Grillo, e pelo ativista político Gianroberto Casaleggio. O autor também menciona a campanha de Donald Trump, nos Estados Unidos, e a de Jair Bolsonaro, no Brasil, entre outros.

O autor também explicita que as campanhas eleitorais podem ser consideradas uma guerra entre *softwares*, nas quais é possível usar as “armas” convencionais (mensagens públicas e condizentes com os eventos), mas também outras, não convencionais, que correspondem a mensagens focalizadas em determinado público e nem sempre verdadeiras (as *fake news*). Além disso, na disseminação de *fake news*, é possível enviar mensagens por terceiros, ou seja, não somente as mensagens podem ser falseadas, mas também o perfil que as envia, o que dificulta o rastreamento dessas mensagens e a vinculação de determinados discursos aos líderes políticos, em caso de investigações.

Dessa forma, DA EMPOLI (2019) apresenta a política na contemporaneidade por uma alegoria, a do Carnaval, uma festa onde o uso de “máscaras” é normatizado pela ocasião, em que candidatos improváveis – como homens sem diploma ou cujos currículos são repletos de *fake news* –, que “protagonizam gafes engenhosas”, fomentam “teorias da conspiração” (DA EMPOLI, 2019, p. 16) – ganham *status* de eficientes administradores.

A internet revolucionou a política de tal forma que:

Os defeitos e vícios dos líderes populistas se transformam, aos olhos dos eleitores, em qualidades. Sua inexperiência é a prova de que eles não pertencem ao círculo corrompido das elites. E sua incompetência é vista como garantia de autenticidade. As tensões que eles produzem em nível internacional ilustram sua independência, e as *fake news* que balizam sua propaganda são a marca de sua liberdade de espírito.



No mundo de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, cada novo dia nasce com uma gafe, uma polêmica, a eclosão de um escândalo. Mal se está comentando um evento, e esse já é eclipsado por um outro, numa espiral infinita que catalisa a atenção e satura a cena midiática. [...] por detrás das aparências extremadas do Carnaval populista, esconde-se o trabalho feroz de dezenas de *spins doctors*, ideólogos e, cada vez mais, cientistas especializados em *Big Data*, sem os quais os líderes do populismo jamais teriam chegado ao poder (DA EMPOLI, 2019, p. 18).

Na América, principalmente nos Estados Unidos e no Brasil, nas últimas décadas, a direita cristã vem alcançando visibilidade na política e marcando presença nas bancadas, com suas posições conservadoras e intenções políticas cristianizadoras.

Benjamin Cowan, professor de história da Universidade da Califórnia e pesquisador de movimentos de direita cristã nos Estados Unidos e na América Latina, afirma em seu livro *Moral Majorities across the Americas* (2021) que a direita cristã, tanto a do passado, quanto a dos dias atuais, age sob a égide do pânico moral em relação a assuntos relacionados à modernidade, ao comunismo e à sexualidade. Pouco aberta à noção de tolerância, apresenta narrativas que combatem a interferência dos valores mundanos na religião e mostra-se preocupada com “ondas de permissividade” dos cristãos de esquerda (COWAN, 2021, p. 105; tradução minha).

O conceito de pânico moral se relaciona ao medo da normatização de comportamentos sociais não convencionais:

[...] o pânico é moral porque o que se teme é uma suposta ameaça à ordem social ou a uma concepção idealizada de parte dela, ou seja, instituições históricas e variáveis, mas que detêm um *status* valorizado como a família ou o casamento (MISKOLCI, 2007, p. 112).

Entretanto, até mesmo assuntos menos polêmicos que a sexualidade, como, por exemplo, o ecumenismo, são também pauta política do pânico moral da direita conservadora cristã. Cowan (2021) explicita que os cristãos de direita vivem em “luto” nesse mundo secularizado e moderno e, por isso, percebem a si mesmos como soldados que lutam para que a fé e os ensinamentos bíblicos não sejam suplantados por ideologias secularizadoras; até mesmo em plenários federais, utilizam a “linguagem de guerra para defender a manutenção da tradição e dos bons costumes cristãos” (COWAN, 2021, p. 105; tradução minha).

Dessa forma, em prol da defesa do cristianismo, utilizam discursos que alimentam o pânico moral de seus eleitores, caracterizando pautas de diversidade e de inclusão social como “ameaças



alarmantes”, “desvios de caráter”, “falsa justiça social”; “subversões”, “comunismo”; “marxismo teológico”, “ataque à moral” e “conspiração global” (COWAN, 2021; p. 76, *tradução minha*).

O autor ainda assinala que, contraditoriamente ao que apregoam – a aversão ao ecumenismo –, os políticos que representam a direita cristã acabam fazendo alianças “ecumênicas” e formando coligações ecumênicas, com o intuito de somar força política. A esse comportamento, chama de “antiecumenismo ecumênico” (COWAN, 2021, p. 134; *tradução minha*). A Frente Parlamentar Evangélica, como é conhecido o crescente número de legisladores cristãos no Brasil é amorfa, mas, tem obtido sucesso em agregar reacionários de todas as denominações.

5. A fé na mensagem

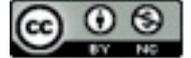
As bolhas sociais orientam as relações nos ambientes virtuais. Por meio de “cliques”, crescem as bolhas digitais, que se disseminam facilmente, acabando por gerar grupos isolados em zonas de conforto informacionais, que são alimentadas pela dinâmica do sistema, por conteúdos que interessam a esses grupos, bem como são retroalimentadas pelas interações praticadas por esses próprios integrantes, a partir dos conteúdos originalmente recebidos.

O grupo tem força em sua significação, uma vez que, por meio dele, o ser humano se reconhece, valida sua própria individualidade e desenvolve aspectos psicológicos e subjetivos de sua vivência, como a autoestima:

A relação entre reconhecimento e grupo é umbilical, pois um não pode ocorrer sem o outro: a dependência de experiências de reconhecimento social esclarece por que o indivíduo isolado aspira a ser sujeito como membro em diferentes figurações do agrupamento social (DALBOSCO, 2015, p. 328).

Dessa forma, reconhecendo-se dentro do grupo, os sujeitos, dentro das bolhas virtuais, tomam partido, defendem suas causas, compartilham notícias, reproduzem dados e explicações de mundo, sem a necessidade de verificação dos fatos, em uma dogmática que dispensa a comprovação das circunstâncias de produção e disseminação dos conteúdos. Os integrantes operam sob o pressuposto da fé na mensagem do grupo.

Ao consumir repetidamente conteúdos dentro da própria bolha, o sujeito tende a acreditar que aqueles são, sempre, verdadeiros. Por acreditar na mensagem, concordar com ela e se reconhecer nela, o sujeito também vai compartilhá-la e, dessa forma, o sistema vai se mantendo operante, por meio da crença na mensagem socializada dentro desses grupos, mesmo que não seja possível provar que, nela, há base de veracidade.



Conscientizar-se sobre os filtros “invisíveis” e sobre a dinâmica de funcionamento das bolhas sociais e virtuais pode auxiliar as pessoas a ler as relações virtuais, bem como os meios onde acontecem, de forma mais crítica, capacitando-as a perceber pontos de vista enviesados que possam impedi-las de entrar em contato com algo novo ou experienciar vivências diferentes das que já estão acostumadas.

Considerações finais

Os filtros bolhas, ou algoritmos, são mecanismos capazes de compreender o comportamento dos usuários de uma plataforma, como o Twitter, o Facebook, o Instagram, o YouTube, entre outros, de forma a personalizar os conteúdos que serão oferecidos e apresentados a cada usuário. As sugestões de consumo material e ideológico são precisas e geram a sensação de satisfação e de conforto nos usuários.

As plataformas reagem às buscas realizadas pelos usuários nas redes, monitorando comportamentos, e armazenando, por meio de metadados, um grande leque de informações que é filtrado e organizado semanticamente para estabelecer parâmetros que direcionarão a apresentação de conteúdos personalizados.

Esse sistema de recomendação, que oferece um complexo de respostas, especializa-se de acordo com o uso contínuo dos seus recursos pelos seus usuários, que, por sua vez, realimentam os algoritmos da plataforma. Dessa forma, esses achados geram um efeito de reiteração, o que contribui para fortalecer crenças, gostos e opiniões pré-existentes dos usuários, mantendo-os presos à bolha.

Entretanto, é possível sair da bolha? Para Ferrari (2018), é possível, embora não seja uma tarefa fácil. Para a autora, a formação de bolhas da pós-verdade, nas últimas décadas, principalmente com a intensa criação de *blogs* e a acentuada participação em redes sociais, vêm reestruturando as experiências da vida humana, principalmente no que tange ao ritmo dessas experiências: experienciar, hoje, é algo “veloz” (FERRARI, 2018, p. 79).

Para afrontar a aceleração tecnológica frenética que torna complexa a realidade, a autora propõe uma resistência: o silêncio. Para ela, “a batalha contra *fake news*” deve ser uma “filosofia de vida”: “Checar fatos, sair das bolhas e ir contra padrões enlatados podem nos salvar” (FERRARI, 2018, p. 164).

O silêncio se faz importante na medida em que, se não há certeza sobre um fato, não se deve passá-lo adiante, o que evita que um conteúdo falso gere engajamento. O hábito de checar



os fatos deve ser uma constante no dia a dia. Além disso, a disposição de ouvir opiniões divergentes das nossas pode ser útil. Ao ouvir novas perspectivas, pode-se continuar com a opinião prévia ou modificá-la, mas o que está em jogo nesta ação é que isso confunde os algoritmos e ajudam-nos a “estourar” a bolha:

Depois de séculos de manipulação, temos a chance [com as ferramentas digitais, gratuitas e disponíveis para nós] de fazer a diferença, de enxergar através do buraco da fechadura. Temos a chance de fazer um planeta melhor (FERRARI, 2018, p. 164).

Embora a experiência nas redes seja veloz, uma leitura mais lenta e crítica de conteúdos disponíveis e recebidos nessas plataformas, bem como a prática de desacelerar os compartilhamentos diários nas redes, pode levar os filtros bolhas a disponibilizar conteúdos mais diversificados, ampliando a visão de mundo do usuário e colaborando para escolhas conscientes nas diversas áreas de experiência de vida, em que a informação é tão importante.

Referências

- AZEVEDO, F.; RUBIM, A. *Mídia e política no Brasil*. Lua Nova, 1998. p. 189-216. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/z6Y95YBtcTXdbDLgffT43ry/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BIROLI, F.; MIGUEL, L. F. Meios de comunicação, voto e conflito político no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, fevereiro 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/vV863Yf5LzSWFDTwLvCYwD/?lang=pt>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Secretaria de Ciência e Tecnologia. *História da internet*. Fundação de Apoio à Escola Técnica de Estado do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: faetec.rj.gov.br/faetecdigital/index.php/9-a-hist-da-internet. Acesso em: 20 jun. 2022.
- BRASIL. Ministério das Comunicações. *Pesquisa mostra que 82,7% dos domicílios brasileiros têm acesso à internet*, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mcom/pt-br/noticias/2021/abril/pesquisa-mostra-que-82-7-dos-domicilios-brasileiros-tem-acesso-a-internet>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- CASTELLS, M. *A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CASTRO, M. M. *Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1994.



- CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and discontent*. New York: Free Press, 1964, p. 206–261.
- COWAN, B. *Moral Majorities Across The Americas: Brazil, The United States, And The Creation Of The Religious Right*. Carolina do Norte (EUA): The University of North Carolina Press, 2021.
- DALTON, R. J.; KINGLEMANN, H. (EDS.). *Oxford handbook of political behavior*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. Tradução Arnaldo Bloch. 1. ed. São Paulo: Vestígio, 2019.
- DALBOSCO, C. A. Formas de reconhecimento e força intersubjetiva de grupo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 131, p. 325-341, abr.-jun., 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TQnVGZm5hHhBckxhGF3Y5cF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 7 jul. 2022.
- DEMENTSHUK, M.; HENRIQUES, P. *Pássaros voam em bando: a história da internet do século XVIII ao século XXI*. João Pessoa: ANID, 2019.
- DIAS, C.; GOMES, R.; COELHO, P. A capacidade adaptativa da cultura digital e sua relação com a tecnocultura. *Teclogs: Revista Digital de Tecnologias Cognitivas*, TIDD. PUC-SP, São Paulo, n. 16, p. 138-152, jul-dez. 2018.
- FELIPE, J. *Embratel, história e cultura: efeitos da política nacional de telecomunicações no desenvolvimento socioeconômico do Espírito Santo (1980 – 1989)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.
- FERRARI, P. *Como sair das bolhas*. São Paulo: Educ/Armazém da Cultura, 2018.
- FIGUEIREDO, M. *A decisão do voto: democracia e racionalidade*. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- FREITAS, V. C. *Atalhos informacionais, competência política e voto nas eleições presidenciais de 2002 em Juiz de Fora e Caxias do Sul*. In: 35º Encontro Anual ANPOCS: Anais. Caxambú: [s.n.], 2011.
- KISS, A.; SIMONOVITS, G. Identifying the bandwagon effect in two-round elections. In: *Public Choice*, v. 160, January 2013-2014, p. 327-344.
- KOZINETS, R. V. *Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online*. Porto Alegre: Penso, 2014.
- KOZINETS, R. V. On netnography: initial reflections on consumer research investigations of cyberculture. *Advances in consumer research*, v. 25, n. 1, p. 366-371, 1998. Disponível em: <https://www.acrwebsite.org/volumes/8180>. Acesso em: 20 jun. 2022.



- LICIO, E. C.; RENNÓ, L. R.; CASTRO, H. C. D. O. DE. Bolsa Família e voto na eleição presidencial de 2006: em busca do elo perdido. *Opinião pública*, v. 15, 2009, p. 31-54.
- LÉVY, P. *Cibercultura*. 2. São Paulo: Editora 34, 1999.
- MAGRANI, E. *Democracia conectada: a internet como ferramenta de engajamento político-democrático*. Curitiba: Juruá, 2014.
- MCALLISTER, I.; STUDLAR, D. T. Bandwagon, underdog, or projection? Opinion polls and electoral choice in Britain, 1979-1987. *The journal of politics*, v. 53, n. 3, 1991, p. 720.
- MUTZ, D. C. *Impersonal influence: how perceptions of mass collectives affect political attitudes*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- OLIVEIRA, M. Primórdios da rede. A história dos primeiros momentos da internet no Brasil. Revista *Pesquisa Fapesp*, 2011. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/prim%C3%B3rdios-da-rede/>. Acesso em: 07 dez. 2021.
- OLIVEIRA NETO, P. *Marketing pessoal: o posicionamento pessoal através do marketing*. Fortaleza, 1999.
- PAOLUCCI, I.; FORTES, L.; FERREIRA, R. *A bolha da sociedade contemporânea*. Universidade Federal de São João del-Rei, 2019. Disponível em: <http://jornalismo.ufsj.edu.br/site/webjornalismo/artigo-a-bolha-da-sociedade-contemporanea/>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- RECUERO, R. *Comunidades Virtuais – Uma abordagem Teórica*. Trabalho apresentado no V Seminário Internacional de Comunicação da PUC/RS, no GT de Comunicação e Tecnologia das Mídias, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/recuero-raquel-comunidades-virtuais.html#tex2html1>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- SILVA, T.; STABILE, M. *Monitoramento e pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações*. São Paulo: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados (IBPAD), 2016. Disponível em: <https://www.ibpad.com.br/wp-content/uploads/2016/12/Monitoramento-e-pesquisa-em-midias-sociais.pdf/>. Acesso em: 7 dez. 2021.
- SUAIDEN, E.; CEZAR, K. O impacto da sociedade da informação no processo de desenvolvimento. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa (PB), v. 27, n. 3, p. 19-29, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/95637>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- SUDBRACK, S. *Desordens informativas e bolhas ideológicas na campanha eleitoral 2018: os impactos do uso do Facebook no comportamento eleitoral*. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/207752/001113045.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 jun. 2022.
- TAVARAYAMA, R.; SILVA, R.; MARTINS, J. A sociedade da informação: possibilidades e desafios. *Nucleus*, v. 9, n.1, abril 2012.



Rudnitzki, E.; OLIVEIRA, R. Como o Facebook está patenteando as suas emoções. *Instituto Humanitas UNISINOS*, 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias/78-noticias/590786-como-o-facebook-esta-patenteando-as-suas-emocoes>. Acesso em: 07 jul. 2022.

Dados da autora

Mestra e doutoranda em Ciência da Religião pela PUC-SP.

Recebido em 25/07/2022

Aprovado em 01/08/2022



LIBERDADE PARA QUEM? OS 200 ANOS DA “INDEPENDÊNCIA” DO BRASIL E A RELIGIÃO

FÁBIO L. STERN

Resumo: Este artigo analítico debate a questão da liberdade da população mais pobre do Brasil. Na primeira seção, são apresentados os diferentes arranjos políticos que foram feitos entre Portugal, Brasil e igreja católica para justificar a escravidão dos africanos. É mencionado como até o último momento tais arranjos foram mantidos, com reparação financeira após a abolição aos escravizadores ao invés dos escravizados. Na seção final, o conceito de imperialismo é discutido, com posterior questionamento se há algo a ser comemorado nesses 200 anos da “independência do Brasil”, visto a manutenção das estruturas sociais que continuam, desde a escravidão, a aprisionar a população mais pobre deste país.

Palavras-chave: Imperialismo, Igreja Católica, Escravidão, Lênin.

Abstract: This analytical article discusses the question of freedom for the poorest population in Brazil. In the first section, we present the different political arrangements made between Portugal, Brazil, and the Catholic Church to justify the enslavement of Africans. Such arrangements lasted even after the abolition, with financial reparation to the enslavers instead of the enslaved. In the last section, we apply the concept of imperialism to Brazil. Subsequently, we question whether there is anything to be celebrated on the bicentennial of the supposed “Brazilian independence,” given the maintenance of social structures that continue, since slavery, to imprison the poorest in this country.

Keywords: Imperialism, Catholic Church, Slavery, Lenin.

Introdução

Todo brasileiro que teve acesso à educação nos últimos cem anos ouviu na escola que em 7 de setembro de 1822 Pedro I, após receber uma carta de Maria Leopoldina aconselhando-o a



liberar o Brasil de Portugal, não conseguiu esperar chegar ao centro de São Paulo e declarou a independência onde estava, às margens do rio Ipiranga. Nosso imaginário escolar foi coroado por passagens heroicas similares, como a da “benevolência” de Isabel, que assinou, com uma “caneta de ouro”, a Lei Áurea que extinguiu a escravidão no Brasil, ou ainda a de como o bispo conde de São Agostinho declarou que a abolição da escravidão seria um presente ao papa. Ao brasileiro médio, a impressão que fica é de que a família real e a igreja católica foram maravilhosas com o povo brasileiro, nos presenteando tanto com nossa independência quanto com o fim da escravidão. Ou ainda, como costumava apresentar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro até meados da ditadura militar-empresarial (BRITO, 2020), que Portugal trouxe civilização a nossas terras, tanto no âmbito socioeconômico quanto espiritual.

Essa forma de doutrinar o imaginário popular desde a infância pelas aulas de história, romances e pelas novelas de época manteve certo fetiche à família imperial, convenientemente escondendo uma série de coisas que ela fez contra a população. Oculta, por exemplo, que a Lei 3.353, de 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1889, p. 1), assinada por Isabel, possui míseros dois artigos que, juntos, totalizam duas linhas e meia. Tal lei foi elaborada às pressas para garantir que nenhum tipo de reparação fosse dado aos escravizados ante a inevitável abolição, como resposta imperial ao movimento abolicionista que queria seguir os passos das outras nações que haviam acabado com a escravidão e garantido a reforma agrária. Poucos anos antes da Lei Áurea, Pedro II lavrou a Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850, que declarava em seu primeiro artigo que “ficam proibidas [sic] as aquisições [sic] de terras devolutas [propriedade privada] por outro título [sic] que não seja o de compra” (BRASIL, 1850a, p. 307). Ao simplesmente despejar a população preta das fazendas, único lar que conhecia, sem ter qualquer tipo de perspectiva de trabalho ou ganho e assegurar por lei que somente por compra (capital) um cidadão brasileiro poderia ter acesso à terra, a família imperial foi responsável pelo surgimento das favelas no Brasil e pela manutenção dos grandes latifúndios. Os pretos não apenas foram despojados sem qualquer reparação como tiveram seus postos de trabalho substituídos por trabalhadores brancos europeus “remunerados”, advindos dos movimentos migratórios que se seguiriam.

Também esconde que o Brasil foi o maior país escravocrata do mundo, responsável por receber 45% dos mais de 12 milhões de africanos que foram traficados às Américas em 400 anos, e que isso foi feito por um tripé de colaboração entre Portugal, Brasil e a igreja católica. Do papel da igreja, essa história pautada em heróis esconde que o clero legitimou, através do padroado, o processo escravocrata negando humanidade aos africanos. Ao contrário da imagem construída de um bispo regozijado por deixar o papa feliz pelo fim da escravidão, a igreja católica justificou



a escravidão transatlântica ao dizer que os africanos eram “coisas sem alma” ao invés de pessoas, o que, inclusive, foi utilizado para ratificar a negação do direito ao nome africano e a consequente perda de identidade de seus descendentes no Brasil (OAB/RJ, 2005).

Apesar dessas omissões, ainda assim a versão imperialista de nossa história deixa escapar duas contradições lógicas: não haveria necessidade de independência se nunca tivéssemos sido invadidos e saqueados pela Europa, e não haveria necessidade de libertar um povo se nunca os tivéssemos escravizado em primeiro lugar. Na primeira seção deste artigo analítico, apresento os diferentes arranjos políticos que foram feitos entre Portugal, Brasil e Igreja Católica para justificar a escravidão e como, até o último momento da abolição, eles foram mantidos. Na seção final, o conceito leninista de imperialismo é aplicado ao cenário brasileiro, para posteriormente discutirmos como muito das estruturas advindas desde o período imperial ainda se mantêm presentes.

1. Escravidão no Brasil

Embora a independência política do Brasil seja celebrada em 7 de setembro, quando pensamos na definição da palavra “independência”, não tem como não questionarmos se, em sentido amplo, o Brasil é de fato independente e, em sentido estrito, para quem essa independência foi aplicada. Nosso país foi o último a abolir a escravidão nas Américas, e continua a ter suas instituições eivadas de práticas racistas, naquilo que foi chamado posteriormente de “racismo institucional” (TURE; HAMILTON, 2021 [1967]). Pensar o racismo apenas em nível micro-social, ou seja, o nível das relações interpessoais, apaga o verdadeiro potencial do racismo enquanto prática cultural infiltrada nas próprias instituições brasileiras, gerando políticas públicas que mantêm uma parcela da população eternamente em condições deficitárias.

Ainda que a hierarquia racial brasileira seja invisível a uma parcela considerável da população (em especial os brancos), seus efeitos são muito visíveis e materiais. “O mesmo esquema possibilita que o branco se oponha ao negro como superior [...]. Até as supostas virtudes do negro [no imaginário popular brasileiro] são ambíguas, posto que o animalizam com a força física e o apetite sexual” (SOUZA, 2019, p. 23). A construção da cultura brasileira é profundamente eivada de tais discriminações. “É desse modo que a escravidão e o ódio ao escravo, agora atualizado como ódio ao pobre, continua no âmago do nosso cotidiano” (SOUZA, 2019, p. 252).

A cultura é uma forte fonte de identidade que, quando aplicada a uma nação ou Estado, gera uma oposição belicosa entre “nós” e “eles” que fomenta a xenofobia e busca por “retornos” à cultura original, que aparecem no apelo à tradição. E no mundo colonial, tais “retornos” tendem a gerar vários tipos de fundamentalismos, não apenas nacionalistas, mas também religiosos.



Said (2011) descreve como os imperialistas sempre olharam para nós, não ocidentais, com curiosidade e inferioridade. E se lhes somos “inferiores”, estão devemos estar abertos à intervenção dos “civilizados”. O sistema colonial impôs jornais, modelo de comércio, leis, arte, sistema político e até mesmo a sua religião sobre os colonizados. Não por acaso, qualquer manifestação que surge da subalternidade, como as religiões indígenas ou de matriz africana, é amplamente demonizada. Os mesmos cristãos que apoiam abertamente o fascismo de Bolsonaro¹ não veem qualquer tipo de contradição em seguir à risca os ensinamentos de Olavo de Carvalho, personalidade esotérica que viveu em grande parte da vida em comunidades alternativas de Nova Era. Se de um lado tais evangélicos e católicos conservadores não achavam errado chamar um astrólogo de “professor”, por outro pregam como o maior dos absurdos que um crente tenha um vizinho “macumbeiro”. Tal postura fomentou o movimento do narcopentecostalismo no Rio de Janeiro, em que pessoas de santo passaram a ser expulsas das comunidades em que viviam há décadas por traficantes que agora se dizem crentes (cf. PINHEIRO, 2021; SOARES, 2015; TRIGUEIRO, 2020), emulando mais uma vez a lei de terras de 1850, que proibia aos africanos o direito básico ao lar. Do ponto de vista econômico, os conglomerados evangélicos que conseguem estabelecer monopólio nas comunidades fazendo todo tipo de conchavo com o narcotráfico asseguram ainda mais acúmulo de capital e influência política a custa de uma população deveras marginalizada. Já para o cientista da religião, chama a atenção que ser miliciano ou estar envolvido em crimes não parece ser um problema moral ao crente brasileiro. O problema é sua vizinha fazer um ebó para Oxalá dentro da propriedade privada dela. Desvela-se, assim, a hipocrisia do discurso pró-direita do pentecostalismo brasileiro, visto a defesa da propriedade privada ser um valor inalienável do capitalismo.

Também se destaca que não vemos evangélicos no Brasil invadido bancas de jornal ou cinemas para destruir os quadrinhos e filmes da Marvel com o deus pagão Thor, mas são corriqueiros os registros de levantes evangélicos contra templos, imagens e monumentos das religiões afro-brasileiras (cf. A CIDADE ON, 2022; CORREIO, 2022; G1, 2022). Isso demonstra que

.....
¹ Utilizo-me da própria definição de Mussolini (1933) do que é fascismo para reconhecer que Bolsonaro é fascista: (1) oposição radical ao socialismo, (2) defesa de que a democracia é falha e insegura, (3) defesa da direita como única via política válida, (4) ultranacionalismo, (5) mistura de Estado com valores espirituais, na qual Deus está acima de tudo e o Estado acima de todos, e (6) supervalorização dos agentes de ordem. Todas as seis características do fascismo de Mussolini são observadas também em Bolsonaro, quem vive imputando o medo do “fantasma vermelho” do comunismo na sociedade, adota corriqueiramente posturas antidemocráticas, coloca sempre que pode em xeque a credibilidade de nosso sistema eleitoral, vive em conchavo com o que existe de pior no fundamentalismo religioso evangélico – a começar por sua própria esposa –, adotou “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos” como *slogan* de campanha eleitoral, e exalta as forças armadas do Brasil, tentando cooptá-las a um golpe de Estado.



a intolerância não se dá apenas como disputa espiritual. O loiro e nórdico Thor e o esoterismo da Nova Era, oriundos da Europa, parecem entrar em muito menor tensão com a religião colonialista do que as espiritualidades identificadas com a África. Deste modo, essa ultrarresistência evangélica está profundamente enraizada no antigo ódio ao escravo. Classificar o fenômeno meramente como “intolerância religiosa” é insuficiente para explicá-lo. Estamos diante também de racismo.

Que [estadunidenses] e europeus se deixem colonizar por esse tipo de concepção de mundo que os dignifica é lamentável, mas compreensível. Afinal, conseguem vantagens bem concretas a partir desse fato. Que os latino-americanos em geral e os brasileiros em particular também tenham se deixado e ainda se deixem, até os dias de hoje, colonizar por uma concepção racista e arbitrária que os inferioriza e lhes retira a autoconfiança e a autoestima não é apenas lamentável. É uma catástrofe social de grandes proporções (SOUZA, 2019, p. 24).

Portugal e Brasil fizeram tudo o que puderam para evitar o fim da escravidão. A lógica colonial imposta era de se garantir à metrópole explorar o máximo de recursos com a mão de obra mais barata possível. A escravidão, portanto, sempre foi a primeira escolha de Portugal, destruindo o mito de “colonização branda” que até hoje perdura no imaginário português (HENRIQUES, 2016). A transição da escravidão indígena para a africana ocorreu, dentre outros, por motivos comerciais: o tráfico transatlântico se transformou na principal economia de Portugal, atendendo a demandas não apenas da colônia brasileira, mas de outros locais. Nesse sentido, virou a principal fonte de acúmulo de capital de Portugal, seja na exploração do trabalho escravo dos africanos tanto quanto no próprio comércio deles enquanto mercadoria (PEREIRA, 2018).

A ação jesuíta do Brasil colonial ficou famosa pela sua narrativa de ter defendido o fim da escravidão indígena. Entretanto, os jesuítas foram omissos com os africanos. Segundo Bueno (1997), os jesuítas agiam em conjunto aos interesses de Portugal. Pelo padroado real, acordo estabelecido por uma série de bulas papais entre a coroa portuguesa e a igreja católica (ALEXANDRE VI, 1493; LEÃO X, 1514; PAULO III, 1538), o rei português deveria ter como única religião oficial o catolicismo, sustentar o clero em seu território e enviar missionários às terras descobertas por Portugal. Em contrapartida, a igreja não deveria interferir nos assuntos de Estado, deixando a arrecadação do dízimo para a coroa e permitindo ao rei a indicação de bispos e outros membros do clero. Assim, a catequese e o colonialismo eram aliados, sendo o padroado a expressão religiosa do colonialismo (LIMA, 2014). A defesa jesuíta pela não escravização dos nativos, nessa óptica, é uma narrativa construída para legitimar a transição da



escravidão vermelha para a escravidão preta, ao mesmo tempo em que permitiu a fortificação da ideologia católica de se ver como uma instituição “justa”.

A respeito da justificativa do tráfico, conforme explica Pereira (2018), a igreja católica apresentava um discurso de promessa de “salvação” das almas dos africanos que, uma vez escravizados, seriam “civilizados” e convertidos à “verdadeira” religião. Isso também é corroborado por Azzi (2008), quem diz que o tráfico de pessoas promovido por Portugal foi entendido pela igreja como uma possibilidade de conversão da África ao cristianismo. Segundo Pereira (2018), os pretos capturados eram batizados à força ainda em território africano e recebiam os primeiros rudimentos da catequese durante a travessia transatlântica. Isso significa que representantes da igreja estiveram nos navios do tráfico, visando à consolidação daquela promessa de “salvação” africana. Na prática, porém, o que acontecia era a comodificação dos pretos, que eram tratados meramente como objetos desprovidos de quaisquer direitos – inclusive do direito ao próprio nome africano, que era abandonado à força após o batismo. Uma vez em território brasileiro, eles então eram abusados fisicamente e emocionalmente, quase sempre até a morte. A igreja no Brasil não se ocupou de desenvolver um plano real de “salvação” para essas pessoas, tanto que Lima (2014, p. 55) descreve que mesmo missas pelos escravos falecidos eram incomuns no Brasil do século XVIII.

Em uma análise material das estruturas envolvidas no período, o discurso jesuíta parece retórica para se justificar a nova atividade econômica central de Portugal, o tráfico internacional de pessoas. E essas novas interpretações sobre o papel do catolicismo na escravidão “levantam desafios para a história da Igreja e, em particular, para os institutos teológicos” (BRITO, 2020, p. 71), que não são acostumados a assumir que o padroado era um conchavo entre a coroa e a Santa Sé para manter o poder católico frente a uma Europa que via crescer o protestantismo e cada vez mais questionava o acúmulo obscuro de capital da igreja na Idade Média. Conforme comenta Pereira (2018), ainda que existissem religiosos preocupados com os escravos no Brasil (p. ex., Pedro Dias, João da Cruz, Antônio do Desterro etc.), eles eram vozes irrelevantes frente à superestrutura do padroado.

O padroado e a economia colonial quase inteiramente pautada no tráfico corroboraram para que o Brasil fosse o último país das Américas a abolir a escravidão. Isso só viria a ocorrer por pressão de outra potência imperialista, a Inglaterra, que havia se industrializado e queria ampliar seu mercado de consumidores. Isso levou os britânicos a condenar a escravidão e a se declararem a “polícia do mundo” no século XIX – no mesmo espírito dos Estados Unidos de hoje. Através do *Slave Trade Suppression Act*, a Inglaterra deu poder à sua Marinha para invadir

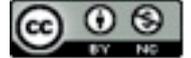


as águas territoriais brasileiras sob a égide de suprimir o tráfico transatlântico (UK, 1845, Art. 4), autorizando-a a abordar navios brasileiros como se fossem navios piratas (UK, 1845, Art. 3), julgar seus comandantes (UK, 1845, Art. 5), verificando se havia africanos a bordo e, caso fossem encontrados, libertá-los destruindo completamente a nau brasileira (UK, 1845, Art. 6). Na prática, isso fazia com que os africanos fossem simplesmente jogados ao mar.

Ao invés de acabar com o tráfico de escravos, porém, o *Slave Trade Suppression Act* aumentou em quase 70 vezes o número de africanos entrando no Brasil entre 1845 e 1850, pois os latifundiários tentaram garantir o máximo de mão de obra escrava antes de serem pegos pela Marinha Vitoriana. A resposta inglesa veio através da ameaça de bloqueio naval dos portos brasileiros. Somente após isso o então imperador Pedro I apresentou a Lei nº 581 ao Parlamento, aprovada em 4 de setembro de 1850 (BRASIL, 1850b), que não somente proibia o tráfico como também transferia a jurisdição dos crimes ao governo imperial. Uma lei prévia, de 7 de novembro de 1831, já condenava o tráfico transatlântico a uma multa de 200\$000 réis por escravo traficado (BRASIL, 1831, Art. 2). Em média, um navio sequestrava de 300 a 500 pessoas por viagem. Logo, uma única travessia transatlântica corresponderia a uma multa de 60 a 100 contos de réis (de 15 a 25 milhões de reais em valores atuais). Esta lei, entretanto, nunca foi aplicada pelo judiciário brasileiro, quase inteiramente escravocrata, ganhando a alcunha de “lei para inglês ver”. É por esse motivo que a jurisdição foi transferida dos juízes locais ao próprio governo imperial.

A Lei 581/1850 gerou uma série de protestos dos latifundiários. Vislumbrando uma possível emancipação futura de todos os escravos, os conservadores bancaram a Lei 601, de 18 de setembro de 1850, que declarava que somente por compra haveria o direito a adquirir títulos de terra (BRASIL, 1850a, p. 307). A lei de terras, assinada por Pedro II, tentava apaziguar a insatisfação da elite latifundiária, que era a única detentora de capital possível para a aquisição de terras conforme previa a lei, tornando-a detentora monopolista da propriedade privada brasileira. Além disso, como o judiciário se sentiu desautorizado pelo imperador, muitos juízes locais também tentaram ignorar a Lei 518/1850 assim como tinham ignorado a Lei de 7 de novembro de 1831, não repassando os casos de tráfico ao governo imperial. Com isso, em 1854 foram lavrados os Decretos n. 1.375, 1.506 e 1.507, injetando 110 contos de réis (cerca de 27 milhões de reais em valores atuais) no combate ao tráfico transatlântico e sancionando as autoridades que acobertassem os traficantes (BRASIL, 1854, pp. 156, 422-423).

Embora “o clero brasileiro nada [tenha feito] pela sorte dos cativos que sofriam com os males do regime escravista [até então –] ao contrário, apoiaram e usufruíram dele até o seu fim” (PEREIRA, 2011, p. 44), o abolicionista Joaquim Nabuco percebeu que para mudar a opinião



pública a respeito da escravidão, a igreja católica precisaria embarcar também na campanha abolicionista. O problema é que o catolicismo no Brasil imperial era fragmentado, possuía escravos, e tinha grupos mais favoráveis ao abolicionismo e outros que queriam manter o *status quo* de privilégios do clero.

Tem-se, por exemplo, um catolicismo mais popular ligado às irmandades, muitas inclusive destinadas aos homens de cor, que defendia uma abolição mais rápida e possuía meios próprios de propor o seu projeto abolicionista, além de não seguir as determinações romanas. Já a elite eclesiástica [...] esteve ligada às determinações de Roma e não estava disposta a perder o seu lugar privilegiado na sociedade brasileira [...] e advogou por um projeto emancipacionista próprio, por meio de discursos, cartas pastorais ou da imprensa católica, em que defendiam uma abolição gradual, mantenedora da ordem e das relações de dependência (PEREIRA, 2011, pp. 17-18).

Após a Guerra do Paraguai (1864-1870), como muitos pretos lutaram durante os conflitos e, inclusive, voltaram condecorados para casa, a opinião pública começou a pender pela abolição. Além disso, a imagem internacional do Brasil estava cada vez mais maculada. Com o mundo europeu caminhando ao capitalismo, havia uma demanda por mais trabalhadores assalariados que pudessem consumir os produtos das indústrias. Assim, as elites brasileiras agiram ativamente para garantir reparação aos senhores de escravo. A própria substituição pela mão de obra imigrante pode ser considerada um sistema transitório da escravidão ao trabalho livre, visto que os europeus que vinham ao Brasil para fugir das mazelas das guerras napoleônicas assinavam contratos que os colocavam em situação análoga à escravidão por dívidas com os latifundiários, não os possibilitando jamais sair de suas terras (GONÇALVES, 2017).

Embora a abolição fosse uma pauta política típica do Partido Liberal, foi o Partido Conservador, percebendo que a escravidão começava a se transformar em um problema ao comércio exterior brasileiro, que propôs a Lei 2040, aprovada em 28 de setembro de 1871, que decretava que os filhos de mulheres escravas nasceriam livres. Os escravocratas deveriam cuidar das crianças pretas até os oito anos de idade, quando poderiam optar por entregá-los ao Estado em troca de uma indenização de 600\$000 réis (cerca de 145.800 reais em valores atuais) (BRASIL, 1871, p. 147, Art. 1), ou então deixá-los como escravos até os 21 anos, quando deveriam, então, ser impreterivelmente libertos, mas sem indenização ao escravocrata (BRASIL, 1871, p. 147, Art. 2).

Com a posterior libertação dos pretos pelos governos do Ceará e da Amazônia, houve nova pressão no império por uma abolição nacional. A pedido de Pedro II, o senador baiano Sousa



Dantas propôs um Projeto de Lei (PL) que, dentre outras coisas, previa a reforma agrária, a alforria automática de escravos com mais de 60 anos e a revisão dos registros de todos os pretos no período máximo de um ano. Desconfiava-se que muitos contemplados pelas Leis 581/1850 e 2040/1871 estavam sendo escondidos dos números oficiais pelos latifundiários. Assim, além de permitir acesso imediato à terra aos africanos mais velhos, o PL de Souza Dantas desejava libertar outros escravos que já deveriam estar livres (aqueles traficados após 1850 e os nascidos de mães escravas após 1871). Por fim, o PL delimitava como data limite para a alforria de todos os pretos o último dia de 1889, sem qualquer tipo de indenização aos escravocratas.

É evidente que os latifundiários e a própria igreja católica, detentora de terras e escravos, não ficaram nada satisfeitos. Assim, o PL ficou por mais de um ano tramitando no Parlamento. Souza Dantas sofreu uma moção de censura da oposição, sendo destituído de seu cargo. Essa moção foi uma das mais violentas do império, levando à dissolução da própria Assembleia Legislativa e a convocação de novas eleições, nas quais os escravocratas financiaram uma nova maioria legislativa. O PL foi, então, reencaminhado para a relatoria do barão de Cotegipe, uma das lideranças mais conservadoras, quem propôs tantas emendas que a Lei 3.270, aprovada em 28 de setembro de 1885, excluiu totalmente a reforma agrária, apenas mantendo a alforria aos escravos com mais de 65 anos (ao invés dos 60 previstos originalmente), mediante ao pagamento de uma indenização que poderia chegar a até 117\$000 réis (cerca de 28.400 reais em valores atuais) por escravo liberto (BRASIL, 1885, pp. 14-17). Aos alforriados, nenhum tipo de reparação ou política pública foi prevista.

Em 1887, o senador Souza Dantas, reeleito, apresentou um novo PL visando à abolição da escravidão e a reforma agrária, sugerindo que os libertos recebessem as terras ao longo das ferrovias como reparação, ficando o Estado brasileiro obrigado a estabelecer suas colônias agrícolas. Em paralelo, Joaquim Nabuco, agora como deputado, viajou em 1888 para Roma para conseguir uma carta do próprio papa Leão XIII pela abolição (PEREIRA, 2011, p. 45). Como a princesa regente Isabel era uma católica fervorosa, Nabuco esperava que um pronunciamento do sumo pontífice a levasse a dar suporte ao novo PL.

Em 5 de maio de 1888, Leão XIII publicou a encíclica *In plurimis*, dirigindo-se especificamente aos bispos do Brasil para declarar o apoio da Santa Sé à abolição e superexaltar o papel da igreja em sempre se opor à escravidão (LEÃO XIII, 1888). Embora o papel da igreja católica à libertação dos pretos tenha sido, no mínimo, inflacionado pelo papa, o plano de Nabuco deu certo. Isabel não quis ir contra o sumo pontífice, e desesperou-se para aprovar o PL de Souza Dantas com urgência. A elite latifundiária escravocrata, no entanto, convenceu a princesa



regente a assinar outro PL ao invés do de Souza Dantas, que excluía novamente a reforma agrária. A Lei nº 3.353, de 18 de maio de 1888, foi redigida às pressas, apenas declarando que a escravidão havia acabado no Brasil (BRASIL, 1889, p. 1), sem prever o que fazer com os libertos nem estipular qual seria a punição a quem desrespeitasse a lei.

Em 1889, Isabel discutiu em segredo possíveis políticas de reparação aos pretos. Previa, em especial, uma indenização advinda de fundos do banco do visconde de Santa Vitória. Na carta, a princesa chegava a assumir que se caso seus planos fossem descobertos pelos escravocratas, isso colocaria em risco o próprio império: “[Que] Deus nos proteja dos escravocratas e [que] os militares [não] saibam deste nosso negócio, pois seria o fim do atual governo e mesmo do Império e da Casa de Bragança no Brasil” (BRAGANÇA, 1889). Ela estava certa. O projeto de Isabel, que começaria a pagar as indenizações a partir de 20 de novembro, foi descoberto. Como tal, cinco dias antes, em 15 de novembro, um golpe de estado envolvendo os militares e os ruralistas destituiu a família real. Os pretos foram jogados a própria sorte, o que deu origem às favelas. E nossa República, fundada por golpistas escravocratas, deixou claro desde a sua gênese que qualquer política pública que vise à distribuição de renda, mesmo que mínima, sempre será considerada um absurdo por nossa elite (cf. SOUZA, 2019).

2. Discussão

Para analisarmos se o Brasil possui autonomia e soberania frente a outros países, precisamos entender dois conceitos-chave da ciência política: *imperialismo* e *colonialismo*. Para tanto, adoto Lênin² como referencial teórico, visto ser considerado um clássico sobre o tema. O conceito leninista de *colonialismo* é mais amplo do que simplesmente ver uma sociedade “colonizando” outra. Aqui, entende-se colonialidade como um processo de fatiamento do mundo por potências em busca de novos mercados e para assegurarem matérias-primas e mão de obra precarizada.

Fontes (2008, p. 88) explica que “o imperialismo é apresentado por Lenin [sic] como uma efetiva revolução capitalista”. Isso pode gerar dúvidas ao brasileiro educado naquele modelo de aulas de história acrítica descritas na introdução do presente artigo. O capitalismo, como o conhecemos hoje, só se efetivaria após a Revolução Francesa e a Revolução dos Estados Unidos, ambas do fim do século XVIII. Portanto, se as Américas estavam sendo exploradas desde a virada

.....
² Conforme explica Roiz e Fonseca (2008, pp. 130-131), após a queda do muro de Berlim, o capitalismo fabricou nas massas uma noção de que continuar utilizando conceitos clássicos da esquerda é uma forma de atraso. Evidentemente discordo disso, considerando que Lênin continua atual para entender o cenário das desigualdades de classe. Vide que esse tipo de acusação não é feita a outros autores do mesmo período que também falaram de economia, como Weber, por exemplo, demonstrando que a crítica é, antes de tudo, fruto da ideologia do liberalismo e do neoliberalismo que nega as teorias de esquerda de antemão.



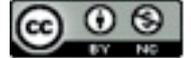
do século XV ao XVI pelos europeus – com a chegada dos “heróis” Pedro Álvares Cabral ao Brasil em 1500 e Cristóvão Colombo no Caribe em 1492 –, não seria anacrônico pensar em capitalismo e imperialismo tão cedo na história do país?

A transição econômica ao capitalismo se deu, dentre vários fatores, pelo crescimento do sistema mercantilista do século XV, o que levou a burguesia europeia a obter cada vez mais poder econômico. O mercantilismo, com suas políticas protecionistas e grande intervenção estatal em prol das elites mercantis, viu na colonização uma forma precoce de estabelecimento de comércio monopolizado pelas metrópoles. Tal monopólio foi inicialmente imposto pelo Estado, gerando críticas dos excluídos. A virada do mercantilismo ao capitalismo viria na forma de um discurso de que agora o livre comércio, sem maiores interferências estatais, deveria dar a tônica do novo sistema econômico. Isso nunca aconteceu, e o capitalismo, na contramão do discurso pela livre concorrência, levou ao acúmulo cada vez maior de capital e ao estabelecimento de monopólios que compram o Estado e engolem os pequenos burgueses. É essa etapa superior do capitalismo o que Lênin (2011 [1917]) chama de imperialismo. Como o acúmulo de capital é o objetivo central do capitalismo, o imperialismo não se trata, portanto, de uma escolha. Ele é, inevitavelmente, uma questão de tempo nesse sistema.

Já no primeiro capítulo de sua obra, Lênin (2011, p. 123) conclui que se há menos de duas dúzias de empresas por filão de mercado, acontece um processo de “cartelização” que leva ao truste e a concentração de 70% a 80% de toda produção de um ramo da indústria. “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, as trocas, os prazos de pagamento, etc. Repartem os mercados entre si. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Repartem os lucros entre as diversas empresas etc.” (LÊNIN, 2011, p. 127). Assim, o discurso liberal de que a livre concorrência é uma “lei natural” do capitalismo se apresenta como falsa quando observamos a materialidade. Independentemente de países terem leis que estimulam abertamente o surgimento de monopólios (p. ex. protecionismo) ou adotarem legislações de mercado aberto que, em teoria, dificultá-los-ia, em todos os países do centro do capitalismo os monopólios se desenvolveram, levando Lênin a concluir que o seu aparecimento é uma lei fundamental do próprio sistema capitalista.

Fontes (2008) caracteriza o imperialismo por três pontos: (1) o surgimento de monopólios intimamente ligados ao próprio Estado; (2) a partilha do mundo³ entre os capitalistas através da

.....
³ Tal partilha não ocorre sem suas tensões. Um exemplo é apresentado pelo próprio Lênin ao analisar as Grandes Guerras do início do século XX, classificadas por ele como guerras interimperialistas. Contudo, conflitos menores, como as crises atuais entre Rússia e Ucrânia/EUA ou entre China e Taiwan/EUA, também podem ser vistos como exemplos de guerras interimperialistas.



colonização (poder político e militar direto) ou semicolonização (países formalmente independentes, mas cujos países imperialistas controlam indiretamente pelas malhas da dependência financeira e diplomática); e (3) a divisão dos trabalhadores pela pacificação de uma camada superior de trabalhadores, criando uma “aristocracia proletária” (classe média) inclinada a apoiar a expansão dos capitais e dessolidarizar os trabalhadores entre si. Em outras palavras, “capitalistas e segmentos de trabalhadores se tornariam cúmplices na extração de sobretrabalho dos países colonizados” (FONTES, 2008, p. 92).

Baseado em Kestrier, Lênin listava, já em 1917, os oito processos pelos quais os monopolistas forçam os empresários que não fazem parte dos cartéis a lhes aderirem, seja por subordinação, seja por outros meios mais drásticos, como a falência: (1) privação de matérias primas; (2) privação de mão de obra por alianças com os trabalhadores para que só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas; (3) privação dos meios de transporte; (4) fechamento de mercados; (5) acordos com os compradores para que eles só mantenham relações comerciais com o cartel; (6) diminuição sistemática dos preços para falir os que não são parte do cartel; (7) privação de crédito; e (8) boicote. Tal lista ainda se apresenta de tal modo acurada que todos os processos acima, sem exceção, estão sendo aplicados contra a Rússia pela OTAN pela crise com a Ucrânia e contra Cuba pelos Estados Unidos por sua revolução. Em ambos os casos, muito além de uma questão humanitária ou retaliações por crimes de guerra, o que está em jogo é garantir o monopólio dos Estados Unidos e do eixo capitalista. Se, de fato, a Europa estivesse preocupada com a questão humanitária, os Estados Unidos e Israel já teriam sido há muito punidos por crimes ainda maiores contra a humanidade.

Conforme Fontes (2008) corretamente classifica, desde seu surgimento enquanto nação os Estados Unidos promovem terrorismo em todo o mundo visando sua expansão capitalista e assegurar monopólios sobre matérias-primas, em especial o petróleo e os minérios. Entretanto, como os alvos de suas investidas geralmente são a periferia do mundo, tais baixas são perdas pelas quais a Europa está disposta a “tolerar”. Em outras palavras, tratam-se de vidas descartáveis, pessoas de cor, de segundo escalão aos olhos europeus, mortes justificadas para se manter a estrutura imperialista atual.

Para Lênin, o capitalismo só se transformou efetivamente em imperialismo após a crise de 1900. Já existiam monopólios antes, mas Lênin (2011, p. 126) considerava que “eles ainda constitu[ia]m apenas uma exceção. Carec[iam] ainda de estabilidade, representando ainda um fenômeno transitório”. Mas como o Brasil era uma colônia, o monopólio sempre esteve muito bem estabelecido desde o início de nossa exploração. As relações comerciais



entre brasileiros e Portugal eram de total dependência econômica do Brasil. Por isso, vivemos muitas das práticas que posteriormente seriam classificadas como imperialismo desde muito antes disso ter virado algo comum nos países do centro do capitalismo. Não como fenômeno transitório, mas como regra.

Se houve momentos de transição e exceção na política econômica brasileira, foram os momentos que vivemos algum grau de soberania nacional. A “independência” de 1822 apenas mudou nossa dependência econômica de Portugal para a Inglaterra, mantendo, ao mesmo tempo, a família real portuguesa à frente do Executivo. De um lado, para reconhecer nossa independência, Portugal exigiu o pagamento de uma indenização de 2 milhões de libras esterlinas (130,5 milhões de libras esterlinas em valores atuais⁴), dinheiro que o Brasil pegou emprestado da Inglaterra e que Portugal usou para pagar sua dívida pública com o mesmo país. Em outras palavras, foi uma forma da coroa portuguesa transferir sua dívida para o então recém-criado império do Brasil mantendo como o novo imperador do Brasil Pedro I, filho do então rei de Portugal, João VI. O próprio *Tratado do Rio de Janeiro de 1825*, que lavra a independência do Brasil, atesta, em seu Art. 1º, o seguinte:

Sua Majestade Fidelíssima [de Portugal] reconhece o Brasil na categoria de Império independente, e separado dos reinos de Portugal e Algarves; e a seu sobre todos muito amado, e prezado *filho* dom Pedro por imperador, cedendo, e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito Império ao *mesmo seu filho, e a seus legítimos sucessores* (BRASIL, 1825, p. 44, grifo meu).

O Art. 3º deixa ainda mais explícita a agenda portuguesa, já que exige o compromisso do Brasil de “não aceitar proposição de quaisquer Colônias [sic] Portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil” (BRASIL, 1825, p. 44). Em outras palavras, Pedro I assumir o recém-criado império do Brasil seria uma forma de manter a administração dos dois territórios em família e evitar que o movimento independentista fosse ampliado para outras colônias.

Todos os privilégios e desigualdades de classe foram mantidos no império do Brasil. A família real portuguesa continuou sendo bancada pela sociedade⁵, os títulos nobiliárquicos continuaram a ter peso e o sistema político ainda era sustentado religiosamente pelo padroado.

.....
⁴ Cálculo efetuado pelo sítio do *Bank of England* (<https://www.bankofengland.co.uk/monetary-policy/inflation/inflation-calculator>).

⁵ Absurdamente, apesar deles não gozarem de quaisquer títulos reais reconhecidos pelo Estado brasileiro após a proclamação da República, eles continuaram recebendo o “laudêmio”, uma taxa cobrada da população em transações imobiliárias para sustentar os descendentes de Pedro II (PINHEIRO, 2022).



Além disso, a divisão entre europeus que mandam e “brasileiros” que são a classe menos abastada se manteve. Como explicam Simões Neto e Barbosa (2011), o sufixo *-eiro* da língua portuguesa geralmente era aplicado a profissões (p. ex. padeiro, ferreiro, carpinteiro, sapateiro). Os dois principais gentílicos conhecidos – mineiro e brasileiro – possuem etimologia que indicam inicialmente ocupações da economia colonial. O brasileiro, portanto, não era considerado uma cidadania, mas um tipo de proletário subordinado a Portugal. Como nossa República veio através de um golpe de escravocratas e militares, tal lógica de subalternidade nunca foi extirpada de nossa identidade nacional, que ainda continua a ser marcada pelo viralatismo (SOUZA, 2019).

Além disso, o fato da sociedade brasileira ter sido orientada pela escravidão e pela separação entre livres e escravizados permitiu a divisão de diferentes estratos da sociedade que já apontava, desde o período colonial, a uma noção de “aristocracia trabalhadora” tal como Lênin registraria muitos anos depois. O resultado é que até hoje “um brasileiro [branco] de classe média que não seja abertamente racista também se sente, em relação às camadas populares do próprio país, como um alemão ou um americano se sente em relação a um brasileiro” (SOUZA, 2019, p. 20). O “fantasma vermelho” do comunismo e movimentos sociais como o MTST causam muito mais medo na classe média do que nas camadas mais pobres do Brasil, porque a classe média acredita que por ela ter um apartamento extra na praia faz dela mais próxima dos bilionários brasileiros do que do resto da classe trabalhadora, de quem a classe média, de fato, é muito mais próxima.

Sobre isso, Said (2011) alerta aos disfarces que o imperialismo toma para si, utilizando-se das artes, ciências e também da religião para que seus interesses pareçam independentes e “desinteressados” à sociedade mais ampla. Foram os religiosos, ao lado dos militares, economistas e comerciantes de armas, quem mantiveram as instituições imperiais nas colônias francesas. O controle da Índia pela Inglaterra utilizou também da religião como uma importante força de controle social, aprofundando absurdamente as mazelas dos privilégios de castas para servir aos interesses coloniais em que os ingleses seriam uma raça superior. Não é necessário dizer que as colônias francesas e inglesas sofrem até hoje os reflexos da brutalidade imposta pelas relações imperiais. Os brancos imperialistas não se separavam dos africanos, árabes, asiáticos e polinésios apenas pela raça. Eles também o faziam utilizando a religião, sempre descrevendo as crenças locais como “selvagens” ou “místicas” em oposição ao cristianismo europeu, esta sim a “verdadeira” religião dos “civilizados”. Sem o “mandato religioso”, franceses e ingleses não passariam de conquistadores desatentos.



Roiz e Fonseca (2008) lembram que o catolicismo foi pioneiro na construção de esquemas interpretativos para se analisar a história do Brasil, uma história geralmente a serviço de um “imperialismo religioso” que apagou a variedade étnica e cultural indígena do Brasil e justificou a supremacia europeia sobre a colônia. Objetivamente sobre a emancipação da classe trabalhadora, várias encíclicas foram feitas como reação a revolta proletária frente ao acúmulo de capitais pela propriedade privada, das quais podemos destacar a *Rerum novarum* (LEÃO XIII, 1891), que critica qualquer tipo de socialdemocracia e socialismo, a *Pascendi dominici gregis* (PIO X, 1907), que classifica o socialismo cristão e a teologia da libertação como heresia, e a *Centesimus annus* (JOÃO PAULO II, 1991), que celebra a queda do muro de Berlim. Não por acaso, Motta (2002 apud ROIZ; FONSECA, 2008) aponta que o catolicismo é, até hoje, um dos três pilares contra a organização de classe no Brasil, ao lado do nacionalismo e do liberalismo. Dos movimentos católicos que tiveram grande destaque, podemos citar a *Cruzada Cristã Anticomunista*, a *Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade*, a *Liga de Defesa Nacional* e o *Movimento por um Mundo Cristão*. Todos esses grupos têm em comum um posicionamento ultranacional de extrema-direita, com suas raízes nos movimentos políticos reacionários que levaram, na década de 1960, à ditadura militar-empresarial.

Os interesses imperialistas, sustentados teologicamente pelo cristianismo, são impiedosamente egoístas e tacanhos, gerando todo tipo de violência e destruição da população local. O Brasil enfrentou diversas vezes tal destruição para defender tais interesses. No caso da ditadura empresarial-militar de 1964, o Brasil passou por surtos terríveis de malária e meningite pelo descaso que as Forças Armadas tinham com a saúde pública. Tais surtos levaram a milhares de óbitos que nunca foram registrados, para não gerar provas documentais da incompetência da administração militar que agia fortemente em favor do capital estadunidense. Não apenas isso, os surtos foram agravados pela censura, visto que os jornais não podiam alertar a população das epidemias ou fazer campanhas de conscientização, para não levantar qualquer tipo de questionamento ao mérito do governo militar (MARQUES, 2008).

Também durante a ditadura o Brasil adotou o modelo atual de agronegócio, que resguarda, com pesado investimento estatal, amplos latifúndios pautados na alta exploração dos trabalhadores rurais. O agronegócio implantado naquele momento fez uma transferência de renda às avessas, retirando dos cofres públicos grandes quantias de dinheiro para enriquecer pequenos grupos privados, utilizando-se de pesquisas das universidades públicas brasileiras para se modernizar e engolir a agricultura familiar. O modelo adotado permitiu a manutenção



de oligopólios rurais político-econômicos que, desde o Brasil colonial, visavam sua ampliação avançando “a ferro e fogo” sobre as terras indígenas, sem se preocupar com o contínuo genocídio dos povos encontrados pelo caminho⁶ (MOLINA; SANFELICE, 2018). A gestação do agronegócio como um poder político-econômico desenfreado financiou a criação da “bancada do boi” no Congresso, responsável pelo *lobby* que liberou todo tipo de agrotóxico proibido no resto do mundo na alimentação dos brasileiros a pedido da Bayer, Syngenta e JBS (MONCAU, 2022). Além disso, esse modelo levou à desindustrialização do Brasil. Em reportagem publicada no próprio sítio do Senado Federal, o agronegócio hoje consome mais recursos do BNDES do que a indústria, apesar do BNDES ter sido fundado em 1952 justamente para alavancar a indústria brasileira (WESTIN, 2022). Com isso, o Brasil se transforma cada vez mais na roça do mundo, exportando *commodities* para os países do centro do capitalismo, para depois importar seus produtos industrializados a preços muito mais caros do que se tivessem sido produzidos por aqui.

Sobre a ditadura militar-empresarial de 1964, a igreja católica até hoje não admitiu que, enquanto instituição, participou de tamanha agressão à democracia. Somente cinquenta anos depois do golpe que destituiria João Goulart a CNBB assumiu que “alguns setores” da igreja católica apoiaram os movimentos que levaram à ditadura (CNBB, 2014). Entretanto, quando veio o golpe, a igreja agradeceu a Nossa Senhora Aparecida por ter livrado o Brasil de uma “ameaça comunista” que, objetivamente, nunca existiu (UOL, 2014). O momento de virada da igreja católica, de apoiadora a opositora do regime militar-empresarial, só aconteceu após alguns padres e religiosos passarem a também serem perseguidos pelos militares. Nesse sentido, a história do Brasil mais uma vez se repetiu. A mesma igreja que legitimou a escravidão e depois pediu por sua revogação foi a igreja que militou pelo golpe, tornando-se posteriormente um agente social que lutou por seu fim.

Segundo Lênin (2011, p. 136), a cada crise – seja econômica, seja de qualquer outra espécie, como crises sanitárias ou até mesmo políticas – há um aumento substancial de concentração de renda e fortalecimento dos monopólios. Em toda crise que o Brasil passou após sua indepen-

.....
⁶ Ilustrando isso, na década de 2010 tive a oportunidade de visitar a cidade de Alta Floresta, na região amazônica, divisa dos estados de Mato Grosso e Pará. Na ocasião, participei de alguns eventos sociais com uma das famílias mais ricas da cidade, e um dos convidados me informou que não havia mais indígenas em Alta Floresta porque todos haviam sido chacinados pelos fazendeiros locais. O interlocutor disse que toda a cidade sabia quem eram os responsáveis, e que a maior parte deles ainda estava viva. Perguntei, então, por que as autoridades nada fizeram a respeito, e me foi dito que além de se tratar de pessoas muito poderosas na região, o extermínio indígena foi feito com o apoio das autoridades locais durante a ditadura militar-empresarial do Brasil.



dência em 1822, os poderes dos capitalistas locais e internacionais também aumentou. E nas religiões, quem mais se beneficiou com tais crises nos últimos cinquenta anos foram as igrejas protestantes. Não é por acaso que dos cinco pastores mais ricos do Brasil (cf. VERONESI, 2013), quatro são apoiadores ferrenhos de pautas da extrema-direita, ao ponto de alguns até mesmo fazerem assédio religioso com os seus fiéis, pregando que um cristão *não pode* ser cristão e votar em políticos de esquerda. Com isso, vemos na reconfiguração do cristianismo brasileiro uma nova face social na qual a igreja católica deixa de ser a única patrocinadora de retrocessos econômicos e políticos contra os mais vulneráveis, compartilhando com outras formas mais modernas de cristianismo esse papel.

Os candidatos que tais cristãos têm apoiado desde a década de 2010 têm sido responsáveis por políticas desastrosas que aprofundaram uma parcela cada vez maior da população brasileira na pobreza e na fome. A bancada religiosa do Congresso votou em peso por todas as reformas que retiraram direitos dos trabalhadores desde o golpe de Estado contra Dilma Rousseff, como a reforma trabalhista, a reforma da previdência, o novo modelo do ensino médio, a venda dos campos do pré-sal para a iniciativa privada, a privatização da Eletrobrás etc. (cf. CONGRESSO EM FOCO, 2017; KALUNGA, 2019; WAKAI, 2020). Também um número cada vez maior de congressistas cristãos tem apoiado o armamento da população (cf. POERNER; FONSECA; CORREIA, 2022), o que faz com que mais armas caiam nas mãos de milicianos, bandidos e malucos que desejam atentar contra a democracia.

Um exemplo bastante gráfico das consequências concretas de tais apoios é o caso do petróleo no Brasil. Embora as refinarias da Petrobrás, antes dos grandes leilões do governo Bolsonaro, tivessem a capacidade de refinar derivados que poderiam atender a 98,7% do consumo interno brasileiro (GRAGNANI, 2019), a União, sócia majoritária da companhia, representada por Temer, preferiu atender aos interesses dos Estados Unidos e outros investidores minoritários de fora do Brasil. Temer só pode fazer isso porque o golpe contra Rousseff foi apoiado por mais de 90% dos congressistas cristãos (GALINDO, 2016). Como resultado, nosso petróleo passou a ser vendido em dólar para uma população que é paga em reais. O Brasil voltou a enfrentar sérios problemas de inflação. Como não termos ferrovias para escoar a produção – herança nefasta do conluio entre o governo Kubitschek e as grandes montadoras automobilísticas na década de 1950 –, dependermos de caminhões movidos a diesel para fazer nosso transporte de mercadorias. Portanto, a precificação em dólar do petróleo interno impactou tudo no país. Quão mais pobre a população, mais ela sofre com isso, visto que o pobre é sempre o mais afetado



com a inflação de produtos⁷. Assim, enquanto o Brasil voltava ao mapa da fome, com 61 milhões de brasileiros com dificuldade para se alimentar (JORNAL NACIONAL, 2022), os acionistas da Petrobrás viam seus lucros crescerem 124% apenas no primeiro trimestre de 2022 (KONCHINSKI, 2022), muito acima dos 12% que Lênin (2011, p. 135) já considerava como indicativo irrefutável de práticas econômicas imperialistas.

Sobre a cooptação do extrato superior das classes trabalhadoras (classe média), um exemplo é apresentado por Fontes (2013, p. 110) no caso do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), entidade formada por uma maioria de empresários e participação minoritária de centrais sindicais e organizações populares que atua como a “democracia ideal” ao grande capital. Longe das disputas de classe, na segurança de seus escritórios com ar-condicionado, os membros da CDES acertam políticas lastreadas em recursos empresariais que depois são endossadas pelas esferas governamentais como formas de manutenção da ordem vigente. Chama à atenção da autora, neste caso, o empenho de convencimento popular, o qual, no capitalismo tardio, muitas vezes é feito de forma remunerada: o convencimento pode ser vendido como “cursos de reciclagem” ou “capacitação profissional” para a classe proletária, ou ainda patrocínio de “bolsas de estudo” em escolas liberais que fazem proselitismo político-econômico sem que os trabalhadores percebam. Os empresários ganham, assim, dinheiro para continuar fazendo ainda mais dinheiro, ao mesmo tempo em que indoutinam os trabalhadores com sua ideologia capitalista.

Antes da Lava Jato, Virgínia Fontes (2013, p. 104) apontava como “a expansão do capitalismo no Brasil levou-o a integrar o grupo de países capital-imperialistas, mantendo uma inserção secundária entre as nações preponderantes no mundo contemporâneo”. A autora cita nominalmente várias empresas de destaque na época de 2013: Odebrecht, Camargo Corrêa, Friboi, Embraer, e defendia uma hipótese de que tais grupos estavam agindo como as empresas dos países do centro do capitalismo ao se expandir a outros países da América do Sul, como Bolívia, Peru e Equador. A hipótese de Fontes, todavia, não se sustentou por muito tempo, visto os Estados Unidos, a principal ave de rapina do imperialismo, não ter tolerado o crescimento econômico brasileiro. Tão logo o Brasil descobriu o pré-sal, começam as jornadas de junho de 2013. No mesmo ano, a então presidente Dilma Rousseff denunciou, na Assembleia geral da ONU, que estava sendo espionada por Barack Obama, em um claro crime de ingerência contra a nossa

.....
⁷ Segundo reportagem de Alegretti (2020), a inflação é dez vezes maior entre a população mais pobre do que na população mais rica. O principal motivo é porque a população mais pobre consome basicamente produtos (alimentos, roupas, transporte), enquanto a população mais rica consome mais serviços. Os prestadores de serviço (trabalhadores), frente a um cenário de hiperinflação, aceitam se submeterem a situações ainda maiores de precarização. Nesse sentido, é possível notarmos cenários de hiperinflação para a classe trabalhadora, e deflação entre os ricos.



soberania nacional. E então a Lava Jato foi alavancada, de forma acrítica, por todos os setores da mídia corporativista, levando várias companhias brasileiras à falência sob a égide do “combate à corrupção” e fomentando, na opinião pública, a noção de que a esquerda era criminosa. Hoje sabemos que a Lava Jato recebeu grande ajuda ilegal do FBI, graças à série de reportagens da Vaza Jato (cf. DUARTE, 2020). Entretanto, seu objetivo central foi cumprido: seus agentes corroboraram com o golpe de Estado contra Rousseff com amplo apoio popular, o que permitiu a venda dos campos de petróleo recém-descobertos à iniciativa privada internacional, sendo os oligarcas estadunidenses os principais privilegiados. A Lava Jato foi a principal responsável pela retirada dos investimentos em saúde e educação do Brasil que estavam previstos com a descoberta do pré-sal. “Só para ter uma ideia do tamanho da patranha, basta comparar a sonegação abertamente ilegal da elite, que é de 500 bilhões de dólares, com o dinheiro recuperado pela Lava Jato depois de cinco anos de ‘trabalho’, que não chega a um bilhão de dólares” (SOUZA, 2019, p. 249). Em qualquer país sério, os procuradores da força-tarefa e o ex-juiz Sérgio Moro teriam sido condenados por crime de lesa-pátria e traição. Mas no Brasil, eles foram alçados aos *status* de heróis nacionais.

Ante tudo isso, com um Estado que continua a declarar guerra aos pobres e aos pretos, que mata mais pessoas com a violência urbana em período “sem guerras” do que quatro anos de guerra declarada na Síria, que não dá acesso a direitos básicos a população mais vulnerável, que destrói e invade os territórios dos povos originários..., tem como dizermos que o Brasil é livre? Que tipo de independência é essa, que nos mantém subservientes ao capital estrangeiro, com nossa população passando fome enquanto a elite goza de todo tipo de isenção fiscal e incentivo do Estado? Não temos como esquecer as palavras de Lênin, quem dizia que “o capitalismo se transformou num sistema universal de subjugação colonial e de asfixia financeira da imensa maioria da população do planeta por um punhado de países ‘avançados’” (LÊNIN, 2011, p. 110). Enquanto existir capitalismo, não haverá liberdade aos mais pobres. Enquanto existir Estados Unidos, não há independência da América Latina. E enquanto nossa nação for subserviente aos interesses dos grandes países capitalistas, sem pensar em nossa própria soberania nacional, não há o que se comemorar nesse bicentenário.

Referências

A CIDADE ON. Terreiro de umbanda é alvo de intolerância religiosa em Rincão. *A Cidade On*, Araraquara, 2 ago. 2022. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/araraquara/cotidiano/Terreiro-de-umbanda-e-alvo-intolerancia-religiosa-em-Rincao-20220802-0009.html>. Acesso em: 22 ago. 2022.



- ALEGRETTI, Laís. Inflação para famílias mais pobres é 10 vezes maior que para mais ricas em 2020. *BBC Brasil*, Londres, 21 out. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-54568079>. Acesso em: 25 out. 2022.
- ALEXANDRE VI. *Inter cætera*. Vaticano: 1493 (bula papal).
- AZZI, Riolando. *A Igreja Católica na formação da sociedade brasileira*. Aparecida: Santuário, 2008.
- BRAGANÇA, Isabel. [Correspondência]. Destinatário: Visconde de Santa Victória. Rio de Janeiro, 11 ago. 1889.
- BRASIL. Lei de 7 de novembro de 1831. Declara livres todos os escravos vindos de fóra do Império, e impõe penas aos importadores dos mesmos escravos. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1831*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1831, pp. 182-184.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1850*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850a.
- BRASIL. Tratado de Amizade e Aliança entre el-rei o Senhor d. João VI e d. Pedro I, imperador do Brasil, feito por mediação de sua majestade britânica, assinado no Rio de Janeiro a 29 de agosto de 1825, e ratificado por parte de Portugal em 15 de novembro e pela do Brasil em 30 de agosto do dito ano. *Tratados e Actos Internacional Brasil Portugal*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850b, pp. 43-45.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1854*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1885*. v. 1. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1885.
- BRASIL. *Collecção das leis do Império do Brazil de 1888*. v. 1. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.
- BRITO, Ênio José da Costa. *Veredas interculturais: leituras decoloniais sobre religião, história e literatura*. São Paulo: Recriar, 2020.
- BUENO, Eduardo. *História do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Publifolha, 1997.
- CNBB. Declaração sobre os 50 anos do golpe civil-militar. *CNBB*, Palavra Oficial, 2 abr. 2014. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/declaracao-por-tempos-novos-com-liberdade-e-democracia/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- CONGRESSO EM FOCO. Reforma trabalhista: veja como os deputados votaram, por estado. *Congresso em Foco*, Brasília, 26 abr. 2017. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/projeto-bula/reportagem/reforma-trabalhista-como-os-deputados-votaram/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- CORREIO. Dois homens são denunciados pelo MP por intolerância religiosa em Brumado. *Correio*, Salvador, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/dois-homens-sao-denunciados-pelo-mp-por-intolerancia-religiosa-em-brumado/>. Acesso em: 22 ago. 2022.



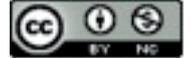
- DUARTE, Letícia. *Vaza Jato: os bastidores das reportagens que sacudiram o Brasil*. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.
- FONTES, Virgínia. O imperialismo: de Lenin aos dias atuais. *Outubro*, São Paulo, n. 16, pp. 69-107, 2008.
- FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. *Crítica Marxista*, Campinas, n. 36, pp. 103-113, 2013.
- GALINDO, Rogerio. 93% dos deputados da bancada evangélica votaram pelo impeachment. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 17 ago. 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vozes/caixa-zero/93-dos-deputados-da-bancada-evangelica-votaram-pelo-impeachment/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- G1. Pai de santo denuncia intolerância religiosa de vizinhos contra casa de umbanda em Teresina. *G1*, Piauí, 11 maio 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2022/05/11/pai-de-santo-denuncia-intolerancia-religiosa-de-vizinhos-contra-casa-de-umbanda-em-teresina.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- GRAGNANI, Juliana. Por que o Brasil importa petróleo se é autossuficiente? *BBC Brasil*, Londres, 6 nov. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-50316414>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- GONÇALVES, Paulo Cesar. Escravos e imigrantes são o que importam: fornecimento e controle da mão de obra para a economia agroexportadora Oitocentista. *Almanack*, Guarulhos, n. 17, pp. 307-361, 2017.
- HENRIQUES, Joana Gorjão. *Racismo em português: o lado esquecido do colonialismo*. Lisboa: Tinta da China: 2016.
- JOÃO PAULO II. *Centesimus annum*. Vaticano: 1991 (encíclica).
- JORNAL NACIONAL. Brasil volta ao mapa da fome das Nações Unidas. *G1*, Rio de Janeiro, 6 jul. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/07/06/brasil-volta-ao-mapa-da-fome-das-nacoes-unidas.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- KALUNGA, Toninho. O voto dos deputados da bancada evangélica na reforma da Previdência e a infidelidade contra a palavra de Deus. *Brasil 247*, 15 ago. 2019. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/o-voto-dos-deputados-da-bancada-evangelica-na-reforma-da-previdencia-e-a-infidelidade-contra-a-palavra-de-deus>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- KONCHINSKI, Vinicius. Lucro semestral da Petrobras cresce 124% e já encosta em recorde anual de 2021. *Brasil de Fato*, São Paulo, 28 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/28/lucro-semestral-da-petrobras-cresce-124-e-ja-encosta-em-recorde-anual-de-2021>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- LEÃO X. *Dum fidei constantiam*. Vaticano: 1514 (bula papal).
- LEÃO XIII. *In plurimis*. Vaticano: 1888 (encíclica).



- LEÃO XIII. *Rerum novarum*. Vaticano: 1891 (encíclica).
- LÊNIN, Vladimir Ilyich. *O imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: UNICAMP, 2011.
- LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. *Saeculum*, v. 30, João Pessoa, pp. 47-62, 2014.
- MARQUES, Lucimara dos Santos. A saúde pública e o direito constitucional brasileiro. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, v. 11, n. 59, [s.p.], 2008.
- MOLINA, Rodrigo Sarruge; SANFELICE, José Luís. Ditadura e educação agrícola: a ESA-LAQ/USP e a gênese do agronegócio brasileiro. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 39, n. 143, pp. 321-341, 2018.
- MONCAU, Gabriela. Syngenta, Bayer e JBS se reuniram 216 vezes com alto escalão do governo Bolsonaro. *Brasil de Fato*, São Paulo, 21 jul. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/07/21/syngenta-bayer-e-jbs-se-reuniram-216-vezes-com-alto-escalao-do-governo-bolsonaro>. Acesso em: 25 ago. 2022.
- MUSSOLINI, Benito. The political and social doctrine of fascism. *The Political Quarterly*, London, v. 4, n. 3, pp. 341-356, 1933.
- OAB/RJ. *Relatório da Comissão Estadual da Verdade da Escravidão Negra*. Rio de Janeiro: OAB/RJ, 2015.
- PAULO III. *Dum ad fidei constantiam*. Vaticano: 1538 (bula papal).
- PEREIRA, Camila Mendonça. *Abolição e catolicismo: a participação da igreja católica na extinção da escravidão no Brasil*. 141 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- PEREIRA, Tulio Augusto de Paiva. A igreja católica e a escravidão negra no Brasil a partir do século XVI. *Núcleo do Conhecimento*, São Paulo, [s.v], [s.p.], 2018. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/historia/igreja-catolica>. Acesso em: 22 ago. 2022.
- PINHEIRO, Amanda. Proibido usar branco: no Rio, pais e mães de santo vivem terror em região dominada por traficantes que se dizem evangélicos. *Tab UOL*, 30 jan. 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/edicao/onde-e-proibido-usar-branco/#cover>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- PINHEIRO, Wilson. “Taxa do príncipe”: o que é o laudêmio, taxa em Petrópolis que vai para herdeiros da família real. *G1*, Petrópolis, 20 fev. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/regiao-serrana/noticia/2022/02/20/taxa-do-principe-o-que-e-o-laudemio-imposto-em-petropolis-que-vai-para-herdeiros-da-familia-real.ghtml>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- PIO X. *Pascendi dominici gregis*. Vaticano: 1907 (encíclica).



- POERNER, Bárbara; FONSECA, Bruno; CORREIA, Mariana. Pastores usam a Bíblia para defender posse de armas de fogo no Brasil. *Pública*, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/04/pastores-usam-a-biblia-para-defender-posse-de-armas-de-fogo-no-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- ROIZ, Diogo da Silva; FONSECA, André Dioneu. Religião e imperialismo: as representações sobre o marxismo na revista Lições Bíblicas da Igreja Assembleia de Deus (1980-1990). *Territórios e Fronteiras*, Cuiabá, v. 1, n. 1, pp. 130-153, 2008.
- SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.
- SIMÕES NETO, Nival Almeida; COELHO, Juliana Soledade Barbosa. O morfema *eir-* no português brasileiro contemporâneo. *Linguística y Literatura*, Medellín, n. 64, pp. 87-111, 2014.
- SOARES, Rafael. Crime e preconceito: mães e filhos de santo são expulsos de favelas por traficantes evangélicos. *Extra*, Casos de Polícia, 30 set. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/crime-preconceito-maes-filhos-de-santo-sao-expulsos-de-favelas-por-trafficantes-evangelicos-9868829.html>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- SOUZA, Jessé. *A elite do atraso*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2019.
- TRIGUEIRO, André. Pais e mães de santo expulsos de Duque de Caxias temem novos ataques de traficantes e milicianos. *G1*, Rio de Janeiro, 11 ago. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/08/11/pais-e-maes-de-santo-expulsos-de-duque-de-caxias-temem-novos-ataques-de-trafficantes-e-milicianos.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- TURE, Kwame; HAMILTON, Charles V. *Black power: a política de libertação nos Estados Unidos*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- UOL. Em declaração, CNBB admite que “setores da Igreja” apoiaram golpe de 64. *UOL Notícias*, São Paulo, 2 abr. 2014. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/04/02/em-declaracao-cnbb-admite-que-setores-da-igreja-apoiaram-golpe-de-64.htm>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- UK. An Act to amend an Act, intituled An Act to carry into execution a Convention between His Majesty and the Emperor of Brazil, for the Regulation and final Abolition of the African Slave Trade. 8^o & 9^o Vict. c. 122, 8 ago. 1845. UK: Parliament of the United Kingdom, 1845.
- VERONESI, Luiza Belloni. Forbes lista cinco pastores mais ricos do Brasil. *InfoMoney*, São Paulo, 18 jan. 2013. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/minhas-financas/forbes-lista-cinco-pastores-mais-ricos-do-brasil/>. Acesso em: 24 ago. 2022.
- WAKAI, Alice. A bancada evangélica foi a bancada que mais votou contra a população. *Ceilândia em alerta*, Ceilândia, 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.ceilandiaemalerta.com.br/2020/09/04/a-bancada-evangelica-foi-a-bancada-que-mais-votou-contr-a-populacao/>. Acesso em: 24 ago. 2022.



WESTIN, Ricardo. Criado há 70 anos para alavancar indústria, BNDES não tinha o S de social. *Arquivo S*, Brasília, n. 90, 3 jun. 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/criado-ha-70-anos-para-alavancar-a-industria-bndes-nao-tinha-o-s-de-social>. Acesso em: 24 ago. 2022.

Dados do autor

Doutor em Ciência da Religião (PUC-SP). Bolsista PNPd/CAPES. E-mail: caoihim@gmail.com.

Recebido em: 22/08/2022

Aprovado em: 29/08/2022



NOTAS

NOTAS BIOGRÁFICAS DE CLÁUDIO AURY AFFONSO HUMMES, O.F.M.

FERNANDO ALTEMEYER JUNIOR

Nascimento em Salvador do Sul, RS, diocese de Montenegro-RS, em 08/08/1934. Nascido com os prenomes “Auri Affonso”, é filho de Pedro Adão Hummes e Maria Frank Hummes, de origem teuto-brasileira, sendo o terceiro de treze filhos. Um de seus irmãos faleceu em 1999. Estão vivas suas irmãs: Irene Maria, Lurdes, Dulce, Alaíde e Marlene, e irmãos: Inácio e Artêmio. Falecimento em 04/07/2022, em São Paulo, SP.

Ingressa na Ordem dos Frades Menores em 01/02/1952, aos 17 anos, emitindo os primeiros votos no dia 02/03/1953. Professou solenemente votos perpétuos em 02/03/1956, quando muda o nome para Cláudio. Fez o Ensino fundamental e básico no Seminário Seráfico São Francisco de Assis, Taquari, RS (1944-1949) e na Escola Paroquial Santo André (1941-1943). Cursou o Ensino médio no Seminário Seráfico São Francisco de Assis, Taquari, RS (1950-1951). Graduação em Filosofia no Convento São Boaventura, em Daltro Filho, em Garibaldi, RS, 1953-1954. Fez a graduação em Teologia em Divinópolis, MG, 1955-1958. Foi ordenado presbítero católico em 03/08/1958, na cidade de Divinópolis, MG, por dom João Resende (Rezende) Costa, S.D.B., arcebispo coadjutor de Belo Horizonte e titular de Martinópolis. Completou seus estudos com uma especialização em Ecumenismo, no Instituto Ecumênico de Bossey, Genebra, Suíça, 1968. Doutor em Filosofia, realizado na Pontifícia Universidade Antonianum, em Roma, entre 1959-1962, defendendo sua tese com o tema: Renovação das provas tradicionais da Existência de Deus por Maurice Blondel em *L'Action* (1893), publicada em Braga, em 1964. Professor de filosofia no Seminário Franciscano em Daltro Filho, Garibaldi-RS, de 1963-1968; consultor para o ecumenismo na CNBB de 1965-1968. De 1969 a 1972, professor e reitor da Faculdade de Filosofia em Viamão, RS e na PUC-RS em Porto Alegre, RS. Superior provincial dos frades franciscanos na província do Rio Grande do Sul, de



1972-1975. Presidente da União das Conferências latino-americanas dos franciscanos (1973-1974). Em 22 de março de 1975 foi nomeado pelo papa São Paulo VI como bispo-titular de Carcábia com o encargo de bispo-coadjutor de Santo André, com direito à sucessão. Seu lema episcopal: “*Omnes vos fratres: Vós sois todos irmãos*”. Em 25 de maio de 1975, aos quarenta anos de idade, recebeu a ordenação episcopal, na Catedral Metropolitana de Porto Alegre, por dom Aloísio Leo Arlindo Lorscheider, O.F.M., arcebispo de Fortaleza, CE, tendo como cosagrantes: dom Mauro Morelli, bispo auxiliar de São Paulo e titular de Vatarba e dom Urbano José Allgayer, bispo auxiliar de Porto Alegre, RS e titular de Tunnuna. Tomou posse do encargo pastoral em Santo André em 29 de junho de 1975 e em 29 de dezembro do mesmo ano, assume como bispo diocesano de Santo André, sucedendo a dom Jorge Marcos de Oliveira. Foi bispo diocesano do ABC paulista de 1975 a 1996, quando esteve ao lado dos operários no período brutal da ditadura militar com uma ação firme a favor da classe trabalhadora mantendo igrejas abertas aos operários reprimidos pela invasão militar de seus sindicatos legítimos. Atuou como bispo nas Comissões para o Ecumenismo (1976-1978), Família, Pastoral Urbana e Operária (1979-1983); setor de Família e Cultura (1995-1998), assistente nacional da pastoral Operária de 1979 a 1990. Em 29 de maio de 1996 é nomeado arcebispo de Fortaleza, no Ceará, onde permanece até 1998. Em 15/04/1998 é novamente transferido para a Sé de São Paulo, e toma posse da nova arquidiocese em 23 de maio de 1998. Exerceu *ex-officio* o cargo de Grão-Chanceler da PUC-SP entre 1998 a 2006, realizando uma forte reestruturação de pessoal, por conta da crise financeira da instituição à beira da falência, e que foi traumática para toda a comunidade com centenas de demissões. Permaneceu na metrópole paulistana até 2006. Foi criado cardeal pelo Papa São João Paulo II em 21/02/2001 com o título de cardeal presbítero de Santo Antônio de Pádua na Via Merulana. Indicado para Prefeito da Congregação para o Clero em 31/10/2006 e mantendo este encargo na Cúria Romana até 07/10/2010, quando se tornou emérito aos 76 anos completos.

Foi delegado da CNBB junto ao Quinto Sínodo dos Bispos em Roma de 26/09 a 25/10/1980, sobre a família cristã; membro da Quarta Conferência geral do episcopado latino-americano e caribenho em Santo Domingo, em outubro de 1992. Delegado ao Sínodo dos Bispos das Américas, celebrado em Roma, de novembro a dezembro de 1997; um dos organizadores do Encontro mundial das Famílias com a presença do papa São João Paulo Segundo, no Rio de Janeiro-RJ, em 1997, com a presença do papa João Paulo II. Delegado ao Décima edição do Sínodo dos bispos em Roma em setembro 2001, sobre a figura dos bispos; pregador do retiro de Quaresma para o papa e toda a cúria romana em fevereiro de 2002; presidente da Comissão Episcopal para a Amazônia (de 2011-2019); relator do Sínodo Episcopal para a Amazônia em



Roma em 2019, quando defendeu clara e destemidamente a demarcação de terras indígenas e declarou: “Nós sabemos que, para os indígenas, isso é fundamental. Também as reservas geograficamente delimitadas são importantíssimas para a preservação da Amazônia”, durante a coletiva de imprensa no Vaticano no Sínodo. Na COP21, em dezembro de 2015, o cardeal Hummes manifestou irrestrito apoio ao modo de vida dos indígenas: “é preciso defendê-los, defender seus direitos, dar-lhes de novo a possibilidade de serem os protagonistas de sua história, os sujeitos de sua história. Deles foi tirado tudo: a identidade, a terra, as línguas, sua cultura, sua história, tudo”. Participou da 12ª Assembleia Geral do Sínodo em 2008. Participou também da Assembleia especial do Sínodo Especial da África em 2009. Enviado pontifício para o 16º Congresso Eucarístico do Brasil em 2010. Participou dos conclaves que elegeram Bento XVI e Francisco. Na eleição de Jorge Mario Bergoglio como Papa, influenciou decisivamente na escolha do novo nome papal, com a frase dita aos ouvidos do recém-eleito, ainda na Capela Sistina: “Não esqueça dos pobres!”. Participou da Quinta Assembleia Geral em Aparecida em 2007. Membro ativo de vários organismos da Cúria Romana: Congregação para a doutrina da Fé, Família, Culto Divino e Sacramentos, Bispos, Cultura, Leigos, Diálogo inter-religioso, *Cor Unum*, América Latina, Sínodo dos Bispos, Conselho de cardeais para estudos de problemas econômicos, Evangelização dos Povos, Educação Católica. Foi enviado especial pontifício das celebrações conclusivas dos 25 anos da canonização dos santos Roque González de Santa Cruz, S.J., e seus companheiros mártires, em Assunção, Paraguai, em 15 de novembro de 2013. Foi Presidente do Conselho Internacional de Catequese. Em 29/06/2020 foi eleitor Presidente da recém-fundada Conferência Eclesial da Amazônia. Em 14/10/2020 renuncia à presidência da REPAM, que ocupou desde 2014. Foi sucedido pelo cardeal Pedro Ricardo Barreto Jimeno, S.J., arcebispo de Huancayo, Peru. Foi presbítero por 63,9 anos. Foi bispo por 47,1 anos. Foi cardeal por 21,37 anos. O cardeal Hummes foi o principal celebrante da ordenação episcopal dos seguintes bispos: Dom Aldo de Cillo Pagotto, S.S.S.; Dom Fernando Mason, O.F.M.Conv.; Dom Milton Antônio dos Santos, S.D.B.; Dom Manuel Parrado Carral; Dom Pedro Luís Stringhini; Dom José Benedito Simão; Odilo Pedro Cardeal Scherer; Dom Benedito Beni dos Santos; Dom Caetano Ferrari, O.F.M.; Dom Pedro Sbalchiero Neto, M.S.; Dom José Soares Filho, O.F.M.Cap.; Dom Joaquim Justino Carreira; Dom João Mamede Filho, O.F.M.Conv.; Dom Tomé Ferreira da Silva; Dom João Bosco Barbosa de Sousa, O.F.M.; Dom João Alves dos Santos, O.F.M.Cap.; Dom Fernando José Monteiro Guimarães, C.Ss.R.; Dom Irineu Gassen, O.F.M.; Dom Jorge Alves Bezerra, S.S.S. e Dom João Inácio Müller, O.F.M. Era fluente em espanhol, português, alemão e italiano. Autor dos livros: *Fé e Compromisso político*; *Sempre discípulos de Cristo*; *Diálogo com a cidade* e *Discípulos e Missionários de Jesus Cristo*. Em junho de



2021, recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade Nacional de Rosário (UNR), Argentina. Faleceu em 04/07/2022, na cidade de São Paulo, SP, aos 87 anos, depois de um câncer. Viveu algumas conversões pastorais em sua vida. De um bispo conservador e professor de filosofia, passa à defesa corajosa dos operários oprimidos pelos militares no ABC paulista, enfrentando as tropas do regime ditatorial e abrindo igrejas aos grevistas em 1980. Realiza um pastorado conservador em Fortaleza, no Ceará, apoiando movimentos conservadores e pentecostais de classe média, da Igreja Católica, distante das causas sociais e do mundo dos pobres. Assume a sucessão do cardeal Arns imprimindo uma feição da Igreja paulistana distante da linha pastoral de seu antecessor, tendo como consequência direta que as comunidades de base perdessem total apoio dos pastores e padres redundando em processo de forte clericalização. Assume a pedido do papa Bento XVI o cargo de Prefeito da Congregação para o Clero, com uma ação discreta, e ao retornar ao Brasil, assume de forma paradoxal e com audácia a causa indígena e a Amazônia, visitando dezenas de lugares por todos os meios de transporte permitidos, reencontrando a voz franciscana que sempre ressoava em seu coração. Nessa fase de sua vida é reconhecido como profeta da Amazônia e passa a ser o defensor de uma evangelização inculturada e da instituição de novos ministérios para atender aos povos autóctones, até mesmo de padres casados (*virii probati*). Suas falas e posicionamentos no Sínodo da Amazônia foram fundamentais e inovadoras em sintonia com o que há de mais lúcido e dialógico no debate missionário e intercultural. Dom Claudio retoma a figura esguia e forte de suas lutas junto aos operários do ABC, comprovando a sua própria frase ao Papa Francisco e ao cardeal Arns depois de alguns anos em São Paulo como emérito: “É assim que o Espírito Santo atua”. Foi sepultado em seis de julho, na Catedral Metropolitana de São Paulo, na cripta sob o altar principal.

Dados do autor

Doutor em Ciências Sociais, professor assistente da PUC-SP. E-mail institucional: fajr@pucsp.br.



A PALAVRA, O PROFETA E O MUNDO QUE O AFETA

MÁRCIO OLIVEIRA ELIAS

Na construção da palavra “teólogo” encontramos o prefixo *theos* (em grego: “deus”), e o complemento *ogos* (em grego: “palavra”). Assim sendo, podemos compreender então que “teólogo” é a pessoa que se torna “palavra de Deus”, ou “portadora da palavra de Deus”. Ser teólogo traduz o humano em sintonia com a sua originalidade espiritual, onde o Espírito que “pairava” sobre as águas é a imagem da “vibração divina”, habitando e movendo o coração de tudo quanto existe.

Nas Sagradas Escrituras essa pessoa que se torna “palavra de Deus” é chamada de “profeta”, que assim falava da parte do Senhor conforme era conduzido pelo Espírito Santo, como nos relata a segunda Carta de Pedro (1,20-21), que anuncia: “Antes de tudo, sabeis que nenhuma profecia da Escritura é de interpretação pessoal. Porque jamais uma profecia foi proferida por efeito de uma vontade humana. Pessoas inspiradas pelo Espírito Santo falaram da parte de Deus”. O Espírito profético é o motor universal.

O objetivo do estudo teológico é buscar o conhecimento de Deus e trazer a compreensão do seu projeto salvífico. Ser teólogo é tornar-se responsável pela disseminação deste conhecimento e deste projeto ao mundo em derredor. Um mundo que, muitas vezes, não quer encontrar a sabedoria de Deus, ou mesmo não quer saber de Deus. Neste momento, o teólogo é desafiado a enfrentar essa indiferença e, principalmente, não se deixar contaminar pela mesma indiferença do mundo.

O teólogo não é um intelectual ensimesmado (fechado em si mesmo); um detentor do saber exclusivo e particular, autônomo. O teólogo é um profeta da comunicação, da dinâmica orgânica da Palavra encarnada, da mística divinizante. Mas também compreende que esta Palavra não é somente um instrumento comunicativo, mas todo um universo emotivo na convulsão evolutiva da pessoa humana. Somos seres sensitivos, ativos e emotivos; eu sinto a Palavra e a Palavra me sente, quando reflito sua revelação: “Eu sou Aquele que É” (Ex 3,13).

As emoções nos constroem verdadeiramente humanos; e a razão nos dá o polimento necessário à consciência de ser um humano verdadeiro. O evangelista João nos diz que Deus se fez verdadeiro humano (“A Palavra se fez carne”, Jo 1,14), onde “carne” corresponde ao vocábulo



hebreu *dabar*, que também significa “sabedoria criativa”. Sendo assim, o Criador quis se fazer “palavra de sabedoria”, para que a pessoa humana pudesse fazer o reencontro com a sua humanidade original, verdadeiramente santificante.

Na Teologia há que se escutar a Palavra; mas para escutar há que conhecermos simultaneamente o texto, o contexto e o pretexto. O texto poderemos talvez começar a entendê-lo lendo-o, aplicando o nosso conhecimento conceitual. O contexto requer o conhecimento simbólico, onde contemplamos o seu lugar natural de composição, para que assim nos fale e possa se fazer entender mais plenamente. Para conhecer o pretexto temos de compreender o autor inspirado, o que ele consegue nos falar, pois é necessário escutá-lo e entendê-lo com caridade; ou seja, amá-lo no mais profundo sentido sapiencial.

O profetismo autêntico se alimenta da sabedoria divina através da Teologia estudada, contemplada e vivida. Num primeiro momento, esse profeta exercita a compreensão do amor de Deus em si mesmo, para que num segundo momento possa estender essa compreensão de amor ao outro. Somos o resultado do “Amor Criativo” do Senhor; somos a imagem de um sonho que quer se fazer realidade em tudo e em todos.

Na carta aos Romanos (10,13-15) o Apóstolo Paulo anuncia que: “De fato, todo aquele que invocar o Nome do Senhor será salvo. Mas, como invocá-lo, sem antes crer nele? E como crer, sem antes ter ouvido falar dele? E como ouvir, sem alguém que pregue? E como pregar, sem ser enviado para isso?”. O envio requer de nós o conhecimento do Amor que nos criou.

O teólogo mergulha nas águas cálidas do Mistério Pascal, tornando-se capacitado a ser um enviado de Cristo; é chamado a uma plenitude de vida que se estende para muito além das dimensões da sua existência terrena, porque consiste numa participação na própria essência de seu Criador. Hoje, este anúncio torna-se especialmente urgente, pelo impactante agravamento das ameaças à dignidade das pessoas e à sobrevivência deste planeta azul.

O Evangelho da vida é para proclamação do bem à humanidade, pelo qual somos chamados a profetizar nos desafios de nossa própria existência. Ser teólogo é estar imerso na santa tempestade de Deus, como a instância crítica da cultura e da sociedade, liquidificando os seus conteúdos para um amor em ebulição; por Cristo, com Cristo e em Cristo.

Dados do autor

Advogado, professor de Teologia Pastoral e Palestrante. Bacharel em Teologia, com especialização em Teologia Contemporânea, Filosofia e Sociologia.

Recebido em: 11/01/2022

Aprovado em: 05/05/2022



RESENHA

CRISÓSTOMO, São João. *A riqueza e a pobreza: sermões do Boca de Ouro* São João Crisóstomo. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022. p. 17-153.

A RIQUEZA E A POBREZA

SOFIA STELLA OGAWA CASTILHO

São João Crisóstomo nasceu na década de 340 d.C., filho de pais greco-sírios, em Antioquia, Império Romano do Oriente, atual Turquia. Foi Doutor da Igreja, arcebispo de Constantinopla e um dos patronos do cristianismo primitivo.

Foi apelidado de Χρυσόστομος (*Chrysostomos*), “da boca de ouro”, por sua eloquência. Deixou uma vasta obra, homilias sobre a Sagrada Escritura, a Páscoa e o Natal e tratados sobre o sacerdócio e o asceticismo. Entre suas ricas contribuições para a Igreja está a Divina Liturgia de São João Crisóstomo, parte da tradição do rito bizantino, realizado até os dias de hoje na ortodoxia e no catolicismo oriental.

Ele iniciou seus estudos formais com Libânio, famoso professor pagão da época, com quem aprendeu sobre retórica, oratória, grego, literatura e filosofia. Após seu batismo ele se voltou ao estudo da teologia cristã com Diodoro de Tarso na Escola de Antioquia.

Por volta de 375, torna-se eremita e passa dois anos no deserto, dormindo pouco, quase constantemente em jejum e se ocupando com oração e memorização das Escrituras. Sua saúde se deteriora nesse período, forçando-o a voltar para Antioquia, onde em 381 é ordenado diácono e posteriormente presbítero em 386.

Durante um período de doze anos (386-397), o já patriarca se ocupa de pregar e reformar seu patriarcado através dos ensinamentos morais, valorização da caridade e se posicionando fortemente contra o abuso da propriedade e o acúmulo de riquezas. Retirou todos os luxos e itens de valor acumulados pelos presbíteros anteriores de sua casa, mandou vender aquele tesouro e reverteu os ganhos em um hospital e comida para os mais necessitados. Criticou severamente



os maus hábitos da elite clerical e política, a valorização dos ganhos acima da vida, a falta de cuidado com o próximo, os prazeres mundanos desmedidos, a indiscrição nas roupas e no comportamento e tantas outras coisas que os afastavam da doutrina cristã. O Santo viveu em grande preocupação com o bem-estar material e espiritual dos mais pobres de seu tempo.

A tensão entre o santo e os poderosos culminou no Sínodo do Carvalho em 403, quando o patriarca é acusado por Teófilo de Alexandria com o apoio imperatriz-consorte, Élia Eudóxia, de apoiar as teses de Orígenes. O resultado do sínodo provincial é a deposição e exílio de São João Crisóstomo, ele é trazido de volta para Constantinopla pela pressão popular, mas seus inimigos não descansam até o exilar novamente. Em 407, faleceu na Comana Pôntica a caminho do segundo exílio.

A narrativa do Lázaro e o Homem rico é uma parábola, contado por Cristo, que se encontra no capítulo 16 do versículo 19 ao 31 no Evangelho de São Lucas. Se acompanha um homem rico e Lázaro, um mendigo. O homem rico, sem nome, mas vestido de púrpura e linho fino, uma representação anônima das sociedades opulentas. Lázaro com um nome de origem hebraica que significa “a quem Deus ajudou”. Ademais Lázaro representa aqueles que padecem sem ajuda.

Ambos morrem, contudo, anjos buscam o pobre Lázaro, enquanto o outro vê-se no Hades implorando para Abraão que tenha misericórdia e permita que o antes pobre molhe sua língua para diminuir o tormento do fogo. É explicado ao condenado que é impossível que o ajudem, uma vez que um “grande abismo” intransponível os separa.

O rico passou pela vida com comida e bebida em fartura e com saúde, mas viveu também escolhendo passar todos os dias pela miséria e sofrimento humano, pela fome e doença de Lázaro em seu portão, sem nada fazer. O rico mergulhado em sua opulência tornou-se indiferente ao sofrimento de seus irmãos.

Não é distante o cenário apresentado na parábola, uma realidade com discrepâncias brutais na distribuição das riquezas, uma divisão infernal onde alguns têm o direito de se fartar em banquetes e outros tem o dever de morrer de fome.

O atual sistema político concentra as terras cultiváveis nas mãos de poucos, e os poderosos defendem a primazia de seu direito de ter terras improdutivas contra permitir que famílias plantem comida para seus filhos, tudo pelo bem do mercado, tudo pelo bem do dinheiro e tudo pelo bem daqueles que ocupam o papel outrora ocupado por César. Em um país com cerca de 80% da sua população cristã, o Brasil serve a dois senhores.



Mais familiar ainda do que o desequilíbrio entre a vida do rico e do pobre, é a indiferença. É uma cena cotidiana que simplesmente se ignore os pedintes na rua, as crianças vendendo balas nos semáforos e as famílias dormindo nas calçadas. É visto como razoável ter os armários cheios de comida ainda que nada comer-se-á e os guarda-roupas abarrotados mesmo que nenhuma peça usar-se-á. É estrutural não ver ou fingir que não vê os que mais sofrem na sociedade. É impossível enxergar sem revolta a situação do mundo e a revolta é pouco conveniente ao andamento do mercado, a cegueira não é um simples mau-caratismo individual daqueles que sobem o vidro no sinal, mas um sintoma da ideologia dominante.

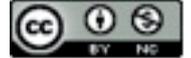
Em uma sociedade majoritariamente cristã é conhecido o episódio dos vendilhões no templo. A ira que a exploração da fé visando o lucro causa em Jesus é óbvia, mas pouquíssimos cristãos se revoltam contra os líderes religiosos que acumulam poder político e bens através da comercialização da religião.

O Papa Francisco, em uma de suas catequeses, ensina que ignorar o choro silencioso dos pobres e excluídos pela sociedade é ignorar a Deus. A sociedade brasileira, mesmo com profundas raízes católicas, se sustenta no ódio à sequer menção desse choro, se odeia aos pobres e oprimidos. Foi imposto ideologicamente que é melhor que o cristão deixe o Dinheiro cobrir os seus olhos, mesmo sabendo que assim se condena a agir e maneira indiferente assim como aquele que na parábola termina no fogo, afastado do Reino de Deus.

1. Primeiro sermão

É exposto que “o pregador deve cumprir todos os deveres mesmo se ninguém der ouvidos à sua voz” (p. 18), nem mesmo quando não se vê resultado do cuidado espiritual com os outros, não se pode cessar o mesmo. Em uma mentalidade individualista pouco se importa o bem-estar do outro, somado isso a valorização da produtividade que se confunde com as ideias meritocráticas e do que é ser “bem-sucedido” atualmente, pouco se dedica ao humano no modo de vida atual. Como permitir que se “perca” tempo com o outro quando há pouco tempo para si? Se vive uma vida onde poucos tem o luxo essencial de se dedicar à família, ao lazer, à religião ou à fé, afinal nada disso é lucrativo e o lucro move nosso mundo.

São João Crisóstomo pede que aos fiéis se debrucem no amor fraternal, o Santo faz do dever do pregador um exemplo de como proceder no cuidado com o outro. Ele pede que haja insistência em cuidar de almas, “pois se o lavrador abandonasse seu trabalho por conta de um, dois, ou mais episódios de inclemência da natureza, todos pereceríamos, vítimas da fome. E se o marinheiro abandonasse o mar por conta de uma, duas ou mais tempestades, o oceano se tornaria



intransitável” (p. 22). O orador apela que mesmo com essas incertezas os homens continuam a se dedicar ao trabalho material, então que se dediquem igualmente ao segundo mandamento: amarás ao teu próximo como a ti mesmo.

Uma sociedade que permite que nem todos estejam alimentados e vestidos está longe do amor, e mais longe ainda do cuidado verdadeiro com o bem-estar espiritual do próximo. É de uma caridade e empatia quase fantasiosa no sistema de hoje o cuidado que o bispo, apoiado no Evangelho, coloca como dever. O exemplo dado em ações pelo Filho Unigênito do Pai é claro, o Seu Amor intenso pelos homens se mostra ao curar os doentes, mesmo no *sabá*, ao alimentar aqueles que O ouviam pregar com a multiplicação dos pães e peixes, não atoa São Pedro diz que Jesus passou pelo mundo como um benfeitor.

Comer com fartura sem dividi-la, para o santo, “uma iniquidade da pior espécie. É uma desumanidade sem comparação” (p. 38). A questão aqui não é a riqueza ou a fartura, o Senhor nunca expressou descontentamento com uma oliveira que produzisse azeitonas demais, mas a árvore oferece sua sombra, seus frutos a quem quer que necessite, diferente dos homens que esconde a riqueza que poderia saciar a fome de seu irmão com muros altos, cofres e títulos de propriedade. Os homens subvertem a ordem divina e cercam o terreno onde cresce a oliveira, muitas vezes preferindo deixar que as azeitonas estraguem ou que o azeite fique guardado na dispensa, enquanto seus irmãos anseiam por descanso na sombra e sentem fome do outro lado da cerca.

“Pois não nascemos, não vivemos para comer e beber. Comemos para viver” (p. 46), ensina o Boca de Ouro. A vida humana como criação, na óptica cristã, tem um propósito muito maior que o sobreviver e muito diferente de se guiar pelo prazer mesquinho e egoísta. São criaturas dotadas de Fé para adorar ao Senhor e entender a verdade da Palavra, além do legalismo, para assumirem o mandamento de Deus e cuidar do próximo e serem sal e luz da terra. São criaturas dotadas de Esperança, pois sem esta a compreensão da injustiça seria inútil, apenas serviria para os quebrantar e não para levar ao desconforto que leva até a mudança necessária para melhora da condição humana em vida. Limitar a vida de um irmão a sobrevivência ou limitar a própria vida a prazeres mesquinhos é contrariar o valor divino da existência.

Sobre os prazeres mesquinhos São João Crisóstomo levanta o questionamento: qual o prazer em se deitar em leitos de marfim e adornados de prata? É muito simples cair na falsa ideia de que estar cercado de luxos é a melhor forma de viver possível, se vive sob uma ideologia que condiciona a busca por um alívio hipócrita em “crescer na vida”, mas a opulência terrena não passa de uma conquista ilusória. A definição do que é belo para o mundo é uma riqueza



desfrutada por poucos iníquos e manchada de sangue de irmãos, uma cama de marfim com adornos de ouro e prata.

O belo de Deus é apartado do belo do mundo. A majestade do Deus revelado em Jesus é de um poder que se aperfeiçoa na fraqueza, que anda com os excluídos e acolhe crianças, que cuida dos doentes e abraça as prostitutas. É uma majestade que pouco se preocupou em agradar os reis e poderosos. Esse belo se manifesta como é exposto no sermão em um leito de pedra como o de Jacó, em leitos cobertos de lágrimas como o de Davi, nas calçadas onde dormem os miseráveis. São Tiago define em seu Santo Evangelho que a amizade com o mundo é a inimizade com o Senhor, mas mesmo com tantos avisos ao longo da Escritura, se vive em uma sociedade que pensa ser cristã, mas valoriza o leito de marfim onde o Senhor não habita e despreza os leitos dos miseráveis e estigmatiza os leitos cobertos em lágrimas. Essa inversão e valores é inimiga de Cristo.

Existe uma falha na conquista de uma mudança íntima e coletiva no mundo cristão, talvez porque se esqueça frequentemente de que é uma mentira afirmar amar a Deus, que não se pode ver, quando se odeia o irmão que te é tão visível (1João 4,20). Talvez porque os religiosos se convençam frequentemente que o amor é um jogo de hierarquia onde é necessário policiar e condenar ao outro através do legalismo, mesmo que o aviso sobre aqueles a quem Deus não conhece já que praticaram o mal tenha sido feito aos religiosos e não aos desviados (Mateus 7,21-23). Se transforma a existência terrena no Hades e se distorce Deus em um acusador sedento por lançar seus próprios filhos ao fogo. Paulo de Tarso escreve em sua carta aos Coríntios que o amor de Cristo constrange para que se deixe de viver por si e se passe a viver pelos outros, em sua primeira carta São João define Deus como Amor, e define que no Amor não há medo, pois o medo supõe castigo, mas Deus supõem o aperfeiçoamento através dele.

Existem certos momentos da história da vida humana onde a mudança se torna um imperativo, foi assim com o momento do Evangelho e o mundo foi transformado no Calvário. Se vive hoje uma crise na relação do homem com o homem, uma crise de falta de cuidado, irmandade e comunidade. Se vive ao mesmo tempo uma crise política e econômica e se continua a insistir em um modo produtivo que necessita de recursos infinitos em um planeta finito, a mudança é inevitável em momentos como esse.

Pyotr Kropotkin, um polímata russo, postula em sua obra que é impossível uma revolução social bem-sucedida que não seja antecedida de uma mudança real nas mentes e corações daqueles que formam essa sociedade. Os sermões do Arcebispo de Constantinopla não são importantes apenas pelo seu valor teológico, histórico ou literário, mas porque são uma expressão da mudança que ele procurava causar nas mentes e corações da Igreja, o que necessário ao processo



de reforma do seu patriarcado. A mudança que se necessita é uma mudança material conduzida por uma reforma íntima dos sujeitos e uma crítica ferrenha para aqueles que se permitem fartar de banquetes enquanto Lázaro morrem em seus portões.

2. Segundo sermão

O Segundo Sermão se debruça sobre a discrepância entre a aparência do Mundo e a Realidade de Deus. “Na vida atual, a pobreza e a riqueza são apenas máscaras” (p. 74), a afirmação do Santo é profundamente incomoda quando se percebe que se concentra todos os esforços educacionais, profissionais e pessoais ao redor do “sucesso” financeiro. É pedido pelo patriarca que se imagine atores em um teatro, nunca se pensaria que aqueles no papel de reis, generais ou qualquer tipo de poderosos tem de fato algum poder, tudo aquilo não passa de uma ficção, assim é a riqueza do mundo. Na ótica do Pai, a riqueza do mundo, os luxos, as belas roupas, as propriedades privadas escondem uma absoluta pobreza de virtudes. Esconde-se também que os ricos frequentemente são os mais pobres espiritualmente, se deixa a definição dos rumos da história nas mãos de uma classe mesquinha e apartada dos princípios da Palavra.

As riquezas espirituais são expostas na parábola quando Lázaro é recebido junto ao Senhor por Abraão, enquanto o rico que antes o ignorava passa a chamá-lo implorando por água quando nunca se prestou a entregar a Lázaro sequer suas migalhas em vida. Lázaro é rico de virtudes, espiritualmente rico.

Outra diferença que o Doutor da Igreja aponta na definição de Deus e na do Mundo é a noção do que é roubo. O roubo é amplamente condenado ao longo de toda a Escritura, desde as Leis de Moisés até as cartas paulinas (Efésios 4,28), porém pouco se discute sobre o que é o roubo de fato. Diferente da ideia vulgar e jurídica o crime não é apenas se apropriar indevidamente de bens alheios para além disso é quando se deixa de compartilhar seus bens com os outros. Em especial para o Santo, recusar a subsistência aos pobres é roubo e assim é também um crime terrível contra Deus e Seus mandamentos.

No Velho Testamento, em Eclesiastes no capítulo 4 que trata das injustiças e absurdos da vida, é descrito que os oprimidos choram, mas não há quem os console já que o poder é detido pelos seus opressores, é feita também uma afirmação categórica, todo trabalho e realização humana cercado de competição é como correr atrás do vento (4,4). Provérbios (14,31) afirma que oprimir o pobre é ultrajar o Criador, mais a frente nesse mesmo livro (31,8-9) é comandado para aqueles que creem que levantem a voz pelos que não podem se defender e que se advogue pelo direito dos pobres e necessitados. É narrado ainda no Evangelho de São Mateus (19,24)



que o próprio Cristo disse que seria mais fácil passar um camelo pelo fundo de uma agulha do que entrar um rico no Reino de Deus. Quanto aos que passam fome, estes Ele chama de bem-aventurados e promete a eles fartura no Reino dos Céus (Lucas 6,20-21) Mesmo com todos esses avisos ainda se fecha os olhos para um pecado tão brutal que rouba, tortura, mata, causa guerras entre outras mazelas mais, se fecha os olhos para como acúmulo de riquezas mundanas como um crime contra o outro e contra o Senhor.

3. Terceiro sermão

Nessa homilia se destaca como foram escolhidos por Deus homens “sem instrução e iletrados” para narrar a história do Salvador como São João Evangelista que era pescador. Para o Santo isso foi feito pelo Senhor para que os homens que assim como os apóstolos fossem pescadores, pastores, trabalhadores simples pudessem ser beneficiados da leitura dos evangelhos. É pedido também que o fiel se debruce nos textos e quando lhes faltar ferramentas para compreender algo é pedido que não se envergonhem em buscar um professor, e é demandado que o professor ensine pelo interesse no bem do outro e não em benefício próprio. Destaca-se mais uma vez a importância da comunidade, do amor fraternal e da dedicação para o outro e para com o Pai, mas particularmente a importância do estudo e das ferramentas que levam até a compreensão da Palavra.

4. Quarto sermão

“Àqueles que não alimentaram Jesus Cristo quando estava faminto nem deram de beber quando estava sedento, embora também achassem que seriam absolvidos por sua ignorância, nenhum perdão lhes foi concebido”, aqui o Santo não fala apenas daqueles que não sabendo quem era o Senhor negligenciaram ou foram cruéis com o Verbo Encarnado, mas daqueles que não cuidaram do irmão ao seu lado. Estes não viveram em função do seu irmão como Ele viveu, falharam em ser cristãos, não amaram ao outro e assim não se amaram e nem amaram a Deus.

O Santo rememora outra parábola, a das Dez Virgens (Mateus 25,1-13). Dez noivas esperavam pelo noivo, cinco delas prudentes se prepararam para sua chegada saindo de casa com suas lâmpadas e óleo extra caso esse fosse necessário, enquanto as outras cinco néscias tiveram pouco cuidado e não levaram óleo, apenas suas lâmpadas. Assim quando o noivo chegou, o segundo grupo havia se ausentado para comprar óleo e não permitir que suas lâmpadas se apagassem. O noivo então leva o primeiro grupo para as bodas e fecha a porta para as imprudentes, afirmando que não as conhece.



O tema da narrativa é escatológico, Jesus pede que os fiéis se preparem para o Juízo Final, pois “não se sabe nem o dia e nem a hora” quando o Ele voltará. Não abandonar o vício na opulência condenado ao longo de toda a Escritura, não defender o direito dos pobres e necessitados, não se desprender das noções mundanas do que é a riqueza e a pobreza tudo isso é tão imprudente quanto o pouco cuidado das Virgens Néscias com o óleo e encaminha para o mesmo fim.

Cristo que pregou na Galileia, uma região pobre e malquista, que andou com os pescadores, pastores, prostitutas e cobradores de impostos dificilmente poderá ensinar algo a um corpo social que se recusa a condenar o monopólio cruel das riquezas. Pouco poderá ser visto do Salvador nas hierarquias sem sentido entre os homens, já que por Ele foi dito que não havia mestre ou senhor entre os homens, e que havia apenas um Rei, o Senhor (Mateus 23,8-10). Foi ensinado que entre os homens só existem irmãos e que o mais poderoso entre esses continuaria um servo.

Pouco pode se enxergar de Cristo em cristãos que vivem pelo medo, controle e desapego à vida. No dia do Juízo será perguntado se esses irmãos se amaram. Sobre cada faminto, oprimido, doente e aprisionado, Jesus dirá: “Eu tive fome e não me deram de comer, eu sofri e nada foi feito por mim, eu estive doente e aprisionado e vocês não me visitaram”.

As homilias de São João Crisóstomo sobreviveram ao tempo não apenas por sua beleza literária, rico conhecimento da Palavra e da doutrina, como também porque infelizmente a sua mensagem sobre a riqueza das virtudes e do amor fraternal e a pobreza do ouro, das coroas e dos ricos ainda é atual. Pouco se aprendeu a tirar a cegueira do Dinheiro e olhar o mundo com os olhos de Cristo. Pouco se aprendeu sobre o desapego de riquezas mundanas. Pouco se aprendeu sobre o Amor latente de Cristo para os pobres, oprimidos e necessitados. Os sermões do Boca de Ouro após mais de seiscentos anos de sua morte ainda encontram um mundo de sujeitos que agem como o rico e de Lázarus ignorados.

Referências

- CARTER, Robert E. *The Chronology of Saint John Chrysostom's Early Life*. Cambridge University Press, 17 July 2017.
- HOVEY, Alvah; FORD, David B.; PERTHES, Friedrich M. *Life of John Chrysostom, Based on the Investigations of Neander, Böhringer, and Others*. Wentworth Press, 2019.

Dados da autora

Graduanda em Psicologia pela PUC-SP.



SAÍDAS E FRONTEIRAS

DESIDERIO DESIDERAVI: O OLHAR DO PAPA FRANCISCO SOBRE A VIDA LITÚRGICA CRISTÃ

Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* do Santo Padre Francisco, aos bispos, sacerdotes e diáconos, aos homens e mulheres consagrados e aos leigos fiéis sobre a formação litúrgica do povo de Deus

ANTÔNIO SAGRADO BOGAZ

Podemos considerar a Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* do Santo Padre, o Papa Francisco aos bispos, sacerdotes e diáconos, aos homens e mulheres consagrados e aos leigos fiéis sobre a formação litúrgica do Povo de Deus, como mais uma pérola de seu pontificado, como tem sido outras cartas e documentos que são proféticos e como tal, não nos pode deixar indiferentes. Em verdade, todas suas mensagens, cartas e encíclicas, tanto para a Igreja no seu interior (*ad intra*), com é o caso desta Carta, como suas cartas para a sociedade (*ad extra*) é um bálsamo e uma luz para os “cristãos de boa vontade” e sempre uma provocação, para aqueles que nunca querem deixar seus privilégios, sejam na vida eclesial, como na vida social e preferem polemizar do que transformar.

Existe uma lenda antiga, dos povos koptas (uma das comunidades cristãs primitivíssimas do cristianismo nascente, que ainda hoje sofre grande perseguição dos inimigos da fé) que conta que quando Cristo morreu na cruz, no momento de sua expiação, o pai chorou uma gota de lágrima, que inundou o universo. Os amigos de Jesus pairavam sobre as ondas e os seus inimigos se afogavam e veio uma brisa suave, como um sopro do Espírito Santo. Os que sofriam pela morte do Mestre (Maria, os discípulos, os amigos e os fiéis) sentiam naquela brisa um suave alento no rosto que esvoaçava seus cabelos, quando ao mesmo tempo, seus inimigos se desesperavam e a brisa se tornava ventania; seus cavalos estiravam e os derrubava por terra,



corriam e se perdiam no desespero. Metaforicamente, são os pronunciamentos escritos e orais do Papa Francisco. Coragens gentis e espíritos abertos às transformações e à renovação se alegram e sentem como um abraço de um pai espiritual. Aqueles que se agarram em ideologias, privilégios e interesses cristalizados em suas posições sentem se agredidos e atacam ferozmente suas proposições, *ad intra* e *ad extra*.

A Carta Apostólica *Desiderio Desideravi* é antes de tudo um hino místico à vida litúrgica, que nasce do convite de Jesus que “ansiava pelo desejo comer esta Páscoa com você antes que eu sofra” (Lc 22, 15). A vida cristã, a ceia eucarística, a celebração litúrgica e o ministério sacramental são uma resposta e uma prática deste desejo do próprio Cristo. Em continuidade ao *Motu Proprio Traditionis custodes* (Guardiões da Tradição), o Papa escreve esta Carta para compartilhar com toda a Igreja algumas reflexões sobre a liturgia e sua dimensão fundamental para a vida da Igreja. Seu propósito é elevar a dimensão mística da vida litúrgica, perdida em modismos, representações e espetacularismos autorreferenciais, ao mesmo tempo que proporcionar ao ritual uma dimensão mais humana, participativa e integrante da vida cotidiana. Os fundamentos teológicos e litúrgicos são bastante sensíveis e sua delicada criticidade não serve como ataques às situações reais que se apresentam nas comunidades, mas elementos de reflexões para todos cristãos. O Papa insiste que seu desejo é “simplesmente oferecer alguns estímulos ou pistas para reflexões que possam ajudar na contemplação da beleza e da verdade da celebração cristã” (n. 19) Não são carapuças, pois o Papa Francisco não vive nestes níveis ideológicos do cristianismo, mas preocupações de um Pastor que busca a realização de uma vida litúrgica que se purifique, volte às fontes e seja a manifestação genuína do mistério pascal de Jesus Cristo.

1. Celebrar a salvação em rituais simples e solenes

Partindo do convite de Jesus, que convida os discípulos para celebrar a Páscoa, como amigos e irmãos de fé, o Papa abre a fresta para entender o significado do “celebrar” espiando para o evento da última Ceia, que é o evento fundante da vida cristã e sua inteira liturgia. O dom é a grande oferenda e os convidados são humildes e pequenos, que Jesus os convida e o dignifica para participar da Ceia. Esta atitude está bem distante das nossas exigências para acolher na Ceia os que estão indelévels diante da “perfeição divina”. Na verdade, muitas vezes os legalismos se apegam a detalhes (ainda que importantes) da vida cristã e suas normas, coibindo a participação de tantos fiéis humildes que clamam pela Eucaristia. Ao lado disso, tristemente, transcuram elementos mais significativos da ética cristã, como a partilha, a justiça e a participação comunitária nos sacramentos e na vida social, sobremaneira o descuido com os amis empobrecidos a



sociedade. O Papa anota que “a desproporção entre a imensidão do dom e a pequenez de quem o recebe é infinita, e não pode deixar de nos surpreender”. Portanto, é urgente maior humildade entre quem oferece os sacramentos em nome de Cristo e quem os recebe com esperança.

A utopia do Papa, assumida por ele como um sonho” (n. 5) é que todos os povos possam congregar esta comunidade dos convidados para a ceia das bodas do Cordeiro (Ap 19,9). Este convite exige a abertura de portais que acolham e integrem os povos do mundo inteiro e, portanto, “as estruturas possam ser adequadamente canalizadas para a evangelização do mundo de hoje, e não para sua autopreservação” (*Evangelii gaudium*, n. 27) A Ceia eucarística deve ser de tal modo envolvente que os povos se deixem atrair por Ele e que os cristãos valorizem sempre mais este encontro eucarístico com o Senhor. Quando Jesus, ao final da Ceia pediu “façam isso em minha memória”, seu propósito é perpetuar este ritual do encontro e convidar todos os povos para a mesma unidade.

Neste ritual litúrgico, dá-se o encontro entre o Senhor e seus fiéis, cada fiel, na esperança de constituir comunidade. Não basta celebrar como uma lembrança e uma encenação da última ceia, antes é preciso que se realize um encontro verdadeiro entre o fiel em comunidade e o Senhor que se deixa encontrar, mesmo porque espera ansiosamente pelos seus seguidores. Este encontro se realiza de forma efetiva, não apenas simbólica. A simbologia é o repertório litúrgico para que se concretize o Encontro, onde as vidas e as almas se encontram. Alguns encontros narrados nas Sagradas Escrituras servem de protótipo para entendermos o encontro eucarístico, entre eles, Nicodemos, a samaritana junto ao poço, o endemoninhado, vários enfermos e paráliticos, cegos e deficientes, Jairo, Zaqueu, Lázaro e mesmo o bom ladrão. São encontros formidáveis de fé e esperança. As celebrações litúrgicas, particularmente a Ceia Eucarística, o Batismo e todos os sacramentos possibilitam este encontro, quando realizado na simplicidade, onde a empolgação do repertório litúrgico, tantas vezes marcados por ritualismos e legalismos, tornam artificiais os ritos e criam ruídos estranhos para o encontro verdadeiro entre o fiel e o Senhor.

2. As referências litúrgicas e seus contrastes

Em outros documentos pontifícios, o Papa Francisco apresentou reflexões referentes às polarizações extremas da espiritualidade, da vida sacramental e da pastoral da Igreja. Estes dois elementos ou ideologias são destacados nesta Constituição, quando o Papa apresenta a Liturgia da Igreja como equilíbrio (ele diz mesmo antídoto para o veneno do mundanismo espiritual (n. 17) entre o subjetivismo, que “mantém a pessoa aprisionada em seus próprios pensamentos e sentimentos”, quando retoma uma expressão da *Evangelii Gaudium* (n. 94) e o *neopelagianismo*,



que “nos intoxica com a presunção de uma salvação conquistada por nossos próprios esforços, a celebração litúrgica nos purifica, proclamando a gratuidade do dom da salvação recebido na fé”. Esta proposição nos conduz ao elitismo narcísico e autoritário. Esta postura não evangeliza, antes avalia e classifica os fiéis e não abre as portas para a graça divina. São posturas que consomem o espírito pastoral e nos torna juízes e condenadores dos irmãos, sobretudo nos quesitos de ordem moral pessoal.

Este mundanismo pode alimentar-se sobretudo de duas maneiras profundamente relacionadas. Uma delas é o fascínio do gnosticismo, uma fé fechada no subjetivismo, onde apenas interessa uma determinada experiência ou uma série de raciocínios e conhecimentos que supostamente confortam e iluminam, mas, em última instância, a pessoa fica enclausurada na imanência da sua própria razão ou dos seus sentimentos (EG 94).

O texto retoma a postura do Papa Pio XII, quando critica na *Mediator Dei* o desvirtuamento da Liturgia que se apresenta como cerimônias decorativas ou uma mera soma total de leis e preceitos que regem o culto” (n. 18) a verdadeira liturgia nos une como comunidade e não nos deixa isolados num caminho de conhecimento individual do mistério. Cada fiel, unido em assembleia, desvela, celebra e vive o mistério advindo da Palavra e dos sinais sacramentais. Mais incisivo ainda é o Papa Francisco, quando afirmam que “a liturgia nada tem a ver com um moralismo ascético”, mas é um convite que acolhemos para participar de desejo ardente de Jesus que é celebrar sempre conosco o Mistério Pascal. Por certo, as rubricas são importantes e muito necessárias. O repertório litúrgico, como o espaço, tempo, espaço, gestos, vestes, vasos, cantos, devem ser cuidadosamente observados, mas não são a essência da liturgia, onde o essencial é o Mistério da fé e os protagonistas são os fiéis. Os dons divinos são ofertados, permitindo que a nossa finitude humana se abra à transcendência e possamos viver o “agora” e o ainda não da construção do Reino de Deus. Neste repertório, os símbolos que são tão importantes se tornam parte constitutiva da vida litúrgica. Não são, no entanto, conceitos abstratos, mas devem revelar a concretude da vida dos fiéis que celebram.

3. A urgência da formação litúrgica

Não bastam para a formação litúrgica, que é um bem iluminador da Liturgia cristã, os estudos formais, logísticos e rubricais da tradição. Como neste repertório litúrgico, para sua maior fecundidade, compreensão e envolvimento comunitário e pessoal, adentram novas linguagens, culturas e tradições religiosas, é fundamenta o conhecimento de todos estes elementos, que são



um caminho muito delicado e precioso, considerando que o ser humano em nossos tempos “perdeu a capacidade de se envolver com a ação simbólica, que é um traço essencial do ato litúrgico” (n. 28).

Para tantos que pensam a liturgia de modo ideológico, para justificar suas posturas filosóficas ou teológicas e igualmente para aqueles que buscam na liturgia a confirmação de suas posições eclesásticas e para sua autoafirmação, surge uma admoestação importante: “A não aceitação da reforma litúrgica, como também uma compreensão superficial dela, nos desvia da obrigação de encontrar respostas para a pergunta que volto a repetir: como podemos crescer em nossa capacidade de viver plenamente a ação litúrgica? Como continuamos a nos deixar maravilhar pelo que acontece na celebração sob nossos olhos? Precisamos de uma formação litúrgica séria e dinâmica (n. 31).

Somente pela correta reforma litúrgica podemos entender os passos a serem dados, para cumprir a fidelidade e a criatividade, que são exigidas por todos os servidores das comunidades nos rituais litúrgicos. Sem a formação litúrgica, que se dá pelo estudo acadêmico e pelas experiências concretas na vida das comunidades, ficamos na repetição de ritos, que se tornam insólitos e mesmo exibicionistas. Buscando em Romano Guardini algumas referências, entendemos que sem formação litúrgica nem a reforma dos rituais e dos textos transformarão as comunidades. Afinal, vale o axioma: “a formação deve ser para a liturgia e pela liturgia”. Esta exigência é válida para toda Assembleia, mas sobretudo para os presidentes das celebrações. Neste caminho, o compromisso existencial, que dizer a proximidade com todos os membros da comunidade em suas realidades concretas, faz com que os presidentes das celebrações cultivem a espiritualidade e profiram suas didascálias e homilias de forma mais coerente e eficaz. Mais que uma vez, retorna os perigos do materialismo e do espiritualismo (n. 44), bem como do racionalismo e do sentimentalismo, afinal, “uma leitura” simbólica não é um conhecimento mental, nem a aquisição de conceitos, mas sim uma experiência viva (n. 45). O extremo da criatividade selvagem, bem como a obsessão pelas rubricas geram “símbolos desalmados”.

Concluimos com a citação do Papa de uma obra referencial do grande liturgista Romano Guardini:

Devemos entender quão profundamente permanecemos entrincheirados no individualismo e no subjetivismo, quão desacostumados nos tornamos às demandas dos “grandes” e quão pequenos são os parâmetros de nossa vida religiosa. Devemos recuperar o sentido do “grande” estilo de rezar, a vontade para o existencial também na



oração. A maneira de conseguir isso, porém, é através da disciplina, abandonando o sentimentalismo fraco; através de um trabalho sério, realizado em obediência à Igreja, sobre o nosso ser e agir religiosos (n. 50).

Não termina a Carta Apostólica sem falar da importância do silêncio e que deve ser observado, pois as assembleias muito barulhentas carecem de momentos de serenidade e silêncio, para meditar e rezarem os textos, os símbolos e as expressões da vida litúrgica.

Dados do autor

Doutor em Liturgia e Filosofia. Escritor e autor de diversas obras pela Editora Paulinas, dentre as quais *Vocabulário de Teologia patrística*.



DOCUMENTO

MENSAGEM DA CNBB AO POVO BRASILEIRO SOBRE O MOMENTO ATUAL

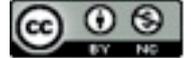
*“Se nos esforçamos e lutamos,
é porque pusemos a nossa esperança no Deus vivo,
que é o salvador de todos” (1 Tm 4,10).*

Reunidos no Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, de 28 de agosto a 2 de setembro, para a etapa presencial da 59ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, nós, bispos católicos, em colegialidade e comunhão, nos dirigimos a todos os homens e mulheres de boa vontade.

Como pastores, temos presente a vida e a história de nossas comunidades, o rosto de nossa gente, marcado pela fé, esperança e capacidade de resiliência. Nossas alegrias e esperanças, tristezas e angústias (cf. *Gaudium et Spes*, 1) são as mesmas de cada brasileira e brasileiro. Com esta mensagem, queremos falar ao coração de todos.

Nossa fé comporta exigências éticas que se traduzem em compaixão e solidariedade concretas. O compromisso com a promoção, o cuidado e a defesa da vida, desde a concepção até o seu término natural, bem como da família, da ecologia integral e do estado democrático de direito estão intrinsecamente vinculados à nossa missão apostólica. Todas as vezes que esses compromissos têm sido abalados, não nos furtamos a levantar nossa voz. “A Igreja é advogada da justiça e dos pobres, exatamente por não se identificar com os políticos nem com os interesses de partido” (Bento XVI, *Discurso Inaugural da Conferência de Aparecida*).

Com a esperança que nos vem do Senhor e que não nos decepciona (cf. Rm 5,5), reconhecemos o tempo difícil em que vivemos. Nosso país está envolto em uma complexa e sistêmica crise, que escancara a desigualdade estrutural, historicamente enraizada na sociedade brasileira. Constatamos os alarmantes descuidos com a Terra, bem como a violência latente, explícita e crescente, potencializada pela flexibilização da posse e do porte de armas, que ameaçam o



convívio humano harmonioso e pacífico na sociedade. Entre outros aspectos destes tempos estão o desemprego e a falta de acesso à educação de qualidade para todos. A fome é certamente o mais cruel e criminoso deles, pois a alimentação é um direito inalienável (cf. Papa Francisco, *Fratelli Tutti*, 189). Segundo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, 2022), a quantidade de brasileiras e brasileiros que enfrentam algum tipo de insegurança alimentar ultrapassou a marca de 60 milhões.

Como se não bastassem todos os desafios estruturais e conjunturais a serem enfrentados, urge reafirmar o óbvio: nossa jovem democracia precisa ser protegida, por meio de amplo pacto nacional. Isso não significa somente “um respeito formal de regras, mas é o fruto da convicta aceitação dos valores que inspiram os procedimentos democráticos [...] se não há um consenso sobre tais valores, se perde o significado da democracia e se compromete a sua estabilidade” (*Compêndio da Doutrina Social da Igreja*, 407).

Ao comemorarmos o bicentenário da Independência do Brasil, é fundamental ter presente que somos uma nação marcada por riquezas e potencialidades, contudo, carente de um projeto de desenvolvimento humano, integral e sustentável. Vítimas de uma economia que mata, celebramos as conquistas desses 200 anos de independência conscientes de que condições de vida digna para todos ainda constituem um grande desafio. É necessário o compromisso autêntico com a verdade, com a promoção de políticas de Estado capazes de contribuir de forma efetiva para a diminuição das desigualdades, a superação da violência e a ampliação do acesso a teto, trabalho e terra. Comprometidos com essas conquistas e inspirados pela cultura do diálogo e do encontro, podemos ser uma nação realmente independente e soberana.

É motivo de preocupação a manipulação religiosa e a disseminação de *fake news* que têm o poder de desestruturar a harmonia entre pessoas, povos e culturas, colocando em risco a democracia. A manipulação religiosa, protagonizada por políticos e religiosos, desvirtua os valores do Evangelho e tira o foco dos reais problemas que necessitam ser debatidos e enfrentados em nosso Brasil. É fundamental um compromisso autêntico com o Evangelho e com a verdade.

A corrupção, histórica, contínua e persistente, subtrai o que pertence aos mais pobres. A Lei da Ficha Limpa, que proíbe que condenados por órgãos colegiados possam se candidatar a cargos políticos, é uma conquista popular e democrática, que deve ser promovida, juntamente com outros mecanismos de controle que garantam a ética na política.

Mesmo com todos esses desafios, a dinâmica da democracia nos coloca, mais uma vez, em um processo eleitoral. Tentativas de ruptura da ordem institucional, veladas ou explícitas, buscam colocar em xeque a lisura desse processo, bem como a conquista irrevogável do voto.



Pelo seu exercício responsável e consciente, a população tem a capacidade de refazer caminhos, corrigir equívocos e reafirmar valores. Reiteramos nosso apoio incondicional às instituições da República, responsáveis pela legitimação do processo e dos resultados das eleições.

Assim, conclamamos, mais uma vez, toda a sociedade brasileira a participar ativa e pacificamente das eleições, escolhendo candidatos e candidatas, para o executivo (presidente e governadores) e o legislativo (senadores e deputados federais, estaduais e distritais), que representem projetos comprometidos com o bem comum, a justiça social, a defesa integral da vida, da família e da Casa Comum.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, nos ajude a buscar sempre a melhor política, uma das formas mais eminentes da caridade.

Aparecida – SP, 31 de agosto de 2022.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo Arcebispo de Belo Horizonte – MG Presidente da CNBB	Dom Jaime Spengler Arcebispo de Porto Alegre – RS 1º Vice-Presidente
Dom Mário Antônio da Silva Arcebispo de Cuiabá – MT 2º Vice-Presidente	Dom Joel Portella Amado Bispo auxiliar do Rio de Janeiro – RJ Secretário-Geral